

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea

VIDENTES IMPREVIDENTES:
Temporalidade e modos de construção do sentido de
atualidade em jornais impressos diários

Elton Antunes

Salvador
2007

Elton Antunes

**VIDENTES IMPREVIDENTES:
Temporalidade e modos de construção do sentido de
atualidade em jornais impressos diários**

Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa Análise de Produtos e Linguagens da Cultura Mediática, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Giovandro Marcus
Ferreira

Salvador
2007

A636v
sentido

Antunes, Elton

Videntes imprevidentes : temporalidade e modos de construção do
de atualidade em jornais impressos diários / Elton Antunes. - 2007.

... f.

Orientador: Giovandro Marcus Ferreira.

Tese (doutorado)- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Comunicação.

1.Jornalismo 2. Jornais 3. Comunicação de massa I. Ferreira,
Giovando Marcus II. Universidade Federal da Bahia , Faculdade de
Comunicação. III. Título

CDD – 070.4

CDU - 07



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURAS CONTEMPORÂNEAS

ATOS DE EXAME COMPREENSIVO DE DEFESA DE TESE

DOUTORANDO: ELTON ANTUNES

TÍTULO DA TESE: "Videntes Imprevidentes: Temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários"

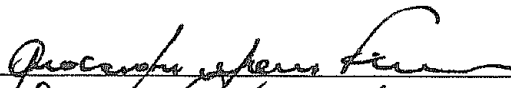
DATA DO EXAME: 05 de setembro de 2007

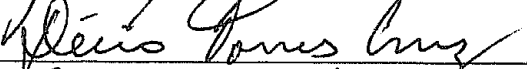
EXAMINADORES:

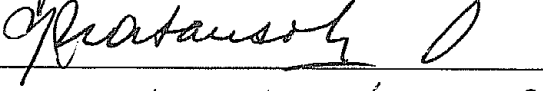
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto (Unisinos);
Prof. Dr. Décio Torres Cruz (ILUFBA);
Prof. Dr. Leonor Graciela Natansohn (POSCOM);
Prof. Dr. Wilson da Silva Gomes (POSCOM) e
Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira (Orientador).


PARECER COMPREENSIVO:

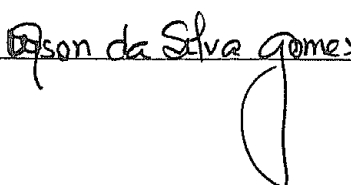
Depois de avaliarmos a aula pública da Tese intitulada: "Videntes Imprevidentes: Temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários", depositada no Curso de Doutorado deste Programa de Pós-Graduação, e a nós submetida para exame, e depois de realizados os ritos acadêmicos da defesa de tese, em que o doutorando apresentou sua pesquisa e respondeu as nossas críticas, nós, os examinadores, decidimos, em sessão privada, que o doutorando deve ser considerado APROVADO no Exame Compreensivo de Tese a que se submeteu em conformidade com os regulamentos deste Programa.











Salvador, 05 de setembro de 2007.

Para Beth e Teresa, meus amores.
Para Eduardo, Evaldo e D. Maria, família de todos os tempos.
À memória de seu Zezinho, meu pai e tempo que trago em mim.

AGRADECIMENTOS

“Da Bahia-Minas estrada natural”

Para chegar ao ponto final nesse trabalho, muitos ajudaram no caminho. Sou profundamente grato:

Ao professor Giovandro Marcus Ferreira, pelo respeito e pela interlocução qualificada que me propiciou nesse período de estudos.

À professora Itânia Gomes, pelo acolhimento e a amizade desde as primeiras horas de Bahia.

Aos amigos Adriano, Joca e Lia, pelo estímulo e o prazer de estar em Salvador.

Aos professores e funcionários do programa de Programa em Pós-Graduação da FACOM– UFBA, pela atenção e disponibilidade.

Aos colegas da Pós, do Centro de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso e do de Grupo de Pesquisa em Análise das Estratégias de Construção de Telejornais, pelo convívio e o estimulante espaço de discussão.

À UFMG e ao departamento de Comunicação pela liberação de dois anos para realização de atividades do doutoramento.

Aos meus colegas do Departamento de Comunicação da UFMG, povo alegre que sempre vinha cortejar e saber da Bahia: Bia, Bruno, Bruno Martins, César, Carlos, Delfim, Laura, Lena, Márcio, Paulo B., Rousiley, Simone, Vera, o pessoal do almoxarifado técnico, do Atelier, Enderson, Coca, Anderson, Luci.

Aos colegas do Gris, ponto de apoio intelectual e sentimental.

Aos colegas do Projeto Manuelzão, pelo apoio, reconhecimento e a viabilização da ponte aérea Bahia/Minas.

Aos companheiros de “Manuelzão dá o recado”, Marina, Carol, Sílvia, Louraidan, Jonas, Marco Antônio, Humberto, Carlos, Eliziane, Frederico, Flávia Ayer, Ana, Vanessa Costa, Gésio, Flávia Reis, Mariana, Lívia, Victor, Vanessa Veiga e Matheus, meu obrigado pela alegria, pelo afeto e por segurarem as pontas nesses quatro anos.

Aos amigos Arcângelo, Meire, Lucas e Mariana, Gisa, Rosana e Kiko, família de sempre em BH.

RESUMO

O presente trabalho discute o estatuto da noção de temporalidade para construção do discurso da informação jornalística nos modernos jornais diários impressos. A partir de referências conceituais da Análise do Discurso, propõe-se uma compreensão do discurso jornalístico da atualidade como um efeito de sentido produzido a partir da associação a determinadas representações da figura do tempo. Discute-se o regime de historicidade que contemporaneamente articula o discurso jornalístico do jornal diário impresso e verifica-se em que medida a representação da experiência do tempo no relato dos jornais vale-se proeminentemente de um regime de “presentismo” no qual se tende a sugerir certo tipo de equivalência entre tempo presente e atualidade. Como estratégia metodológica para se pensar o sistema temporal do jornal, realizou-se análise comparativa do tratamento que quatro jornais diários de “referência” (Folha de S.Paulo, O Globo, Estado de Minas, Agora) dão aos chamados acontecimentos do dia e os modos como sistematizam o mundo, elaborando a dispersão dos fatos em estruturas sintagmáticas e paradigmáticas destinadas a essa finalidade.

PALAVRAS-CHAVE: teoria do jornalismo, jornais diários, discurso jornalístico impresso, temporalidade, atualidade

ABSTRACT

This work discusses the role of temporality in the construction of daily newspapers' informational journalistic discourse. It takes conceptual references of discourse analysis in order to provide an understanding of the present time in journalistic discourse as a necessary sense produced from the combination of certain representations of the time figure. It also focuses on a system of historicity that articulates the newspaper journalistic discourse, considering that representation of time in the reporting of newspapers is prominently governed by a regime of "presentism" which tends to suggesting some kind of equivalence between historical present and present time. As methodological strategy to think the temporality system of the newspaper, it proceeds a comparative analysis of the treatment given by four newspapers (Folha de S.Paulo, O Globo, Estado de Minas, Agora) to the so-called events of the day and the ways of sistematize the world, producing a dispersion of the facts in syntagmatics and paradigmatics structures for this purpose.

KEY-WORDS: theory of journalism, daily newspapers, journalistic discourse, temporality, present time

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
O DISCURSO DO JORNAL E O PROBLEMA DAS TEMPORALIDADES	13
2. TEMPO E JORNALISMO	18
2.1 A COMUNICAÇÃO E O TEMPO	18
2.2 PRESSUPOSTOS PARA UMA ABORDAGEM DO DISCURSO DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA	22
3. TEMPORALIDADE NO DISCURSO DA INFORMAÇÃO: O SENTIDO DE ATUALIDADE E O JORNALISMO COMO “HISTÓRIA DO PRESENTE”	29
3.1 A TEMPORALIDADE COMO CRITÉRIO PARA PRODUÇÃO DA NOTÍCIA: O TEMPO COMO VALOR NOTÍCIA E CRITÉRIO DE NOTICIABILIDADE	30
3.2. VALORES-NOTÍCIA E TEMPO: ALGUMAS POSSIBILIDADES	38
4. ENQUADRAMENTO: PERSPECTIVAS TEMPORAIS PARA A NOTÍCIA?	52
4.1 Os FRAMES E AS NOTÍCIAS	54
4.2 MEDIAS FRAMES E AUDIENCE FRAMES	56
4.3 ONDE ESTÁ O FRAME?	60
5. A NARRATIVA JORNALÍSTICA E A CONSTRUÇÃO DE UM PRESENTE: O TEMPO COMO UM PROBLEMA DE LINGUAGEM	68
5.1 A CONSTRUÇÃO DO TEMPO	74
5.2 AS ESTRATÉGIAS DA TEMPORALIDADE	79
5.3 Os “INGREDIENTES” DE UMA NARRATIVA	84
5.4 NARRATIVA E TEMPORALIDADE	88
6. A TEMPORALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE ENCENAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO	93
6.1 A ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA	94
6.2 UMA COMPREENSÃO DO DISCURSO	101
7. ACONTECIMENTO, TEMPORALIDADE E A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE ATUALIDADE ...	118
7.1 O ACONTECIMENTO E A ESTRUTURAÇÃO TEMPORAL DA ATUALIDADE	119
7.2 ACONTECIMENTO E A-HISTORICIDADE	125

7.3 ACONTECIMENTO E EXPERIÊNCIA COTIDIANA.....	131
8. PARA PENSAR O JORNAL DIÁRIO IMPRESSO.....	141
8.1 O DISPOSITIVO JORNAL: UMA “OUTRA” NOÇÃO DE MÍDIA	144
8.2 O JORNAL COMO MATERIALIDADE E FORMA	151
8.3 A ARTICULAÇÃO DAS MATÉRIAS SIGNIFICANTES NA VISUALIDADE DO DISPOSITIVO	159
9. COMO ANALISAR O SISTEMA TEMPORAL DO JORNAL DIÁRIO?	165
9.1 OS DADOS PRODUZIDOS	169
9.2 CARACTERIZANDO A ANÁLISE	177
10. O ENQUADRAMENTO TEMPORAL DAS MATÉRIAS	183
10.1 AUSÊNCIA DE REFERÊNCIA CRONOLÓGICA NAS MATÉRIAS	191
10.2 CRONOLOGIA CONSTRUÍDA PARA O ACONTECIMENTO	201
10.3 ORIENTAÇÃO TEMPORAL DAS NOTÍCIAS.....	207
10.4 A (IM)PREVISÃO DO TEMPO.....	226
11. OS TÍTULOS, O JORNAL DESDE O EPÍLOGO	229
11.1 UM DISPOSITIVO EM OPERAÇÃO	230
11.2 DISPOSITIVO E DISPOSIÇÃO NA PÁGINA	234
11.3 OS TÍTULOS DOS JORNAIS.....	237
11.4 PADRÕES DOS TÍTULOS: INFORMACIONAIS E DE REFERÊNCIA	241
11.5 ASSUNTOS SEM TEMPO.....	251
11.6 APAGANDO OS RASTOS	255
12. NARRATIVA DA NOTÍCIA – OS TEMPOS INCONCEBÍVEIS.....	261
12.1 ORIENTAÇÃO DA NARRATIVA	261
12.2 TEMPO DAS MATÉRIAS: A RELAÇÃO TÍTULO E ARTIGO	265
12.2.1 SOLUÇÃO SEM PROBLEMA.....	266
12.2.2 O FUTURO DO DINHEIRO.....	271
12.2.3 A PREVENÇÃO SEM PREVIDÊNCIA	274
12.2.4 O RESULTADO ANTES DO JOGO.....	277
12.3 OUTRO PRESENTE	282

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....287

BIBLIOGRAFIA294

Amanhã aconteceu

Que é notícia?

Um hoje que nunca é hoje,
um amanhã que é já ontem
entre ontens que se perdem
no anteontem dos anos
no tresantontem dos lustros...

Que é notícia?

Amanhã acontecido,
notícia é sempre um depois,
é um a viver vivido...

Alexandre O'Neill

1. Introdução

Já se vão vinte anos da apresentação, pelo semioticista Eric Landowski, de uma instigante discussão reivindicando que a análise do jornal ultrapassasse os estudos pontuais e partisse para uma apreensão global dos seus efeitos de sentido. Esse trabalho reivindica para si o esforço de reproblematicar tal proposição formulada por esse autor.

De há muito que se indaga se ao jornal impresso bastaria pôr à disposição dos leitores informações relativas à atualidade geral, como parte de uma estratégia de fazer-saber acerca de algo tomado como expressão da realidade. A nosso ver, entretanto, tais indagações ocorrem em um quadro em que, por um lado, se representa idealmente as chamadas práticas jornalísticas da imprensa, com pouca reflexão sobre seu estatuto e condição contemporânea. O jornal de que se fala é sempre um “modelo” antigo de jornal. Por outro lado, o discurso da chamada crise da “mídia impressa” tem colocado à sombra a importância do papel dos jornais diários na organização do campo jornalístico.

Assim, em geral, o jornal diário é alçado de um contexto que o vê: 1) em aparente desequilíbrio de poderes com outras mídias, sem a compreensão adequada dos reordenamentos que ocorrem nesse território; 2) mesmo na sua coexistência com outros meios de informações, como uma mídia “fragilizada” em um quadro de concorrência com os outros dispositivos; 3) em flagrante declínio na evolução do conjunto das ferramentas sociais de conhecimento por uma incapacidade de se re-situar frente à crise do seu modelo de negócio.

Tal quadro de questões e um contato estimulante, no programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, da Universidade Federal da Bahia, com diferentes abordagens, em particular as teorias do discurso, nos estimularam a propor uma reflexão que se funda na intuição de que o problema da temporalidade permitiria uma abordagem do jornal diário tomado em sua globalidade. A nossa pretensão foi então de não “fatiar” o jornal, mas

compreender o discurso da informação jornalística nesse suporte a partir da maneira como ele constrói uma representação de atualidade associando-a a determinadas referências temporais.

Por que o tempo? Porque de maneira geral, na prática jornalística, em grande parte das reflexões teóricas, e na percepção do senso comum, a noção de tempo não aparecia como um aspecto problemático do discurso jornalístico, ainda que sempre invocada como central ao entendimento de noções como a de notícia. Central e pouco problemático, o tempo é invocado recorrentemente para dar conta dos cenários da informação nas mídias: o direto na TV; o tempo real na web; o elogio da “lentidão” no jornal. A idéia do tempo, entretanto, menos explica do que justifica as condições atuais de organização do discurso jornalístico, carece de ganhar mais precisão teórica e metodológica.

A idéia desse trabalho foi a de estabelecer alguns marcos conceituais e clarear questões teórico-metodológicas que permitissem tratar da articulação entre temporalidade e jornal desde uma perspectiva discursiva. Tal abordagem nos pareceu adequada para compreender o jornal na medida em que lida com uma relação de consubstancialidade que se mantém entre situações, sentidos e formas.

Todavia, introduzir as palavras tempo e temporalidade em um trabalho que pretende realizar uma análise da produção discursiva midiática abre flanco para vários questionamentos sobre a pertinência de tal proposição. Afinal, tempo e temporalidades são de algum tempo objeto de certo modismo intelectual, com amplo espaço e apelo justamente no ambiente da mídia, e de toda sorte de literatura voltada para a “boa” gestão da vida cotidiana (auto-ajuda e afins). Nesse “mercado de idéias” fazem sucesso a tematização de uma crise das sociedades lastreadas em maneiras de lidar com o tempo que criam “tirantias” e “doenças” decorrentes do culto da “pressa” e do “imediatez”. Mas também é verdade que tais indagações são objeto de uma reflexão continuada e sistemática em áreas do conhecimento de larga tradição, principalmente a Filosofia e a História, e que também contemporaneamente são fruto de um

esforço intelectual interdisciplinar, (e não necessariamente “pós-moderno”¹), de um conjunto de saberes em torno das diferentes disciplinas científicas (ver em especial ADAM, 2003; SANTOS, 2003; ELIAS, 1998; URRY, 2000).

Aliás, é preciso de partida situar essa possibilidade de pensar a informação e a temporalidade. Tétu lembra que “a experiência do tempo e sua representação constituem duas realidades muito distintas” (2000, p.91). Vivemos no cotidiano um sem número de situações em que as idéias de sucessão, repetição e ordem se multiplicam ao infinito para articular cada existência pessoal e permitir a vida social. Mas conceber esses processos como temporais supõe, segundo Charaudeau, “a construção de um sistema que estrutura a experiência em representação” (apud TÉTU, 2000). Em geral, três grandes modalidades de representação do tempo têm operado na história da humanidade: 1) os sistemas religiosos e míticos, baseados na idéia de origem, no problema da finitude e na articulação, por meio de ritos e mitos, entre o tempo vivido e um tempo absoluto; 2) a própria invenção da idéia de História, que busca apreender o movimento da sociedade por meio de uma racionalização do tempo, pela construção da idéia de gerações no tempo e pela produção de uma leitura e significação do passado por meio de seus vestígios; e 3) aquilo que normalmente nomeamos de ficção, que produz uma imagem do tempo vivido em geral em contraposição ao conhecimento histórico e sua postulação de linearidade e seqüência².

Tétu sustenta uma hipótese de que a informação produzida no sistema midiático poderia significar uma nova possibilidade de relação da sociedade com o tempo. A idéia, a

¹ A “cena” pós-moderna é pródiga nesse tipo de reflexão ao acentuar as mudanças nas relações espaço-temporais para “correlacionar a emergência de novos aspectos formais da cultura com a emergência de um novo tipo de vida social e com uma nova ordem econômica”. (JAMESON, 1993:27) Não é tarefa simples identificar na bibliografia sobre o “pós-moderno” quais são exatamente os novos aspectos formais da cultura, os novos tipos de vida social e a nova ordem econômica, o que torna a discussão sobre temporalidade marcada por um deslizar permanente – ademais, como os outros temas. Como caracteriza Montag (1993), são “visões globais (que) situam-se a tamanha distância dos diversos objetivos que procuram descrever, que as verdadeiras especificidades dissolvem-se numa totalidade harmoniosa e embaçada” (APUD JAMESON, 1993:121).

² Uma boa referência para diferentes concepções de tempo ao longo da história em diferentes sociedades está em “As culturas e o Tempo”, obra coletiva organizada pela Unesco sob a direção de Paul Ricouer (1975), e também em Agamben (2005)

partir da modernidade, de um mundo fundado em permanente mudança e não mais apenas sobre um tempo cíclico ou ritualizado coloca a percepção dos acontecimentos como central à experiência cotidiana. E os acontecimentos são como que matéria prima da ação dos meios de comunicação de massa.

Nossos objetivos, bem mais modestos, são os de pensar o regime de historicidade³ (HARTOG, 2003; 2005) que contemporaneamente articula o discurso jornalístico do jornal diário impresso e verificar em que medida as articulações entre três elementos essenciais da representação da experiência do tempo – as noções de passado, de presente e de futuro – já não se fazem aí tão evidentes. Gostaríamos de verificar se, em lugar da perspectiva teleológica em que uma clara inteligibilidade do regime de experiência temporal alicerçado na idéia de que o passado iluminava o futuro ou que o futuro como promessa justificava as coisas presentes, teríamos um regime de “presentismo”, de apologia do instante, “um presente hipertrofiado que tem a pretensão de ser seu próprio horizonte: sem passado sem futuro, ou a gerar seu próprio passado e seu próprio futuro” (HARTOG, 2003, p.27) no qual a mídia desempenha um papel importante ao produzir permanentemente certo tipo de equivalência entre tempo presente e atualidade.

O presentismo teria raízes em um fenômeno de percepção difusa da diminuição do sentido histórico em favor de um horizonte restrito somente ao presente (BODEI, 2001, p. 72). Muitas vezes associada à dinâmica dos meios de comunicação e seu fluxo ininterrupto e dantesco de informações que vincularia os indivíduos a uma imediatividade do “tempo real”,

³ Conforme define Hartog, “esta noção que estou propondo aqui difere da de época. Época significa, no meu entender, apenas um corte no tempo linear (de que frequentemente se ganha consciência após o fato e bem depois ela pode ser usada como um recurso de periodização). Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. Dota de um ritmo a marca do tempo, e representa, como se o fosse, uma "ordem" do tempo, à qual pode-se subscrever ou, ao contrário, e o que ocorre na maioria das vezes, tentar evadir-se, buscando elaborar alguma alternativa.” (HARTOG, 2003, p.11)

o elemento chave é a formação de um hábito cultural marcado pelo choque e repetitividade:

“mesmo o novo parece assim surgir e declinar ao reclame do eterno retorno do igual” (p.72).

Não se trata, é importante repetir, de clamar por uma situação anterior.

Pelo contrário, é preciso intuir e desenvolver as potencialidades escondidas de uma situação de qualquer maneira incontornável. A responsabilidade das mídias no embotamento do sentido histórico é, aliás, limitada. A impressão que o *visus* histórico das jovens gerações tenha diminuído advém da supervalorização do tipo de sentido histórico ao qual estamos habituados. Ainda desconhecemos muito sobre os aspectos positivos que a civilização de hoje está em condição de oferecer (mediante a gravação dos sons e das imagens ou a ativação de bancos de dados), possibilidades “objetivas”, anteriormente desconhecidas, de acumular uma enorme dimensão da memória histórica e de a ela aceder facilmente (BODEI, 2001, p.73).

Nesse sentido, estamos tomando como hipótese que a manifestação do presentismo na notícia de jornal está relacionada com uma certa perda da capacidade de discernir critérios para associar a temporalidade ao relato jornalístico. Ao invés de operar como um critério que ao mesmo tempo permite selecionar e singularizar elementos relevantes dos fatos relatados, a temporalidade é tomada como um mero dispositivo de ativação da atualidade da notícia pela sua equivalência com o presente histórico.

Assim, o “presentismo” aparece como uma constatação de que a perspectiva temporal que alicerçou a forma como na vida moderna percebemos o mundo – não apenas de maneira individual, mas fundamentalmente em termos sociais – baseada em uma idéia de passado, presente e futuro, de um ontem, de um hoje e de um amanhã, se manifesta em certa crise.

O afastamento de uma idéia de memória histórica e de projeção do futuro estariam desestabilizados. Segundo Oliva-Augusto (2002), “o esforço para manter-se em dia com o seu próprio tempo provoca, nas pessoas, o afastamento dos padrões significativos do passado, sem que suas próprias referências de valor se enraízem; com isso, as perspectivas de um (possível) futuro ficam também obscurecidas. Do mesmo modo, a experiência do passado já não garante a base para atuação no presente” (2002, p.31). A própria idéia de que a sociedade contemporânea é definida pelo “risco”, conforme formulação do sociólogo Ulrich Beck, está

assentada nessa noção quando uma idéia de futuro toma o lugar do passado na determinação causal do tempo presente, quando há uma dominância do futuro na perspectiva histórica.

Não se trataria de um mero estado de incerteza sobre os destinos do mundo – traço que caracteriza a história da humanidade, mas de uma noção historicamente fundamentada que indica a maneira como isto é agora compreendido ou explicado.⁴

Sua análise ressalta a transformação crucial em curso na própria noção de tempo, acentuando que a consciência do risco repousa não no presente, mas no futuro: em consequência, é necessário projetar o que virá depois a fim de determinar e organizar (agora) as ações. Esse segundo ponto deve ser enfatizado: para prevenir riscos, o futuro deve ser antecipado, de forma a gerar ações preventivas no presente. Dessa forma, mesmo considerando que, como no passado, o futuro ainda aparece como dimensão importante, hoje, é o presente o tempo acentuado, enquanto, anteriormente, o futuro a ser construído aparecia como a dimensão temporal forte. (...) o nosso seria um tempo de dissolução dos elementos que, há pelo menos três séculos, tem constituído a base temporal em que ocorrem os processos sociais. Essa constatação sugere estar em curso uma assustadora re-significação do tempo, caracterizada pela crescente desvalorização cultural do passado, a progressiva perda de perspectiva e de esperança em relação ao futuro, e a acentuação exasperada da vivência do presente, preenchido exaustivamente. (OLIVA-AUGUSTO, 2002, p31-32).

Tal quadro incide fortemente no ambiente midiático, em particular no discurso da informação jornalística. Por se tratar de um discurso da atualidade, a notícia estará certamente representando tais modificações ao mesmo tempo em que delas é um vetor fundamental.

A atualidade dá doravante forma à nossa experiência do tempo. O fato de viver permanentemente à escuta das notícias do mundo altera a nossa relação com os outros mas também a nossa própria percepção da trama temporal. É a imprensa diária que, desde meados do século XIX, introduziu uma nova maneira de fazer relação com os seus contemporâneos e que tem instalado uma temporalidade até então desconhecida. A leitura do jornal, "esta oração laica da manhã", dá nascimento a cada dia à uma cerimônia de massa, cada comungante sabe apropriadamente que a cerimônia que realiza é repetida simultaneamente por milhares de outras pessoas da qual ele conhece perfeitamente a existência mesmo se ignora a identidade precisa. (VITALIS et alii, 2005, p.12).

Processo histórico de longo prazo (ANDERSON, 1993; FRANCISCATO, 2005), certamente as características percebidas para a imprensa no século XIX adquirem hoje novas dinâmicas⁵. Mas o importante aí é destacar o regime de historicidade em que os atores sociais

⁴ Para uma caracterização da noção de risco como recorrente em diversas áreas das ciências humanas e sociais ver Reith (2004)

⁵ Importante lembrar aqui que a referência a um processo histórico de longo prazo da imprensa e do jornalismo não significa vê-los como uma sucessão de épocas lineares, com um sentido único e mesmo ignorar a diversidade dessas histórias e desses processos, em diferentes momentos e sociedades, no que concordamos com

dão atenção a uma coincidência temporal entre os acontecimentos produzida pela leitura das páginas do jornal. Será preciso que os leitores imaginem as relações de simultaneidade entre os relatos de tais acontecimentos, destacados de suas situações e entornos originais, e o jornal. Dois serão os mecanismos básicos para que essas conexões se estabeleçam: os mecanismos de datação e a relação entre os periódicos e o mercado como uma relação de consumo marcada por um produto de rápida obsolescência. (ANDERSON, 1993, p.57-60).

A atualidade produzida no e pelos textos dos jornais (doravante, do discurso da informação na mídia em geral) passa a ser um dos leitos dessa crença coletiva na existência de uma temporalidade social sincrônica. “Esta coexistência temporal dos itens em um mesmo suporte de informação é que se chama a atualidade. Vê-se bem, a partir da variação considerável do tempo de validade do jornal, que não há duração objetiva da atualidade”. (TÉTU, 1993, p.718).

Para Vitalis et al., essa forma de presente no discurso da informação seria marcada por três características principais: é um presente “ofegante”, “fabricado” e “sobrecarregado”. No primeiro caso é um presente “em que o acontecimento caça o acontecimento e onde a informação dada é relevante apenas durante um curto lapso de tempo” (2005, p.13). A boa informação é sempre a próxima. Produz-se certo paradoxo: a informação opera entre a experiência e a expectativa, entre um saber e uma ignorância, e não apenas, como o imagina o senso comum, que a informação ou evento relatado seja aquilo que se leva ao conhecimento de um público. O discurso da informação faz uma espécie de jogo de dupla vinculação: anuncia um saber, como diz Tétu, “uma inteligibilidade do que já passou”, a par de manter uma incerteza, uma espera daquilo que ainda não é. Fia-se, assim, na dinâmica saber/não-saber do público. Como precisa Mouillaud, “toda e qualquer informação engendra o

abordagens como a de Høyer (1998), para quem são igualmente válidas mas também discutíveis as diferentes interpretações históricas sobre o jornalismo que se afirmam, como aquela centrada na discussão da relação imprensa/autonomia política ou idéias como a de declínio de uma “era de ouro”, como aparece numa tradição europeia influenciada por Jurgen Habermas.

desconhecido, no mesmo movimento pelo qual informa; inicialmente, porque produzir uma superfície visível induz um invisível como seu avesso” (1997, p.39).⁶

Já a natureza de presente fabricado diz da necessária vinculação desse tempo produzido pela máquina midiática ao trabalho de uma comunidade interpretativa (PONTE, 2005; TRAQUINA, 2005), agentes que partilham saberes, crenças, procedimentos e modos de interpretação do mundo social no processo de produção do relato da atualidade e submetidos eles mesmos a uma rotina produtiva organizada em torno de um certo quadro temporal. E por fim, trata-se de um presente sobrecarregado por, ao mesmo tempo, recolher e alimentar uma avalanche de acontecimentos que organiza o universo dos agentes sociais, que satura a experiência social de “eventos presentes”.

Assim, se a princípio assumimos nesse trabalho o caráter estruturante da dimensão temporal para a forma do jornalismo, vendo no presente o veio característico do discurso da informação, gostaríamos, por um lado, de problematizar a sinonímia entre presente e atualidade que muitas vezes parece vir contrabandeada em muitas abordagens teóricas. Assim procedendo, parece-nos que se alimenta uma referência ao presentismo, de início apontado como esse achatamento da expressão da experiência temporal – em sua pluralidade e diversidade – em prol de um presente que se vê apenas sob o signo do imediatismo, da pressa, da derrisão para com o passado, da irresponsabilidade com o futuro (SANTOS, 2003; ADAM, 2003), vistos como simples decorrência do presente. Por outro lado, em um exercício analítico, pretendemos ver se a estrutura temporal dos jornais impressos diários marca a força do tempo presente como condição para construção do relato jornalístico da atualidade ou se, na verdade, parece reduzir a noção de tempo presente em favor de um relato presentista do contemporâneo. É, assim, diante desse quadro problemático mais geral da relação

⁶ Autores como Luhman (2005) chegam mesmo a dizer que os meios de comunicação divulgam a ignorância na forma de fatos.

mídia/temporalidades que buscamos inscrever uma questão mais específica que orbita em torno dos regimes de temporalidade do jornal diário impresso.

O discurso do jornal e o problema das temporalidades

É costume afirmar, seja no âmbito das teorias da comunicação ou no campo dos saberes profissionais do jornalismo, que a problemática temporal no jornal impresso diário apresenta-se através de duas dimensões relacionadas: uma diz do seu ciclo de “aparecimento” a cada 24 horas, a sua condição de instrumento periódico; a segunda refere-se às noções temporais que constituem as formas discursivas do jornal quando produz o relato de acontecimentos. As relações entre tais dimensões compõem o esforço enunciativo do jornal para articular o seu relato da “história do presente”⁷ com o tempo vivido dos sujeitos sociais. São dois eixos transversais: a periodicidade ajuda a construir uma expectativa sintagmática, induzida pela distribuição da informação em seqüência, e uma expectativa paradigmática, ligada à aparição do jornal sempre com o mesmo discurso informativo.

“Num primeiro plano, o jornal dá as ‘notícias do dia’; produz, então um tempo social objetivado relatando os ‘acontecimentos’ que o marcam. É essa sua parte referencial e ‘informativa’, no sentido usual do termo, sua maneira de construir, no modo do verdadeiro ou do ‘atestado’, uma história do presente. Mas, simultaneamente, num outro plano, também constrói, pela simples recorrência da sua enunciação, identidades sociais. Ao tempo contado, ‘enunciado’, o da narrativa dos acontecimentos noticiados, se superpõe, assim, um tempo ‘vivido’, tempo da enunciação (e da recepção) do discurso que serve como suporte para a constituição da imagem própria do jornal como sujeito coletivo enunciante, e, correlativamente, à formação de um certo hábito próprio da clientela da qual se alimenta e, sem dúvida, satisfaz a expectativa diariamente” (LANDOWSKI, 1992, p.119).

⁷ As aspas, mais que recurso retórico, servem para de fato por em suspenso uma compreensão dessa relação entre história e presente. Afinal, o uso da expressão implica também mobilizar um debate intenso e extenso que a História tem feito em relação a sua forma específica de conhecimento e sua metodologia. Discute-se mesmo a legitimidade na historiografia de uma história do tempo presente, ou uma história imediata (LACOUTURE, 1998; CHAVEAU, 1999; HARTOG, 2001), afinal uma escrita da história esteve evidente em diferentes períodos, podendo-se recuar até o gesto fundador de Heródoto.

Os modernos jornais de informação geral constituem-se através da articulação dessas duas expectativas, na qual se oculta o retorno diário do mesmo discurso recobrando-o com a episodicidade da narrativa jornalística dos acontecimentos (MOUILLAUD, 1997).

Há, contudo, um conjunto de evidências ou dilemas⁸ que parecem problematizar a estabilidade desse quadro temporal que constitui e permite o reconhecimento do jornal impresso diário. Pode-se destacar, dentre outros aspectos, que: 1) proliferam nas páginas dos jornais relatos de fatos cujo momento axial não está circunscrito às últimas 24 horas que antecedem a circulação do diário. Junto às narrativas pontuais de eventos multiplicam-se narrativas seriadas e mesmo relato de acontecimentos “atemporais” em relação a uma cronologia; 2) relatos de eventos estrategicamente programados por diferentes setores ou instituições sociais que não estão no interior da organização jornalística ocupam preponderantemente as páginas; 3) amplia-se o uso de títulos anafóricos, enfatizando temporalidades específicas das notícias; 4) as fotografias fazem uso combinado de estratégias discursivas que combinam a “captura” do instante “absoluto” do acontecimento com temporalidades mais “estendidas” nas fotos posadas; 5) a diagramação remodela o discurso jornalístico evidenciando o aparecimento de novas matérias significantes (quadros, box, infografias etc.) e propondo organizações semióticas específicas para caracterização de sua forma; 6) a própria forma textual do relato noticioso faz uso de estratégias textuais renovadas no que se refere aos operadores temporais linguísticos (articulação sintática presente nos diferentes materiais lingüísticos caracterizando o uso dos tempos verbais; forma do discurso; presença dos advérbios, preposições e conjunções temporais). Não se pode perder de vista que tais tensões no discurso do jornal impresso se dão num quadro contextual em que a emergência das mídias informativas que operam no chamado “tempo real” redefine não só as bases das práticas jornalísticas e da relação entre os diferentes agentes sociais e o campo da

⁸ Dilemas entendidos aqui no sentido proposto por Fairclough: “a mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem” (2001, p.127)

mídia, bem como a própria configuração de cada meio no interior do sistema midiático. Arquembourg (2003, p.9) nos precisa esse novo quadro: “A informação em tempo real suscita a criação de arquiteturas temporais sofisticadas, ela engendra uma relação específica no presente”. Para ela, é preciso examinar não só as orientações temporais que organizam o relato dos acontecimentos na mídia, mas também a natureza problemática do presente, vista em geral apenas pelas lentes do senso comum. Tais aspectos compõem para nós aquilo que Fausto Neto (2006, p.96) nomeia como mudanças sociológicas e comunicacionais do jornal que provocam alterações nos modos enunciativos que tais veículos constroem para estabelecer o vínculo com seus leitores. Uma dessas mudanças estaria na maneira como o jornal passa a representar nossa experiência temporal da realidade no e por meio do discurso.

Ou seja, se num primeiro momento da história da chamada imprensa informativa, no âmbito da experiência individual ou social, ao questionarmo-nos acerca da temporalidade inscrita no discurso do jornal, era-nos possível perguntar “do que o jornal fala?” e intuitivamente responder “do hoje”, do “presente”, entendendo da maneira mais evidente o regime temporal ali alicerçado, em presença de tal quadro de alterações, “de que *hoje* o jornal fala *hoje*?” O que passa a caracterizar a discursividade das chamadas “notícias do dia”? Qual a relação entre a noção de temporalidade que se apresenta para o discurso jornalístico e o tipo e a forma das narrativas de acontecimentos do dia no noticiário efetivamente veiculado por jornais diários contemporaneamente?

O objetivo da nossa investigação em relação a um conjunto de trabalhos, que serão aqui mobilizados, seria então abordar a articulação na narrativa jornalística do regime de temporalidade que a atravessa, que constitui hoje a ação dos meios de comunicação e que modela o mundo dos acontecimentos mediáticos. A análise incide, pois, sob as formas enunciativas da imprensa diária e sua participação em questões temporais que concernem às

formas de experimentar e construir o mundo social como presente, que obviamente repercutem sobre os próprios rumos da contemporaneidade.

Evidentemente, a questão mais geral que orienta nossa pesquisa tem como pano de fundo a dificuldade de se abordar a problemática da temporalidade no discurso da informação. Se o jornalismo pode ser definido como “uma atividade voltada para a produção e oferta de notícias, de informação sobre a atualidade, isto é, sobre estados temporalmente determinados do mundo” (GOMES, 2003), quais seriam atualmente tais “estados temporalmente determinados do mundo” que se presentificam no relato noticioso? Acreditamos que a caracterização de tais estados podem ser preciosos indicadores sobre a forma como opera o discurso jornalístico contemporaneamente.

Enfim, para dar conta de tais discussões esse trabalho se organizou da seguinte maneira. Inicialmente fazemos uma abordagem que visa situar a discussão tempo e jornalismo numa matriz teórica dos estudos em comunicação. Em uma segunda parte buscamos caracterizar como a noção de temporalidade se faz presente no discurso da informação a partir de quatro entradas conceituais: os estudos do jornalismo baseados nos critérios de noticiabilidade, na noção de enquadramento, no conceito de narrativa jornalística e nas teorias discursivas do jornalismo. A terceira parte desse trabalho se dedica a pensar a problemática do acontecimento no discurso do jornal como uma chave para articular esses diferentes arcabouços teóricos. Em seguida o esforço é o de tentar fazer que essas reflexões possam convergir para uma compreensão do jornal diário impresso como um dispositivo que materializa essa expressão da experiência temporal. Na quinta parte desse trabalho caracterizamos uma estratégia metodológica para que se possa pensar o “sistema temporal do jornal”, a partir da análise comparativa do tratamento que quatro jornais diários de “referência” dão aos chamados acontecimentos do dia e da compreensão de como nesse processo se implicam os chamados fatores temporais – periodicidade e produção de

atualidade; a seqüência informativa e a forma elaboração do atual – e os modos como o discurso jornalístico sistematiza o mundo, elaborando a dispersão dos fatos em estruturas sintagmáticas e paradigmáticas destinadas a essa finalidade. Trabalhamos com material publicado por dois diários de abrangência nacional, outro regional e um de corte estritamente local. A partir daí, nas três últimas seções do trabalho realizamos exercícios de análise de maneira a compreender o relato jornalístico a partir da sua representação de tempo e, assim, perceber formas de manifestação do chamado “presentismo” da notícia. Por fim, a conclusão tenta alinhar aspectos que a nosso ver reforçam a pretensão de transformar a problemática da temporalidade em uma chave para compreensão e crítica do discurso jornalístico dos diários impressos.

2. Tempo e jornalismo

2.1 A comunicação e o tempo

Tende-se a perceber que nos estudos em comunicação a questão do tempo aparece, com frequência, muito mais como um princípio normativo do que como uma categoria de análise essencial à compreensão dos fenômenos comunicativos. Tais reflexões costumam estar assentes ou numa compreensão de noções de tempo de caráter eminentemente especulativo ou, intuitivamente, percebe-se o tempo como dado evidente de uma realidade empírica. Um olhar mais detido, porém, pode produzir uma tipologia teoricamente mais sofisticada no que tange as questões relativas à temporalidade e aos processos midiáticos. Seria possível identificar várias abordagens e métodos de trabalho, resultando em um quadro classificatório bastante diverso sobre o panorama das investigações.

Na tentativa de formular algumas convergências nesse campo de pesquisa, Jaëcklé (2001) aponta quatro perspectivas ou “linhas de força” que investigam a relação tempo/comunicação. Uma ele nomeia como “paradigma narratológico”, assentada sobretudo nos trabalhos que enfocam o agir humano organizado em um tipo de discurso⁹. Uma segunda perspectiva seria a do paradigma “midiológico-técnico” que, trabalhando com regimes de temporalidade diferenciados para cada dispositivo tecnológico, assume o meio como decisivo no exercício de análise¹⁰. O terceiro paradigma, “sócio-político”, tem lastro, sobretudo, na sociologia e procura estudar a articulação dos diferentes tempos sociais nos variados domínios da vida social e o papel da mídia nesse cenário¹¹. Por fim, o paradigma “sócio-cognitivo” investiga os mecanismos, não só midiáticos, de construção e aprendizagem das categorias

⁹ Ricoeur (1994) e sua teoria sobre a articulação entre tempo e narrativa tem sido uma das principais referências apropriadas pela área da comunicação.

¹⁰ Categorias como velocidade, aceleração e sincronia são centrais nessa perspectiva e aparecem nos estudos de comunicação, sobretudo, nas reflexões acerca das novas condições da experiência nas sociedades contemporâneas, como em Debray (1993; 1995) e Thompson (1995).

¹¹ Os trabalhos de Thompson (1990; 1995) e Wolton (2004) indicam algumas das perspectivas teóricas enfeixadas nesse paradigma.

temporais que orientam a vida cotidiana¹². Jaëcklé destaca que o cruzamento entre as diferentes perspectivas parece ser também uma particularidade do campo de estudos da comunicação. Nessa área, a pesquisa tem se dado articulando, por exemplo, temporalidades da relação dos sujeitos no uso do dispositivo, à temporalidade da história tramada no âmbito de cada dispositivo e à temporalidade da apropriação que se dá na experiência dos atores sociais.

Domenget (2002), por sua vez, também indica quatro entradas analíticas típicas no estudo da relação meios de comunicação social e temporalidades, que já constituem alguma especificidade teórica no campo da comunicação, ultrapassando os primeiros trabalhos, de marcada dominância sociológica¹³: 1) a análise das modificações da temporalidade da experiência no contexto midiático contemporâneo; 2) as temporalidades construídas pela forma de atuação dos meios de comunicação; 3) a relação do campo da recepção e as temporalidades midiáticas; e 4) a relação entre os diversos domínios do social e os tempos midiáticos. No interior dessa grade destacam-se os estudos cujos eixos de pesquisa analisam as diferentes representações do tempo na instância da produção e da recepção midiática ou privilegiam a relação da temporalidade midiática na sua articulação com outros quadros da experiência social. Contudo, a grande maioria dos trabalhos ainda é marcada por imprecisões conceituais sobre a noção de temporalidade com uma utilização de numerosas terminologias – “tempo midiático”, “tempos midiáticos”, “temporalidades midiáticas”, “tempo dos meios de comunicação”, “tempo nos meios de comunicação” etc. que nem sempre apontam para um mesmo objeto. Nesse sentido, Domenget propõe uma organização desses estudos segundo quatro critérios – o paradigma adotado, a dimensão do estudo, uma definição da noção de

¹² No âmbito da comunicação a discussão dos “dispositivos informacionais” como em Peraya (1999) caracterizam tal linha de abordagem.

¹³ Tal perspectiva incide, sobretudo, no estudo do impacto dos meios massivos na concepção do tempo, no estudo dos usos dos meios de comunicação e sua relação com as estruturas temporais cotidianas e na caracterização das temporalidades específicas engendradas pela mídia. Nessas abordagens de matriz sociológica o campo da mídia é tomado como variável explicativa independente que gera efeitos diversos e profundos na vida social, com destaque para novos tipos de comportamento humano.

tempo em relação aos meios de comunicação social, e os temas abordados – que produzem sete eixos de investigação assim organizados no quadro 1:

	Paradigma em questão	Dimensão de estudo	Concepção de tempo e das mídias	Questões ou temas tratados
Apreensão do objeto e evolução do contexto midiático	Abordagens sociológicas e críticas	Macro-social	Tempo dos mídias, aceleração. Mídias de massa	Efeitos sociais das mídias, possibilidades de liberação
Narrativa e representação do tempo	Abordagens narratológicas e semiológicas	Micro	Direto, presente, temporalidade interna de um programa. Televisão e imprensa	Representação do tempo, condições de produção das narrativas midiáticas
Dimensão técnica das mídias	Abordagens midiológicas, técnicas, históricas	Macro-social	Tempo real, tempo técnico, velocidade, aceleração, mídias de fluxo	Tempo técnico/percepção humana do tempo, delinearização do fluxo, aceleração do tempo das mídias?
Articulação entre tempos midiáticos e tempos políticos	Abordagens sócio-políticas	Macro-social	Tempos midiáticos, tempos democráticos. Mídias de massa.	Oposição ou influência recíproca entre tempos midiáticos e tempos políticos
Micro-universo temporal em situação de aprendizagem	Abordagens sócio-cognitivas	Micro-social	Temporalidades internas das mídias, temporalidades vividas pelo usuário. Dispositivos de comunicação	Capacidade dos indivíduos em gerenciar as temporalidades propostas pelas mídias?
A recepção dos tempos televisuais	Abordagens semiológicas e pragmáticas	Micro	Tempos dos gêneros, tempos da recepção. Televisão	Como os telespectadores ajustam os tempos propostos?
Usos dos mídias e integração dentro da vida cotidiana	Abordagens sociológicas	Macro e micro-sociais	Tempo da programação, temporalidades cotidianas. Mídias de massa	Como as mídias participam da estruturação dos tempos domésticos?

Quadro 1: Os eixos de investigações do par “meios de comunicação e temporalidades”

Fonte: Domenget (2002)

Vê-se que diferentes eixos ordenadores ou “palavras-chave” compõem o quadro em questão. Na verdade, estão representados distintos campos de investigação, como os pesquisadores abordam suas escolhas temáticas e as noções que irão orientar a construção conceitual em cada área de pesquisa. Empiricamente, transitamos entre processos os mais variados, como a apropriação das mensagens midiáticas, gênero de discurso, lugares de

recepção, dentre outros. Algumas das muitas noções que orbitam em torno de tais investigações são as de dispositivo, mídia, interação, práticas, mediações, texto, discurso, em um quadro teórico de referência que pode ser sociológico, etnográfico, pragmático, semiológico, tecnológico etc. No que se refere ao viés de tais estudos, ora fala-se de representação do tempo construído no âmbito do discurso midiático, ora questiona-se a estruturação temporal daquilo que se chama atualidade. Sem dúvida, desse conjunto heteróclito de formulações, inicialmente só é possível se dizer que a noção de tempo é diferente de acordo com os meios de comunicação social em foco.

Não é nossa pretensão nesse trabalho dar conta desse conjunto de problemáticas ou de relacionar os diferentes tempos mediáticos com outras temporalidades que organizam o cotidiano da experiência social. Interessa-nos, em particular, compreender como uma estruturação temporal é proposta e constituída em um produto particular, a notícia no jornal diário impresso. Assim, de acordo com nossos objetivos de investigação, iremos indagar três grandes linhas de abordagem que, a nosso ver, nos oferecem subsídio para análise da temporalidade no discurso jornalístico. Uma primeira procede a uma investigação da notícia como forma narrativa, outra que busca compreender os fatores sociológicos que conformam a produção e, portanto, constituem a forma notícia, e uma terceira que promove uma análise discursiva da informação jornalística. Operamos então com certa interseção/acoplamento de uma teoria do discurso jornalístico, uma teoria (da produção) da notícia e uma teoria da narrativa jornalística, o que sugere uma combinação de uma metodologia que dê conta de diferentes dimensões analíticas, com o intuito de fazer o exame do discurso da informação jornalística, mais particularmente de sua forma tipificada como notícia.

Mas, obviamente, tal “tomada de posição” ainda é teoricamente insuficiente para que possamos alcançar o objetivo de produzir uma análise comparativa e sistemática do tratamento que jornais impressos, no nosso caso quatro jornais diários de “referência”, dão

aos chamados acontecimentos do dia e compreender como nesse processo se implicam os chamados fatores temporais – periodicidade e produção de atualidade; a seqüência informativa e a forma elaboração do atual – nos modos como o discurso jornalístico sistematiza o mundo: elabora a dispersão dos fatos em estruturas noticiosas destinadas a essa finalidade. Que noções desse aglomerado teórico “comunicação e temporalidade” podem nos auxiliar a compreender de que modos o discurso jornalístico em jornais diários impressos se vale de fatores temporais para sistematizar o mundo e produzir o tipo de sentido culturalmente relacionado à informação de atualidade? O modo de entrada nesses estudos, todavia, deve ser antes elaborado, de maneira a permitir que noções e construtos teóricos sejam confrontados e melhor caracterizem nossa problemática.

2.2 Pressupostos para uma abordagem do discurso da informação jornalística

Inicialmente, acreditamos que a chave conceitual deve ser formulada em termos de uma articulação e não de uma aporia entre as dimensões propostas. Para tanto, deve-se evitar duas abordagens possíveis (e tradicionais), porém, a nosso ver, teoricamente insuficientes. Uma é um tipo de abordagem sociológica que, conforme nos alerta Quéré (1992), promove uma redução empiricista ao analisar a realidade e seu sentido promovendo uma divisão do objeto em dois elementos: de um lado, uma realidade dada, portadora de propriedades “objetivas” independentes da sua apreensão pelos sujeitos e que para estes se torna o objeto da sua experiência; de outro lado, uma visão do sentido como atribuído pelos sujeitos a essa mesma realidade sob a forma de atitudes, disposições e valores. Em nosso modo de tratar o assunto pretendemos admitir o argumento hermenêutico

entendendo a proposição de que a realidade social só se revela *na* e *pela* interpretação, em virtude de sua consistência própria: não somente ela é pré-interpretada por aqueles que nela vivem (versão tímida), mas, sobretudo, ela se constitui *na* e *pela* interpretação de si mesma, no sentido de que a atividade e as

instituições sociais organizam-se e estabilizam-se através das interpretações dos agentes a seu respeito”(grifos do autor). (QUÉRÉ, 1992, p.49)

Em tal perspectiva evitaríamos, assim, tomar a temporalidade como um traço da experiência social engendrado pela instituição jornalística. Os eventos do mundo e a produção da notícia não serão vistos como dimensões dissociadas, numa relação de externalidade, que acaba por redundar em uma linha de análise não preocupada em explicitar como a competência específica do jornalismo, uma modalidade discursiva com traços enunciativos particulares que tem como conseqüência proeminente produzir um efeito de realidade e uma assunção de verdade, vale-se da dimensão temporal para alcançar tal resultado junto à experiência social¹⁴. Diferentemente, assume-se nesse trabalho um enfoque relacional do jornalismo (PONTE, 2005; FRANÇA, 1998) assentado em três princípios configurantes da abordagem da relação comunicação/sociedade que estarão conformados no tratamento dispensado à relação notícia/temporalidade: 1) as práticas da mídia são, ao mesmo tempo, constituidoras da e constituídas pela vida social; 2) a relação entre os sujeitos interlocutores é complexa e com diferentes configurações; e 3) a análise da significação discursiva compreende uma articulação entre a dimensão proposicional e a dimensão relacional da linguagem (FRANÇA e GUIMARÃES, 2006, p.90)

Com tal perspectiva pretendemos abandonar raciocínios baseados na idéia simplificadora de uma antecedência lógica e cronológica entre a notícia e aquilo que ela relata, como se, nas palavras de Moiullaud (1997), o acontecimento estivesse à montante e a informação à jusante. Na perspectiva relacional, a própria notícia constitui um dado da experiência, um evento, para os diferentes interlocutores (jornalistas, fontes, audiência etc.) implicados em sua produção, circulação e apropriação. Experiência que não se reduz a sua natureza empirista, como mostram Quéré e Ogien:

¹⁴ Para uma apresentação e crítica dessas abordagens, enfeixadas, sobretudo, nas teorias do “espelho”, do *newsmaking* e do *gatekeeper*, ver Traquina (2005) e Ponte (2005).

a experiência designa uma travessia que modifica aquele que a realiza. Esta travessia é uma prova, e pode ser ocasionada pela confrontação com um texto, uma obra de arte, um acontecimento ou uma situação. Implicando a exploração e explicação dos efeitos de interação que a funda, ela é fonte de descobertas sobre o mundo e sobre si, e revela novas possibilidades de compreensão e de interpretação. Ela é produtora não somente de verdade, seja sob a forma de conhecimento ou compreensão, mas também de individualidade (aquela do acontecimento, da situação, do texto ou da obra implicada) e de identidade (QUÉRÉ E OGIEN apud GUIMARÃES, 2006)

Assim, desde uma perspectiva relacional, a notícia é uma modalidade de experiência, propicia uma interação dos e entre os interlocutores com ela envolvidos, os implica de maneira tal que

é ao mesmo tempo uma atividade prática, intelectual e emocional; é um ato de percepção e, portanto, envolve interpretação, repertório, padrões; existe sempre em função de um “objeto”, cuja materialidade, condições de aparição e de circunscrição histórica e social não são indiferentes. (GUIMARÃES, 2006)

A segunda perspectiva a ser reconsiderada poderia nesse momento receber a chancela de “viés lingüístico”. A abordagem da temporalidade e da notícia lastreada por um tipo de lingüística mais tradicional nos traz o ganho de oferecer ferramentas para o reconhecimento e problematização do discurso jornalístico no jornal como uma modalidade de enunciação e, portanto, seu texto como um lugar crucial para a construção do sentido de atualidade e o estabelecimento de dimensões temporais. Porém, e essa é também sua fraqueza, tal abordagem padece de um viés internalista centrado por demais nos limites do texto escrito e de sua interpretação e tornando precária a abordagem do jornal como um processo comunicacional. Ademais, não se pode esquecer as dificuldades das abordagens de matriz lingüístico-textual de aproximarem-se das diferentes dimensões semióticas e pragmáticas dos chamados textos “midiáticos”.

Uma abordagem mais adequada perguntaria, nos termos de Parret (1995), como o sentido se manifesta – se constitui e emerge – nas interações comunicativas mediadas por formas discursivas específicas, formas que são também lingüísticas. A pretensão é de avaliar esses “textos” que entremeiam os sujeitos mas sem, por um lado, reduzir esses mesmos textos a enunciados simplesmente marcados por sinalizadores morfológicos ou semânticos – “as marcas são uma ínfima parte do iceberg enunciativo”, diz Parret – e sem restringir a relação

dos sujeitos com essa escrita a uma mera faculdade cognitiva de práticas vistas como essencialmente intelectuais e teóricas. A narrativa da notícia e sua articulação com a dimensão temporal requer uma concepção de discurso apropriada não à maneira de um entrecruzamento entre coisas e palavras, uma superfície de contato entre um léxico e a experiência, como já criticara Foucault (1985). Pretende-se

“não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”. (FOUCAULT, 1985, p.55)

Nesses termos, os textos são vistos como práticas discursivas, na acepção dada por Fairclough (2001), são práticas de representação e significação do mundo, o constituem e constroem como significado, nunca visto como dado, mas “construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas. Toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca” (CHARAUDEAU, 2006, p.41).

E como o sentido se articula ao tempo? Uma chave conceitual que nos parece interessante é aquela que Muzzetto (2006) apresenta a partir da fenomenologia de Alfred Schutz, para quem a reflexão sobre tempo é parte intrínseca da abordagem da construção da intersubjetividade e do mundo social. Em um estudo que procura investigar a relação entre estruturas temporais e a constituição do significado na experiência vivida, Muzzetto oferece uma interpretação útil para pensarmos a problemática do tempo na notícia. Segundo Muzzetto, Schutz considera que toda experiência vivida é acompanhada de uma retenção (uma memória), uma primeira lembrança. Numa analogia interessante, Schutz explica que quando vou de um agora para outro agora é como a cauda de um cometa. Cada agora também é acompanhado por uma tensão para o instante seguinte, um prolongamento do momento atual no instante seguinte. Uma lembrança secundária e uma antecipação são distintas desses

primeiros processos primários, mas só são possíveis por causa deles. Uma recordação secundária é como fazer do passado uma experiência presente. A antecipação é da mesma natureza: refere-se a uma experiência futura como tendo ocorrido.

Em Schutz, experiência vivida é experiência passada, algo que já foi estabilizado. O significado não é nada mais que a atitude da mente “experimentando” suas experiências passadas. Entretanto, não significa que somente se possa lidar com o tempo por meio desse “voltar a atenção”, esse movimento retrospectivo. Isso sugeriria a leitura de uma aparente contradição entre “viver” e “pensar o viver”. Mas a reflexão central de Schutz é em torno da ação social enquanto construção intersubjetiva do mundo social. E essa ação tem uma estrutura temporal. Ação, para Schutz, é uma conduta humana baseada em um projeto, é concebida de antemão, diferentemente do ato, que é resultado desse processo em curso, a ação cumprida (SCHUTZ, 1974). E é por isso que não podemos circunscrever a experiência vivida a uma atenção ao passado da experiência. Toda ação supõe também uma antecipação da conduta futura pela imaginação. Imagina-se não a ação, mas o ato. “Devo visualizar o estado de coisas que provocará minha ação futura antes de poder esboçar os passos específicos de dita ação futura da qual resultará esse estado de coisas” (SCHUTZ, p.49). O projeto, então, antecipa o ato futuro, mas só pode fazê-lo por se basear em um conhecimento que está “à mão” do ator no momento mesmo da projeção.

É essa estrutura temporal que vai explicar a relação entre o projeto para a ação e o motivo dessa ação (no sentido weberiano). Entretanto, segundo Schutz, a ordem do motivo é dúbia em Weber, que não diferencia claramente entre os fins da ação e aquilo que induz o agente para um comportamento particular. Schutz se vale então de uma distinção entre “motivo para” e “motivo porque”. Os “motivos para” dizem dos objetivos que se quer alcançar mediante a ação. Do ponto de vista do ator social, é uma classe de motivos que se refere ao futuro. Os “motivos porque” tratam, também do ponto de vista do ator social, das

experiências, dos antecedentes que explicam a ação. É por isso que, além da experiência vivida como coisa já passada, o ator social, ao mesmo tempo, no curso da sua ação, se volta para o futuro. Essa distinção entre “motivos” conectada com aspectos temporais é que provê a ação, lembra Muzzeto (2006), de uma qualidade narrativa, a ação como uma história prospectiva e retrospectiva, dotada de uma situação precedente, o presente no qual ela se dá, e os fins a que ela se propõe alcançar. Assim, a partir dessa abordagem, Muzzetto conclui então indicando quatro aspectos essenciais para articular tempo e significado: 1) Instante após instante, as experiências permitem que os atores sedimentem um estoque de conhecimento, de maneira não aleatória, mas articulados com um conjunto de relações, inclusive relações temporais. “A própria cronologia da sedimentação tem um caráter constitutivo: as ‘mesmas’ experiências depositadas em seqüências diferentes formam diferentes estoques de conhecimento” (2006, p.16); 2) a forma mais relevante de agregar esse estoque de conhecimentos é o “sistema de relevâncias”, que dirige a consciência de um ponto a outro da experiência vivida interpretando-os de acordo com interesses existentes no momento. Apesar de operar como uma unidade, há “uma distinção analítica entre as relevâncias: temática, interpretativa e motivacional” (p.16); 3) podemos então ver o significado como

“relação, inata ao ato de voltar a atenção, entre uma experiência vivida e a experiência-vivida inteira do indivíduo, uma experiência configurada dentro do sistema de relevâncias. Deve-se adicionar, e este é um fator chave, que o sistema de relevâncias é uma função da biografia de cada indivíduo, de seu tempo vivido. É então necessariamente único para cada um indivíduo. Além disso, muda com cada momento vivido sucessivo. Em cada instante, o sistema de relevâncias interpreta o evento para o qual volta sua atenção, e essa interpretação modifica o próprio sistema em um processo circular contínuo. Não é somente o significado de cada experiência fundamental única, mas ‘mesma’ experiência não tem um significado estabelecido definitivamente. Sempre que eu trago uma experiência à mente, ela toma um sentido diferente, um significado que depende do momento temporal em que a atenção é focalizada outra vez na experiência. Por consequência, significado é radicalmente uma função do tempo”. (MUZZETTO, 2006, p.16)

e; 4) vivemos então simultaneamente em vários planos “da realidade”, transitando entre eles e com cada “campo” se tornando, em níveis diferentes, horizonte do outro. O que implica que

agimos também em várias dimensões de temporalidade distintas¹⁵ e é o mundo da vida cotidiana do *self* que unifica passado, presente e futuro.

Podemos então dizer que a interpretação do mundo feita pelos diferentes agentes e tipificada pelo jornalista por meio da notícia se baseia em um “acervo de experiências prévias” que funcionam como um esquema de referências, a partir de um “conhecimento à mão”. Tais referências nos aparecem como típicas – atinentes a referências similares antecipadas. O jornalista, quando identifica um evento noticiável, mobiliza uma cadeia de percepções, que vão do repertório de sua experiência individual até as molduras produzidas à escala da sua comunidade interpretativa profissional e àquelas molduras pré-definidas no âmbito do meio em que trabalha (editoriais, linha editorial, linguagem do veículo etc.). Trata-se de se perguntar que evento é este, que notícia será esta, para verificar o grau de conformidade com outros acontecimentos jornalísticos verificando o seu grau de tipicidade e singularidade. A produção da notícia, enquanto uma prática discursiva, está marcada pelo que Schutz chama de “situação biograficamente determinada”. Então, a notícia pode, enquanto uma representação sobre estados atuais do mundo, ao voltar-se para o presente da experiência social, também ser lida com essa combinação de passado, presente e futuro? A idéia de “motivos para” e “motivos como” podem fundamentar uma análise temporal da notícia? O “texto” da notícia pode ser inquirido sobre estoques de conhecimento que fundamentam a narrativa de um fato e atos futuros que ajudaram a “desenhá-la”?

Enfim, temos um campo de trabalho que a partir de agora passamos a abordar com mais detalhe, com vistas a pensar o regime temporal da notícia no jornal e a verificar qual a representação de tempo presente é acionada pela notícia ao produzir um relato da atualidade.

¹⁵ Nesse item a referência é, sobretudo, a uma discussão acerca da percepção do tempo que distingue um tempo dito convencional ou cronológico e outro que seria psicológico. O tempo psicológico poderia ser analisado sob três variantes: tempo que passa lentamente (duração prolongada), tempo que flui como os relógios (sincronia) e tempo que flui rapidamente (tempo comprimido). Sobre isso ver FLAHERTY (2001). Um problema recorrente em tais abordagens é a redução do que se poderia chamar tempo da sincronia a uma marcação cronológica do tempo que se expressa pelos relógios, esquecendo-se de diferentes modalidades de sincronia que são dadas por outros marcadores (rituais, por exemplo) presentes nas práticas sociais.

3. Temporalidade no discurso da informação: o sentido de atualidade e o jornalismo como “história do presente”

Ao inventariar as diferentes linhas de análise para compreensão do discurso jornalístico, Ponte (2005) nos oferece um quadro conceitualmente bastante alargado, porém elucidativo, para que se possa tematizar a problemática temporal associada à noção de notícia. A compreensão da autora do que vem a ser notícia implica na caracterização de três campos de análise distintos e interligados: a natureza discursiva do jornalismo, o jornalismo como uma modalidade de conhecimento, e as formas de construção da notícia, tomada como exemplar típico do relato jornalístico. Tal esforço teórico de síntese implica muitas vezes associar ou relacionar noções e conceitos que em outros autores ou perspectivas analíticas encontram-se articulados de maneira distinta.

Como no âmbito desse trabalho interessa-nos mais o quão o recurso à temporalidade ajuda a compreender a forma como o texto jornalístico tem respondido ao acontecimento, organizaremos nossa reflexão a partir do entendimento da notícia como enunciado discursivo com formas narrativas específicas – suas estratégias enunciativas – e também da compreensão acerca da maneira como aspectos dos constrangimentos sócio-profissionais se transformam em tais estratégias, tornam enfim a temporalidade um problema linguageiro. Na pesquisa do jornalismo, tais questões são rodeadas por perguntas acerca da maneira como e por que os jornalistas selecionam determinados eventos para publicação descartando outros tópicos. As perspectivas teóricas mobilizadas para o estudo dessa questão são bastante variadas, envolvendo uma miríade de métodos. Nossa investigação particular é tentar analisar se a temporalidade é uma dimensão que nos ajuda a compreender, a partir da própria notícia, o que a notícia deve contar e como deve fazê-lo, de maneira a produzir um efeito de real e de verdade em que a temporalidade cumpre papel essencial. Assim, trataremos aqui de quatro

enfoques que tematizam a natureza da notícia e permitem, de alguma forma, abordar a questão da sua temporalidade: os valores-notícia, as notícias como molduras ou enquadramentos, a narrativa jornalística e a notícia como estratégia do discurso da informação.

3.1 A temporalidade como critério para produção da notícia: o tempo como valor notícia e critério de noticiabilidade

Numa abordagem a partir das chamadas “Teorias do Jornalismo”, a dimensão temporal aparece no relato noticioso associada à noção de critérios de noticiabilidade, “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2005, p.63). Os valores-notícia são vistos como uma qualidade simultânea do acontecimento e da construção jornalística, estando presentes de maneira combinada em todas as fases do processo de produção da notícia (implicados tanto nas condições de produção quanto nas de reconhecimento, de leitura por parte do público).

Parte dessa abordagem esteve voltada para o exame dos *gatekeepers*, ou do papel dos jornalistas na definição do que se torna ou não notícia, outra parte orientou-se para as circunstâncias profissionais de produção da notícia – aspecto que trataremos na próxima seção. Examinamos aqui algumas abordagens que ocuparam sua atenção com o conteúdo típico da produção dos meios de comunicação, particularmente da notícia.

O ponto de partida em geral é a existência de eventos que têm características noticiáveis e que, assim vistos pelos jornalistas, serão transformados em notícia. O conteúdo dos jornais, por exemplo, trataria dos eventos com maior grau de noticiabilidade. Vários

autores apontam para os estudos de Walter Lippmann, na segunda década do século XX, como os precursores dessa abordagem dos valores-notícia (EILDERS, 2006).¹⁶

Na tradição anglo-saxônica, Galtung e Ruge destacaram, em um já clássico trabalho publicado em 1965 (*The structure of foreign news*), a questão temporal como um dos 12 valores-notícia que identificaram na produção noticiosa. Tais fatores (escassez, relevância proximidade cultural, referência a algo negativo etc.) funcionam em inter-relações e quanto mais compostos eles aparecerem na visada de um evento, maior a probabilidade de que esse “algo” se torne notícia.

Eilders (2006), ao analisar a contribuição alemã para a reflexão sobre valor-notícia, desenvolvida a partir da década de 1970, indica que o eixo fundamental da abordagem também era a idéia de que os jornalistas atribuem valores-notícia aos eventos em correspondência aos seus critérios de seleção. Exemplificando a probabilidade de um jornalista escolher entre fazer o relato de um acidente automobilístico próximo ao local onde se encontra e outro distante dali, Eilders explica que os jornalistas “possuem um catálogo cognitivo dos critérios que fazem eventos mais ou mais menos noticiáveis, e a proximidade é parte desse catálogo” (p.7).

O avanço dos estudos demonstrou que tais critérios de noticiabilidade “invadiam” todo o processo de produção e não se restringiam a fatores individuais, alcançando inclusive os processos de interpretação acionados pelos leitores. Tal perspectiva vai, inclusive, informar toda uma vertente de investigação que busca as razões para que os valores-notícia operem a seleção dos acontecimentos noticiáveis, estabelecendo, assim, uma ponte com os processos cognitivos das audiências. Para Eilders (2006) tais processos permitem supor que a noticiabilidade esteja vinculada a “esquemas de relevância” que dirigem não apenas os processos seletivos da comunidade dos jornalistas, mas também os processos de atenção dos

¹⁶ Sobre o trabalho de Lippmann ver em especial a Parte VII: “‘Newspaper’ do livro “Public Opinion”.

receptores. Posição similar apresenta Chaparro (2001) quando trabalha a idéia de que a interlocução jornalística – “normas de cooperação entre quem escreve a notícia e quem a lê” (p.141) – desenvolve-se com base em uma “lógica dos atributos”, que noutras palavras vem a ser os conteúdos relevantes que conectados aos fatos produzem transformações na experiência dos atores sociais.

Para Chaparro, o jornalismo opera com dois atributos básicos: os de relevância e os de atualidade, “o atributo por definição do jornalismo” (p.141)¹⁷. Além da dimensão temporal, do compromisso do jornalismo com o tempo presente em suas várias caracterizações (“hoje”, “agora” etc.), a atualidade refere-se aos “acontecimentos significativos para as pessoas, (...) dos fatos e atos, das falas e revelações imediata ou potencialmente desorganizativos ou reorganizativos, por seus efeitos imediatos na realidade vivida” (p.142). Chaparro nomeia tais processos como “dimensão de transformação”. Há, por fim, no atributo da atualidade, também a “dimensão das razões”, que implica a ética do fazer, os motivos para conferir significados aos acontecimentos. No que tange aos atributos de relevância, eles tratam propriamente dos conteúdos que permitem a interlocução jornalística. A partir de pesquisas empíricas, Chaparro chegou a três grupos com dez atributos no total.

- 1) Quatro atributos de maior relevância: a **Proximidade** em relação ao mundo presente das pessoas; as **Consequências** dos fatos relatados; o(s) **Conflito(s)** envolvidos na história relatada ou comentada; e a **Notoriedade** de protagonistas, vítimas, temas, coisas e lugares.
- 2) Quatro atributos de relevância média: a oferta de **Conhecimentos**; a valorização do componente **Surpresa** nas razões ou manifestações do acontecimento; a **Utilidade** das informações, a **Dramaticidade** dos fatos e das circunstâncias.
- 3) Dois atributos de relevância localizada em determinados conteúdos, mas que, se bem explorados, podem aumentar o nível de interesse de muitas notícias: o caráter **Inusitado** ou **Insólito** de certos fatos; e o **Suspense** de certos acontecimentos ou na forma de relatar. (grifos do autor) (CHAPARRO, 2001, p.142)

Essa lógica dos atributos foca então sua análise na correlação entre as características dos objetos/eventos a serem selecionados para relato e os critérios para essa seleção. Algumas

¹⁷ Como é recorrente nas discussões sobre valor-notícia, há sempre alguma variação na classificação proposta. Em trabalho anterior, Chaparro (1994) aponta o “interesse” como atributo de definição do jornalismo, que poderia variar sua intensidade na relação com os atributos de relevância no conteúdo, dentre os quais constava a “atualidade”.

das teorizações mais recentes apontam para a necessidade de se distinguir entre valores-notícia e a seleção de notícias (SILVA, 2005) ou entre fator-notícia e valor-notícia (KEPPLINGER e EHMIG, 2006). Esses dois “componentes” da teoria da notícia, como são chamados, segundo essa vertente, aparecem em boa parte dos estudos confundidos ou utilizados de maneira equivalente. Em linhas gerais, os fatores-notícia tratam das características da matéria jornalística que foi produzida, enquanto os valores-notícia identificam exatamente o impacto de tais características na seleção das notícias (KEPPLINGER e EHMIG, 2006). Um diz dos atributos da notícia, o segundo sobre o juízo que a comunidade profissional faz da relevância de tais fatores. Essas abordagens procuram sempre a validação empírica de tais estudos fazendo uso inclusive da construção de medidas de noticiabilidade, com o desenvolvimento de protocolos experimentais que avaliam as noções teóricas por meio da comparação entre a noticiabilidade teoricamente prevista e a empiricamente comprovada.

Apesar do rigor teórico e metodológico que tais estudos reivindicam, tem-se a sensação de que algumas conclusões a que chegam são razoavelmente óbvias – “fatos ligados a pessoas influentes e eventos ocorridos próximo ao lugar da publicação aumentam a probabilidade de uma notícia ser publicada” – e poderiam ser em alguma medida percebidas pela própria leitura mais superficial dos jornais ou caracterização sumária do funcionamento de uma redação.

Tais distinções entre noticiabilidade e valores-notícia não são, entretanto, o fundamental para vários dos pesquisadores que lidam com essa problemática. Gomis (2002), numa tradição dos estudos em língua espanhola, tem perspectiva parecida com a de Chaparro: atém-se aquilo que considera atributos básicos para a noticiabilidade – interesse e importância – que cobririam toda a gama de conteúdos elencados como valor-notícia. O primeiro atributo tende a ativar maior atenção dos leitores, provocar mais comentários, e é acionado com

prioridade quando a lógica de mercado na produção da notícia prevalece. O segundo indica ocorrências em que o fator consequências sociais é tomado como de maior relevância. Ambos asseguram a construção da notícia como “imagem do presente social” (GOMIS, 1991, p.11). Martini (2000), por sua vez, considera que os critérios de noticiabilidade sofrem grande variação conforme o contexto social, o tipo de meio de comunicação e implicam sempre uma relação negociada entre os meios, os jornalistas e a opinião pública. Mas são, fundamentalmente, formulações pragmáticas no trabalho cotidiano que “constituem um conjunto de condições e valores que se atribuem aos acontecimentos” (p.85). A sistematização que propõe é baseada na distinção entre efeitos do acontecimento sobre a sociedade e qualidade do acontecimento, que diz da percepção dos eventos pelo trabalho da comunidade profissional dos jornalistas. Distinção semelhante fará Sousa (2002; 2004), que diferencia os valores-notícia entre critérios relativos aos acontecimentos e critérios processuais.

As caracterizações poderiam se estender e encontrarmos uma tipologia que varia na medida mesmo do autor escolhido. Nesse sentido, em boa medida, uma antiga conclusão de Wolf (1987) sobre os estudos que tratavam dos valores notícia ainda permanece válida: 1) é possível uma distinção analítica entre noticiabilidade e valores-notícia; o primeiro trata dos elementos que compõem a relação jornalistas/percepção dos acontecimentos e o segundo é um componente que estrutura a noticiabilidade; 2) nessa perspectiva, os valores notícia são uma qualidade simultânea do acontecimento e da notícia (o que supõe obviamente que ambos são coisas distintas); 3) com pesos diferentes, eles se aplicam a todas as fases do processo de produção de notícias; inclusive no lugar das audiências; 4) os valores-notícia têm a ver com conteúdo da notícia, com o produto informativo, com o meio de comunicação, com o público e com a concorrência; e 5) os valores-notícia operam de maneira articulada, com composições

que irão estabelecer um gradiente entre aquilo que é mais noticiável e o que é menos noticiável.

Em geral, vários desses estudos compartilham uma mesma concepção de cadeia de comunicação, indicada por Galtung e Ruge, em que o acontecimento e notícia aparecem mutuamente implicados mas o primeiro tem uma precedência, lógica e cronológica, em relação à notícia. Essa “defasagem” entre acontecimento e notícia é produzida/preenchida por aquilo a que Charaudeau (1997) nomeou de lugar das condições de produção, que reúne tanto as práticas da organização sócio-profissional – os meios necessários para que o produto noticioso chegue a um dado público e seja apropriado/consumido – quanto as práticas para a realização do produto informativo – as condições propriamente semiológicas de produção.

A organização jornalística funciona dentro de um ciclo temporal. O ciclo do “dia noticioso” impõe limites na natureza das notícias. Há que organizar a aparente instabilidade dentro de um ciclo diário no qual cabem esses produtos. A urgência é um valor dominante. O planejamento é importante. Seria enganoso pensar que esta “corrida” contra as “horas de fechamento” está unicamente restrita ao ciclo do “dia noticioso”. Uma parte da atividade jornalística é planejada antes do dia em que os acontecimentos cobertos têm lugar. Um tal planejamento identifica os “acontecimentos futuros” numa tentativa de impor ordem ao (possível) caos provocado pela imprevisibilidade de (alguns) acontecimentos. (TRAQUINA, 2005, p.39)

Vê-se, pois, que a precedência lógica/cronológica do acontecimento em relação à notícia deve ser precisada. Como frisa Gomes (1993), as notícias “são mensagens textuais em que se fala de fatos” (p.65), estes um compósito de eventos que pode envolver coisas, pessoas e textos em interação, a notícia uma construção discursiva que se refere a fatos. Assim, a precedência lógica/cronológica trata de informações transformadas em notícia “publicada”, já que ao considerarem-se as condições de produção, acontecimento e informação podem preceder-se mutuamente numa relação abismal. Como diz Martini (2000, p.29), “a passagem do acontecimento à categoria de notícia é a questão chave na descrição e interpretação da informação *massmediatizada*”.

A questão do tempo, nessas formulações, aparece algumas vezes como um dos valores-notícia. Em Galtung e Ruge o tempo estaria diretamente relacionado à idéia de

“frequência” de um acontecimento e diz respeito ao “espaço de tempo necessário para este se desenrolar e adquirir significado” (1993, p.64). Segundo os autores, quanto maior for a semelhança entre o número de vezes em que um dado evento ocorre em um intervalo de tempo e a frequência de veiculação do meio em que tal evento pode ser noticiado, maior a probabilidade de que esse evento se torne objeto de um relato noticioso. Ou seja, a coincidência entre a periodicidade de um acontecimento e a de um veículo noticioso tendencialmente aumenta as chances de um determinado ocorrido ser noticiado. Para um hipotético jornal diário, o episódio que se desenrola durante pouco tempo (um assassinato, um acidente automobilístico etc.) pode ser facilmente capturado pelo intervalo das 24 horas entre uma edição e outra. Já eventos com maior duração (construção de uma barragem ou a sucessão de mortes de soldados numa guerra, como exemplificam os autores) demandam a caracterização de momentos capitais (inauguração, início das obras etc.) para que possam “coincidir” com a periodicidade do veículo.

O tempo é, assim, um “valor” característico do campo jornalístico (SCHLESINGER, 1993; WEAVER, 1993), traduzido em geral pela noção de imediatismo, “um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo (dias, horas, segundos) que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p.37). Poderíamos também imaginar que se os valores-notícias funcionam como essa grade de seleção e “captura” dos acontecimentos, ao atuarem como uma hipótese de trabalho dos jornalistas eles são operadores que antecipam, que projetam um evento como noticiável. Mas o elemento fundamental de tais estudos é que eles produzem uma forma de classificação dos conteúdos noticiosos, uma maneira de categorizar a diversidade de notícias que ocupam as páginas do jornal.

De toda maneira, a formulação que nos interessa nesse ponto é aquela de Traquina (2005), segundo a qual as condições de produção deverão se traduzir em competências

específicas caracterizadas como determinadas “maneiras de agir”, os procedimentos e o sentido pragmático do fazer jornalístico, determinada “maneira de falar”, uma linguagem específica para dizer dos acontecimentos, e uma determinada “maneira de ver”, modelos cognitivos de apreensão da realidade – certos “enquadramentos”, como veremos na seção seguinte. Tomado como um dos critérios organizadores da prática jornalística, o imediatismo, aquilo que acontece sem intervalo, que está contíguo no tempo, faz do “presente” um conteúdo e a perspectiva de abordagem noticiosa dos acontecimentos (WEAVER, 1993). Essa assertiva, a nosso ver, sintetiza uma leitura nas teorias da “noticiabilidade” sobre a problemática do tempo.

Quatro décadas depois do artigo “fundador” de Galtung e Ruge, e em que pese a força desses trabalhos que se sucederam, certamente vários aspectos da caracterização dos valores-notícia baseados em uma psicologia da percepção já foram ultrapassados, em especial pela evolução da chamada máquina midiática e seus processos de produção de informação. O desenvolvimento do formato dos meios noticiosos e as inovações tecnológicas no interior da transformação da própria dinâmica social, econômica e cultural, que alteraram as demandas das audiências, já seriam por si só elementos que imporiam uma revisão da tradicional abordagem dos valores-notícia e os critérios de noticiabilidade. Franciscato (2005), Silva (2004), Traquina (2004) e Eilders (2006) são autores empenhados nessa revisão da noção de valores-notícia.

A idéia de frequência como valor-notícia em Galtung e Ruge está diretamente relacionada ao meio em análise, o jornal impresso, já naquele momento abordado isoladamente e não como parte de um sistema comunicativo que distribui e articula funções e lógicas diferenciadas entre os diferentes meios. Dessa forma a frequência, relacionada à sincronia entre os eventos e as notícias, precisaria ser revista também em relação às novas coordenadas temporais de meios que não operam no mesmo diapasão, como o caso da

cobertura “ao vivo” de rádio e TV, ou o “tempo real” das novas mídias. O valor-notícia, visto do lugar dessa “psicologia da percepção”, necessitaria aí ser examinado em função de certas alterações que o público consumidor enfrenta no contato com os meios – a forma e o fluxo das imagens, a articulações com outros recursos de linguagem, dentre outros aspectos.

3.2. Valores-notícia e tempo: algumas possibilidades

Franciscato (2005) busca atualizar a discussão sobre critérios de noticiabilidade a partir de uma de matriz sociológica, que aborda o tempo como fenômeno social. Considerando às relações entre jornalismo e experiência social, tal perspectiva destaca

“a noção de tempo presente não somente como uma qualidade particular de um produto, mas como um fenômeno social composto por práticas sociais, relações de sentido e atributos inscritos em produtos culturais”. (...) “O fenômeno temporal é um componente essencial da definição e das relações que o jornalismo desencadeia na sociedade” (FRANCISCATO, 2005, p.15).

A centralidade das dimensões temporais como constituintes das relações que o jornalismo engendra está baseada na idéia de que “o jornalismo é uma prática social voltada para a produção de relatos sobre os eventos do tempo presente” (2005, p.15). A noção de temporalidade aparece nessas reflexões sobre o jornalismo inicialmente associada a quatro aspectos bem particulares: 1) conteúdo relativo à temporalidade de uma ocorrência; 2) conteúdo ligado à imediaticidade da experiência; 3) o ritmo da produção e a periodicidade da circulação; 4) a temporalidade instaurada pelo processo de recepção (FRANCISCATO, 2002). Todas elas atuam em perspectiva para conformar aquilo que aparece como fulcro mesmo do discurso jornalístico: a noção de atualidade. Vemos aqui, reorganizados e limitados ao fator tempo, a classificação de critérios de valor-notícia proposta por Wolf (1987): critérios relativos ao conteúdo; critérios relativos ao produto, critérios relativos ao meio, critérios relativos ao público e critérios relativos à concorrência.

O conceito de notícia ou informação jornalística que normalmente emerge das práticas profissionais é pródigo em distinguir o relato jornalístico como a narrativa rotineira

(periódica) de acontecimentos da atualidade. A correlação entre notícia/acontecimento – ocorrência de fato recente com anúncio imediato – é a principal chave para fazer da dimensão temporal fator de determinação do que seja notícia e, conseqüentemente, relato com sentido de atualidade.

Porém, para alguns autores, o critério da atualidade é por demais impreciso para explicar e singularizar o discurso da informação jornalística.

“É conveniente perceber que a idéia de atualidade jornalística não possui uma unidade conceitual mínima. É predominantemente vinculada à idéia do ‘novo’, embora este seja um critério operativo de classificação de eventos, impreciso enquanto definição do fenômeno. Além disso, nesta prática social de selecionar e hierarquizar eventos, cruzam-se outras formas de classificar a atualidade dos eventos, ligados a diferentes momentos de sua produção” (FRANCISCATO, 2001, p.262).

Refutando, em um primeiro momento, a idéia de reduzir a atualidade a uma dimensão temporal, para Franciscato essa noção refere-se mais a um eixo temático com três sentidos articulados: sentido de proximidade, sentido de imediaticidade e sentido de relevância pública. Sem dúvida, essa abordagem pode mostrar-se uma compreensão mais atraente do que se entende por notícia, na medida em que ofereça uma conceituação mais rigorosa da noção de atualidade. Entretanto, ainda que corroborando em parte com tais formulações, resta-nos ponderar outra questão: se a atualidade não pode ser reduzida a uma dimensão temporal, a temporalidade no discurso jornalístico é um critério para definição da noticiabilidade? Ou seja, a temporalidade pode ser claramente referida ao discurso jornalístico como constituinte de uma dada experiência social do tempo?

Traquina (2005) ratifica a perspectiva mais geral desenvolvida por Wolf (1987) e responde a tal indagação pensando os valores-notícia em duas categorias distintas: valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção. Os primeiros indicam as referências utilizadas pelos jornalistas na seleção de acontecimentos noticiáveis. Já os valores de construção operam na conformação discursiva do acontecimento enquanto notícia.

Os valores de seleção se subdividem em critérios substantivos e critérios contextuais. O fator tempo aparece como fundamento para a seleção substantiva de acontecimentos em três dimensões: forma da atualidade, cronologia e duração. A notícia já seria, em si, uma modalidade de existência dos acontecimentos e, nessa condição, torna-se um quadro de referência para a produção de novas notícias. Um acontecimento noticiado é uma referência temporal para o relato de outros acontecimentos. No que tange à cronologia, Traquina aponta o tempo do calendário e suas diferentes marcações (datas específicas, efemérides, aniversários etc.) como um elemento justificador que aciona o relato noticioso. O “dia da secretária”, os “quinze anos da morte de fulano” etc. podem, como se diz no jargão profissional, oferecer o gancho para uma matéria jornalística. Para além do dado imediato, a duração, como critério de seleção de acontecimentos, se aproxima da idéia de um recorte dos acontecimentos dotados de maior “espessura histórica”. Tratar-se-ia de uma apreensão dos acontecimentos menos por sua verticalidade sincrônica com o imediato e mais por sua horizontalidade cronológica.

Esses valores-notícia produzem então uma codificação dos acontecimentos em termos temporais: são os acontecimentos orientados para eventos e aqueles orientados para temas. Da forma como apresentada por Traquina, a orientação para o acontecimento tem como traço fundamental a referência a um evento “temporalmente marcado”. A “orientação para o acontecimento” diz da maneira como a forma notícia se dobra aos constrangimentos do campo da produção jornalística. Um ciclo temporal específico, que organiza as rotinas produtivas a partir de uma cultura profissional alicerçada na centralidade da noção de atualidade, entendida como imediatismo, novidade, urgência, faz da cobertura de acontecimento o traço característico do fazer jornalístico.

Os jornalistas reagem menos à premente exigência de temas que à implacável agitação do ciclo noticioso. Cada dia é uma nova partida, uma nova realidade. Aprecia-se, assim como a certeza. Os jornalistas devem ter uma “estória” para contar, e esta deve ser diferente da de ontem. A velocidade do ciclo noticioso e a procura implacável de “estórias” guiam o jornalista na direção de certos desenvolvimentos, afastando-o de outros. (PATTERSON apud TRAQUINA, 2005, p.117)

Nessa perspectiva Traquina conclui estudo em que demonstra que a cobertura noticiosa da Aids por cinco jornais de diferentes países no ano de 1993¹⁸ (TRAQUINA, 2005) foi amplamente definida pela orientação para o acontecimento e não para a problemática. E, numa explicação de natureza metodológica, diz que as notícias “orientadas para o tema”, em número muito menor que as “orientadas para o acontecimento”, ainda foram “infladas” pelo fato de terem sido aí encaixadas matérias jornalísticas publicadas em alguns jornais sem “uma referência específica ao tempo” (2005, p.132), em que a cobertura trata de “acontecimentos específicos mas sem uma referência temporal” (p.133). Uma conclusão fundamental do autor é de que os jornais atuam como comunidade interpretativa transnacional e partilham, ainda que em graus diferentes, valores-notícia comuns, dentre eles a representação do tempo. No caso estudado, uma “efeméride” – o Dia Mundial de Combate à da Aids – transforma-se no gancho para a produção de um grande número de matérias.

Outros estudos, entretanto, apontam suas conclusões em direção contrária. As teorias da notícia sempre deram ênfase à idéia de que notícia relaciona-se, por um lado, a eventos relatados, e por outro, a um sentido de novidade para alguém que se apropria desse relato. Esse é digamos o “núcleo duro” da noção de notícia em toda uma tradição teórica anglo-saxônica que se afirmou no século XX. Contemporaneamente, em um quadro de alteração no contexto social e dos meios de comunicação percebe-se uma mudança de relatos noticiosos descritivos ou episódicos, que passariam para formas narrativas mais temáticas e analíticas (BARNHURST e MUTZ, 1997). Segundo esses pesquisadores, as mudanças que se verificariam como tendências nos jornais são as de dar menos ênfase aos indivíduos, ter histórias mais desenvolvidas e menos fragmentadas, ampliar o “raio” histórico dos eventos relatados, agrupar eventos em blocos temáticos e dar ênfase a textos mais analíticos. Em um

¹⁸ Os jornais analisados foram os portugueses Correio da Manhã e Diário de Notícias, o brasileiro Folha de S. Paulo, o espanhol El País, o norte-americano New York Times, em todas as suas edições no período entre 1º e 31 de dezembro de 1993.

rápido exemplo, Barnhurst e Mutz dizem que ao invés de simplesmente noticiar (ou notificar) o incêndio de uma casa, o relato do jornal passa a situar o acontecimento em um quadro contextual mais amplo (problemas de envelhecimento das residências, dificuldades crônicas com fiação etc.). As mudanças editoriais e gráficas nos projetos de jornal com redução do número de matérias seria um indicador de tal tendência. Em estudos empíricos, o trabalho buscou comprovar maior atenção dos jornais ao “porque” das notícias, com apresentação de um contexto alargado para compreensão do acontecimento relatado. Maior número de eventos numa mesma história, menos identificação de indivíduos em particular em benefício de categorias sócio-demográficas seriam indicadores empíricos dessa transformação histórica dos jornais norte-americanos. O estudo levou os pesquisadores a concluir que um terceiro elemento se agregava ao núcleo que se poderia chamar notícia: um espaço maior para a interpretação dos temas. Apesar dos dados apresentados no estudo, são questionáveis a consistência e persistência dessas mudanças assim como se elas revelam-se como traços generalizáveis para todo tipo de jornal e todo tipo de cobertura temática abrangida pela imprensa e se, dessa maneira, alteram substantivamente a concepção de notícia que permeia o jornalismo impresso.

Mas com resultados distintos, as duas linhas de análise apontam para um mesmo horizonte teórico. No que se refere aos critérios contextuais que orientam os valores-notícia de seleção, os aspectos determinantes que invocariam o fator tempo estão relacionados aos constrangimentos sócio-organizacionais da produção da notícia: a forma de organização do processo de produção baseada em determinados ciclos (diário, semanal etc.), rotinas produtivas (dias e horários de trabalho etc.) e a própria natureza concorrencial da produção noticiosa.

Quanto aos valores-notícia de construção, que Traquina chama de “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia”,

é no mínimo curioso que o autor não indique nenhum aspecto relacionado ao fator temporal. A “temporalidade” aparece referida na idéia de valor-notícia como critério para selecionar e mesmo caracterizar um acontecimento. A própria forma notícia implica uma dimensão temporal de manifestação dos acontecimentos. No entanto, tal aspecto sistematicamente (e talvez, sintomaticamente) desaparece quando se trata de caracterizar os modos discursivos do relato noticioso. Em alguma medida, manifesta-se o que Ponte (2005) chama de naturalização das coordenadas que estruturam a prática jornalística.

Apesar de não serem refutáveis, esses sentidos [notícia como aqui e agora, proximidade e atualidade] não prescindem, contudo, de dimensões temporais de atualização do passado e de prospecção do futuro, de uma diferenciação que distinga vários tempos (o tempo longo, o tempo cíclico, o tempo cerimonial, o tempo do instantâneo) e de enquadramentos sobre proximidade que introduzam variáveis como identificação afetiva ou social. A serem secundarizadas, dificultarão um conhecimento da cultura do jornalismo e da sua contextualização do mundo (PONTE, 2005, p.124)

O dado é que, na perspectiva das teorias do jornalismo, o fator tempo aparece como um quadro explicativo para dizer porque uma dada comunidade profissional (jornalistas), em um dado ambiente organizacional (as organizações jornalísticas), no interior de um dado processo de produção (as práticas jornalísticas), produz um tipo específico de produto (as notícias). O tempo é uma espécie de “liga” que articula esses diferentes elementos. A “cronamentalidade” (SCHLESINGER, 1993), a “periodicidade”, o “imediatismo” e a “atualidade” aparecem assim como facetas desse sistema articulado para “capturar” os acontecimentos do mundo ou, na acepção de Traquina (2005) e Tuchman (1978), explicam porque o relato jornalístico caracterizado nas notícias é, predominantemente, “orientado para o acontecimento” e não orientado para problemáticas”.

Mas pode-se ir além de tomar o presente como “critério de seleção”, “forma de abordagem” que perspectiva a produção do relato noticioso. Novamente nos socorremos na densa reflexão teórica de Franciscato, que em um primeiro momento, com sua visada fundamentalmente sociológica, busca ultrapassar essa “naturalização do tempo” no relato noticioso pensando-o como: 1) conteúdo relativo à temporalidade de uma ocorrência; 2)

conteúdo ligado à imediaticidade da experiência; 3) o ritmo da produção e a periodicidade da circulação; 4) a temporalidade instaurada pelo processo de recepção (FRANCISCATO, 2002). O tempo, considerado o par acontecimento/notícia, é um dado objetivo que emerge da dinâmica entre os dois elementos em um plano contínuo da experiência social. O relato noticioso aparece, assim, como um ajuste possível para tais formas de temporalidade. Sua reflexão evolui então para pensar o fenômeno temporal como traço constitutivo das relações que o jornalismo promove na sociedade. “Trabalhamos a noção de tempo presente não somente como uma qualidade particular de um produto, mas como um fenômeno social composto por práticas sociais, relações de sentido e atributos inscritos em produtos culturais”. (FRANCISCATO, 2005, p.15)

A perspectiva então é de reconhecer na temporalidade do presente – muitas vezes traduzida por atualidade – um atributo que faz a notícia ser “uma notícia”. Tais atributos formatam a notícia como um produto cultural a partir de três dimensões: a temporalidade deriva de uma dada prática socialmente necessária “ligada à produção de relatos sobre fatos cotidianos”; a institucionalização do jornalismo valeu-se da gestão e controle do tempo como mecanismo de reconhecimento social e princípio de organização e planejamento da produção; e, finalmente, o jornalismo é ele mesmo parte do “processo de construção da experiência social do presente” (FRANCISCATO, 2005, p.20). O fundamento desta prática regular e rotineira de produção de relatos sobre fatos cotidianos é o valor que socialmente se afirma – a partir dos séculos XVII e XVIII – de uma “cultura do tempo presente (p.17). Tal abordagem permite a Franciscato caracterizar o jornalismo, em distinção a outras práticas sociais, com determinados critérios temporais sem os quais ele não teria se afirmado, institucionalizado e perdurado socialmente. Tais critérios conformam, para Franciscato, a atualidade jornalística e existem de maneira complementar, podendo ser descritos como:

- A instantaneidade, “uma desejada ausência de intervalo de tempo entre a ocorrência de um evento e a sua transmissão e recepção por um público”. (p.114)
Tal sentido implica, do ponto de vista da notícia, em sugerir ou simular que eventos distantes no tempo estão imersos na experiência cotidiana do leitor.
- A simultaneidade, que tem a “função de designar esta relação de sincronismo envolvendo ações ou eventos”, que ocorrem em um mesmo tempo (p.124). Ela se dá tanto coincidência espacial de diferentes relatos em uma mesma página do jornal quanto o imaginário que permite ao leitor de um periódico vinculá-lo a outro leitor que realiza a mesma ação no mesmo momento.
- A periodicidade, que “conduz e estimula a criação de rotinas e relação de produção internas à organização jornalística”, diz da “validade” dos eventos noticiáveis em função do intervalo de circulação do periódico, e implica no recorte promovido pela notícia no fluxo do tempo social (p.142-145)
- A novidade, que projeta a tensão entre o evento percebido como ruptura numa ordem e aquilo que é visto em um quadro de continuidade.
- A revelação pública, porque se tratam de enunciados produzidos para ganhar publicidade e se propagarem no momento em que tal ocorre.

A abordagem de Franciscato destaca-se, sem dúvida, pelo grau de sistematicidade e rigor que oferece à questão da temporalidade no jornalismo. Além disso, deixa delineadas questões essenciais para a investigação do tema em face das mudanças na sociedade contemporânea. Aponta a limitação da discussão posta em termos de “noticiabilidade”, por dar demasiada ênfase à problemática da notícia como resultado de um dado processo de produção e implicar em uma forma redutora de classificar a realidade.

O objeto notícia alcança um grau maior de complexidade se percebermos que estão presentes na sua constituição expectativas e influências de ordem cultural, expressiva e emotiva por parte do público ao qual o jornal se destina. O vínculo do jornalismo com seu público é, dessa forma, um elemento de ordem da intersubjetividade. (FRANCISCATO, 2005, p.72)

Da mesma forma, o autor está atento a abordagens que podem levar a reflexão mais adiante, quando, por exemplo, pondera o peso das reflexões feitas pelo sociólogo e jornalista Robert Park no início do século XX, para quem a noção de tempo presente está ligada à experiência e à ação dos atores sociais, nos termos de uma certa fenomenologia¹⁹. E mais: sua reflexão também percebe o papel de coordenação na composição de uma agenda pública que aspectos como a periodicidade (mas não só ela) cumprem socialmente. Esse é um aspecto que outra tradição de análise também destaca quando aborda a temporalidade nos meios de comunicação social. Tétu (2000), citando Trenblay, discute como instantaneidade e duração cumprem a função de gestão de um tempo social, a instantaneidade vinculada a um imaginário social contemporâneo de pouco tempo livre que deve ser preenchido por informação, e a duração como o “conteúdo” que entretém e completa um certo tempo “vazio” da existência na experiência social.

Por fim, do ponto de vista metodológico, Franciscato indica possíveis caminhos, a serem explorados nesse trabalho, que podem permitir que se ultrapasse a análise da notícia e sua relação com a temporalidade como um conjunto de valores ou princípios que explicam o entorno da notícia, mas não falam dela propriamente. É que essa “sociologia do jornalismo”, em várias questões conceituais importantes, a nosso ver ainda se mantém “prometida” a uma abordagem reducionista de algumas das teorias em que se apóia para chegar a uma tipologia da temporalidade no jornalismo. Do *newsmaking* e seus critérios de noticiabilidade, persiste a dificuldade da análise em chegar até o discurso propriamente. As formas de organização da notícia, seu texto, sua estratégia enunciativa, permanecem vistos de “muito longe”, quase inalcançáveis. Em vários dos estudos, os valores-notícia são “extraídos” do texto das notícias por um tipo de análise de conteúdo para, como critica Mouillaud (1997), ressaltar tão somente

¹⁹ Franciscato salienta com muita propriedade como tais análises são tributárias da reflexão feita por George Herbert Mead sobre a temporalidade na constituição da experiência. Para uma análise da noção de tempo em Mead ver Flaherty (2001)

a “identidade dos acontecimentos” a serem contrastados com o discurso das *newsroom*, e assim verificar e calcular um índice de noticiabilidade das notícias. O que se fala ganha relevo e atenção, mas a maneira como as notícias contam aquilo que dizem que devem contar fica em segundo plano.

Muitas vezes falta também a tais teorias um quadro mais geral de análise que permita, inclusive, uma compreensão mais refinada de como operam valores-notícia, critérios de noticiabilidade ou mesmo para que se compreenda a relação entre temporalidade e atualidade, já que o ponto de partida de toda a reflexão é que a notícia é uma forma do discurso da atualidade e esta se equivale ao presente temporal.

Seria preciso, por exemplo, que essas teorias apresentassem o discurso da informação no quadro mais amplo dos sistemas de comunicação midiáticos. Como argumenta Gomes (2004), há uma lógica prevalente contemporaneamente que preside a comunicação de massa e é marcada pelos valores da ruptura, da diversão e da encenação.

“O fato é que os parâmetros de seleção, de organização e de apresentação da informação tendem a responder aos mesmos princípios que há algum tempo vêm sendo identificados como estruturadores da comunicação de massa: o entretenimento, como base de referência, a ruptura, a diversão e a dramaticidade como seus subsistemas”. (GOMES, 2004, p.313)

Se nos fiarmos em tal constatação, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia devem, no atual contexto histórico, incorporar fundamentalmente tal realidade. Ao participarem do processo de gestão da “economia” da atenção dos leitores e serem responsáveis por atender a um tipo de necessidade cognitiva que é o conhecimento pontual sobre o atual estado do mundo (GOMES, 2004, p.321), os parâmetros para configuração da notícia deveriam incorporar aqueles valores. Todos eles, certamente, implicam em determinados “conteúdos” informativos. Essa compreensão, é bom que se diga, não produz mudanças significativas na tipologia de valores-notícia: a ruptura funda-se, sobretudo, na capacidade de despertar interesse, que se desdobra em acontecimentos improváveis, extravagantes, inesperados, e na novidade. A diversão ampara, por sua vez, toda gama de

assuntos “leves”, que possam entreter o leitor e levá-lo a preencher um tempo de sua cotidianidade com o consumo não incômodo de tais informações. E a dramatização assegura assento para histórias de interesse humano, épicos e tragédias, pessoas e ações extraordinárias. Outras listas de valores-notícia poderiam ser compostas de acordo com outros autores. A variação, entretanto, será mínima. A lógica que subsume a produção da comunicação midiática apaga então outras classificações? Ou notícias diferentes (ou indiferentes) a essa tipologia aparecem nos jornais? Se aparecem não são dominantes, pode-se responder.

Se por um lado não modifica a classificação dos valores-notícia, o quadro mais geral, entretanto, nos permite pensar sobre a gênese dos valores-notícia, para além da sua constatação, e então buscar compreender que os valores-notícia, ao serem parte de uma lógica, produzem “um tipo” de conhecimento pontual do estado do mundo, de sua atualidade, e que ao assim procederem, se dizem produzindo também uma espécie de “versão abreviada” da experiência do atual. Sim, sem dúvida que os critérios de noticiabilidade fornecem “instruções de leitura” (GOMES, 2004) para que se possa dizer que fatos se tornarão notícia. As escolhas (sobre o que cobrir, o que relatar, o que publicar etc.) são o martírio diário de todo jornalista. Mas ao fazê-las transformando tais escolhas em um texto, que se transforma em um dado da experiência dos leitores, o jornalista produz uma notícia que inocula outras concepções de tempo no mundo. A notícia não é “o” real, nem mesmo o real condensado, mas torna-se parte da realidade dos atores, faz parte do real agora adensado. Em alguma medida, produz um relato do mundo que se incorpora ao próprio mundo e nesse sentido dilata a própria atualidade.

E nesse particular tendemos a concordar com a análise de Sodr e e Paiva (2005) que, ao analisarem as condi oes contemporâneas da experiência social, indicam a necessidade de se reformular o entendimento comum que se tem de notícia. E uma das categorias definidoras de notícias seria sua “pontua ao rítmica no fluxo temporal dos fatos cotidianos” (p.6). A

experiência no mundo contemporâneo é modificada quanto à sua estruturação espacial e temporal.

A informação pública, sempre a meio-caminho entre a produção e o lazer, insere-se na lógica moderna de estruturação do tempo social. A periodização, que orienta a serialidade temporal de jornais e revistas, é um exemplo de vinculação da experiência do tempo com os fatos da comunidade. (SODRÉ e PAIVA, 2005, p.6)

Em períodos históricos anteriores a notícia já atuava na construção do tempo social pela pontuação ritmica dos acontecimentos e tal papel permanece, mas se altera na sociedade contemporânea, com a contribuição seminal do sistema mediático e sua lógica de operação. De que maneira a composição da notícia opera essa pontuação ritmica, buscaremos tratar mais a frente.

O importante aqui é evidenciar que os critérios de noticiabilidade, como tradicionalmente alinhados, parecem dizer de um estado do mundo apenas como já ocorrido, um existente estabilizado, não da “ritmação de um fluxo temporal”. As tipologias dos critérios de noticiabilidade dizem bem de como lidar com fatos tomados como passado, como o já ocorrido. Mas “o passado do nosso presente”, diz Tétu (2003), “não está atrás de nós, mas o precede sempre”. Da mesma maneira, como lembra Lia Seixas (2002) em estudo sobre os atos verbais jornalísticos, “o jornalismo enquanto saber da atualidade trabalha com processos em continuidade e ocorrência futuras possíveis, prováveis ou previstas. O noticiável inclui não só fatos ocorridos, mas em continuidade e com graus de probabilidade de realização” (p.202). Os critérios de noticiabilidade emergem banhados por elementos essenciais da representação do tempo – as noções de passado, de presente e de futuro.

Franciscato (2005), a nosso ver, indicou com propriedade que a atualidade jornalística guarda relação com o tempo, mas dele não é uma categoria. Serve-se de atributos de temporalidade para se constituir enquanto tal. A abordagem dos critérios de noticiabilidade situa a atualidade desde o domínio dos conteúdos (cf. Schelinger) até à condição de atributo por excelência do jornalismo (cf. Chaparro). Por outra via, tendemos a ver os regimes de

temporalidade operando nos critérios de noticiabilidade mais como uma espécie de modulação, um “equalizador” temporal. Como discurso da atualidade, a notícia visa refazer a experiência presente, existe no contemporâneo. Mas as notícias, se se unificam por se efetivarem como contemporâneas à instância de enunciação do jornal, não são temporalmente constituídas da mesma maneira. Os fatos, amalgamados de coisas, textos, pessoas, eventos, têm temporalidades que são equalizadas na notícia. Os valores-notícia, então, se vistos como parâmetros desprovidos de temporalidade, apanham os fatos em uma história que é heterogênea à forma como esses mesmos fatos se constituem. E nessa perspectiva perdemos a possibilidade de ver a notícia também como uma representação que estrutura a experiência do tempo. A nosso ver, seria preciso pensar o regime temporal como uma espécie de predicado que vai além de cada critério de noticiabilidade em especial, mas que perdura em cada um deles. Ao fazê-lo os valores notícias deixam de mirar os fatos isoladamente e permitem pensar como podem se constituir os vínculos entre os fatos jornalísticos que aparecem no jornal. A temporalidade seria uma das maneiras de pensar tais vínculos.

De certa forma, tal discussão incide sobre aspectos bem corriqueiros da situação contemporânea da produção de notícias, em particular da notícia no jornal diário impresso. Tornou-se lugar comum reclamar que os jornais quando chegam aos leitores já estão “envelhecidos” – a cobertura já superada pelo sistema informativo midiático como um todo. Cobra-se análise, orientação, explicação. Mas isso vai exatamente de encontro à lógica indicada mais acima. Se não “envelheceu”, parece mais “frio” – sem relação com uma percepção do cotidiano que se refaz permanentemente marcada pela urgência.

Enquadrar os critérios de noticiabilidade, seja nos conteúdos ou como atributo, joga-os no colo do presente da experiência, que passa a se confundir perigosamente com a atualidade (não à toa o discurso da comunidade profissional, quando não o de algumas “teorias”, faz essa equivalência). Tal confusão pode implicar nesse “presentismo” que parece marcar nos dias de

hoje o discurso da informação e que faz a atualidade parecer um tempo particular. É bom que se diga que não se trata de abandonar teoricamente os critérios de noticiabilidade ou substituí-los. Mas de questionar – e talvez esse trabalho não tenha fôlego para ir muito além desse ponto – se não é possível, conceitual e metodologicamente, estender temporalmente a compreensão da noticiabilidade.

As teorias do jornalismo, a nosso ver, já vêm ensaiando tal movimento. As próprias abordagens de noticiabilidade vão um ponto além na possibilidade de pensar a temporalidade como um de seus atributos ao considerarem que a análise da notícia demanda a caracterização da perspectiva que a constrói, que acionaria não só conteúdos, mas motivos, critérios e estratégias discursivas diversas. Ou seja, o sentido das notícias está relacionado a uma forma de observar/interpretar o mundo que elas propõem. Com o olhar das teorias do sistema, Luhmann (2005), em rápida incursão na discussão das notícias, analisou a maneira como os valores-notícia, que ele chamou “seletores”, operam para conformar a informação jornalística. E frisou que essa caracterização dos seletores pode implicar na produção de imagens simplificadoras da atuação dos meios de comunicação, pois tratariam os processos de seleção de acontecimentos sob o prisma da sua identidade substancial ignorando que ela só é devidamente compreendida em um contexto de utilização recursiva (p.71).

Em outras palavras: a identidade só é atribuída se se pretender remeter a algo outro. Isso significa confirmação e ao mesmo tempo generalização. Aquilo que foi identificado é remetido a um esquema ou associado a um esquema conhecido. A coisa é caracterizada e com isso confirmada e de tal forma que para outros usos em outras situações ela pode manter também o mesmo sentido. Na base de todas as seleções – e isso vale tanto para a comunicação cotidiana quanto para aquela efetivada pelos meios de comunicação de massa – *há um agir integrado da condensação, da confirmação, da generalização e da esquematização*, que não se acha dessa maneira no mundo externo sobre o qual se comunicam coisas. (LUHMANN, 2005, p.71, grifos do autor)

O valor-notícia, nessa perspectiva, precisa ser compreendido à luz das várias formas de “enquadramento” que constitui a chamada “atualidade do dia”. Na próxima seção analisamos como uma revisão da noção de “enquadramento” pode também nos ser de

utilidade para ultrapassar a mera discussão de “conteúdos” na questão da temporalidade da notícia.

4. Enquadramento: perspectivas temporais para a notícia?

A idéia de enquadramento (*frames*), derivada de uma sociologia preocupada em compreender como os indivíduos classificavam e organizavam suas experiências de vida para a elas atribuir sentido – como produziam “esquemas de interpretação” ou “quadros de sentido” (GOFFMAN, 1974) – ganhou papel de destaque na área de comunicação, em particular nos estudos do jornalismo. Tuchman (1978) inaugura toda uma vertente de análise que vem se adensando e adquirindo maior consistência teórica nas últimas décadas, sobretudo em áreas de interface como a das relações entre mídia e política²⁰. Em geral, os *frames* serão recursos simbólicos que asseguram aos atores a atribuição de inteligibilidade e pertinência ao seu mundo social. (QUÉRÉ, 1992; SCHEUFELE, 2006)

Mas como distinguir e o que caracteriza os *frames*? Numa abordagem que integra aspectos sociológicos e psicológicos, segundo Scheufele (2006), os “enquadramentos” têm sido reconhecidos em três áreas e conceituados também em três dimensões analíticas. Em geral, os autores localizam os *frames* no interior dos sistemas de mídia, incluindo as relações entre os jornalistas e o ambiente das redações; junto aos receptores das mensagens midiáticas; e entre os atores, grupos e organizações dos diferentes campos sociais. Em termos de análise, os *frames* operam em níveis cognitivos e textuais ou como padrões de discursos que aparecem em uma condição pública. Nesse sentido, os investigadores percebem os enquadramentos

“(1) como um complexo cognitivo de esquemas de assuntos relacionados para diferentes aspectos da realidade, (2) estabelecidos no discurso público, político ou entre-mídias, e (3) tornando-se manifesto como uma estrutura textual de mensagens tais como em *press releases* e artigos de jornal” (SCHEUFELE, 2006, p.66)

²⁰ Ver em particular o trabalho de Mauro Porto (2004).

Anabela Carvalho (2000) também distingue três abordagens gerais para a noção de *frame*. A primeira trata dos enquadramentos como modalidades pelas quais os sujeitos organizam sua cognição do mundo. As informações fragmentárias que compõem a experiência social são significativamente organizadas a partir de esquemas de interpretação. Uma segunda concepção trata de *frames* como formas ligadas à estruturação do discurso, uma espécie de idéia de fundo que, a partir de determinados elementos postos em destaque, organiza a construção e interpretação dos textos. Por fim, *frame* tem também sido entendido como uma outra idéia de representações sociais, modelos sócio-culturais que organizam formas de pensamento sobre o mundo.

De Vreese (2005), numa perspectiva da análise crítica do discurso, trabalha com a noção de *framing* como um processo que supõe um modelo integrado entre produção, conteúdos e a perspectiva de uso das mídias. Nesse sentido, o “enquadramento” deve ser projetado como recurso analítico de uma visão não estática do processo comunicativo, ou seja, os *frames* podem operar em lugares e com papéis distintos: podem pertencer ao universo dos diferentes interlocutores da comunicação (produtor, receptor), situarem-se no âmbito da construção textual ou fundarem-se no elemento mais geral da cultura. São diferentes os estágios e níveis nos quais essa categoria pode repousar. Duas instâncias são identificadas para efeito de análise: o momento da construção e o momento de “ajuste” do enquadramento.

O “*frame-building*” diz respeito aos fatores internos que influenciam as qualidades estruturais de enquadramento das notícias, em particular as concepções e entendimentos com as quais operam a comunidade profissional e as organizações produtivas, e aos fatores externos, que dizem respeito ao contato e interação do campo do jornalismo com os outros atores e agentes sociais. Tais fatores estarão fundamentalmente manifestos no texto da notícia.

Já o *frame-setting* trata da relação entre essa moldura engendrada no campo midiático e os meios de interpretação e avaliação das notícias acionados pelos agentes sociais, aquilo

que nos termos de Charaudeau (2006) chamaríamos de o saber compartilhado pelos interlocutores, distinguidos em saberes de conhecimento – fundados em uma representação racionalizada dos fenômenos do mundo – e os saberes de crença – apoiados em juízos que fabricam normas de referência para ação no mundo.

O fato é que no estágio atual das pesquisas com enquadramento, em que os *frames* aparecem ora como variáveis dependentes, quando resultado do processo de produção jornalística – as teorias do *newsmaking* são, nesse sentido, edifícios teóricos incontornáveis – ou como variáveis independentes, quando articulam os elementos de interpretações que organizam as audiências, o esforço tem sido por uma certa síntese teórica (ver figura 1). Diferentes autores indicam perspectivas mais profícuas quando a análise aponta para uma combinação de tais abordagens (DE VREESE, 2005)²¹.

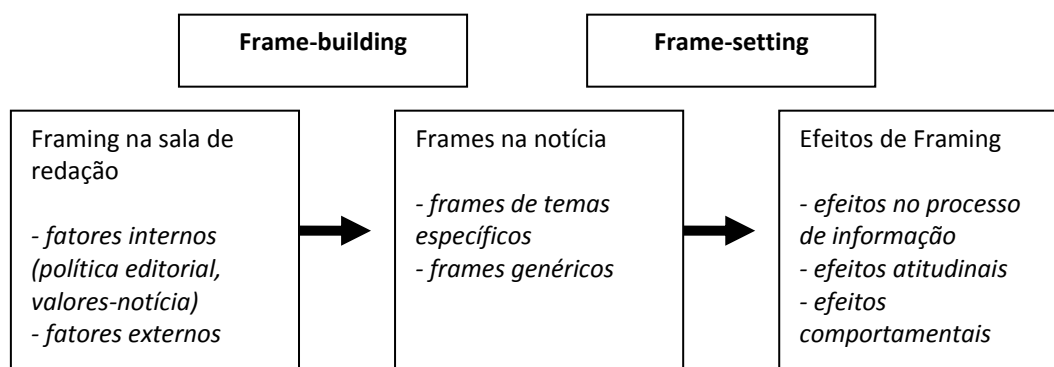


Figura 1: Um processo integrado do modelo de framing (DE VREESE, 2005)

4.1 Os frames e as notícias

Segundo Tuchman os jornalistas produzem tipificações baseados nas ocorrências de eventos que podem se transformar em notícias. Tipificações são classificações com fundamentos em esquemas da prática jornalística. As tipificações, segundo Tuchman, “estão

²¹ A tentativa de uma síntese no quadro de pesquisas sobre *news framing* não impede a constatação de que nas diferentes abordagens analíticas operam distintos paradigmas como o construtivista, o crítico, o cognitivista. Sobre isso ver D’Angelo (2002).

ancoradas ou encaixadas no uso do tempo” e isto produz as notícias como histórias, assim como a ancoragem e o encaixe das tipificações no espaço geram os critérios de “noticiabilidade”. Sem discutirmos a pertinência da distinção entre tipificações no tempo e no espaço, claro é que, para Tuchman, aquilo que adquire o “status de notícia só é dado às ocorrências que se situam no interior de espaços e tempos supostos legítimos pelos profissionais” (MOUILLAUD, 1997, p.55), as notícias não se marcam apenas pelo conteúdo objetivamente atribuído ao evento reportado.

É clássica a categorização de notícia proposta por Tuchman a partir da compreensão que a própria comunidade jornalística tem do assunto (1978, p.46): “*hard, soft, spot, developing, and continuing*”. *Hard news e soft news* seriam definições básicas e antitéticas produzidas pelos praticantes: a primeira se reportaria a conteúdos que “organizariam” a vida das pessoas e as notícias *soft* tratariam de eventos que tocam a existência humana. As demais categoriais (*spot, developing e continuing*) são constituídas a partir de critérios como urgência e duração para reportagem dos eventos, ou seja, de um esquema de classificação que situa eventos-notícia numa ordem temporal. *Spot* versa sobre a emergência de uma ruptura, algo que irrompe e modifica uma dada seqüência ou fluxo. É da ordem do inesperado. Sua cobertura continuada, ou a geração de um critério para tipificação de novos eventos, a transforma em *developing news*. Alcançado um certo patamar de *newsworthiness*, um grau de previsibilidade do valor-notícia, teríamos as *continuing stories*.

Para ultrapassar essa tipologia ingênua da comunidade profissional, Tuchman, apoiando-se nas formulações do interacionismo de Goffman, propõe abordar as notícias como *framing*.

Tuchman sustenta essa categorização de notícia como enquadramento no ritmo temporal, em torno de questões como irrupção do evento, a urgência da disseminação da notícia, as influências da tecnologia disponível e a possibilidade de as prever. Assim, as *soft news* são notícias cuja data de publicação seria decidida pelos profissionais, ao contrário das restantes. As *hard news* são feitas sob grande pressão do tempo, de caráter previsível ou imprevisível e disseminação urgente; as *spot news* e as notícias de desenvolvimento são também imprevisíveis, ao contrário das histórias de continuidade. (PONTE, 2005, p.129)

Várias objeções teóricas podem ser feitas à abordagem que se desenvolve a partir da matriz proposta por Tuchman. Para além de um molde que permite estabelecer temporalidades a partir de um ciclo de produção da notícia, devemos lembrar outros quadros temporais que intervêm na experiência social e também na construção da notícia. As figuras comuns do tempo, no seu sentido prático, implicam medida, datação, uma base cronológica. Mas não se pode homogeneizar noções como de intervalo, sucessão, causalidade do tempo físico, o tempo psicológico, o tempo histórico e mesmo lingüístico, que também compõem o regime de temporalidade do ciclo de produção da notícia, em uma figura unidimensional (ADAM, 2003; NUNES, 1988).

“A idéia de tempo é conceitualmente múltipla; o tempo é plural em vez de singular. Entretanto, suas várias modalidades não são díspares; embora com alcance diferente, a todas se aplicam as noções de ordem (sucessão, simultaneidade), duração e direção, que recobrem, em vez de uma identidade, relações variáveis entre acontecimentos, ora com apoio nos estados do mundo físico, ora nos estados vividos, ora na enunciação lingüística, nas condições objetivas da cultura, nas visões de mundo e no desenvolvimento social e histórico. (NUNES, 1988, p.23)

A redução da noção de tempo no *framing* de Tuchman tem a ver, do nosso ponto de vista, com a crítica feita por Mouillaud (1997, p.57) de que a questão do enquadramento prende-se aos conteúdos dos acontecimentos, da sua identidade, e não das regras que transformam uma ocorrência em acontecimento, em notícia. A própria temporalidade é assumida como um dos traços de identidade dos acontecimentos, como uma dimensão do seu conteúdo. Vejamos outras perspectivas de análise que aproximam *framing* e a questão da temporalidade.

4.2 Medias frames e audience frames

Vários autores apontam que o uso crescente da noção de enquadramento (*framing*) é acompanhado por uma significativa inconsistência em sua aplicação (D'ANGELO, 2002; SCHEUFELE, 1999; de VREESE, 2005). D'Angelo argumenta que é possível caracterizar

um “núcleo duro” empírico e teórico na *news framing research*. Em termos de empiria, é um campo de pesquisa que pretende alcançar quatro objetivos: 1) identificar os *frames* como unidades temáticas; 2) investigar as condições que levam à produção dos *frames*; 3) examinar como os *news frames* interagem com o conhecimento prévio das audiências; 4) avaliar como os *frames* atuam em um processo social de construção da opinião pública. (D’ANGELO, 2002, p.873). Do ponto de vista teórico, supõe-se que os frames operam também em quatro lugares distintos no processo de comunicação: ao nível dos produtores de mensagem, do texto, dos receptores e no campo mais amplo da cultura.

Do ponto de vista do conteúdo, os *news frames* são parte das notícias: reúnem no seu interior diferentes elementos textuais (texto entendido aqui no sentido amplo) e o *frame* atua como uma espécie de “liga” que articula tais objetos. O *frame* não se confunde com assuntos de uma notícia mas, agindo no âmbito do processo de composição do relato, informa vários níveis do processo de referencialização da realidade. Os *news frames* interagem com o comportamento cognitivo e social e atuam também como um conhecimento prévio para compreensão das notícias, além de enquadrarem o debate público sobre diferentes temas (D’ANGELO, 2002)

Em geral os estudos dão conta dos processos de influência da chamada mídia na conformação da opinião em sociedade, basicamente apresentando a maneira como os meios de comunicação massivos dispõem temas e assuntos para discussão, focando sua análise ou nos “conteúdos” que atuam como “quadros” para que se forme a opinião ou nos efeitos que tais enquadramentos têm para estimular uma dada conversação social. Alguns trabalhos fazem uma utilização metafórica da noção de *framing* e a distinção entre as diferentes naturezas de enquadramento é muitas vezes negligenciada, adquirindo certa irrelevância teórica. Uma das características dessa inconsistência teórica no tratamento da noção de *frame* é que, recorrentemente, ela aparece de maneira similar às idéias de esquema e script.

Em tentativas de melhor desenvolver o conceito, Dietram Scheufele (1999), de Vreese (2005) e Bertram Scheufele (2006) apontam a pertinência da distinção entre *frames* dos meios e *frames* das audiências, o primeiro dizendo respeito a atributos das notícias e o segundo às modalidades de operação cognitiva no campo da audiência. Os *media frames* tratam daqueles aspectos que concernem à realidade dos meios e os *audience frames* avaliam possíveis efeitos cognitivos individuais junto à audiência provocados pela ação da mídia. No primeiro caso a discussão gira em torno da maneira como a notícia é apresentada e no segundo de que forma o público lida e compreende tais esquemas de interpretação. Compreende-se assim que, ainda que atuando de maneira similar, como enquadramentos ou molduras que oferecem um quadro de sentido e uma interpretação, com um objetivo prático, a compreensão dos eventos do mundo e qualificação das diferentes modalidades da experiência social, os *frames* operam distintamente caso digam respeito às diferentes instâncias discursivas qualificadas no processo de comunicação. Tal aspecto não deve, entretanto, nos fazer esquecer que os enquadramentos se co-produzem em um processo de mútua referência.

Nessa perspectiva, seria válido utilizar a noção de esquema cognitivo para referir-se a objetos singulares ou à relação entre objetos. Quando textos jornalísticos apelam a figuras como do herói, do vilão ou da vítima ou quando produzem relações de causalidade entre eventos relatados nas notícias, operam no âmbito de esquemas cognitivos. A composição de múltiplas esquematizações em uma forma complexa e consistente engendraria um *frame* cognitivo. Os esquemas seriam da ordem da classificação dos eventos: a editoria “cidades” em um jornal poderia ser tomada como um esquema geral e variações como “trânsito”, “segurança”, “previsão do tempo” seriam sub-esquemas. Scheufele (2006) ressalta a importância de não confundir *frame* com um esquema principal que organiza o relato noticioso. Os sub-esquemas tratam de uma mesma classe de eventos da realidade, e as esquematizações agrupam objetos ou relações diferentes. Assim, o complexo de

esquematisações “que dão forma a um *frame* focam em diferentes objetos e relações do mesmo ‘setor’ da realidade” (p.66).

A hipótese de Bertram Scheufele é de que seria possível estabelecer uma correlação entre os relatos noticiosos e os *frames* que os jornalistas compartilham e com os quais operam em uma organização. No nível individual, as esquematizações do jornalista são similares ao esquema das notícias²² e funcionam como diretrizes empíricas para identificação posterior de *frames*. Os jornalistas têm uma categoria de “objetos” a serem identificados (eventos, ações, protagonistas etc.) e de relações de causa e consequência dos referentes aos eventos a serem reportados. Como mostraram trabalhos na perspectiva de Tuchman, anteriormente mencionados, as rotinas de produção são determinantes para a caracterização das esquematizações com os quais os jornalistas operam e relativizam a idéia de que as notícias teriam um valor imanente.

Mas o sentido mais abrangente que tem sido utilizado com a noção de *frame* é mesmo aquele derivado de Erving Goffman, no quadro mais geral do sócio-interacionismo. Assim, enquadramentos são esquemas interpretativos socialmente construídos que nos permitem reconhecer e situarmo-nos frente a eventos e situações. Em tal perspectiva é que Tuchman (1978) pode conceber a notícia como uma ação negociada que envolve diferentes agentes na definição de uma situação, a situação de acontecimento-notícia. Tal situação implica diferentes níveis: negociar o que é e o que não é notícia, o que contar e como contar são processos estruturados por meio do enquadramento.

De fundamental, tal linha de abordagem ultrapassa as perspectivas mais comuns na análise da notícia, matizadas que estão por abordagens focadas nos processos sócio-profissionais (como o *newsmaking*, em particular). A notícia é, sobretudo, um bem simbólico que estabelece modalidades de vinculação e interação entre instâncias da produção e da

²² Como esquema de notícias Scheufele adota a caracterização de Van Dijk (1990), que implica em elementos cognitivos, sintáticos, semânticos e retóricos.

recepção, não podendo ser vista nem de maneira autonomizada dessas instâncias e nem analisada de forma imanente. Contudo, a categoria de *framing* ainda é demasiado abrangente para que possamos verificar em que medida a dimensão do tempo possa operar como parte do enquadramento da notícia.

Dessa maneira, para as pretensões desse trabalho, tomamos o *framing* como dimensão empírica de análise que opera no campo da construção dos enquadramentos, um fator interno manifesto tipicamente nos chamados valores notícia. Nesse âmbito, iremos operar com *frame* como uma dada maneira de compreender um tema/assunto organizado por uma idéia mais geral. O *frame* ativa um saber que produz contextos de interpretação e define problemas, diagnostica causas e sugere medidas no interior de um relato jornalístico (DE VREESE, 2005; ENTMAN, 1993). É importante lembrar que não se trata de atribuir uma natureza conteudística ao *frame*. Tal objeção, contudo, não é suficiente para encaminhar adequadamente nosso problema metodológico. Será preciso responder questões que sempre assombram as pesquisas nessa área. Van Gorp (2005), por exemplo, questiona se um *frame* é uma característica que pode ser identificada na notícia ou é uma hipótese de trabalho utilizada pelo pesquisador, se o *frame* de alguma maneira já se encontra “encaixado” na realidade que se torna objeto de atenção da cobertura jornalística e de que maneira esse dispositivo de enquadramento “co-ocorre no texto da notícia e formata sublinhando padrões de significação” (p.486).

4.3 Onde está o frame?

Por um lado, *frame* não se reduz a uma espécie de script, conjunto de instruções que fazem com que se produza ou interprete uma dada notícia segundo uma certa abordagem, conforme um tipo de história (à maneira da definição das matérias jornalísticas que são de “interesse humano”, *fait divers* etc.). Tampouco seria adequado entender que o

enquadramento também opera à maneira de um esquema, espécie de “ossatura” interpretativa que simplifica uma avaliação ou gesto explicativo aos seus “elementos essenciais”. Se recorrêssemos a expressões dicionarizadas, o significado mais próximo estaria em torno da rubrica do futebol, pensado como uma “estratégia de jogo”. Nesse sentido, ao pensarmos os enquadramentos, podemos considerar que as notícias operam com estratégias enunciativas recheadas de *media templates* (KITZINGER, 2000) ou moldes midiáticos (PONTE, 2006), que são como chaves, algo que se condensa em um momento decisivo. Por esse caminho, tais *templates*, moldes ou quadros devem ser visados nos diferentes significados de condensar: um *frame* na notícia, como esquema mais abstrato, torna mais “espessas” algumas perspectivas de abordagem presentes no relato; ao mesmo tempo encontra-se “liquefeito” no conjunto do material, transborda elementos específicos (está no texto, na palavra isolada, no parágrafo, na citação, no título, na imagem etc.); noutro sentido, o enquadramento pode resumir o essencial para compreensão de uma dada proposição; e por fim ele é um conglomerado, uma concentração de elementos que conformam uma notícia.

Mais que “janelas” ou “mapas”, metáforas muito associadas ao *framing*, *medias templates* constituem relevantes aspectos das memórias coletivas e analogias históricas acionadas na construção das matérias a partir de uma dada percepção que os jornalistas deixam incrustada nas notícias e que tem relação com os esquemas interpretativos supostos às audiências (PONTE, 2006, p.140). Os *templates* são parte daquilo que chamamos enquadramento. Mas eles incentivam analogias que oferecem uma compreensão particular das notícias e acionam assim determinados *frames* temáticos que operam na construção jornalística. Conforme Kitzinger (2000), estariam em algum lugar entre as metáforas e o caso exemplar, no interior desses enquadramentos que conduzem a produção noticiosa, mas sob a condição de perspectiva dominante – na perspectiva do enquadramento, tanto da percepção dos jornalistas, quanto das imagens construídas no âmbito dos meios e também na dimensão

conversacional das interações pessoais. Por isto, usualmente podem ser a abertura da matéria, o “gancho”, não são um modelo, um padrão, mas operam como alguma coisa que serve como modelo, uma referência. Em síntese, os *media templates* atuam nas notícias como “eventos chave” que: 1) são recuperados para fornecer um quadro de sentido, um contexto para o relato apresentado em uma notícia; 2) atuam como um ponto de comparação para explicar os eventos relatados na notícia; 3) aparecem como significados cristalizados para compreensão de novos eventos (KITZINGER, 2000). Não estamos tomando aqui evento chave por aquele fato que impacta de tal maneira a cobertura que a retira de sua rotina. Nesse caso, as notícias subsequentes são como que “arrastadas” por esse acontecimento primeiro e fazem parecer que eventos similares estão ocorrendo com maior frequência. O evento é chave porque abre uma perspectiva de compreensão do relato.

Mas que elementos em uma notícia podem constituir (ou dar a ver) um *template*? É possível uma caracterização empírica que identifique o *molde* na notícia por meio de elementos tais como palavras-chave, tópicos frasais, fontes citadas em uma matéria, imagens fotográficas, títulos etc. Ou seja, todo elemento significativo na estruturação do discurso do jornal impresso e que atue como nucleador pode ser tomado como um índice para construção de um dispositivo de enquadramento.

É importante, contudo, não reduzir a noção de *templates* aos temas e termos de uma história da notícia, aos conteúdos de sua narrativa. Os *templates* constroem significações particulares aos assuntos abordados numa dada matéria jornalística, mas devido a pontos de vista, ênfases, interpretações particulares que emergem daqueles. Associar *frames*, e portanto moldes mediáticos, tão somente a assuntos despreza justamente a ação de enquadramento produzida e que se quer enfatizar em tal perspectiva teórica.

Outra modalidade de caracterização dos *frames news* pode ser inferida daquilo que anteriormente chamamos convenções do jornalismo tais como os valores notícia ou critérios

de noticiabilidade. São enquadramentos mais genéricos que os mencionados anteriormente e dirigem a construção da moldura noticiosa a partir de focos (a produção de uma “saliência”, em um primeiro nível) adotados para a abordagem de dados assuntos.

Por esse viés mais empírico para desdobramento da noção de enquadramento é que postulamos a temporalidade como um dos *templates* necessárias à construção do relato da notícia. As questões que aparecem no mundo social recebem abordagem ou um enquadramento dos meios em relação não só à maneira como afetam a experiência social, mas também como se conformam às exigências do ciclo temporal da notícia. O inusitado, o “diferente”, o “novo” são sempre enquadramentos buscados nos assuntos noticiados, ainda que rotineiramente dominem o espectro de cobertura do veículo. Têm maiores atributos de noticiabilidade e na medida em que não os assegure, rapidamente se tornam, de acordo com o ciclo temporal da notícia, “notícia velha”. Tome-se um evento importante, chave para a caracterização de um acontecimento social. Ele certamente altera os critérios momentâneos de noticiabilidade por sua virulência ou força junto à experiência social. Entretanto, aquilo que em um primeiro momento “dobrou” o enquadramento contumaz, passa a reincidir sobre os processos de seleção de notícia e transforma eventos posteriores em maior destaque, estabelecendo correspondência com o acontecimento “inaugural” e produzindo uma impressão de aumento na frequência e mesmo na valorização de tais ocorrências. O rapto de uma criança nas ruas de uma grande cidade, transformado em matéria de destaque em determinado momento, cria uma força de propagação na cobertura de episódios similares (que de fato ocorrem ou que já ocorreram) que produz uma verdadeira escalada de “roubo de crianças”.

Costuma-se dizer, em tom de crítica ao jornalismo, que os constrangimentos para a produção noticiosa impedem uma percepção articulada das relações significativas entre acontecimentos passados e presente de maneira a perceber rupturas ou quebras significativas

de padrões que representem tendências novas ou originais. O mundo da produção de notícias requer que se percebam/construam mudanças no dia após dia dos eventos. Uma aparente forma de driblar a pressão do tempo seria a adoção de um padrão mais interpretativo (um outro enquadramento) de jornalismo em detrimento de formas mais descritivas e factuais (se não o abandono, ao menos uma relativização das “perguntas” essenciais cristalizadas no lide). Na condição de analista, o jornalista construiria a narrativa jornalística com maior ênfase em referência à origem e aos desdobramentos dos acontecimentos.

Mas, não alterados os constrangimentos organizacionais impostos à produção noticiosa, a que se supor que o “modelo interpretativo” é então formulado sob as mesmas bases do factual. Produzir e relatar “interpretação” atendendo ao mesmo ciclo diário de produção noticiosa faz pouco mais do que rever o tempo para capturar os acontecimentos relevantes a serem abordados. A “vida temporal” do acontecimento ganha novas medidas, ao sabor do assunto, do tema, da editoria a que pertence o relato. O campeonato de futebol pode ser diário, se diz das rotinas de treinamento de equipes, bi-semanal se acompanha o esquema de rodadas para disputa das partidas. A política, por sua vez, tem na semana das instituições uma unidade temporal fundamental.

Assim, a notícia trabalha produzindo moldes para os eventos, selecionando aspectos da realidade que se tornaram traços salientes para a interpretação dos agentes (ENTMAN, 1993). O *frame* é um traço da narrativa jornalística e o tempo afeta esse enquadramento na forma mesma desses *frames* operarem na construção da notícia. *Frames* episódicos prevalecem sobre enquadramentos temáticos, conforme a diferenciação de Traquina entre notícias orientadas para acontecimentos e orientadas para temáticas.

Ainda que o apelo pareça ser fortemente conteudístico, parece-nos que a noção de moldes mediáticos pode oferecer uma chave conceitual interessante para se pensar a

problemática temporal na construção da notícia se aproximada de uma noção de enquadramento menos normativa, como propugna Mouillaud (1997), que se vale da noção

- a) delimitando um campo e um fora de quadro; o quadro determina o que deve ser visto (o dever-ver de que falávamos mais acima);
- b) focalizando a visão no interior de seus limites, ele a unifica em uma cena; os dados isolados pelo quadro tendem à solidarização entre eles. (MOUILLAUD, 1997, p.43)

Nesse sentido, o enquadramento opera de duas maneiras: dá um ponto de vista, como propugna a linha geral de reflexão da *framing research*, mas se apresenta também como um quadro no sentido de ser uma tela, uma cena que recebe e onde se forma uma representação da informação, o acontecimento. “O que faz às vezes de tela na informação é a questão que é colocada” (MOUILLAUD, 1997, p.47).

Até aqui podemos indicar algumas premissas ou perspectivas de análise da *framing research* que poderão nos interessar nesse trabalho:

1) Há uma clara proposição de que a construção jornalística da notícia se dá no escopo de enquadramentos, que se fazem presentes na matéria e ajudam a compor seu processo de significação e instigam o leitor a perceber a realidade de maneira similar. A problemática dos efeitos é um dos aspectos que a teoria formula.

2) Podemos pensar nos *news frames* como enquadramentos genéricos que articulam diferentes elementos para compor uma forma de abordagem da realidade ou como enquadramentos que se voltam para assuntos específicos. São uma espécie de princípio interpretativo que organiza um conjunto de temas.

3) Os elementos que compõem o dispositivo de enquadramento podem ser bastante diversos, incluindo recursos como metáforas, exemplos, estabelecimento de relações causais, frases feitas etc.

4) Os dispositivos de enquadramentos podem não aparecer explicitamente em um texto noticioso, mas sendo *frames* serão necessariamente acionados no lugar da interpretação. “O próprio *frame* é uma especificação da idéia que conecta diferentes dispositivos de

enquadramento e pensamento em uma notícia” (VAN GORP, 2005, p.487), é assim um objeto meta-comunicativo da interlocução jornalística, oferecendo ao leitor elementos para compreensão da notícia.

5) A ênfase analítica nos dispositivos de enquadramento operando em um nível específico não nos permite ignorar que, nos diferentes níveis ou “lugares” em que são identificados, os *frames* funcionam de maneira interconectada (CARVALHO, 2000). Como estruturas cognitivas, modelos culturais ou esquemas discursivos, eles operam em interdependência. A percepção emerge em um processo de socialização cuja transmissão se dá por meio de práticas discursivas, criadas, modeladas e transformadas no âmbito da cultura.

6) A análise de um enquadramento a partir de um texto jornalístico não pode prender-se à identificação de uma idéia principal sob pena de produzir um reducionismo na compreensão dos processos pelos quais o sentido se constrói na notícia. Dependendo do recorte uma mesma matéria pode conter em diferentes passagens várias idéias-chave, no interior do próprio material verbal escrito ou nos outros elementos significantes que a compõe (títulos, fotografia, legendas, sub-títulos etc.). Como sugere Carvalho (2000), o *frame* pode criar uma etiqueta para uma notícia, apagando outros elementos que atuam na construção do significado. Nesse sentido, a noção de enquadramento como perspectiva seria mais adequada do que enquadramento como uma estrutura.

Por fim, podemos afirmar então que queremos compreender como os *frames* temporais são utilizados na cobertura rotineira de jornais impressos diários. Tuchman tematiza explicitamente a questão da temporalidade ao discutir enquadramentos. Mas para essa autora o tempo está relacionado, por um lado, ao momento de veiculação/circulação/publicação da notícia, e por outro lado, a um tempo próprio aos eventos, da sua manifestação na realidade e da sua percepção como noticiável. A temporalidade na notícia se daria na tensão entre essas duas dimensões. Esse aspecto pode merecer um desdobramento interessante para análise

empírica da notícia. Mas deverá ser articulado a outras dimensões pois, do ponto de vista desse trabalho, nos interessa a dimensão dos *frames* agindo nos textos, ou seja, vamos estabelecer nossa análise em torno dos *media frames* ou *news frame*, como comumente se diz nesse campo de pesquisa. Mas não pretendemos realizar tal investigação reduzindo *frames* temporais a conteúdos das notícias identificáveis na superfície dos textos. Quando uma notícia se vale de expressões da temporalidade como recurso para acionar os conhecimentos prévios necessários à compreensão do que é dito na matéria?

Provisoriamente assumimos então a definição de *frame* de Van Gorp (2005): “uma mensagem meta-communicativa persistente que especifica o relacionamento entre os elementos conectados em uma notícia particular e desse modo dá às notícias coerência e sentido” (p.503). E também vamos, em princípio, nos socorrer na compreensão de Scheufele (2006) e entender a temporalidade como uma forma de esquematização (agrupa objetos ou relações de classes diferentes) que na sua combinação com outras esquematizações temporais produziria um *frame* genérico, aqui nomeado provisoriamente de temporal, focando objeto e relações diferentes de um mesmo setor da realidade.

Discutimos nessa seção a noção de enquadramento como uma forma de abordagem da problemática da temporalidade na notícia. Na seção seguinte passamos a abordar diretamente os mecanismos de construção textual da narrativa, para tentar caracterizar os elementos que permitam uma compreensão da notícia como discurso da atualidade que opera com variadas referências temporais.

5. A narrativa jornalística e a construção de um presente: o tempo como um problema de linguagem

“Leer um periódico equivale a leer una novela cuyo autor há abandonado toda idea de una trama coherente”. (Benedict Anderson)

Uma perspectiva de investigação da temporalidade na notícia também é oferecida pela análise da narrativa. Baseada em procedimentos extraídos do trabalho com textos literários, tal abordagem permite-nos avaliar o fenômeno da temporalidade como um aspecto crucial do trabalho de produção de sentido pelo texto jornalístico. A premissa básica para tal operação é tomar a notícia como uma narrativa e então perceber o encadeamento temporal das ações aí articulado.²³

Do ponto de vista da análise, é necessário fazer uma “recomposição” do enredo da notícia. Para uma abordagem como a de Motta (2003; 2004; 2005; 2006), tal aspecto não poderia ser capturado na análise de uma matéria tomada isoladamente, mas no estabelecimento de nexos numa seqüência de textos publicados em período variável (dias, semanas etc.). O objetivo é “visualizar uma sintaxe narrativa e ligar os fios de um enredo subentendido pela redundância ou repetição de conteúdos antes dissipados em notícias dispersas” (MOTTA ET AL, 2004, p.32). Mais adiante discutiremos esse entendimento de se verificar a dimensão narrativa da notícia. Importa agora ressaltar que tal perspectiva é fortemente ancorada na idéia de relação entre tempo e narrativa como proposta sobretudo por Ricoeur (1980; 1994; 1997) e corroborada por Nunes (1988).

“O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa. A narrativa é significativa na medida em que ela desenha os traços da

²³ De saída há que se reconhecer uma diversidade fulgurante de estudos sobre narrativa que percorre campos como cinema, lingüística, filosofia, antropologia, história e diferentes linhagens teóricas como no mundo “anglo-saxão” ou a inspiração “francesa”. Nos limites desse trabalho, nos mantemos o mais próximo possível de uma perspectiva discursiva, com seus limites e possibilidades.

experiência temporal. Esta tese apresenta um caráter circular. A circularidade entre temporalidade e narratividade não é viciada, mas duas metades que se reforçam reciprocamente” (Ricoeur, 1980)

A narrativa não descarta as diferentes figuras do tempo acionadas socialmente. Figuras comuns, de sentido prático, associam tempo com datação, medida, repetição e fundam a base cronológica da temporalidade. Também figuras muitas vezes associadas ao mundo físico como intervalo, duração, sucessão. Esses aspectos conformam diferentes “modalidades” de tempo tais como o tempo físico e sua natureza causal, o tempo psicológico e a imprecisão da vida perceptiva, o tempo cronológico relacionado à atividade prática e aos acontecimentos que se apresentam diante de nós, o tempo histórico e a duração das formas históricas da vida, o tempo lingüístico e as diferentes formas verbais. (NUNES, 1988)

Para Ricoeur, uma hipótese central é de que narratividade e temporalidade são intimamente ligadas: a temporalidade constitui-se como a estrutura da existência que alcança a linguagem na narratividade e, por sua vez, a narratividade seria a estrutura da linguagem que tem a temporalidade como seu referente último. Segundo Ricoeur, essa estrutura recíproca entre temporalidade e narratividade não é usualmente notada porque: 1) a epistemologia da história e a crítica literária de narrativas ficcionais – disciplinas que por definição constroem uma reflexão do par narrativa/tempo – supõem que toda narrativa tem lugar dentro de uma estrutura temporal que corresponde à representação ordinária do tempo como sucessão linear de instantes; e 2) mesmo os filósofos que trataram do tempo não perceberam a contribuição da narrativa para a crítica desse conceito vulgar de temporalidade. A experiência humana e a função narrativa, para esses pensadores, permaneceriam estranhas.

Uma segunda hipótese de Ricoeur é de que há diferentes níveis/categorias de organização temporal. Referenciado na perspectiva heideggeriana, de que a abordagem do tempo como sucessão linear de “agoras” oculta a verdadeira constituição do tempo, Ricoeur constitui tal hierarquização em três níveis. A primeira, chamada *intratemporalidade*, é aquela estrutura temporal na qual os eventos tomam lugar. É o conjunto das experiências pelas quais

o tempo é designado como aquilo “em que” os eventos acontecem. Tal categoria caracteriza melhor a temporalidade da ação. Outro nível de organização temporal seria a *historialidade*, que traz o “peso do passado” e faz pensar, em termos heideggerianos, o estiramento entre o nascimento e a morte como uma suspensão temporária, e não um intervalo entre dois agoras. Por fim, a idéia mesma de *temporalidade*, forma mais originária e autêntica da experiência do tempo, uma unidade entre futuro, passado e presente ou entre o “ser-por-vir”, o “tendo-se sido” e o “tornar-presente”.

A terceira hipótese de Ricoeur para pensar a articulação entre tempo e narrativa é a que trata do papel da narratividade. O autor analisa o enredo/trama (*plot*) como a estrutura narrativa que evidencia as implicações temporais da narratividade. Por trama Ricoeur (1980) entende “a inteligibilidade que governa a sucessão de eventos em uma história”. A trama é um dinamismo integrador, que extrai uma história una e completa de um diverso de incidentes, ou seja, transforma esse diverso em uma história una e completa. Para Ricoeur, a historiografia anti-narrativista e a crítica literária estruturalista não percebem ou não se dão conta da complexidade temporal da matriz narrativa constituída pela trama. A primeira tem um conceito pobre de evento e de narrativa e os críticos da literatura dão ênfase à superfície gramatical da narrativa literária, reforçando a dicotomia entre modelos acrônicos e a cronologia.

Aqui é necessário precisar o que se entende por narrativa no âmbito do jornal para que se possa estabelecer alguma relação profícua com a abordagem da notícia a partir da análise da narrativa²⁴. Motta (2004) faz um importante resgate das discussões que fundamentam a reflexão sobre jornalismo e narração em particular sobre a possibilidade de pensar a notícia como uma narrativa. Sua análise de um paradigma narrativo, que atravessa diferentes campos

²⁴ Não se pretende aqui fazer uma resenha da discussão sobre narrativa, que atravessa diferentes disciplinas e abordagens e faz com que termos como narração, narrativa, trama, *plot*, *écrit*, *story*, *diegese*, só para citar alguns, tenham diferenças e similitudes cujo estudo fogem ao escopo desse trabalho. Assim, apenas nos serviremos de algumas indicações que, no campo do estudo da notícia, podem nos ajudar a desenvolver a problemática em questão.

e especialidades, vai revelando recorrentes aporias para caracterizar narração ou narrativa. Ora narrativa se contrapõe à descrição em relação ao seu papel como procedimento representativo, ora a oposição se dá pela avaliação da distância que a voz do narrador guarda em relação ao relato que produz. Essas aporias, contudo, não devem ser desprezadas, são mesmo o ponto de partida para percepção e análise das notícias enquanto formas narrativas. Mas é possível aproximarmos-nos da questão da narrativa no jornalismo de uma outra maneira.

Devemos reter as oposições formais entre narrar e descrever, mostrar e contar, texto e história ou texto e fábula, assim como o conceito de narratividade (sucessão de estados de transformação) das discussões acima. Mas, a questão de fundo parece não estar nas qualidades intrínsecas ou estilo dos textos e sim na relação entre texto e imaginação, entre texto e recriação da diegese da história (MOTTA, 2004, p.7).

Tal perspectiva pode ser aproximada da noção de fábula e ficção e seu papel na construção do relato jornalístico defendida por Vogel (2005). Apoiando-se nas formulações de Michel Foucault, Vogel argumenta que a aparente contradição do discurso jornalístico com a narrativa ficcional fia-se numa compreensão reducionista de ficção e, nessa medida, numa visão ingênua da idéia de relato. Todo relato se estrutura com os elementos da fábula e da ficção, a primeira, de ordem diegética, envolve todos os componentes daquilo que é relatado, o segundo trata da maneira pela qual esse relato se organiza. “A fábula, diz Foucault, se faz de elementos situados numa certa ordem. Já a ficção é a trama das relações estabelecidas, por meio do próprio discurso, entre quem fala e aquilo de que fala.” (VOGEL, 2005, p.3)

Fiorin (1999) busca oferecer uma dimensão mais analítica à noção de narrativa e apóia-se em Genette para associar três significados distintos ao conceito: a) o discurso que conta acontecimentos, ou seja, o enunciado narrativo (a narrativa ou *récit*); b) a sucessão de acontecimentos, que constituem o objeto do discurso narrativo, isto é, o conteúdo da narrativa, aquilo que aconteceu (a história); e c) o ato de narrar (a narração).

A partir daqui podemos tentar articular mais precisamente a idéia de temporalidade e narrativa. Segundo Fiorin, citando Genette, “cada um desses aspectos tem uma temporalidade distinta, todas elas internas ao texto e determinadas a partir do enunciado, dado que, como

narrativa, vive de sua relação com a história que conta; como discurso, vive de sua relação como a narração que o profere” (FIORIN, 1999, p.230). Há pois um tempo da história, um tempo no enunciado e um tempo da enunciação. A noção de narrativa comporta, assim, grande ambigüidade indicando três significações distintas. O enunciado narrativo fundamentalmente caracteriza-se por articular uma trama que permite mostrar um ou uma série de acontecimentos. A história, por sua vez, ordena os acontecimentos objetos do discurso. E a narração é o próprio fato de narrar. A narração produz um relato ou discurso que contém uma dada história, há um tempo do discurso e um tempo da história.

Fiorin, entretanto, faz ressalvas à maneira de Genette operar a relação entre as temporalidades de cada uma dessas dimensões:

Genette diz que vai analisar as relações entre essas três temporalidades, para detectar aquilo que julga realmente significativo no estudo do tempo, ou seja, as discordâncias dos traços temporais pertencentes a cada um desses aspectos. Na verdade, no entanto, Genette estuda as relações entre o tempo da narrativa e o da história, analisando as discordâncias entre os traços temporais dos acontecimentos na diegese e os traços correspondentes na narrativa. Afasta a questão do tempo da narração, analisando-o sumariamente. Entretanto, no que diz respeito ao tempo lingüístico, é a instância da enunciação que comanda toda e qualquer temporalização, que rege o tempo do enunciado. Aliás, o próprio Genette não deixa de reconhecer que é preciso integrar o tempo da narrativa a uma outra temporalidade, “que não é mais a da narrativa, mas que em última instância a comanda, a da narração” (Fiorin, 1999:230).

No jornal diário, as condições enunciativas peculiares que permitem a produção do sentido e a construção de sua economia específica parecem articular, a princípio, essas três dimensões da temporalidade. No jornal, o tempo da história é o tempo dos acontecimentos do cotidiano, objeto do relato referencial jornalístico em diferentes formas narrativas (a notícia, como forma típica, a reportagem, a crônica, etc.). Estas, por sua vez, ao tomarem o acontecimento como matéria-prima, produzem um relato que confere unidade aos diferentes aspectos componentes de um fato, estabelecendo um enunciado que representa sucessões, nexos e causalidades entre as ocorrências/eventos. Já a narração jornalística confunde-se com a própria idéia de enunciação e diz das formas de composição dos seus elementos, das

estratégias que utiliza o produto de comunicação para produzir sentido, e da maneira como ele inscreve os sujeitos e é, ao mesmo tempo, um lugar de intervenção destes sujeitos.

Dessa maneira, o ponto de partida para realizar a análise da narrativa jornalística e sua relação com a temporalidade, com base em Fiorin (1999) e Nunes (1988), deve ser a distinção do tempo lingüístico de outras figuras do tempo, mostrando como o momento da enunciação é fundador de tal temporalidade, “o tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração” (Fiorin, 1999:142). O momento da enunciação, no caso do jornalismo, é também um lugar de assegurar o efeito de verdade produzido pela própria enunciação. A temporalidade do mundo reportado pela notícia marca a enunciação do jornal e converte-se em tempo presente do leitor. Tétu (2000) faz um interessante paralelo com a análise de Eliseo Verón sobre os efeitos produzidos pelo olhar direto para a câmera do apresentador do telejornal, para mostrar que no jornal impresso os recursos paratextuais, como nome e data, e os títulos sempre no presente, reforçam incessantemente, página a página, a enunciação do veículo, o objetivo de colocar em presença. As modalidades de presença são, então, condições para dizer do tempo na narrativa jornalística. Assim, pode-se dizer que o tempo na narrativa cumpre um duplo papel: constitui a forma languageira de representação ao mesmo tempo em que diz também do objeto representado.

A trama ordena uma lista de eventos em uma história. Implica elementos extranarrativos (a data que permite situar o momento de enunciação da história e estabelecer um marco cronológico para referências temporais em relação a eventos relatados instalados no interior do texto (hoje, amanhã etc.). Em relação aos eventos presentes na narrativa, um período longo pode ser restrito a uma frase (“No último ano”) ou um evento de curta duração pode consumir longa narrativa (a descrição de um lance de uma partida de futebol, por exemplo). Da mesma maneira, a própria cronologia dos eventos narrados muda de acordo com a intenção do texto. Pode-se optar por dias, semanas, horas. Um olhar sobre

retrospectivas do tipo “entenda o caso”, box de textos complementares às matérias principais em um jornal, ou mesmo colunas sobre fatos publicados pelo próprio periódico em época anterior são característicos desse movimento. E, do ponto de vista da composição textual, a articulação pode implicar relações de causalidade entre eventos que aparecem em uma dada seqüência, o que implica uma relação também temporal. Algo acontece por causa de um outro evento ou simplesmente depois dele. As matérias que resumem uma partida de futebol costumam produzir as duas orientações. Os lances descritos ora tem uma relação de causalidade entre si, ora apenas seguem uma narrativa seqüencial.

Assim, a problemática da temporalidade está em relação direta com a organização textual, com o relato da notícia. O tempo opera no âmbito da referência à realidade factual, nas construções do enredo que faz a composição interna da matéria jornalística e no nível da enunciação, presente histórico da narração. No discurso, também materiais supra-linguísticos, para além dos verbos, conjunções e advérbios, materializam referências do regime temporal envolvido na narrativa, na narração e na história. Deve-se, pois, compreender que a narrativa promove uma seleção e combinação de arranjos, faz parte de sua funcionalidade. Se estabelece e destaca algumas relações entre eventos, sujeitos e objetos, despreza um sem número de outras.

5.1 A construção do tempo

O tempo da narração não pode ser dissociado da expressão linguística da história. O tempo narrado é inextricável do tempo da narrativa e dos eventos relatados. Mas caracterizar a matriz de relações temporais que aí se funda não é tarefa simples. Como tal matriz pode ser verificada a partir de uma notícia? Dar conta de como e porque elas foram escritas de uma dada maneira, analisar a “anatomia” do texto é então uma tarefa incontornável.

A localização do tempo lingüístico depende da construção de dois eixos analíticos: a categoria da *concomitância vs não-concomitância*, esta última desdobrada em *anterioridade vs posterioridade*.

O momento que indica a concomitância entre a narração e o narrado permanece ao longo do discurso e, por isso, é um olhar do narrador sobre o transcurso. A partir dessas coincidências, criam-se duas não-coincidências: a anterioridade do acontecimento em relação ao discurso, quando aquele já não é mais e, por conseguinte, deve ser evocado pela memória, e sua posterioridade, ou seja, quando ainda não é e, portanto, surge como expectativa. Assim anterioridade e posterioridade são pontos de vista para trás e para frente em relação ao momento do fazer enunciativo. O eixo ordenador do tempo é, pois, sempre o momento da enunciação (FIORIN, 1999:143)

Assim caracterizado, o tempo lingüístico organiza-se de maneira distinta do tempo crônico mas com este guarda relações importantes para compreensão das modalidades de interação que patrocina. Fiorin lembra a situação em que as interações se dão entre sujeitos que estão situados remotamente no tempo e, portanto, participam de um processo de produção de mensagens e intercâmbio simbólico em que produção e recepção não se dão de maneira simultânea. No quadro de uma reportagem publicada em um jornal diário, a expressão *hoje* passa então a demandar uma outra informação contextual, uma ancoragem que relaciona o tempo lingüístico e o tempo crônico. Nesse caso, elementos paratextuais presentes na página do jornal, como a data da publicação, são essenciais para a adequada compreensão do que é informado. A data de publicação cria um intervalo que não é o tempo presente do locutor e nem aquele em que se realizará a leitura, mas, na feliz expressão de Tétu (2000), funda o “futuro anterior”, a que ele chama *atualidade*. Isso dá à informação escrita uma dupla perspectiva: “perspectiva retrospectiva na qual ela se apóia sobre um passado terminado; perspectiva antecipadora na qual deve inscrever o seu passado e o seu presente pelo menos em um futuro próximo que será o momento presente do leitor” (2000, p.95).

Da mesma maneira, o tempo crônico pode “penetrar” o próprio relato para melhor caracterizar o tempo lingüístico. No exemplo anteriormente mencionado, caso seja necessário indicar um deslocamento para trás e para frente do tempo lingüístico centrado no *hoje*

(“ontem, anteontem, amanhã, depois de amanhã”), a marcação é feita a partir de enunciados que se refiram ao tempo crônico. No caso do jornal diário, pela sua periodicidade, o deslocamento se dá a partir de uma estrita relação com esse seu intervalo de aparecimento.

Assim o tempo lingüístico, tempo do discurso, que não se reduz às divisões do tempo cronológico, revela a condição intersubjetiva da comunicação lingüística. Suas divisões próprias, inteligíveis no ato de execução da fala, dentro do intercâmbio lingüístico (como o “hoje”, ou o “agora”, proferidos em qualquer momento), atualizam-se no texto escrito juntando-se às coordenadas espaço-temporais que o tempo cronológico fornece. (NUNES, 1988, p.22)

Desse modo, a especificidade do tempo lingüístico só pode ser adequadamente compreendida se admitimos sua articulação com outros tipos de tempo. O que implica reiterar que a noção de tempo aciona diferentes significações que se constituem alicerçadas também em noções comuns. Sucessividade, simultaneidade, duração, retrospectiva e prospectiva são, então, traços do tempo lingüístico que podem ser investigados e se apresentam como *zonas de interseção e contaminação* com outras figuras do tempo socialmente representado. Isto nos permite proceder a um tipo de análise que vê o tempo lingüístico também como sinalizador de outras modalidades temporais que articularão a produção simbólica. No âmbito da narrativa, o tempo aparece referido a diferentes planos: “o da história, do ponto de vista do conteúdo, o do discurso, do ponto de vista da forma de expressão, e o da narração, do ponto de vista do ato de narrar” (NUNES, 1988, p.26). Corroborando a formulação de Todorov, Nunes afirma então que, enquanto o tempo do discurso é linear, consecutivo, no plano da história a temporalidade pode ser pluridimensional, com diversos eventos se dando simultaneamente. No caso do jornal impresso é preciso identificar sob outro registro esses diferentes planos da narrativa na sua articulação com o tempo. Se no interior de uma matéria ou texto jornalístico específico de fato também é possível caracterizar as seqüências narrativas, bem como verificar uma idéia de seguimento na ordem da paginação – e aí estaríamos no plano do discurso – também é razoável ver o tempo como história na própria lógica da linguagem diagramática, que põe os

diferentes relatos e comentários em uma situação de simultaneidade. A página produz um efeito de simultaneidade, cumprindo num outro nível uma função articuladora e sintática.

O discurso nos dá a configuração da narrativa como um todo significativo; a história, o aspecto episódico dos acontecimentos e suas relações, juntamente com os motivos que os concatenam, ambos impondo à narrativa um limiar de inteligibilidade cronológica e lógica, tradutível num resumo. Normalmente, o tempo de uma corre paralelamente ao do outro. (NUNES, 1988, p.28)

Trabalhar com a noção de tempo da narrativa supõe então analisá-lo constituindo-se de maneira imbricada nesses três planos, o da história, do discurso e da própria narrativa, que marcam a singularidade do tempo lingüístico e permitem aí a constituição de dois sistemas temporais, um enunciativo e outro enuncivo, o primeiro “relacionado diretamente ao momento da enunciação e outro ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado” (FIORIN, 1999, p.145). É tal perspectiva que possibilita então a construção das categorias da *concomitância* vs *não-concomitância* (desdobrado em anterior e posterior), que articulam os momentos “estruturalmente relevantes” para o sistema temporal lingüístico: o *momento da enunciação*, o *momento da referência* e o *momento do acontecimento*. Recordemos: o momento da enunciação é o momento fundante do sistema temporal, seu ordenador e gerador. Pensado a partir das categorias acima, se desdobra em um sistema temporal enunciativo e outro enuncivo. No primeiro caso o momento de referência é simultâneo ao da enunciação e coincidente com o momento do acontecimento. Marca, assim, o presente.

A coincidência assinalada não deve ser entendida apenas como identidade durativa entre dois momentos, mas também como não identidade entre eles, desde que o momento de referência, tendo uma duração maior que o momento da enunciação, seja em algum ponto simultâneo a este. Poderíamos dizer que o que marca a coincidência, nesse caso, é o englobamento do momento da enunciação pelo da referência. O que há sempre é uma coincidência entre momento do acontecimento e momento da referência (FIORIN, 1999, p.149)

No sistema enuncivo, por sua vez, o momento da referência pode ser anterior ou posterior à enunciação. O momento do acontecimento ordena-se em função dos momentos de referência instalados no texto pela voz do narrador. No jornalismo impresso o momento da referência vêm sempre explicitado por tratar-se de uma comunicação diferida, em que a

produção do relato e a sua recepção não ocorrem de forma simultânea. E, na maioria dos textos noticiosos típicos, o discurso da notícia tem o próprio jornal (ou alguém por ele delegado) como o narrador implícito. Essa voz ancora a narrativa e o discurso no presente da narração. Tal “sistema temporal” articula os tempos verbais, os advérbios de tempo, as preposições e as conjunções. A forma como se ordena e organiza é crucial para compreensão da narrativa jornalística. Apresentaremos o sistema mais detidamente na parte metodológica, mas fazemos a seguir uma breve caracterização das potencialidades analíticas dessa referência.

O tempo verbal, em geral, caracteriza-se pela forma composta de aparecer no texto, como estratégia de composição enunciativa. Segundo Fiorin (1999), no sistema enunciativo, identifica-se o uso do presente *pontual*, em que há coincidência entre o momento de referência e o momento de enunciação (em reportagens que fazem uso de estratégias textuais marcadas pela forma narrativa ou como recurso estilístico em abertura de textos); o presente *durativo*, em que o momento de referência é mais longo que o da enunciação (normalmente quando as matérias fazem uso de marcadores temporais para contextualizar uma informação); o presente *omnitemporal*, em que o momento de referência e o dos acontecimentos são ilimitados (também evidente em estratégias textuais como o recurso a máximas e descrições de estados das coisas). Uma análise sugestiva pode ser aquela em que os textos jornalísticos combinam/opõem tais presentes verbais, revelando nesse movimento a maneira como percebem e constroem o fato/acontecimento.

Quando há uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento da referência temos um relato no pretérito. No caso do jornal aqui se indica uma questão interessante. Observado o limite de uma matéria jornalística apenas pelo texto contido em um artigo, tende-se a perceber no jornal o presente, enquanto presente da enunciação. Entretanto, se considerarmos a unidade de maneira mais ampla abarcando as diferentes

relações e cruzamentos que aí se dão (artigo + título + elementos paratextuais etc.), o pretérito parece ser o tempo típico por excelência do jornal. A data da publicação, por exemplo, marca sempre um *agora* para o qual o momento dos acontecimentos relatados é anterior. Mas, combinado com o presente do momento da enunciação, que o narrador jornalístico busca sobrepor (o jornal de hoje trás uma matéria que informa que “o presidente disse ontem”), produz a idéia de “futuro anterior” mencionada há pouco. O leitor “escuta” a voz do narrador no seu presente de leitura mas não se equivoca quanto a anterioridade dos fatos relatados na notícia.

Por fim, se a relação é de posterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência, indica-se o tempo futuro do presente. “O valor temporal do futuro determina que, a menos que a proposição exprima uma verdade atemporal, ele não pode expressar uma modalidade factual, pois seu valor de verdade não pode ser determinado no momento da enunciação” (FIORIN, 1999, p.154). Aqui lembramos as referências feitas ao trabalho de Seixas (2002) sobre os atos jornalísticos verbais, em que asserções que produziam previsões ou expressavam probabilidade apontavam para uma ocorrência vinculada a uma ação futura. Seria interessante verificar como o jornal impresso lida com esse tempo verbal contemporaneamente, quando se vê criticado por noticiar coisas já há muito (ultra) passadas pelos outros meios informativos do sistema midiático.

5.2 As estratégias da temporalidade

A perspectiva da análise da narrativa oferece-nos várias possibilidades teóricas importantes para o estudo aqui pretendido. Do ponto de vista metodológico, indica procedimentos de análise do texto jornalístico que evidenciam os elementos temporais na construção do sentido. E do ponto de vista conceitual, trabalha com uma perspectiva absolutamente seminal para a compreensão do fenômeno da temporalidade no âmbito da

notícia: a de que o discurso jornalístico, no processo mesmo de produzir e veicular informações para a sociedade, atualiza aquilo que a própria sociedade compreende como realidade social. A temporalidade da notícia nos ajuda a compreender como tal atualização ocorre.

Nessa perspectiva, para além das marcas temporais “superficiais”, interessa-nos a “práxis enunciativa” da relação enunciador/co-enunciador, tomar a notícia como uma forma intersubjetiva de produção de sentido. Em geral, o texto de informação jornalística é considerado portador de uma temporalidade linear e previsível baseada na relação entre aquilo que é desconhecido pelo enunciatário e aquilo que vai se tornar conhecido. Um transformando-se no outro sucessivamente. Por esse viés opera-se uma dicotomia entre os “enunciados” jornalísticos e aquilo que se comunica, em claro detrimento do segundo aspecto.

Nosso ponto de vista é distinto e se aproxima da compreensão de Fairclough (1995, 2001) que sugere que devemos abordar um texto em sua dupla dimensão de prática discursiva e social, a primeira referindo-se ao seu processo de produção e interpretação e a segunda dimensão tratando da articulação com o contexto sócio cultural.

Daí que diferentes aspectos, além do sistema temporal lingüístico, devam ser analisados na abordagem do fenômeno da temporalidade no âmbito da notícia tomada como uma modalidade narrativa. Motta (2003; 2004; 2005; 2006), ao investigar os efeitos de sentido e ação cognitiva promovida pelo jornalismo, considera o tempo como um efeito de real. Para Motta, o relato da notícia não apenas informa algo como ativa experiências cognitivas e simbólicas dependentes de elementos estruturantes da narrativa como o léxico, a retórica utilizada e as implicaturas sugeridas.

Alguns autores da comunicação pragmática observam que uma distinção fundamental é a que se estabelece entre o que se diz (no jornalismo, a informação objetiva de cada notícia) e o que se comunica. O que se diz corresponde basicamente ao conteúdo proposicional do enunciado, aos fatos relatados pela história descrita na notícia, tal como se entende desde um ponto de vista lógico, sendo passível de ser avaliado a partir de uma lógica veritativo condicional. De outra parte, o que se comunica é toda a informação que se transmite com o enunciado, mas que é

diferente de seu conteúdo proposicional. Trata-se, portanto, de um conteúdo implícito e recebe o nome de implicatura. (MOTTA, 2003, p.8)

A construção do efeito de real, apontada como o centro das estratégias de objetivação do jornalismo, dá-se então nesse duplo movimento de referencialização às coisas do mundo e de estabelecimento de uma relação entre interlocutores. A temporalidade é então tomada como um sentido específico que se produz no contexto da interação proporcionada pelo relato noticioso em suas diferentes modalidades. O narrador jornalístico vale-se de diversas estratégias textuais para obter um conjunto de efeitos de sentido possíveis para que o leitor caracterize um determinado quadro temporal que constitui e é constituído pela notícia. A âncora temporal dessas estratégias é dada pelo estabelecimento de um “agora” como epicentro do relato noticioso.

A estratégia textual principal do narrador jornalístico é provocar o “efeito de real”. Fazer com que os leitores/ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos. Esse efeito de real no jornalismo se obtém com diversos recursos de linguagem e com uma fixação do centro do relato no aqui e no agora, no momento presente. O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, lingüística e temporal. Oferece ao leitor um lugar empírico desde onde se pode observar o mundo, compreender o passado e especular sobre o futuro. Oferece ao homem moderno, na sua dispersão e evasividade, uma forma de compreender seu mundo e sua existência. Na afirmação radical do presente (atualidade) o jornalismo constrói a sua versão de neutralidade e objetividade reduzindo e encerrando tudo no momento atual. É da atualidade que ele organiza as histórias como sucessão. O passado e o futuro tendem a perder força, a amenizar-se: tudo gira em torno do hoje, do aqui, do agora, do ao vivo e do on-line. Daí a profusão de advérbios e de expressões adverbiais de tempo e de lugar que vinculam a sucessão de eventos a uma visão do hoje, do agora, do presente, do instante. (MOTTA, 2005, p.9)

O trabalho de análise deve rastrear e reconstituir a narrativa jornalística a partir das expressões que criam um quadro temporal costumeiramente nomeado atualidade. A temporalidade se estabelece, assim, como parte da estratégia narrativa que produz algum grau de coincidência entre as significações propostas e aquelas interpretadas pelo destinatário. A análise da narrativa busca então elementos como os dêiticos para reconstruir a temporalidade como um efeito de sentido. Motta indica então que o trabalho de análise deve buscar identificar as estratégias de que se vale a narrativa jornalística para produzir os efeitos de real.

O centro de tal ação está na esfera da linguagem: a voz narrativa que se oblitera para sugerir a ausência da mediação, a retórica que se vale de elementos especificadores para indicar precisão, objetividade, verossimilhança, os dados de cronologia que ajudam a sugerir uma referencialidade temporal (2005, p.10).

O jornal impresso não inscreve temporalidades da mesma maneira ou valendo-se sempre das mesmas estratégias narrativas que outros meios de comunicação. Se o audiovisual é marcado por modalidades como uma certa simultaneidade entre emissão e recepção, no caso do jornal impresso não há uma co-presença dos interlocutores em um mesmo momento. O que os enlaça é a data da publicação. “Esta informação põe o escoamento do tempo entre parênteses para situar um conteúdo de comunicação em um tempo convencional que não é o presente do locutor (ele antecipa-se sobre o momento da leitura) e também não é o do leitor (o jornalista ignora em qual momento o leitor o lerá)” (TÉTU, 2000, p.92). A informação escrita, explica Tétu, põe-se assim na dupla perspectiva que é de se apoiar sobre um passado considerado já extinto e de ancorar esse passado e o presente também numa antecipação do futuro próximo. O jornal busca simular a coincidência entre o momento do acontecimento e da sua apreensão. Mas não obtém o mesmo efeito dos meios audiovisuais e precisa retirar sua força de outros recursos.

Um aspecto a se destacar no impresso é verificar o aparecimento de relatos do tipo “serviço”, modalidades textuais que apontam para orientações temporais diferentes da notícia no seu formato canônico e que podem ajudar a compreender a tese corrente de que o relato da atualidade parece se dirigir menos ao passado do que para eventos futuros. Essa parece ser a tônica de algumas áreas temáticas do jornal, como parte da cobertura econômica e política, assentado em notícias de prognósticos, “cenários futuros”, quando não de mera especulação. Além disso, o crescimento das informações práticas de orientação aos leitores opera com uma idéia de que o futuro não é o que se vai fazer, da ordem do projeto, mas o que está para

chegar, aquilo que vai suceder ao *agora* (daí o “furo” nas diferentes áreas do jornal está muitas vezes associado à idéia de anunciar primeiro o que vai ser lançado, feito, executado etc.)

Também é preciso pensar na composição da notícia e a maneira como ela no jornal trama os efeitos do tempo. Se o discurso da atualidade nos põe em presença de uma representação de ações que fazem o estado atual do mundo, como diz Tétu (2000) ela “desloca incessantemente o seu ponto de partida” (p.100). Ao recortar continuamente os acontecimentos no fluxo da experiência a notícia fabrica uma unidade e marca o início e o fim de uma narrativa (uma hipótese interessante é que o ponto de recuo em uma matéria em busca das “origens do acontecimento” é revelador do seu horizonte de expectativas, seu futuro). Mas como tal processo se dá na relação dos diferentes elementos que compõem a página do jornal? Será preciso indicar, ao mesmo tempo, a especificidade de cada matéria significativa do jornal e sua existência articulada às demais. Tome-se o caso dos títulos. A nosso ver eles revelam um eixo ordenador do presente da enunciação, mas organizam também uma espécie de “macro-narrativa” (pode-se ler um jornal lendo-se apenas os seus títulos). Se eles permanecem como um ponto de passagem (espacial) entre o topo dos invariantes (os títulos-assunto) e uma base narrativa (a história narrada no artigo), os títulos poderiam ser vistos, por um lado, como parte de uma grande narrativa que articula os diversos enunciados do jornal e lhes dá uma inteligibilidade em função das relações que se estabelecem entre eles, e por outro lado, como o momento do “epílogo” de uma história que ele narra. São um lugar então essencial para captar a estratégia narrativa da notícia de que “a história começa pelo final”. A configuração propiciada pela trama (no sentido de Ricouer) da notícia faz uma articulação entre os acontecimentos individuais e uma história vista como totalidade (o relato) compondo os diferentes elementos (falas, objetos observados, eventos etc.) em uma temporalidade própria. Necessariamente procede-se à escolha de uma perspectiva – no sentido discutido

anteriormente de enquadramento, ou mesmo na sugestiva idéia de Foucault de uma ficção que dispõe e organiza – e em seguida a estruturação da história temporalmente às avessas.

“Este é o meio, e o único, que permite à notícia ser um todo, o meio de assegurar, por um lapso de tempo determinado, o fechamento da história. Pouco importa desde então que a seqüência confirme a narrativa ou a invalide, que a seqüência venha muito acelerada ou muito retardada, será, de qualquer modo uma outra história porque o seu ponto de partida será um outro fim. Assim, dizendo primeiro o fim e retomando o fio da história um pouco mais cedo, a notícia reaprende sem cessar a ler no curso da ação o efeito das condições iniciais nas conseqüências finais” (TÉTU, 2000, p.105).

A notícia é “o mundo desde o fim”, podemos dizer parafraseando o filósofo-poeta.

5.3 Os “ingredientes” de uma narrativa

Quais os aspectos relevantes para analisar uma estratégia narrativa cujo efeito de sentido fundamental é produzir uma idéia de atualidade, enquanto quadro temporal de organização da experiência social? Os dispositivos lingüísticos, já dissemos, são vários para caracterizar relações temporais – na morfologia e na estrutura sintática, nos tempos e advérbios, na estrutura da narrativa.

A notícia se constrói a partir de várias estruturas narrativas e modalidades enunciativas peculiares. A produção de enunciados marcados pela verossimilhança e a procura por uma adequação entre o conteúdo proposicional dos enunciados e os fatos são dois desses aspectos marcantes da estratégia narrativa do relato jornalístico. No primeiro caso, a lógica interna da narrativa procura conferir autenticidade à ação relatada. Mas, ao mesmo tempo, o jornalista, em regra, faz desaparecer do texto o narrador da ação narrada, permitindo que ele se identifique com um segundo observador – a figura do leitor²⁵.

No que se refere à temporalidade, um traço proeminente na narrativa é aquele que envolve a *recapitulação dos eventos*. Do ponto de vista das teorias narratológicas,

²⁵ É nesse sentido que Silviano Santiago (1984) refere-se ao jornalista como um narrador pós-moderno, que busca extrair a si da ação narrada.

preliminarmente toda narrativa implica no relacionamento de mais de um evento, seja através da figura da apresentação sucessiva ou de uma conexão em seqüência. A recapitulação de eventos e o estabelecimento de conexões entre eles a partir da perspectiva de informar sobre aquilo que é novo ou recente na cena social é um traço básico da narrativa da notícia. Tais relatos devem, porém, ser baseados não apenas no critério da novidade, mas da relevância ou da significação social que adquirem para os leitores – aspectos normalmente traduzidos no jornalismo pelos critérios de noticiabilidade.

O encadeamento ou conexão não é, entretanto, o ingrediente exclusivo para se pensar a problemática da temporalidade na narrativa noticiosa. A estrutura do lide, que sumariza informações no começo do texto e prepara uma expectativa do leitor para o que vem a seguir, se constrói sobre alguma informação que responde questões tais como: o que aconteceu? Como aconteceu? Por que aconteceu? Quando aconteceu? Tal composição, um sumário no começo do relato, é essencial à estrutura narrativa da notícia, em contraste com outras modalidades de narrativa. Essa “sumarização”, entretanto, é apenas um aspecto da expressividade do tempo da narrativa, no caso, do seu ritmo caracterizado por uma duração ligeira do relato na abertura de um texto. Se tais elementos da narrativa cumprem a função de orientar o leitor a respeito das referências que justificam a notícia – lugar, momento, situação, pessoa – não aparecem apenas concentrados no lide que abre o texto. São indicadores que se encontrarão também dispersos ao longo da narrativa respondendo reiteradamente a tais questões em cada situação particular (momento em que a matéria introduz um novo personagem, indica um novo lugar, caracteriza mais uma situação).

Assim como não se atém a apenas uma posição no texto, os elementos que invocam construções temporais no âmbito do relato noticioso também contemplam alcances e planos de tempo variáveis (COIMBRA, 1993). A narrativa da notícia pode indicar um afastamento da ação relatada em direção ao passado e ao futuro, alternada ou concomitantemente, assim

como o tempo verbal é marcado por um presente histórico da narrativa, que não se confunde com o presente do momento da produção do texto. São tais circunstâncias que permitem, como mostra Coimbra, que o tempo narrativo adquira diferentes modalidades de referenciação: tempo psicológico, caracterizado pela sucessão de estados internos, subjetivos, cujo passado e presente dos agentes se mostram imprecisos – recurso raro no jornalismo diário mas que por vezes pode ser fazer presente na descrição ou caracterização de pessoas; tempo físico, que estabelece a relação entre eventos ou indica o tempo de processos naturais; tempo cronológico, evidenciado por marcadores temporais como dia, mês, referência a calendários em geral; e tempo lingüístico, que instala um marco temporal no texto organizando os eventos a partir de um “agora”. Assim expressa, a temporalidade da narrativa poderá ainda se valer de diferentes estratégias textuais para produzir efeitos específicos no seu ritmo: retardação, na qual ocorre a evocação de momentos anteriores ou antecipação de momentos posteriores, projeções do mundo interior das personagens, digressões, desvios da seqüência da narrativa (diálogos, reflexões, comentários etc.) e inserção de micronarrativas; a aceleração, bastante caracterizada pelo uso de diálogos, do discurso direto ou da seqüência linear da narrativa; e a própria duração da narrativa, que tem no lide um elemento de sumarização, mas que pode ainda fazer uso de recursos para se alongar, pausar alternando histórias, ou mesmo realizar viradas bruscas como em uma elipse (“dez meses depois...”).

Obviamente, tais recursos não se apresentam na narrativa da notícia da mesma maneira que na narrativa literária. Nesta última, o recurso a “flashbacks” e outros deslocamentos temporais é mais marcado, mas o relato jornalístico e outros textos não literários também se valem de tal expediente. O tempo transcorrido na história, os marcos cronológicos que localizam os eventos, o próprio ritmo da narrativa, as referências temporais que organizam micro-narrativas no interior do argumento principal, o tipo de encadeamento e a ordem que produz entre os diferentes eventos são todos aspectos que adquirem

caracterização particular na narrativa da notícia. Na estrutura temporal da notícia, o encadeamento dos eventos responde a uma convocação temporal. Na maioria das vezes os eventos não são recapitulados na ordem em que ocorreram, em uma seqüência cronológica. Esse é um aspecto relevante para compreensão da questão temporal na análise da narrativa da notícia: na leitura do texto, o esquema narrativo sugere uma seqüência para os eventos. A ordem em que os eventos são narrados sugere uma ordem temporal de ocorrência dos eventos. Tal ordenamento cronológico pode implicar uma relação de causalidade entre os eventos e a causalidade pode ser implicada por uma cronologia inferida do esquema narrativo. Se digo que “tal evento” precede a outro, é possível supor uma ligação causal entre eles. As relações de causalidade, fortemente presentes na narrativa jornalística, são um elemento importante de caracterização da temporalidade da narrativa.

Essa ordem subjacente do evento é comumente feita a partir do relato no tempo passado, valendo-se de diferentes marcadores temporais por meio de advérbios. Por um lado, eles podem ser dêiticos que situam para o leitor o relato em algum ponto particular em relação à ação descrita, como “agora” ou “neste momento”, ou frases que instalam uma cronologia no interior da história, como “terça-feira”, “em dezembro”, “ontem”. Respondem, no lide ou no restante da matéria, ao questionamento do “quando” característico do discurso jornalístico. Instalados na narrativa da notícia, elas constroem uma ordem temporal para os eventos, implicando discurso e relato do evento.

A ordem subjacente ao relato de eventos no texto jornalístico pode também se valer de elementos que lingüisticamente correlacionam objetos em uma estrutura, indicando uma simultaneidade da ação e elementos que explicam eventos valendo-se de ocorrências anteriores ou posteriores. Há, contudo, que se ter cautela na caracterização da narrativa com base em uma estrutura cronológica. Os eventos da narrativa podem ser apresentados em uma ordem distinta da sua ocorrência, o que não implica necessariamente que eles estejam

construídos em uma estrutura narrativa não cronológica: se assim o é na superfície textual, não implica que a compreensão da estrutura temporal do evento não possa ser inferida da narrativa “não cronológica”.

5.4 Narrativa e temporalidade

Vimos até aqui que a narração refere-se às condições enunciativas que constituem o jornal, a partir do trabalho jornalístico de produção de mensagens, aquilo que justifica a própria existência do periódico, da construção de seu universo de leitores, e da maneira de constituição de gêneros e tipos de discurso da atualidade que fazem coincidir o acontecimento e sua enunciação. É esse ato de contar o mundo que faz do jornalismo um discurso duplamente contemporâneo: é “um relato atual de acontecimentos atuais” (WEAVER, 1993, p.295).

Tal duplicidade funda também uma dupla temporalidade no processo de relatar o acontecimento, uma temporalidade marcada pela tensão entre latência e atualidade. A atualidade diz respeito aqui à capacidade da informação de irromper, revestida de um sentido de urgência, no discurso jornalístico. A latência, por sua vez, diz de um horizonte de significação “em aberto”, subentendido no espaço da experiência. “A latência oferece à atualidade o ‘mundo’ necessário à leitura da informação como acontecimento” (GARCIN-MARROU, 1996, p.57). “Atualidade e latência articulam, pois uma temporalidade complexa da constituição do acontecimento. Esta temporalidade faz eco ao triplo presente da narração, à diferença que ela permite descrever o que não é estritamente do presente, isso que ‘enquadra’ o presente” (GARCIN-MARROU, 1996, p.59). O acontecimento afirma-se em um presente e aí procura sua expressividade. Mas, ao fazê-lo, coloca-se no limiar do tempo através da idéia de atualidade.

A noção de narrativa especifica uma maneira pela qual o texto é tratado no discurso jornalístico. O núcleo da operação discursiva de constituição da atualidade remete ao processo de construção do acontecimento no campo da informação mediática, processo este atravessado por três ordens de problemas referidos à noção de narrativa/narração: como esse acontecimento é narrado para se transformar em informação e como essa informação é dotada de um valor e uma significação que a faz emergir de um fluxo, tornando-a um acontecimento que incide novamente sobre a percepção do acontecimento. O acontecimento não surge de um nada histórico, mas se inscreve sobre uma memória social, política e histórica que é também determinante na compreensão e designação do próprio acontecimento (GARCIN-MARROU, 1996; ARCQUEMBOURG;1996). Assim, a construção do acontecimento midiático se dá articulada em uma estratificação temporal em pelo menos três níveis: as estruturas temporais no âmbito do enredo/trama narrativa; as referências temporais que descrevem o acontecimento e a perspectiva temporal que se dá no nível da enunciação (VERÓN, 1981).

A narração é, assim, um processo que caracteriza a relação entre informação e acontecimento ao mesmo tempo em que o acontecimento já vem revestido de uma carga simbólica que dá forma à informação. Ao analisar a construção narrativa de um acontecimento pela ação do jornalista, vê-se que ali se opera um duplo movimento entre o discurso e a experiência: a informação conta um acontecimento, mas também ela é responsável pelo processo de eventualização, quando atribui valor, significado, hierarquia a cada acontecimento, através do que Ricoeur chama de “enredo/trama”.

De certa maneira, a tríplice mimese de Ricoeur e as noções de prefiguração, configuração e refiguração mostram-se como marcos incontornáveis para nossa análise da notícia como narrativa e sua articulação com a temporalidade. Nesse sentido, acompanhamos Motta quando aponta que não são as qualidades narrativas do texto jornalístico ou seu estilo mais ou menos narrativo ou descritivo que caracterizarão nossa análise “mas principalmente

no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo” (2004, p.11). Para Motta, o paradigma jornalístico se revelaria fundamentalmente, por meio do movimento de pré-configuração, configuração e refiguração, “pela interpretação da comunicação jornalística desde uma ótica do leitor”. Se estivermos pensando em articular temporalidade e notícia a partir dos efeitos de sentido que tal combinação produz, de pensar a temporalidade contribuindo na produção dos efeitos de sentido projetados pelo discurso jornalístico, estabelecer a relação entre a forma da notícia e seu destinatário é um trabalho essencial.

Ou seja, é desde o ponto de vista reconfigurador da recepção e desde um pano de fundo cultural, ético e moral que podemos reconstituir episódios fragmentados das notícias diárias em narrativas coerentes, que podemos reconstituir intrigas e histórias cuja significação está muito além dos conteúdos proposicionais. É desse ponto de vista, a meu ver, que o jornalismo se configura como narrativa da contemporaneidade. Sua significação é cultural e sua interpretação precisa ser antropológica”. (MOTTA, 2004, p.12)

Aqui, vale indicar uma pequena diferença, ao nível metodológico, com a formulação desse autor. A nosso ver, pensar as narrativas a partir da reconstrução significativa feita na instância da recepção não supõe necessariamente que se apanhem as notícias a partir de um recorte largo de tempo e encadeadas em função de uma suposta macro-narrativa construída *a posteriori*. Seria, esta, intui-se, a única maneira de caracterizar a narrativa para a notícia posto que permitiria a identificação de uma história, uma unidade de sentido. O problema nos parece ser que, se a narrativa implica, no lugar do leitor, a busca de “sentidos unitários”, como diz Motta, ou uma unidade de sentido, ele (leitor) também segue refazendo histórias, tão fragmentadas quanto as das notícias, tão inacabadas quanto as das notícias, tão difusas quanto as das notícias. Movido por outras intencionalidades que a da notícia. Sua narrativa é uma refiguração e sempre, desde já, uma nova prefiguração e uma configuração de outra ordem. Da mesma maneira, se pensarmos que tais operações narrativizantes se elaboram em um “lugar da leitura”, podemos supor que o leitor se manifesta também nas operações do jornalista, na ação de informante das fontes que contam e recontam o acontecimento. Isso faz

da apreciação de uma narrativa a partir de uma série de notícias uma estratégia analítica tão razoável quanto em pensar a narrativa a partir de cada notícia na sua forma específica de manifestação: na publicação diária, na experiência de leitura corriqueira e cotidiana de cada jornal.

A se ponderar que, se não podemos operar com uma idéia ingênua de representação – daí a pertinência de se questionar se a notícia é uma mera representação da realidade – e, portanto, não temos no relato jornalístico uma mera representação do tempo, também não optamos por pensar a temporalidade como mais um efeito de real, sem qualquer possibilidade de referência ao mundo. Na narrativa não se trata de perceber nem uma imitação do tempo objetivamente dado no mundo nem uma simples representação sem exterioridade. A temporalidade é uma das maneiras de agenciamento da experiência social que busca alguma forma de compreender o fluxo de acontecimentos dispersos da experiência e conferir sentido à atuação dos atores sociais. Sua compreensão deve ser inferida a partir da análise do texto em busca de uma interpretação proposta ao leitor, interpretação esta que opera como forma de reconhecimento de uma história e, portanto, como uma unidade de sentido. A temporalidade não é uma estrutura textual e nem um efeito de real; faz parte da atividade que constitui o texto noticioso como forma de acesso e conhecimento do mundo.

Na seção seguinte pretendemos delinear uma abordagem teórica que nos permita uma articulação consistente entre valores-notícia, enquadramentos da notícia e a narrativa da notícia, com a questão temporal. Nossa estratégia é buscar tal aproximação no quadro de uma análise discursiva do jornalismo, mostrando como tais aspectos podem ser vistos a partir de estratégias de encenação da informação. Propomo-nos a realizar uma revisão crítica, pois não se trata de abordagem original, como pode ser visto por trabalhos seminais como os de Mouillaud (1997), Mouillaud e Tétu (1989), Charaudeau (1997; 2006) e Maingueneau (2001).

A diversidade e quantidade de acontecimentos a serem reportados pelas mídias informativas supõe um trabalho de seleção de fatos a serem noticiados, com base em dados relativos à tempo, espaço e hierarquia, a escolha de uma perspectiva de abordagem e estabelecimento de nexos entre os objetos reportados no relato, bem como a estruturação textual desse relato sob a forma de notícia. Combinando essas diferentes dimensões, produzir informação jornalística é, sobretudo, uma operação discursiva.

6. A temporalidade como estratégia de encenação do discurso

jornalístico

Assim como em outras modalidades de análise discursiva, está no âmago mesmo dos estudos sobre o discurso jornalístico a maneira como aquilo que é dito e as formas de dizer se articulam para a construção do sentido. O que poderia tal problemática, que trata do dispositivo de enunciação, contribuir para pensarmos a questão da temporalidade no discurso noticioso? O tempo é um “efeito de sentido” produzido no âmbito de um dado enunciado? Ou, por outro lado, constituiria uma dimensão das modalidades de “pôr em discurso” do jornalismo? A temporalidade se afigura um traço do texto noticioso ou do contexto de produção/apropriação do discurso jornalístico?

Certamente, ancorados numa perspectiva desenvolvida a partir de uma semiologia de segunda geração – que oferece elementos não apenas para pensar as diferentes matérias significantes que compõem o discurso do jornal, como também articulá-lo com um ambiente sócio-cultural do qual emerge (FERREIRA, 2006) – responderemos, de maneira preliminar, que a maneira de dizer do relato noticioso é fundamental para configurar o sistema temporal alicerçado no discurso jornalístico. Resta-nos verificar em que medida tal asserção é suficiente para compreender a problemática da temporalidade no discurso jornalístico²⁶.

²⁶ A delimitação de uma noção que possa ser provisoriamente chamada como “fator temporal” a partir do campo teórico da análise do discurso (AD) traz também uma dificuldade de circunscrição similar àquela proposta pelas teorias do jornalismo, pela *framing research* e estudos da narrativa, obviamente com histórias, paradigmas e campos constituídos de maneira peculiar em cada um deles. No campo da AD coexistem (e concorrem!) em um esforço interdisciplinar uma variedade de teorias em torno de ramificações que vão da lingüística mais tradicional até a sociologia (VAN DIJK, 2000a e 2000b; MAINGUENEAU 2005a). Entre as mais tradicionais pode-se destacar a etnometodologia e a análise conversacional, as semióticas narrativas, a análise de conteúdo, as análises críticas do discurso, análise textuais e as variantes hermenêuticas. Para Maingueneau (2005a), essa diversidade se dá com base em alguns pressupostos teóricos compartilhados tais como a idéia de que o sentido constitui-se sempre de maneira contextualizada e a visão da linguagem como uma prática. As bases conceituais que fundam as ditas perspectivas, ainda que enfeixadas sob a rubrica da análise do discurso, são bastante distintas e de matrizes e tradições teóricas bem diferentes, o que traz implicações diretas para a construção de um método, assim como uma grande diferenciação (quando não contradições) entre os instrumentos e procedimentos metodológicos que cada corrente utiliza. Em termos mais gerais, assumimos aqui a perspectiva semio-lingüística para análise do discurso jornalístico.

Textos como notícias e reportagens podem ser tomados como enunciados de uma modalidade discursiva específica, o discurso da informação jornalística. Configuram-se em unidades de sentido que articulam significados particulares através de conteúdos e formas de expressão. No jornal impresso, elementos expressivos como fotografia, diagrama e a matéria verbal aparecem combinados para a construção do texto. Tais enunciados recorrem não só a elementos lingüísticos, como o uso dos tempos verbais, forma do discurso e presença de advérbios, mas também a outras matérias significantes tais como imagens e cor para referenciar temporalmente os fatos que relatam. Os enunciados trazem em sua superfície marcas que revelam um sujeito enunciador. Os textos jornalísticos são resultado de um procedimento de objetivação em relação ao enunciador e ao enunciatário – a “debreagem enunciativa” – e, ao mesmo tempo, de produção de figuras, no seu interior, do enunciador e do enunciatário – a “debreagem enunciativa” (FIORIN, 1999). No primeiro caso, o texto jornalístico constrói relatos marcados pela objetividade, em que as formas de dizer apresentam-se como que independentes daqueles que as produziram ou daqueles aos quais elas se dirigem. No segundo caso, o enunciador evidencia sinais no texto que relevam a presença de enunciador e enunciatário, tais como a utilização das narrativas em primeira pessoa ou do uso das citações/depoimento no interior do relato.

6.1 A enunciação jornalística

Os textos jornalísticos sempre se configuram em uma certa *situação de comunicação*, envolvendo a construção de uma subjetividade que também constitui, ao mesmo tempo, as figuras de enunciador e enunciatário. Costuma-se, então, trabalhar com a noção de sujeito da enunciação inferido a partir do enunciado, uma resultante dos elementos dêiticos ali constituídos – figuras de espaço, tempo e pessoa. Essa é a perspectiva do dispositivo de enunciação, em geral remontada com base nas reflexões de Emile Benveniste – que destaca

fundamentalmente a importância da subjetividade na linguagem. Em sua análise, Benveniste (1989, p.83) considera o dispositivo da enunciação a partir do “próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”: nesse ato de utilização da língua, introduz-se necessariamente a figura do locutor; ao enunciar, o locutor postula a figura de um *outro* diante de si; e a enunciação guarda sempre a característica de revelar uma certa relação com o mundo.

É nessa noção de processo de enunciação que Benveniste apresentará as formas temporais como termos que se constituem em relação ao momento mesmo da enunciação.

Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua necessidade, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o "agora" e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de continuidade, que denominamos "tempo"; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tomar presente e o que já não o é mais. (BENVENISTE, 1989, p.85)

Assim, para o autor, o tempo se afigura como uma “classe de signos” que ganha efetividade apenas na enunciação, existe no entrelaçamento de figuras que tal dispositivo cria quanto institui um locutor. Semelhante perspectiva oferece uma interessante compreensão de como operam os mecanismos de temporalização para o processo de discursivização, o tempo enquanto categoria básica do dispositivo de enunciação entendida em termos gerais como o movimento de articulação do discurso, forma como põe a mostra, expressa e manifesta os fatos jornalísticos. Aqui se trataria, então, de analisar as várias estratégias textuais utilizadas para “temporalizar” o discurso *no* e *pelo* jornal, tomado como uma forma particular de operação de um dispositivo de enunciação. Apontamos, então, novamente a questão dos

tempos verbais como estruturadores da narrativa, conforme discutimos na seção anterior. Uma das estratégias mais visadas, por ser mesmo típica do discurso do jornal, é a identificação no texto dos lugares para se construir o chamado “efeito de presentificação”, simulado pelo uso recorrente do presente do indicativo que permite confundir o tempo do acontecimento e o tempo da enunciação. Esse “presente” do texto cumpre funções pragmáticas importantes tais como arquitetar um sentido de atualidade na interpretação dos acontecimentos relatados e ajudar a construir o pacto intersubjetivo entre as instâncias da produção e da recepção acerca do lugar temporal do jornal.

O tempo estruturador da narrativa jornalística é o presente, pois o uso desse tempo, em combinação com advérbios como “agora”, simula a fala “em presença”, articula uma contemporaneidade entre o momento da enunciação, em que o narrador da notícia ou reportagem conta a história, e o momento da recepção do texto jornalístico por parte do leitor/enunciatário. Esse é um presente de valor dêitico, em que sua compreensão está necessariamente vinculada à enunciação específica que o formula.

Assim, como nos diz Fiorin (1999), a singularidade do tempo lingüístico é dada pelo momento da enunciação como eixo ordenador e gerador e pela relação do sistema temporal com a ordenação dos estados e transformações narrados no texto. A análise da dimensão temporal em um jornal ocorreria, sobretudo, na verificação de restrições formais impostas à composição textual – relações semânticas e sintáticas e como elas operam para a construção do sentido.

Semelhante perspectiva é útil para compreensão de diversas dimensões do relato jornalístico escrito tal como o faz Mouillaud (1989; 1997), por exemplo, na análise de títulos de jornais. O autor espousa a perspectiva de que os gêneros informacionais não constituem narrativas – enquanto forma de representação e descrição da estrutura da ação temporalmente encadeada de maneira a oferecer uma idéia de seqüência e tensão dramática – e, portanto,

podem ser questionados quanto à possibilidade de expressarem uma temporalidade. Para Mouillaud, nos jornais impressos, os títulos-assuntos (as editorias) são por definição *intemporais*, já que se trata de uma maneira do jornal desenvolver invariantes referenciais que permitem a produção de enunciados informacionais. Já os títulos anafóricos afiguram-se como *atemporais*: atêm-se meramente ao presente da informação, que é independente da temporalidade histórica.

Nesse sentido, o presente a que se reporta a atualidade marcada pelos títulos anafóricos seria tão somente um índice de presença, o estar diante de, mas não constitui uma marca de temporalidade como a cronologia expressa pelas datas do jornal. Já os títulos informacionais, obedecem à regra de apagar os traços que indicarão as circunstâncias de enunciação datadas, substituindo-as por marcas de processo ou estado. O enunciado informa sobre um acontecimento localizado numa cronologia específica e o título arranca-o desta linha temporal interpretando-o como presente da enunciação.

O título informacional (que é o enunciado específico do número) aparece como um momento entre duas enunciações opostas: em sua base, a narrativa histórica (que é o limite do artigo, um limite que nunca está completamente atualizado), e, em seu topo, uma classificação. A informação se produz na suspensão da narrativa. Caso se considerem os processos na ordem de sua produção, o título informacional representa um momento inicial, isto é, o ato presente; a presença que se fecha em duas direções opostas: de um lado, a narrativa encadeia o tempo, seqüência a seqüência; de outro, uma lista de classes fecha o presente de cada um dos números (MOUILLAUD, 1997, p.115).

Assim, “o eixo ordenador do tempo é sempre o momento da enunciação” (FIORIN, 1999, p.143), existindo algum tipo de vínculo entre o tempo lingüístico e outras formas de representação temporal. No caso do discurso jornalístico no jornal impresso, a temporalidade aparece como índice de presença dado pelas diferentes instâncias enunciativas – o título, o artigo, as editorias, a datação etc. – sendo a atualidade configurada a partir da composição dessas enunciações específicas. A análise voltar-se-ia, então, para a identificação e maneira de funcionamento dos dois sistemas temporais inscritos no dispositivo de enunciação, aquele

relacionado diretamente ao momento da enunciação e outro ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado.

Tais abordagens “enunciativas” são uma importante contribuição para se pensar a problemática da temporalidade no âmbito do discurso jornalístico. Entretanto, nesse trabalho “topográfico” de identificar as “marcas” da enunciação nos enunciados, induzem fortemente a uma compreensão da temporalidade como um “dado” discursivo fundamentalmente estático, que se projeta sobre o mundo para construir os marcos da experiência social.

Tomar o enunciado tão apenas como um resultado da enunciação, e que as marcas ali deixadas permitem reconstruir o ato enunciativo, implica não apenas assinalar uma dicotomia entre enunciação e enunciado mas dela se tornar refém e, com isto, circularmente reintroduzir, como diz Parret (1995), paradoxos: a enunciação é única, implica sempre uma situação particular, ao passo que o enunciado é invariante. Se a enunciação parece nos permitir ir um pouco além de uma concepção algo estática do discurso, quando falamos em enunciado como resultado de operações enunciativas, o discurso aparece como uma forma de “templo antigo”, um lugar onde se encontram certas “ruínas”. Assim, muitas vezes procede-se a uma análise do discurso do jornal buscando identificar os elementos empíricos que seriam tradicionalmente portadores de um gesto enunciativo.

“Que a instância de enunciação seja um efeito do enunciado não significa que toda a enunciação seja enunciada. Um efeito de enunciado não está presente no enunciado sob a forma de marca ou assinaladores morfo-sintáticos ou semântico-sintáticos, mas que deve ser reconstruído ou descoberto por um esforço de interpretação.” (PARRET, 1995, p.38)

Uma perspectiva assim apresentada evidencia, pois, que a enunciação “não está presente ‘empiricamente’ como um conjunto de marcas convencionais”. Ou seja, diz Parret, a enunciação não está contida no enunciado como, similarmente, a causa não estaria contida na consequência. Senão correremos assim o risco de reintroduzir uma abordagem dicotômica entre um plano do enunciado e um plano da enunciação, visá-las como categorias opostas,

percepção danosa na caracterização dos objetos discursivos da comunicação. Afinal, como critica a chamada “semiótica tensiva”,

freqüentemente insistimos numa confusão lamentável entre a enunciação propriamente dita, cujo modo de existência é o ser pressuposto lógico do enunciado, e a enunciação enunciada (ou narrada), que é apenas o simulacro que imita, dentro do discurso, o fazer enunciativo (GREIMAS, apud FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p.173)

Esse fazer enunciativo, tomado como referência no discurso do jornal impresso, é uma operação que para fins analíticos pode ser estabilizada, o que não implica dizer que é estática. Assumido como invariante, o enunciado conteria o sentido e a situação de enunciação apenas modularia a compreensão de forma a evitar ambigüidades. Ora,

A reflexão contemporânea sobre a linguagem afastou-se dessa concepção da interpretação dos enunciados: o contexto não se encontra simplesmente *ao redor* de um enunciado que *conteria* um sentido parcialmente indeterminado que o destinatário precisaria apenas especificar. Com efeito, todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações de enunciador”. (MAINGUENEAU, 2003, p.20)

Eis porque a análise da temporalidade do discurso traz ganhos ao partir da chamada “semiologia de segunda geração” mas necessita ir um ponto além. A enunciação deve ser pensada não só em relação aos elementos intradiscursivos, mas na sua articulação com o mundo “de fora” do discurso – os elementos que viabilizam as condições de produção e reconhecimento de um dado discurso. Ou seja, postulamos então que a abordagem da temporalidade seja apreciada no âmbito de uma problemática sócio-discursiva, na qual as categorias do sentido acham-se, ao mesmo tempo, orientadas para o exterior e para o interior da linguagem. A temporalidade afigurar-se-ia como um elemento ao mesmo tempo intra e extradiscursivo, faz parte das gramáticas de produção e reconhecimento e também das condições de produção e reconhecimento (VERÓN, 2004). Tais gramáticas e condições *não estão* nos materiais significantes, ali deixam vestígios, o que faz com que o discurso não seja

reduzível às propriedades dos enunciados, mas uma materialidade do sentido incorporado. A concepção enunciativa de base então é aquela que junta o discursivo e o extradiscursivo.

Mas de que maneira proceder para não nos atermos apenas à “enunciação enunciada”? Uma perspectiva é tomar a enunciação, no âmbito da análise de discursos, como uma descrição de operações.

Uma superfície textual está composta por marcas. Essas marcas podem interpretar-se como os vestígios de operações discursivas subjacentes que remetem às condições de produção do discurso e cuja economia de conjunto definiu o quadro das leituras possíveis, o quadro dos efeitos de sentido desse discurso. De modo que as operações mesmas não são visíveis na superfície textual: devem reconstruir-se (ou postular-se) partindo das marcas da superfície. (VERÓN, 2004, p.51)

O que faz, então, o enunciado significar, como diz o autor, é mesmo o ato de ele ser proferido e não somente suas palavras. O modelo de operação é baseado na existência de três elementos analíticos: um operador, um operando e uma relação entre ambos, reconstruída a partir das marcas na superfície. Segundo Verón, alguns princípios de análise devem conduzir as operações de descrição: é fundamental identificar um operador na superfície textual; uma marca situada em um lugar determinado da superfície textual pode estar associada a várias operações ao mesmo tempo; o operando pode estar ausente do texto que se analisa (estar em outro texto ou compor o imaginário social); uma mesma marca pode funcionar simultaneamente como operador de uma operação e operando de outra; os termos podem alcançar qualquer nível de complexidade (um artigo definido ou pronome até uma matéria inteira); um termo de uma relação pode ser, noutro nível, uma relação (o que indica a possibilidade de metaoperações); uma mesma classe de operações pode estar representada por diferentes marcas da superfície; uma mesma marca, em contextos discursivos diferentes, pode indicar operações diferentes; os operadores podem incluir-se em marcas não lingüísticas (imagens, dimensão dos caracteres etc.).

Assim, a partir dessas operações podemos nos aproximar da enunciação jornalística viabilizada pelo discurso do jornal impresso, pensando a problemática da temporalidade em

diferentes dimensões. O jornal é, ao mesmo tempo, “agente e um lugar de produção de sentidos” e vamos estudar “os modos enunciativos pelos quais” ele constrói as figuras de temporalidades. (FAUSTO NETO, 2006, p.96).

6.2 Uma compreensão do discurso

O recurso a um enfoque semio-discursivo, a nosso ver, pode oferecer uma perspectiva analítica que nos auxilie a investigar como a dimensão temporal integra o sistema de regras que define a especificidade da enunciação jornalística, indo um pouco além da aporia posta por análises internalistas ou externalistas. O objetivo é então

“apreender o discurso como imbricação de um texto e um lugar social, ou seja que o seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que amarra-o através de um dispositivo de enunciação específico” (MAINGUENEAU, 2005, p.66).

Para compreendermos a notícia como uma modalidade do discurso de informação é preciso caracterizar o processo de construção de sentido, a que Charaudeau (1997; 2006) chama de “duplo processo de semiotização: de transformação e de transação”. Tal processo é inspirado nos três momentos do círculo hermenêutico de Ricouer (1994), a tríplice mimese – prefiguração do campo prático (mimese 1); configuração textual desse campo (mimese 2); refiguração pela recepção da obra (mimese 3). Se para o filósofo a relação entre esses três momentos é pensada como forma de constituição da relação tempo/narrativa, Charaudeau, no campo das mídias, vislumbra tal processo diretamente articulado com a construção do sentido de discurso.

O processo de transformação consiste em transformar um mundo a significar em mundo significado, em estruturá-lo de acordo com um certo número de categorias que são expressas pelas formas. Este processo é chamado transação porque ele formula que, para que qualquer ato de comunicação seja válido, os dois parceiros devem estar em condição de reconhecer a situação de intencionalidade através da qual se produz. A comunicação deve ser considerada como um ato de troca que repousa sobre quatro princípios: alteridade, influência, pertinência e regulação. (...) É o processo de transação que comanda o processo de transformação e não o inverso. A linguagem nasce, vive e morre em uma intersubjetividade. É falando com

o outro que o mundo é comentado, descrito e estruturado. (CHARAUDEAU, 1997, p.41)

Em uma de suas últimas formulações, o processo de semiotização aplicado ao discurso da informação é assim representado por Charaudeau:

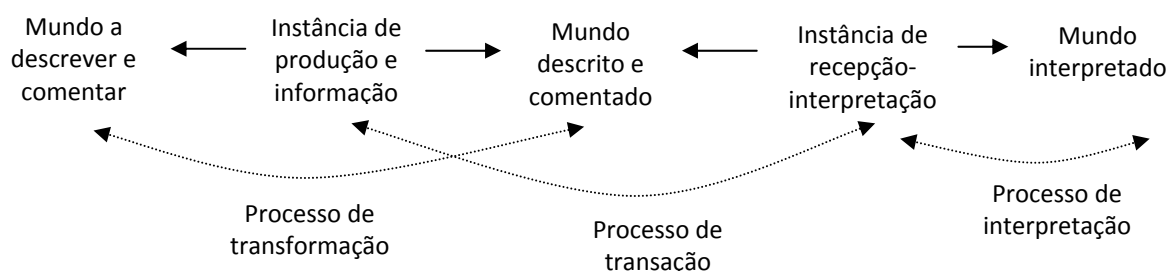


Figura 2: Duplo processo de semiotização conforme Charaudeau (2006)

Podemos, nesse modelo, perceber a reflexividade do processo de comunicação jornalística. Ao se propor a construir uma representação do mundo, no mesmo movimento a informação representa também uma relação que se constitui entre as instâncias da produção e da recepção. Mas o que se transaciona nesse duplo processo de semiotização? Charaudeau dirá que são saberes sob a forma da informação jornalística. Saberes que podem ser de conhecimento, representações racionalizadas do mundo existente, ou saberes de crença, relativos a uma tentativa de avaliar esse mundo tornado inteligível pelos conhecimentos. Os saberes de conhecimento podem ter uma natureza *existencial* (no jornalismo seriam tipicamente operadores descritivos de estados do mundo), *evenemencial*²⁷ (que busca descrever as ações que mudam o estado do mundo) e *explicativa* (quando a inteligibilidade é regida pela descrição dos porquês, do como e finalidades dos acontecimentos). Já os saberes de crença tratam de uma avaliação sobre os rumos do mundo (CHARAUDEAU, 2006, p.45).

²⁷ A tradução do trabalho de Charaudeau utiliza a expressão “evenemencial” para o adjetivo de “événement” (acontecimento). No decorrer do nosso trabalho grafaremos “evenemencial” – que não existe no português – em itálico para tentar preservar a noção proposta pelo autor, já que a tradução por factual ou eventual nem sempre indica com clareza a proposição feita.

A abordagem da semiolinguística procura oferecer uma alternativa teórica, ao pensar a notícia sob essa perspectiva, ao problema da representação. Assim como critica uma aproximação da idéia de notícia pelo viés do “espelho” ou “reflexo do real”, a opção também não é tratar do relato jornalístico como mera ilusão de referencialidade. Por isso, fala-se com mais propriedade que a notícia produz não um “efeito de real”, mas um “efeito de verdade”. A notícia não ilude o leitor fazendo-o acreditar que faz referência ao mundo, mas também não simplesmente representa a realidade. Charaudeau vai operar então com um “efeito de verdade” no qual a construção da notícia, fundamentada nas razões do porque informar, na legitimidade social de quem informa e nos recursos que tal informador aciona, será feita com base em princípios de veracidade, autenticidade, verossimilhança.

A abordagem semio-discursiva está baseada em uma teoria da situação de comunicação²⁸ e de cena de enunciação que determina, em um mesmo movimento, restrições que definem regras para os atos de linguagem e parâmetros para a maneira de encenar os discursos.

A significação discursiva, pode-se afirmar, é uma resultante. Uma resultante de dois componentes dos quais um pode ser denominado lingüístico, já que opera com material verbal (a língua), sendo ele mesmo estruturado de maneira significativa segundo os princípios de pertinência que lhe são próprios, e outro, situacional, já que opera um material psicossocial, testemunha de comportamentos humanos, que colabora na definição dos seres ao mesmo tempo como atores sociais e como sujeitos comunicantes. Trata-se, assim, de uma resultante, isto é, de uma força cujos componentes são simultaneamente autônomos, em sua origem, e interdependentes em seu efeito, o que significa dizer que não se pode chegar à construção da significação discursiva sem o estudo de um ou outro desses componentes (CHARAUDEAU, 1997, p.6).

O discurso da informação vai se estruturar no interior da “máquina midiática” que põem produtores e receptores em relação por meio do discurso. (Figura 3)

²⁸ Muitas vezes a terminologia será a do contrato ou da promessa de comunicação, perspectivas cuja problematização fogem ao escopo desse trabalho.

OS TRÊS LUGARES DA MÁQUINA MIDIÁTICA

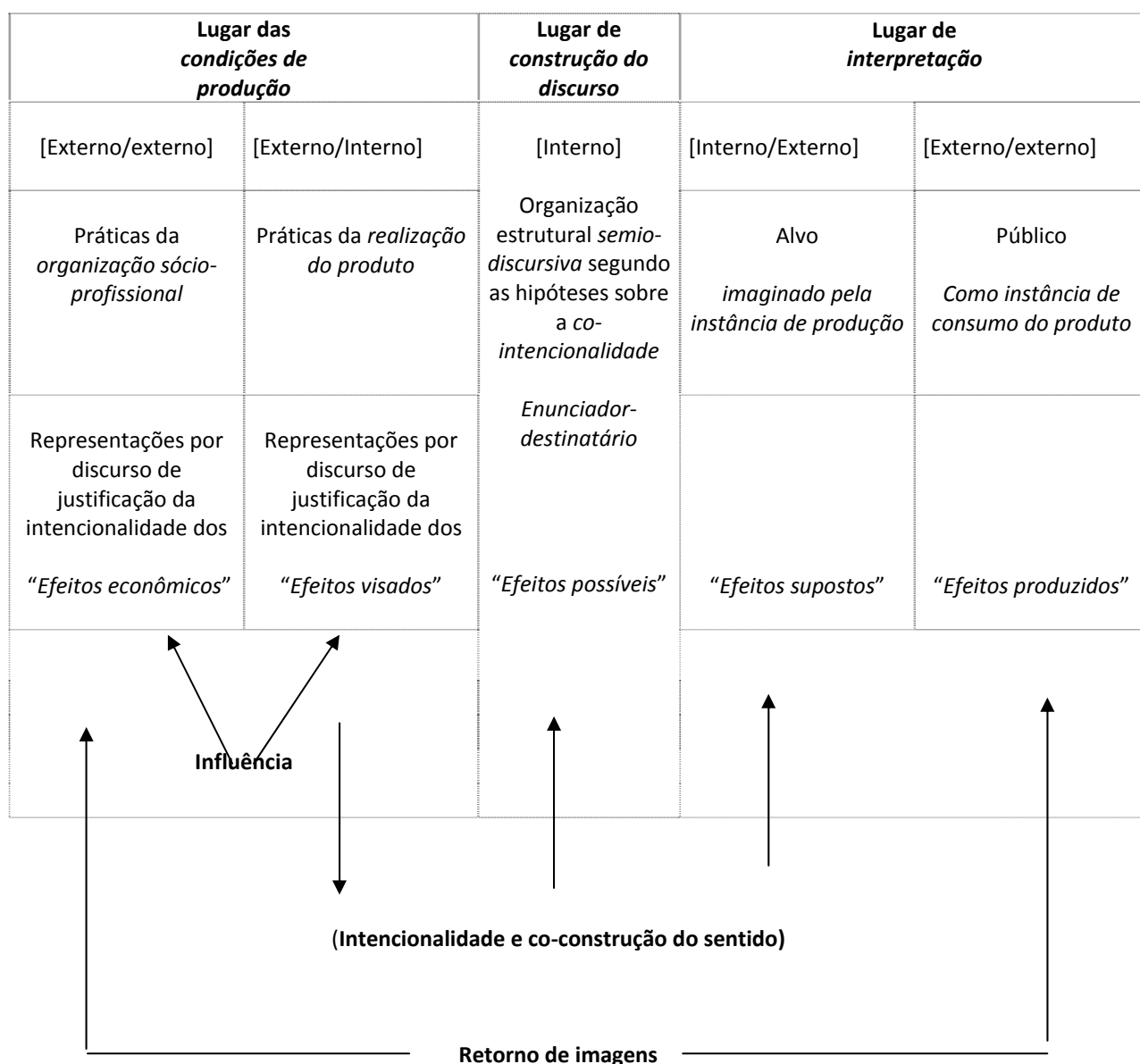


Figura 3: Os três lugares da máquina midiática (CHARAUDEAU, 1997)

O processo de significação discursiva é derivado de uma mescla de duas dimensões, uma lingüística e outra situacional, que se entrecruzam e interdependem-se no discurso como espaços interno e externo de construção do sentido. Dessa perspectiva, a dimensão da temporalidade pode ser duplamente referida: como traço constituinte, condição para a interação social no espaço das limitações, e como parâmetro de um espaço de estratégias para

constituição de um ato de linguagem. A temporalidade, assim, integra aquilo que pode ser chamado a “enunciabilidade” de um discurso.

A “enunciabilidade” de um discurso, o fato de que tenha sido objeto de atos de enunciação por um conjunto de indivíduos não é uma propriedade que lhe é atribuída por acréscimo, mas alguma coisa radical, que condiciona toda sua estrutura. É preciso pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação (MAINGUENEAU, 2005, p.19).

Nossa abordagem do discurso do jornal pretende verificar como a produção de sentido não é autônoma do contexto e das condições de produção, o que faz de aspectos como o tempo não um elemento agregado ao discurso no seu nível mais superficial mas como uma potência estruturadora da enunciação.

Apoiamo-nos aqui na perspectiva de Charaudeau segundo a qual “cada ato de discurso representa a combinação de uma situação comunicativa, de uma organização discursiva e do uso de formas específicas” (2002, p.301). Mas os discursos não se apresentam “puros” e sim misturados em cada ato de comunicação. Nesse sentido, Charaudeau propõe um modelo de construção do sentido em três níveis, que correspondem às competências do sujeito: nível situacional, referente à competência comunicacional; nível discursivo, que trata da competência discursiva e semântica; e o nível semiolingüístico, que versa sobre a competência semiolingüística, cada um deles atuando recursivamente sobre os demais.

A competência comunicacional trata das condições de uso e interpretação do discurso. Diz da habilidade dos parceiros da troca comunicativa em reconhecer e considerarem as características particulares da situação de comunicação, ou seja, a identidade de cada um, as finalidades da interlocução, os objetivos ali propostos e as circunstâncias materiais que a envolvem.

A situação de comunicação é, assim, o que determina, através de características de seus componentes, as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, condições de enunciação sob seu aspecto externo. Por conseguinte, ela estrutura o domínio da prática – que é sociologicamente vasto – em domínio de comunicação (CHARAUDEAU, 2004a, p.26).

Nessa perspectiva, o jornal impresso, já inscrito no domínio de uma prática social particular – a midiaticização – e no âmbito de uma situação global de comunicação – a das mídias de informação – esse jornal impresso de informação geral se caracteriza por constituir uma situação específica de comunicação configurada por um conjunto de determinações situacionais, determinações discursivas e características semiolinguísticas. A finalidade, ao determinar uma orientação discursiva da comunicação, estabelece uma visada típica ou dominante para essa situação específica, do jornal: é objetivo (*visée*²⁹) de informação³⁰, que pretende produzir um fazer saber acerca dos acontecimentos, produzir um conhecimento imediato sobre a atualidade. Todavia, tal objetivo aparece sempre combinado, em virtude de se tratar do jornal de uma modalidade da comunicação midiática, com a *visée* de captação, que é responsável pela exigência de que este discurso tenha a maior abrangência possível³¹.(ver figura 4)

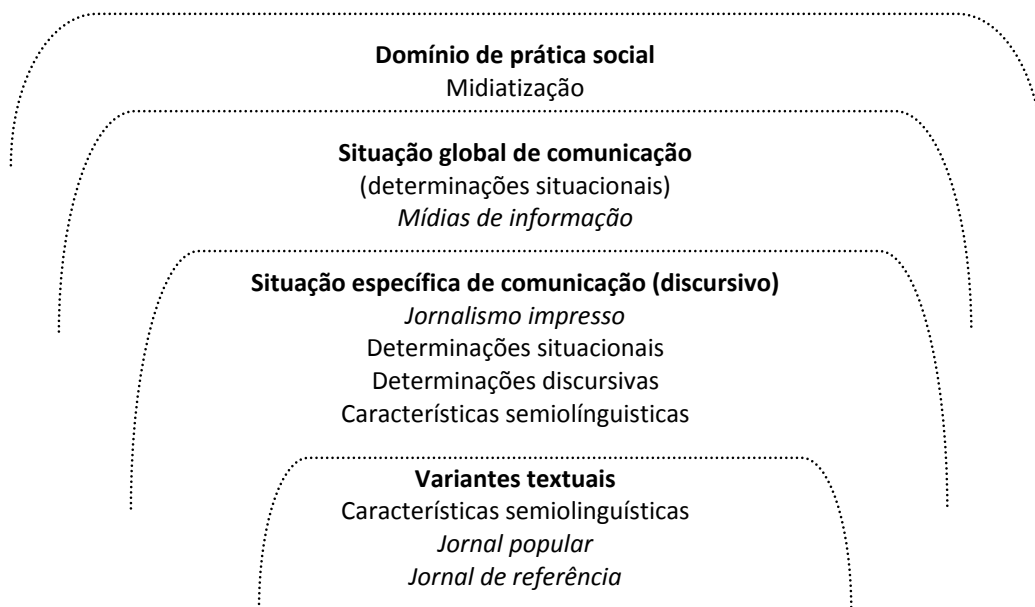


Figura 4: Esquema interpretativo de Charaudeau

²⁹ Algumas traduções de textos de Charaudeau para o português optam por traduzir o termo “visée” por “visada”.

³⁰ Os principais objetivos segundo Charaudeau são: de prescrição, de solicitação, de incitação, de informação, de instrução, de demonstração.

³¹ Vale lembrar ainda que a adequada caracterização do jornal impresso deve necessariamente levar em conta uma reflexão sobre a maneira como discursos jornalísticos e publicitários irão se compor nessa situação de comunicação (PATRIN,2000), aspectos pouco observado na maioria dos trabalhos.

Segundo Charaudeau, os componentes “finalidade”, “identidade”, “propósito” e “dispositivo” não podem ser desagregados mas, analiticamente, a finalidade tem precedência sobre os demais elementos. As finalidades são constituídas a partir de visadas, que “correspondem, assim, a atitudes enunciativas de base que encontraríamos em um grande corpus de atos comunicativos reagrupados em nome de sua orientação pragmática, mas além de sua ancoragem situacional” (2004a, p.23). Um duplo critério, segundo Charaudeau, define os tipos de visada: “a intenção pragmática do eu em relação a posição ele ocupa como enunciador na relação de força que o liga ao tu; a posição que da mesma forma tu deve ocupar” (2004a, p.23).

Dada tais dominâncias no âmbito das visadas, configuram-se determinadas características para os demais elementos. No que se refere à identidade dos parceiros envolvidos e seu lugar nessa relação comunicativa, é possível indicar que o jornal supõe a relação entre uma instância que detém a capacidade de produzir as informações (o jornal, os jornalistas etc.) e os cidadãos/consumidores dessa informação. Já no âmbito dos propósitos dessa situação de comunicação midiática organizada pelo jornal, indica-se o relato e o comentário dos acontecimentos de interesse e importância, em geral que concernem à dimensão pública das práticas sociais. No que tange às circunstâncias materiais dessa situação de comunicação, partimos de uma primeira circunscrição, que define o dispositivo jornal e todas as suas possíveis configurações. Nesse aspecto temos como parâmetros fundamentais um modo de inscrição da dimensão temporal, uma forma de existência material (um meio), uma certa modalidade de organização textual e uma maneira de uso da língua (MAINGUENEAU, 2004). O meio trata das dimensões propriamente midiológicas, do conjunto, técnica e socialmente determinado, dos meios simbólicos de transmissão e

circulação (DEBRAY, 1993)³². A organização textual abarca os modos de arranjar, em diferentes níveis e códigos, o texto. Já o uso da língua abarca as variedades de repertório e normas que incidem sobre a construção lingüística. As relações entre o nível situacional, discursivo e formal são variáveis e se mostram de acordo com o uso dos gêneros. (ver figura 5)

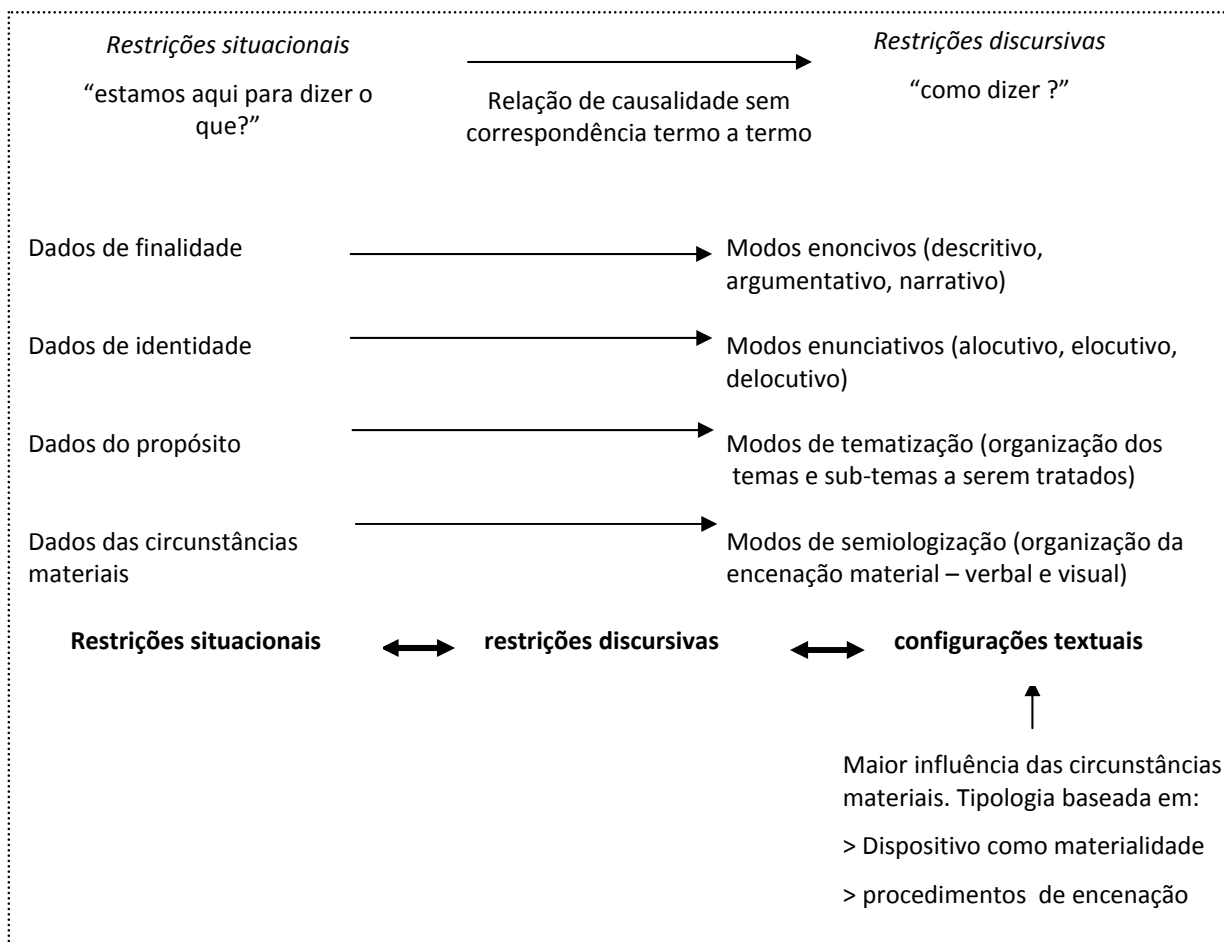


Figura 5: Relação entre restrições situacionais e restrições discursivas segundo Charaudeau (1997; 2006)

O modo de inscrição temporal de uma situação de comunicação pode se dar, grosso modo, conforme Maingueneau (2001; 2004), a partir da: *periodicidade*, que trata dos intervalos regulares de manifestação do discurso; *duração*, que indica o tempo de apropriação necessária a cada gênero discursivo (leitura, audição etc.); *continuidade*, que conforma as

³² A terminologia (mídium, meio técnico ou médium) é diversa e trata de objetos similares mas com importantes especificidade teóricas, como veremos mais à frente.

modalidades de organização seqüencial dos gêneros e tipos de discurso; *validade*, que trata do período de tempo concebido para utilização de um texto segundo os propósitos originais.

Aqui se afigura uma questão conceitual em função do nosso interesse específico que é estudar a dimensão temporal no âmbito do jornal impresso diário. Por um lado, a perspectiva semio-discursiva coloca a dimensão temporal como afeita às circunstâncias materiais da situação de comunicação. O tempo aparece como um dos parâmetros que organiza o quadro social em que se encontram os interlocutores. Por outro lado, tal perspectiva faz com que, do ponto de vista da enunciação discursiva, a temporalidade se expresse fundamentalmente na organização textual através dos diferentes elementos dêiticos ou embreadores.

Quando lidamos com textos e não com enunciados isolados, a categoria dos embreadores coloca problemas específicos. Em particular, o espaço textual pode freqüentemente servir de espaço de referência, como evidencia o fenômeno da dêixis textual. (...) Enfim, os embreadores devem ser analisados levando-se em conta a cena de enunciação instituída pelo discurso (MAINGUENEAU, 2003, p.183).

Entretanto, num quadro de reconfiguração da própria situação de comunicação e da cena de enunciação articulada em torno do jornal impresso – o problema do “presentismo” como referido anteriormente nesse trabalho –, a significação discursiva da dimensão temporal não pode estar a adquirir novas dimensões para caracterização da enunciação jornalística? Ao menos até o momento, tanto do ponto de vista dos saberes profissionais quanto das abordagens teóricas, tal dimensão temporal é historicamente compreendida sob figuras como linearidade, sucessividade e instantaneidade, do entendimento banal do presente como um “agora movente”. O tempo no discurso do jornal³³ tem sido, sobretudo, o tempo crônico.

No campo dos saberes profissionais, algumas obviedades costumam caracterizar tal perspectiva. O jornal faz um relato da atualidade, é um lugar de trabalho do chamado “historiador do presente”. O objeto do relato jornalístico é esse presente convertido em

³³ Aqui estamos trabalhando não com o discurso jornalístico, que reúne uma diversidade de tipos de discurso no âmbito do campo jornalístico, mas com o discurso do jornal, tomado como um tipo discursivo, e sua rede de textos que se apresentam como jornalísticos.

atualidade. A compreensão cotidiana e comum da dimensão temporal no saber jornalístico a vincula assim a elementos como linearidade e sucessividade.

Mas o jornal se constrói (e se encerra) no “hoje”, que se repõe sucessivamente como o lugar de operação do discurso. Uma edição de um jornal jamais está lado a lado com uma edição anterior, elas se sobrepõem e, ao fazê-lo, se apagam perpetuamente. A abordagem de acontecimentos da atualidade, por exemplo, tem sempre uma ordem de forte nexos causal: de eventos-causa para eventos-consequência. Ora, ao olhar as páginas de um jornal, muitas vezes o que está em tela não é exatamente um acontecimento referido a um presente imediato mas algo que, nessa perspectiva de cronologia, seria um futuro, o que ainda não veio mas já está para chegar. A forma de um anúncio antecipatório do acontecimento conforma o noticiário. Isto põe em cheque a relação causa/efeito? Do passado necessariamente para o presente? Que temporalidade preside aí a enunciação jornalística? É ainda somente um tempo que opera como marco, como exterioridade ou lugar onde as coisas ocorrem indiferentes a ele? Ou é também uma temporalidade que indica um modo de ser dessas mesmas coisas? Como a notícia do jornal representa e se vale de um regime de historicidade para se constituir enquanto discurso da atualidade?

De toda forma, as circunstâncias materiais não se responsabilizam sozinhas pela dimensão da temporalidade no discurso da notícia. Feita com base nos planos de enunciação, a análise da temporalidade recorre, como dito acima, aos dêiticos, que se cruzam aos elementos definidores de temporalidade inscritos na situação de comunicação. Do ponto de vista enunciativo, os textos jornalísticos podem ser temporalmente situados de acordo com três referências: a situação de enunciação (embreados), outros elementos do enunciado (cotexto), a referência fora de contexto (não baseadas nem na enunciação, nem no contexto) (MAINGUENEAU, 2001, p.111). Os enunciados embreados definem-se em relação à situação de enunciação. No texto da notícia, costumam se apresentar nos relatos em que o

narrador jornalista mostra-se “implícito” e se valem de dêiticos temporais, por exemplo, na marcação dos tempos do verbo e nos advérbios (“O porta-voz da Presidência da República *disse ontem*, que os governos estaduais *terão* que se ajustar...”). Enunciados não embreados aparecem desprovidos de embreantes, isolados da situação de enunciação. No jornal aparecem com mais frequência em fragmentos textuais em modo narrativo (ganchos que contam uma pequena história na abertura de uma matéria), em textos do tipo sinopse (filmes, peças teatrais), explicações didatizantes (caracterizam objetos à maneira de um verbete), e enunciados, em geral com funções estilísticas, dispostos ao longo dos textos jornalísticos com generalizações. Os textos também podem se apresentar, conforme a disposição dos embreantes, em dois níveis: primeiro plano e plano de fundo, cuja alternância em geral marca a composição textual na mídia e trazem grande compreensão da lógica de construção das narrativas jornalísticas, já que tal alternância “está ligada a uma distinção na organização do texto” (MAINGUENEAU, 2001, p.123) e os significados a ele atribuídos, que dele podem ser inferidos. Os planos da enunciação, contudo, não tem na identificação de embreantes o aspecto central, “o que importa é o sistema enunciativo em que ele se desenvolve e não a presença de tal ou qual elemento” (MAINGUENEAU, 2001, p.120)

Não podemos nos esquecer, contudo, que tratamos do discurso jornalístico no jornal, e a notícia tem não apenas enunciados lingüísticos mas se articula numa variedade de matérias significantes. Se nos enunciados lingüísticos há forte presença de marcas enunciativas mais claramente identificáveis, em uma fotografia, por exemplo, tais operadores podem ser diversos, sem caráter fixo, variando de uma unidade a outra. Estas marcas enunciativas aí podem se dar pela relação texto da legenda/fotografia, no título de uma fotolenda, na “cenografia” que monta. Nesse ponto, perspectivas como a de Charaudeau revelam limitações para que se possa pensar nessas outras matérias significantes não baseadas nos signos lingüísticos, indicando a importância de se incorporar outras referências.

A reflexão de Barthes (1984) e Verón (1994) para a fotografia, por exemplo, mostra essa possibilidade ao permitir ver como a fotografia no jornal talvez seja o elemento mais evidente da relação do discurso jornalístico com a temporalidade. Se o jornal implica-se numa articulação com as diferentes diacronias presentes no mundo social, na análise desses autores a fotografia por definição lidaria com um tempo. Enquanto sistema significante, ela provoca uma suspensão do tempo ao congelar num instante a imagem de um dado referente. É a idéia da fotografia como documento, como evidência, algo que atesta uma préexistência do objeto que foi fotografado.

“A fotografia instaura, na verdade, não uma consciência do estar aqui do objeto (o que qualquer cópia poderia fazer), mas a consciência do ter estado aqui. Trata-se, pois, de uma nova categoria de espaço-tempo: local-imediata e temporal-anterior; na fotografia há uma conjunção ilógica entre o aqui e o antigamente” (BARTHES, 1990, p.36).

Para Barthes (1984), a realidade da fotografia é a “de ter estado aqui, pois há, em toda fotografia, a evidência sempre estarecedora do isto aconteceu assim”. O núcleo da fotografia é seu processo de referenciação, sua capacidade de indicar, de remeter a uma realidade, de ser desta um indício. “A foto é literalmente uma emanção do referente. De um corpo real, que estava lá, partiram radiações que vêm me atingir, a mim, que estou aqui; pouco importa a duração da transmissão; a foto do ser desaparecido vem me tocar como os raios retardados de uma estrela” (1984, p.121).

A fotografia exprime enunciados na forma de textos imagéticos. Para além de ocupar um quadro, de ser uma modalidade de inscrição no espaço, trata-se de matéria significante que permite um modo de expressão sensível do tempo.

“Os realistas, entre os quais estou, e entre os quais eu já estava quando afirmava que a Fotografia era uma imagem sem código, não consideram de modo algum a foto como uma ‘cópia’ do real – mas como uma emanção do real passado: uma magia, não uma arte. (...) O importante é que a foto possui uma força constativa, e que o constativo da Fotografia incide, não sobre o objeto, mas sobre o tempo” (BARTHES, 1984, p.132).

Que tempo é este? Para Barthes, trata-se de um tempo imobilizado, obstruído, o tempo do aoristo, que na conjugação grega aponta para a ocorrência de uma ação em momento passado, mas não determina se no instante em que se fala tal ação já está inteiramente realizada. A foto fala então de um *punctum*, não apenas no âmbito da forma, os detalhes imprevisos ou indesejáveis, um algo especial, um “ponto” que me toca ao fitar uma foto, mas também no âmbito de um tempo, a representação pura do “isso-foi”. A compreensão desse *punctum*, todavia, se dá no interior de uma percepção ampliada do tema da foto, do sentido a ver, em que incide a cultura e os conhecimentos socialmente partilhados, enfim do seu *studium*.

Se para Barthes a fotografia é um dispositivo técnico que concerne mais ao tempo que ao espaço, a técnica fotográfica, entretanto, não é suficiente para dizer do seu estatuto semiótico. A foto de reportagem, por exemplo, é uma modalidade de utilização de uma imagem fotográfica por um meio, a imprensa de informação. Tal uso lhe confere uma discursividade específica, e essa perspectiva de análise permite a Verón (1994) construir uma categorização das fotografias de imprensa em que a temporalização é a variável central.

Uma figura dessa categorização da fotografia jornalística é a foto testemunhal, que capta o “presente puro”, o instante fundamental arrancado ao acontecimento. É o instante pregnante, expressivo, a escolha do instante que exprime a essência do acontecimento. É uma fotografia marcada pela espontaneidade e conta de maneira imagética o que o texto que a acompanha relata verbalmente.

Segundo Verón, ao contrário do que normalmente se imagina, a fotografia testemunhal não configura o paradigma do uso no jornalismo de jornais e revistas de informação geral. A predominância é do seu contrário, a foto posada, que realiza um trabalho sobre a “memória”, articulando a temporalidade do mundo à biografia do indivíduo. O instante fugaz, o estar ali, vê-se premido na pose a ser fixado como eterno. Ao invés do momento aleatório, a pose se

bate pelo momento ideal. “A pose é uma espécie de vingança do referente: se for inevitável que a câmera roube alguma coisa de nós, que ela roube então uma ficção” (MACHADO, 1984, p.51).

Outra figura comum ao discurso fotográfico nos jornais impressos seria a chamada “retórica das paixões”. Ela é exemplificada por Verón pela fotografia que ao captar um instantâneo do rosto de um político indica seu “estado de espírito”.

“Se trata de um caso particularmente complexo da temporalidade fotográfica: a difusão dessa imagem por parte do meio enunciativo reenvia ao presente de uma conjuntura (mesmo se os limites estão um pouco frouxos: talvez dentro de um mês a situação que concerne a esse personagem político já não será a mesma). Ao mesmo tempo, essa ancoragem no presente da atualidade não deve nada às condições de produção da foto: as circunstâncias em que foi tomada, aquilo que o político fazia nesse momento, etc, não tem nenhuma importância. Todas as remissões indiciais são suspensas (VERÓN, 1994, p.60).

Por fim, o dispositivo jornal operaria também com as “fotos categorias”. Aqui a foto é tão somente um quadro que permite ao leitor projetar-se como indivíduo a uma categoria de pessoas que compartilham uma mesma situação ou classe de problemas. O “haver estado ali” desaparece dessas fotografias e o tempo aparece interrompido, ele não passa. São fotos tipicamente ilustrativas, em geral produzidas em situações em que não se trata de captar a singularidade de algum acontecimento, mas os traços de um quadro exemplar. Essa tipologia da fotografia de imprensa é um recurso analítico poderoso para análise do discurso jornalístico em sua articulação à dimensão da temporalidade. Pode mesmo funcionar como uma espécie de aríete para avançar sobre as muralhas que transformam o problema da temporalidade em uma questão óbvia no âmbito do discurso jornalístico. Contudo, alguns cuidados devem ser ressaltados no trabalho com essa abordagem discursiva da fotografia. Machado (1984) nos alerta que tal perspectiva muitas vezes permanece refém de uma certa mitologia da imagem fotográfica, a de que ela é apenas um registro dos raios de luz refletidos pelos objetos do mundo. A idéia da “suspensão” do tempo, por exemplo, sempre se esquece que o instante “congelado” na foto é composto por infinitos outros instantes que o obturador da câmera não distinguiu. Além disso, do ponto de vista da técnica, na era da imagem

eletrônica/digital, todo tipo de alteração pode ser introduzida numa primeira imagem (ampliação, redução, apagamento, mudança de posição, acréscimo de elementos), incluindo correção de quantidade de luz, velocidade de captura da imagem ou mesmo acertos de foco. Há uma ampliação do conceito de edição da fotografia compreendendo a manipulação dos elementos que constituem a imagem. A consequência de tal situação para a fotografia como matéria significativa do discurso jornalístico é, no mínimo, inquietante:

“(...) uma vez que agora se pode fazer qualquer tipo de alteração do registro fotográfico e com um grau de realismo que torna a manipulação impossível de ser verificada, a conclusão lógica é que, no limite, todas as fotos são suspeitas e que, também no limite, nenhuma foto pode legal ou jornalisticamente provar coisa alguma” (MACHADO, 1997, p.243).

É certo que os fotojornalistas continuam (ou seja, sempre o fizeram) controlando o acaso ou produzindo fotos sucessivas ou escolhendo e editando o material para realçar o efeito de realidade, evitando assim que um acidente desarticule a representação do real herdada da tradição figurativa. Haveria então, na fotografia, um processo crescente de descolamento, mas não de indiferença, em relação ao seu referente, já que a imagem se presta a outras formas de inscrição, de produção. “A imagem se oferece agora como um ‘texto’ para ser decifrado ou ‘lido’ pelo espectador e não mais como paisagem a ser contemplada” (MACHADO, 1997, p.244). Nessas condições, quais os ganhos em termos de objetividade e verossimilhança da forma do dispositivo fotográfico operar no jornalismo? Parece ser necessário avançar na categorização proposta por Verón e verificar como, no fotojornalismo contemporâneo, o discurso jornalístico – expresso dentre outras coisas na forma da perspectiva ou o lugar onde se põe o olho do sujeito, do recorte do quadro e a alusão ao extraquadro, o ângulo da tomada, por exemplo – pode estar a operar com outros sentidos de expressão do tempo e, portanto, da atualidade que ele narra. Deve-se investigar, por exemplo, se para além do instante único da fotografia testemunhal, muitas fotografias jornalísticas que povoam diariamente as páginas dos jornais não estariam produzindo um sentido de atualidade

articulando uma representação do presente com a de um tempo imemorial, ao comporem os quadros imagéticos dos acontecimentos com certos arquétipos pictóricos que alimentam a cultura da sociedade contemporânea. Barthes disse que assim como o tempo tem um barulho (sinos, relógios), tem uma imagem: no seu mecanismo antigo, as máquinas fotográficas, no fundo, eram relógios de ver. Que tempo as fotos dos jornais nos permitem ver hoje?

O fato é que as questões postas por uma análise da fotografia, como a realizada por Barthes e Verón, indicam a importância de ampliar as referências discursivas para que se abarquem diferentes matérias significantes presentes no jornal diário, um texto multimodal, marcado por diferentes formas de expressão, conforme sugerem Kress e van Leeuwen (2001).

Temos então que a temporalidade no discurso do jornal é transversal ao conjunto das restrições e estratégias. A temporalidade é um elemento ao mesmo tempo intra e extradiscursivo, faz parte da gramática de produção e reconhecimento e também das condições de produção e reconhecimento do discurso. Se o nosso foco analítico tem como epicentro a notícia e como ela fala de acontecimentos da atualidade, a temporalidade pode ser pensada então na maneira como se estabelecem os vínculos entre um acontecimento e outros acontecimentos de que fala o jornal (VERÓN, 2004). A temporalidade social faz parte do processo de produção de sentido nos meios de comunicação de massa³⁴. “O ‘trabalho’ desta construção opera em todos os níveis das matérias significantes que constituem o meio de imprensa e consiste em oferecer os princípios que permitem identificar os acontecimentos, situar uns em relação com os outros e explicá-los” (VERÓN, 2004, p.92). Essa abordagem, a nosso ver, permite reavaliar um certo estruturalismo que ainda marcaria as abordagens

³⁴ Aqui cabe uma ponderação: a notícia está eivada de uma temporalidade social em que há diferentes concepções de se construir as relações na vida social firmadas em representações de passado, presente e futuro. Mas é importante evitar uma espécie de “temporocentrismo” (BASCH, 2000), quando os membros de uma dada sociedade tomam a construção social do tempo que erigem no conjunto das suas relações como “o” tempo realmente existente. O temporal aqui diz de uma dimensão de análise do discurso das notícias. O alerta de Basch nos parece similar à distinção feita por Eliseo Verón entre ideologia (ou melhor, as ideologias) como um conjunto reconhecível de idéias e representações e o ideológico, como “dimensão de análise do funcionamento social” (2004, p.44)

discursivas do relato jornalístico, enviesadas por uma mentalidade a-diacrônica ou mesmo acrônica nas quais o relato é sempre uma sucessão de acontecimentos com uma temporalidade imanente, que seria puramente enonciva. A temporalização é, como diz Parret, “um subcomponente da discursivização”. A temporalidade não é apenas um efeito de sentido da organização narrativa, mas um princípio de organização. É uma qualidade da enunciação que se converte em temporalidade só na interpretação.

Vimos nessa seção a perspectiva de se abordar o problema da temporalidade no âmbito da análise do discurso. A idéia central é tomar a temporalidade como uma dimensão de análise que permita vislumbrar o sistema de regras que define a especificidade da enunciação jornalística, sem a abordagem dicotômica de análises do discurso internalistas e externalistas. A abordagem semio-discursiva, baseada em uma teoria da situação de comunicação e de cena de enunciação que determina, em um mesmo movimento, restrições que definem regras para os atos de linguagem e parâmetros para a maneira de encenar os discursos, nos pareceu permitir tal inflexão. É essa mesma análise do discurso que indica agora a necessidade de pensar a problemática do acontecimento. Charaudeau (1997) explica que a finalidade da informação mediática é dar conta do que advém ao espaço público selecionando eventos a serem reportados segundo seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. Para Charaudeau, a noção de atualidade diz respeito a uma operação de significação acionada pelas instâncias de produção e de interpretação da informação, o processo de eventualização, responsável pela emergência dos acontecimentos. Dessa “emergência” é o que tratamos na seção seguinte.

7. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade

Como o discurso da mídia “informa”? Diria Landowski que “sua leitura ou sua audição imprime globalmente uma *forma* à maneira como concebemos e até como vivemos nosso presente” (1992, p.117, grifo nosso). A forma do discurso de informação da atualidade é por excelência o acontecimento, “é aquilo de que se fala”, assevera Charaudeau (1997; 2006). Os acontecimentos são em princípio representações languageiras do fluxo da experiência do mundo produzidos a partir de uma fragmentação semântica “ordenada por um ato de tematização” (CHARAUDEAU, 2006, p.94). Tal tematização, entretanto, não deve ser tomada por uma espécie de operador de fragmentação do real.

Se vimos, a partir de uma tradição de análise, calcada em Paul Ricoeur, que a narrativa permite uma inteligibilidade da experiência social a partir de uma *mise en intrigue*, a noção de acontecimento deve também estar assentada numa idéia de construção. A narrativa, ao compor eventos, motivos, atores, produz um relato que representa o acontecimento jornalístico em uma dada configuração temporal que agencia ação e interpretação. O que nos permite dizer que “a descrição de um acontecimento não se fecha no tempo da sua emergência. Outras perspectivas atravessam-no como linhas de fuga abertas sobre o passado ou o futuro” (ARQUEMBOURG, 1996, p.32). Essas temporalizações diversas remetem às categorias de *espaço da experiência* e *horizonte de expectativa*, base para uma semântica do tempo histórico como proposta por Koselleck (1993). Referida ao passado, a experiência permite a recordação. A espera remete ao devir e incorpora traços como a esperança, o temor, o possível. “Ambas não têm, no entanto, o mesmo estatuto. A experiência pode ser datada e engloba vários estratos do passado. Ela é principalmente, em relação à espera, saturada de realidade” (ARQUEMBOURG, 1996, p.32). No âmbito da narrativa as duas categorias podem operar diferentemente orientadas para o presente, o futuro ou o passado. Esse par categorial é

uma maneira de pensarmos sobre a noção do “presentismo” do discurso da informação, como sugerido no início desse trabalho. Em Koselleck, espaço de experiência e horizonte de expectativa se co-definem. Na medida em que as fronteiras de ambas se movem, alteram-se as temporalidades históricas. A dilatação do horizonte de expectativa com a conseqüente restrição do espaço da experiência seria um dos traços da sociedade contemporânea³⁵.

7.1 O acontecimento e a estruturação temporal da atualidade

A compreensão da estrutura temporal de construção do acontecimento jornalístico pode ser referida a três níveis: a temporalização proporcionada pela trama da narrativa; a perspectiva temporal verificada ao nível da enunciação e as referências temporais acionadas para a caracterização do acontecimento (ARQUEMBOURG, 1996). Na sua articulação tais dimensões permitem que se identifique, relate e interprete um acontecimento jornalístico.

A caracterização temporal do acontecimento no jornal impresso deve ser implicada na figura sugerida por Tétu de um *futuro anterior*³⁶ que se dá não apenas na narrativa, mas se

³⁵ Ricoeur assumiu tal perspectiva para sua discussão sobre temporalidade: “é preciso resistir ao estreitamento do espaço de experiência. Para isso, é preciso lutar contra a tendência de considerar o passado apenas sob o ângulo do acabado, do imutável, do passado. É preciso reabrir o passado, reavivar nele potencialidades não cumpridas, impedidas, massacradas até. Numa palavra, contra o adágio que quer que o futuro seja, sob todos os aspectos, aberto e contingente e o passado univocamente fechado e necessário, é preciso erguer as nossas expectativas mais determinadas e as nossas experiências mais indeterminadas. Ora, aí estão as duas faces de uma mesma tarefa: porque só expectativas determinadas podem ter sobre o passado o efeito retroativo de o revelar como *tradição viva*” (RICOEUR, 1989, p.274). É também a partir dessa referência que Boaventura Sousa Santos (2003) faz uma reflexão epistemológica para propor uma compreensão do mundo atual em que é preciso superar uma racionalidade que contraiu o presente e expandiu o futuro. “A contração do presente, ocasionada por uma peculiar concepção de totalidade, transformou o presente num instante fugidío, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas são as expectativas confrontadas com as experiências do presente. (...) Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. (...) Em vez de uma teoria geral, proponho o trabalho de tradução, um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade”. Parece-me que há aqui importantes indicações para uma oportuna reflexão sobre as tarefas do jornalismo contemporaneamente.

³⁶ Encontramos também referência à expressão “futuro anterior”, segundo Jean Marie Gagnebin (1994), nas formulações do teórico húngaro da literatura Peter Szondi em suas reflexões sobre a obra de Walter Benjamin. Não nos foi possível indicar se a proposição de Tétu guarda alguma relação com as formulações de tal autor.

antecipa no próprio enquadramento e na estrutura de captura do acontecimento construída pela instância midiática. Os valores-notícia e os enquadramentos que são operados em cada veículo ficam “a espreita” do acontecimento, o que faz com que sua aparição seja bem menos ligada a uma idéia de ruptura como normalmente se associa.

Sodré (2004) aponta que nas definições tradicionais do jornalismo, aquelas que estão muitas vezes presentes nos guias de orientações da prática profissional ou nas teorias que tomam a notícia como espelho do real, o acontecimento jornalístico aparece referido às formas de classificação da notícia quanto ao tempo e modo de ocorrência: “(a) previstas – aquelas que nos permitem um conhecimento antecipado, anunciado com antecedência; (b) imprevistas – as de caráter inesperado, como crimes, incidentes, incêndios, etc; (c) mistas – as que reúnem, numa só informação, o previsto e o imprevisto” (BAHIA apud SODRÉ, 2005). É curioso como tal tipologia se assemelha à que Charaudeau, no âmbito da Análise do Discurso, produz para caracterizar o processo de seleção do acontecimento ativado pelas mídias. Segundo Charaudeau, critérios externos definem o “modo de aparição do acontecimento”: “o acontecimento surge em sua factualidade, com um caráter inesperado”; “o acontecimento é programado” a partir de um sistema de expectativas que organiza o desenvolvimento da vida social; e “o acontecimento é suscitado, provocado por campo social diferente do domínio das mídias” (CHARAUDEAU, 2006, p.138). A primeira vista, ocorreria aqui certo paralelismo com uma concepção algo naturalista do acontecimento, fortemente engendrada pelo próprio discurso da mídia de informação e que, conforme indica Sodré, induz a uma percepção do acontecimento tão somente como ruptura, entendida como emergência do novo. Charaudeau, entretanto, também lembra os critérios internos – afeitos à instância midiática – necessários à definição do acontecimento e que organizam um conjunto de valores voltados para a captura e produção do acontecimento como algo inteligível. Ocorre, assim, que o jornalismo também opera exatamente em direção oposta a essa idéia de ruptura,

promovendo a integração do “novo” às categorias do já existente, como construído pelo sistema de informação e pela própria experiência social. Há, pois, uma figuração dos acontecimentos com base em uma estrutura arquetípica, há um padrão que retém alguns acontecimentos e despreza outros, os fatos visam os acontecimentos procurando de certa maneira estabilizá-los.

A compreensão do acontecimento demanda então que se perceba que a relação intrínseca entre acontecimento e acontecimento jornalístico não os torna fenômenos equivalentes. De um ponto de vista fenomenológico, “um acontecimento é antes de tudo uma ruptura dentro de uma ordem de coisas”, lembra Arquembourg-Moreau (2003, p.28). Do ponto de vista biográfico ou histórico, um acontecimento pode implicar uma quebra de expectativas, uma abertura para possibilidades não previstas. Mas a mídia faz emergir um acontecimento a partir de um “processo evenemencial”, no qual a desordem semeada pelo acontecimento, sua imprevisibilidade, é posta em um quadro contextual, em um mundo significado. À percepção de algo que perturba uma ordem opõe-se, pelo relato jornalístico, um enredamento de causas, propósitos, motivos, agentes. O acontecimento funciona, pois, como uma ocorrência inicial que demanda a construção de uma interpretação, sua transformação em fatos, em acontecimentos jornalísticos. Aí, de um acontecimento visto como “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais” (RODRIGUES, 1993, p.27) passamos a acontecimentos que ocorrem e afetam alguém, que se dão sob duas visadas. Torna-se acontecimento jornalístico ou fato a partir de um olhar que busca estabelecer o contexto da sua emergência, explicar-lhe o sentido. Mas este olhar, no universo do discurso da informação midiática, torna-se um duplo olhar: o acontecimento está na interseção entre um olhar que mostra, da instância de produção, e um olhar que vê, na instância da recepção. “Os meios de comunicação social são sempre confrontados com uma demanda de informação que é também um pedido de sentidos

e por conseguinte à imperiosa necessidade de inserir os acontecimentos na trama lógica de uma história que os explique” (ARQUEMBOURG, 2003, p.33). Tal trama faz com que os fatos, no caso do discurso diferido da mídia impressa, sejam montados reportando ocorridos a partir do seu termo, do seu fim, da identificação de um resultado.³⁷ De alguma maneira buscam estabelecer figuras de um regime de historicidade – uma passagem de um passado para um presente que o acontecimento teria como que cindido. Essa construção de um acontecimento interpretado não deve ser, entretanto, confundida com uma suposta incapacidade do relato noticioso de permitir que o fato jornalístico também se abra para possibilidades variadas de inteligibilidade, que seja inovador ou perturbador em relação a uma situação dada. Reduzir a indeterminação do acontecimento não significa estabelecer uma única determinação como muitas vezes parece querer um modelo de jornalismo atualmente dominante.

A partir desse ponto trata-se de indicar então que o acontecimento jornalístico não pode ser definido tão somente por esse movimento de descontinuidade. É o que leva Sodré a postular que o acontecimento não marca uma ruptura mas sim a produção de um *ponto rítmico* na temporalidade cotidiana. Considerando as modalidades de manifestação do acontecimento consagradas na visão tradicional do jornalismo, Sodré (1996; 2005) pontua então que o acontecimento jornalístico é, quanto ao modo de ocorrência, um “fato marcado”, aquele que é visado e capturado na teia dos critérios de noticiabilidade definidos pela prática jornalística.

Tal formulação permite a Sodré questionar o que se define contemporaneamente por notícia pois, em tese, “os fatos não-marcados são normalmente desconsiderados pela pauta jornalística”, mas é já uma normalidade da vida cotidiana que apareça no discurso da

³⁷ O acontecimento “ao vivo” das mídias eletrônicas obedece a uma lógica de montagem distinta, apontando em geral para a antecipação e projeção do fato. Ver sobre isso Arquembourg (2003) e Dayan e Katz (1999).

informação acontecimentos altamente previsíveis de que se ocupam em bom número as notícias.

O acontecimento jornalístico é a pontuação rítmica do fato. Este último é “pontuado” pelo código de produção da informação pública, não por motivo de ruptura do ordenamento do cotidiano, e sim pelo valor rítmico que o próprio sistema de informação atribui ao fato, de acordo com a intensidade de sua marcação, ou seja, de acordo com o que o jornalismo supõe que haja nele, ao mesmo tempo, de mais singular e de maior possibilidade de vinculação com todos nós. Isto equivale a dizer que o fato não é necessariamente “pontual” em si mesmo, já que pode ser maior (ou menor) do que o acontecimento, tanto de modo a permitir o desdobramento temporal da notícia (a suíte ou seqüência de notícias), quanto para instalar a possibilidade da demonstração das causas e efeitos da ocorrência (...) Todo e qualquer fato tornado acontecimento pelo jornalismo implica uma pontuação rítmica, pouco importando se o acontecimento se deu no passado ou no presente contínuo (SODRÉ, 2006, p.8).

Visto o acontecimento então, no que diz respeito ao seu modo de ocorrência, não como ruptura mas como uma marcação, a repercussão em seu “tempo de ocorrência” é direta. Sodré mostra que a notícia é uma maneira específica de estruturação do tempo a partir de sua relação particular com esse movimento regular que caracteriza o ritmo. A notícia funciona como uma espécie de “ritmista”, que cadencia de alguma maneira a passagem do “bloco” da vida social. Periodicidade, a fixação da atualidade em um presente da enunciação, a urgência como publicação imediata de uma apuração recente, são todos aspectos da temporalidade social marcados por essa ritmização no âmbito da notícia. Essa linha de abordagem parece-nos permitir algumas nuances analíticas importantes em diferentes compreensões teóricas do acontecimento jornalístico, muitas vezes tomadas em bloco.

O jornalismo é visto assim como um dispositivo que arquiteta o acontecimento com e no discurso, assegurando sua identificação. Tal discurso, feito de sentido compartilhado – algo que se mostra e que se vê – e poroso à experiência coletiva social, organiza esta “refletindo e integrando num todo os fragmentos dispersos com que é tecida a trama do presente” (RODRIGUES, 1994, p.107). O discurso da informação constitui-se como uma maneira de expressar, mas também fazer circular o acontecimento. Coloca-o em movimento e, ao fazê-lo, alimenta a re-interpretação do próprio acontecimento.

Daí que o acontecimento não seja uma mera “aparição” na atualidade, o que nos remete para uma segunda ordem de questões. Como a composição textual da notícia engendra o tempo dos acontecimentos e produz o sentido de atualidade? Ela faz atualidade articulando as dimensões de passado, presente e futuro, condensando um triplo presente (RICOUER, 1994; GARCIN-MARROU, 1996). A atualidade não seria, então, uma qualidade dos acontecimentos e, portanto, da informação jornalística. Seu aspecto mais aparente, o presente do acontecimento para o qual o relato noticioso aponta, não é a única dimensão temporal da informação. Ao narrar, o jornalista, como condição de compreensão, implica o acontecimento numa referência à sua própria história, o “presente das coisas passadas”. Já o “fato mesmo”, aquele posto como diferido dessa história, se constitui no “presente das coisas presentes”. O “presente das coisas futuras” é a própria expectativa do desenrolar-se, de seqüência, posta pelo acontecimento.

Garcin-Marrou (1996) mostra essa projeção da história na estrutura de inteligibilidade de um acontecimento jornalístico ao analisar a narrativa de dois jornais sobre os conflitos na Irlanda do Norte e a luta do grupo político IRA. Conflitos entre protestantes e católicos, a política britânica, o terrorismo são parâmetros sóciohistóricos necessários para que se possa produzir (e compreender) um relato jornalístico dos acontecimentos que se sucedem: manifestações, atentados etc. Não nos parece que apenas acontecimentos com tal “densidade histórica” remetam necessariamente ao passado, a uma memória, na construção da narrativa jornalística. Se em tais casos, a História se torna mesmo parte do enunciado com remissões a acontecimentos outros de tempos remotos, ela se faz sempre presente na construção do acontecimento jornalístico do agora, pois é parte do “fundo” contra o qual projeta-se a informação nova da notícia. Aparentes banalidades como “*Romário fica no banco do Vasco em jogo com o América*” ou “*Mudanças no IR devem reter mais pessoas na malha fina*” supõe um saber encarnado na experiência, uma memória como condição de compreensão dos

acontecimentos postos em tela, e uma expectativa de conseqüências, um horizonte para tais fatos.

7.2 Acontecimento e a-historicidade

Charaudeau (1997; 2006) explica que a finalidade da informação midiática é dar conta do que advém ao espaço público selecionando eventos a serem reportados segundo seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. Para Charaudeau, a noção de atualidade diz respeito a uma operação de significação acionada pelas instâncias de produção e de interpretação da informação, o processo “evenemencial” responsável pela emergência dos acontecimentos.

“Sabemos que os media têm por encargo dar conta dos acontecimentos que se situam em uma co-temporalidade enunciativa, aproximando-se dos momentos da corrente temporal: instante do surgimento do acontecimento>instante da produção mediática>instante da saída do produto mediático>instante do consumo da notícia. Cada suporte o faz de acordo com seus meios técnicos, embora tenham em comum o quadro temporal da atualidade” (CHARAUDEAU, 1997, p.150).

A noção de atualidade “evenemencial”, para o autor, é central no seu entendimento de contrato de comunicação midiático: ela visa responder à questão “o que se passa nesse momento?”, determinando assim as escolhas temáticas dos assuntos objeto de atenção do discurso jornalístico. A atenção à atualidade irá conferir à informação jornalística sua natureza ao mesmo tempo efêmera e a-histórica. Tal condição, a chamada obsessão do presente, explicaria as dificuldades do discurso jornalístico em lidar com o passado e imaginar o futuro.

Retornamos, por outras vias, à marcação do debate sobre a história e notícia e sua relação com o presente que, aqui, para precisarmos uma certa noção de acontecimento, cabe indicar. Charaudeau postula a *a-historicidade* da notícia distinguindo que sua co-temporalidade não tem proximidade com a de outros domínios como na História. No conhecimento histórico, a contemporaneidade é mais extensa, se inscreve no campo do

perene, do tempo da longa duração. A notícia, ao contrário, fia-se em uma “visão superficial do mundo proposta pelas mídias, na qual não há nenhuma duração, nenhuma (ou quase nenhuma) perspectiva quanto ao passado, nenhuma (ou insignificante) projeção para o futuro” (CHARAUDEAU, 2006, p.135). A notícia não tem nenhuma espessura temporal mas simula tal condição por meio do “blefe” da narrativa, que insere o processo de conversão do acontecimento em notícia “numa interrogação sobre a origem e o devir” (p.135).

Ora, distinguir a notícia da história não implica em negar-lhe historicidade. Como diz Tétu (2003), a interpretação da ação relatada na notícia supõe o acionamento de formas culturais “tomadas de empréstimo” à história. A idéia de que a notícia está possuída por uma espécie de redemoinho de eventos que varrem a superfície sem deixar rasto opera um certo reducionismo. A questão seria pensar qual a relação da notícia com a historicidade. Se condenamos a notícia pela sua falta de duração, por se constituir em um evento que existe para substituir outro evento noticioso numa deriva sem fim, talvez fosse importante lembrar que o transitório e o descontínuo compõem toda duração histórica. “Enquanto mudança, e mesmo realidades duradouras mudam, o tempo se confunde com o evento. Longa, muito longa, secular, milenar, na perspectiva de um tempo global, todas as durações tornam-se, finalmente, eventos: singularidades transitórias” (REIS, 1994, p.166). Ademais, quando observamos a composição de uma notícia no jornal podemos perceber, por exemplo, que para além da própria narrativa do artigo, elementos peritextuais como o “chapéu” – expressão curta colocada acima de um título e que indica o assunto de que trata a matéria – não só particularizam e especificam uma dada editoria no jornal mas implicam o fato em uma perspectiva de duração, inscrevem-no em um contexto alargado, condensam uma certa historicidade. Nesse sentido, nos parece demandar certa cautela a inspirada construção de Dominique Wolton – que a nosso ver sintetiza muito das visões correntes da relação presente-notícia, para quem “a força do jornalismo é estar no fluxo do tempo, e sua fraqueza estar na

superfície do tempo, seu talento passar de um para outro” (2004, p.290). A a-historicidade da notícia ou do acontecimento jornalístico só pode ser reivindicada se, em algum momento, se admitir a temporalidade como, para usar uma expressão de Norbert Elias (1998), uma espécie de “decalque conceitual de um fluxo objetivamente existente” da qual a efemeridade do instante presente seria um ponto. E aquilo que se confunde com esse ponto, aquilo que parece ser um mero instante de aparição, que sugere a-historicidade à notícia, talvez seja apenas um dos aspectos da temporalidade do acontecimento, o tempo da sua emergência, ligado à ocorrência que o faz surgir. Arquembourg-Moureau nos lembra que é preciso distinguir nesse processo de transformação de acontecimentos em acontecimentos midiáticos pelo menos três “partições” temporais: esse tempo da emergência, mais aquele de uma demanda de sentido e inteligibilidade, e o tempo do reconhecimento. A notícia não trata, efetivamente, de uma retrospectiva de acontecimentos históricos, mas necessariamente orienta sua co-temporalidade entre acontecimento e circulação do acontecimento, não os privando e sim os orientando por linhas de fuga que figuram representações de passado e futuro.

A fixação ao presente parece realizar-se em detrimento das outras dimensões temporais. Este presente parece cortado do campo da experiência e do horizonte de expectativa, privado de perspectivas orientadas para o passado como para o futuro. Ele é compreendido como um momento efêmero a partir do qual nada de duradouro pode edificar-se: nem reflexão, nem projeto (ARQUEMBOURG-MOUREAU, 2003, p.57).

O que está em causa aí, para Arquembourg-Moureau, é a própria definição desse presente sem espessura. Há uma compreensão do presente tipicamente como sucessão de momentos, herança do passado e determinação para emergência do futuro. É uma figuração da temporalidade assentada em uma compreensão comum a partir de elementos como sucessividade, linearidade e universalidade. É uma imagem de que “o tempo é algo que flui, que há um agora movente, um presente móvel que vai se deslocando sem cessar, sempre no mesmo ritmo, do passado, do que já foi, para o futuro, o que ainda não é” (OLIVEIRA, 2003, p.49). É uma compreensão que nos faz pensar que a história tem um sentido, a estabelecer

uma ordem dos acontecimentos baseada na relação entre eventos que são causa e eventos que são efeitos. Tal imagem, segundo Oliveira, não tem qualquer fundamento empírico para a ciência contemporânea, não corresponde a nenhum atributo objetivo do mundo natural. A sensação de fluxo do tempo é uma ilusão. “Habituada à cronalidade, nossa mente não ‘apreende’ o tempo, mas projeta-o sobre a realidade física, que ignora por completo o ‘momento presente movente’ característico da imagem da flecha móvel do agora” (OLIVEIRA, 2003, p.50). Esse presente sem historicidade é um presente, como diz Arquembourg-Moureau, de momentos “arrancados ao tempo”. Reduccionismo ou empobrecimento dos regimes de temporalidade, o fato é que essa compreensão comum é tomada como explicativa para a a-historicidade do acontecimento jornalístico.

Talvez falte então imaginar a construção dos acontecimentos jornalísticos, por exemplo, sobre a perspectiva não apenas da cronologia, mas também de outras figuras do tempo, como o *kairós*, que François Hartog, ao refletir sobre a fundação da historiografia por Tucídides na época clássica, assim caracteriza: “em momento algum se trata de ‘estabelecer’ os fatos, investigar a realidade dos acontecimentos, mas sim pensar a respeito e a partir deles, saber, melhor que ninguém, exprimi-los, a fim de fazer o melhor uso deles, em função da conjuntura presente (*kairós*)” (HARTOG, 2001, p.103). Ou seja, trata-se de pensar a possibilidade de acrescer à relação tempo e acontecimento, para além do pontual, homogêneo, linear e contínuo, outras figuras da temporalidade. Márcio Tavares d’Amaral lembra que os gregos valiam-se do *kairós*, *aiôn*, *khronos*, *ethos* para tratar de processos distintos.

Para todas essas palavras usamos uma só, “tempo”. E dizemos que os gregos tinham várias concepções do tempo: uma como *aiôn*, outra como *kairós*, outra como *khronos*, outra como *ethos*, e havia ainda a referência aos ancestrais, a um passado gerador. Mas será que faz sentido dizermos que, quando os gregos usam a palavra *aiôn*, estão dizendo “tempo”; e quando usam *kairós* também estão dizendo “tempo”? E quando empregam *ethos* falam ainda da mesma coisa? E quando utilizam *khronos* permanecem designando “tempo”? Por que eles inventariam tantas palavras se estão dizendo uma coisa só? Nós é que empobrecemos extremamente a compreensão do que é o tempo quando acoplamos a lógica à duração e produzimos uma concepção crono-lógica, que é a única que fomos capazes de empregar de Aristóteles até agora. (d’AMARAL, 2003, p.26)

É curioso que também uma compreensão comum da notícia aponte para a idéia de que ela compõe um repertório, no âmbito da instância midiática, de contingência e imprevisibilidades, da “velha” história de que se um cachorro morder um homem não é notícia, mas se um homem morder um cachorro... Ora, nessa concepção unidimensional de temporalidade como uma externalidade em relação aos fenômenos, nessa sucessão de instantes, nessa continuidade linear, o discurso da informação jornalística parece apontar para o sentido oposto, procura exorcizar a indeterminação, congelar a significação. Uma das operações mais recorrentes no âmbito da produção da notícia que traduz tal movimento é o estabelecimento de uma ordenação dos acontecimentos fortemente baseada em um sentido: de eventos-causa para eventos-efeito. Mas como não ver uma certa “kairologia” no processo de seleção de acontecimentos, tão caro à produção da notícia? O *Kairós* remete ao momento oportuno, “a coincidência brusca e improvisa na qual a decisão colhe a ocasião” (AGAMBEN, 2005, p.124). Implica, pois, como lembra Márcio Tavares d’Amaral, ocorrência e decisão. “Mantivemos a ocorrência, mas suprimimos a decisão” (d’AMARAL, 2003, p.29). Já é lugar comum que o jornalismo procede fundamentalmente por escolhas. Que acontecimentos reter? De que maneira mostrar? São decisões acopladas a ocorrências. Mas, nesse sentido, são também o estabelecimento de operações temporais. Da mesma maneira, o acaso, aquilo que podia não ser, não é só da ordem dos “acontecimentos naturais”, mas uma potência estruturante da própria notícia, um certo princípio de indeterminação quanto à significação, ao sentido daquilo que se relata.

Um outro procedimento que ancora a construção do acontecimento jornalístico nessa idéia comum de tempo é marcado pela própria maneira como a notícia busca “capturar” e narrar o acontecimento: uma certa obstinação em não apenas coletar informações, pesquisar e descrever a realidade, transformando-a em problema, mas sobretudo de explicá-la. Valemos novamente da discussão em torno da história para clarear o ponto no que se refere ao

acontecimento jornalístico. Gagnebin, ao buscar compreender a relação história e narração em Walter Benjamin, mostra como, ao contrário de pensar uma relação “extensiva do objeto no tempo, colocado como por acidente num desenrolar histórico heterogêneo à sua constituição”, o pensador alemão via também a possibilidade de vislumbrar história e temporalidade “concentradas no objeto: relação intensiva do objeto com o tempo, do tempo no objeto” (GAGNEBIN, 1994, p.13). Parece-nos que o fato jornalístico adquire, com a visão comum do tempo, de maneira análoga a uma historiografia cientificista, não a dimensão de um objeto “bruto”, mas um acontecimento com explicações disponíveis a serem tão somente recuperadas.

Daí, será que não poderíamos transformar em questão para esse jornalismo “amarrado” ao presente a indagação que Gagnebin formulou ao discutir, entre outras coisas, o que é contar histórias?

“Como descrever esta atividade narradora que salvaria o passado, mas saberia resistir à tentação de preencher suas faltas e de sufocar seus silêncios? Qual seria esta narração salvadora que preservaria, não obstante, a irredutibilidade do passado, que saberia deixá-lo inacabado, assim como, igualmente, saberia respeitar a imprevisibilidade do presente?” (GAGNEBIN, 1994, p.72)

Também com ela diríamos que seria preciso apreender o acontecimento jornalístico com certo despojamento, sob a forma da *constelação* benjaminiana onde “tais estrelas, perdidas na imensidão do céu, só recebem um nome quando um traçado comum as reúne”. Marcado pela “obstinação da intenção”, o discurso jornalístico pouco tem sabido admitir a “intensidade da atenção”. Seria preciso, como diz Gagnebin, buscar outro caminho, talvez o que ela aponta como o método do desvio.

“Uma espécie de atenção ao mesmo tempo intensa e leve. Esta atenção indica uma presença do sujeito ao mundo tal que saiba deter-se, admirado, respeitoso, hesitante, talvez perdido, tal que as coisas possam se dar lentamente a ver e não naufraguem na indiferença do olhar ordinário. (...) A estrutura temporal deste método do desvio deve ser ressaltada: o pensamento pára, volta para trás, vem de novo, espera, hesita, toma fôlego. É o exato contrário de uma consciência segura de si mesma, do seu alvo e do itinerário a seguir”. (GAGNEBIN, 1994, p.99)

Não parece que tem sido esse o movimento característico do discurso de informação da atualidade contemporaneamente. Ao contrário, tomando de empréstimo uma formulação

de Walter Ong para a cultura da escrita, podemos dizer que “planejamos cuidadosamente nossos acontecimentos para estarmos seguros de que sejam inteiramente espontâneos” (1998, p.155).

7.3 Acontecimento e experiência cotidiana

Diz-se que a figura histórica da informação jornalística “democratizou” o acontecimento. Thompson lembra que “nossa compreensão do mundo fora do alcance da nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação das formas simbólicas (THOMPSON, 1998, p.38)”. O acontecimento jornalístico é uma forma simbólica por excelência para essa nova condição de estar no mundo. Ao invés de fiar-se apenas na tradição, nas condições atuais, sobretudo através da chamada mediatização acelerada da existência, a apropriação do material simbólico acentua o distanciamento dos contextos espaço-temporais da vida cotidiana. Não há necessariamente uma rejeição de formas antigas da tradição, mas sinais de uma tradição remodelada pelas novas condições da experiência que impõem também que

nossa substantiva responsabilidade se estende muito além da esfera de proximidade de nossas interações cotidianas; num mundo em crescente intercomunicação, os horizontes de responsabilidade também se estendem para outros distantes no espaço e no tempo, como também para o mundo não humano da natureza cujo destino está interligado ao nosso (THOMPSON, 1998, p.201).

O acontecimento jornalístico é um desses insumos da experiência, ao mesmo tempo em que pode ser pensado também como uma forma de experiência. Tal qual um sismógrafo, pode oferecer o registro ou captar ecos e tremores nas profundezas da experiência. Se, como diz Mouillaud, “o acontecimento se apresenta como um planalto entre duas falhas que o identificam, isolando-o dentro do *continuum* da duração (...), no tempo como no espaço, o acontecimento parece repousar sobre decisões que, atribuindo-lhe limites arbitrários, instituem a cena do acontecimento como uma cena legítima”. O acontecimento jornalístico é

antes de tudo uma “falha geológica” que se revela na superfície da experiência. Mostra que acontecimentos não se referem apenas àquilo que alguém pode experimentar no contexto da sua ação imediata, mas também o que pode ser trazido até ela por uma narrativa. O importante é perceber que nas condições contemporâneas das sociedades complexas, a informação jornalística é uma das maneiras dominantes de tratar o acontecimento. Mas como a informação jornalística faz para se tornar uma modalidade por excelência dessa produção de fatos sobre os acontecimentos do mundo? Tradicionalmente a prática jornalística ainda opera por certo empirismo que tende a restringir suas modalidades de interpretação da realidade. Notícia e fato são reduzidos a “coisas” perfeitamente delimitáveis e atestáveis. A observação que a informação jornalística patrocina do mundo sustenta-se em arrolar um conjunto de elementos que produzem fatos tomados como evidências empíricas desse mundo. Como diz Abramo, ao caracterizar a visão dominante no jornalismo como um “império de sentidos”, “as coisas são o que são, encerrando-se no limite das percepções sensoriais. Se existe algo naquele momento, é tudo o que existe” (ABRAMO, 1991, p.57)

Como se fosse possível “revelar” fatos em si e como se o relato de alguém a respeito de um fato não fosse, em certas situações, mais importante do que as circunstâncias empíricas nas quais o fato se deu, conforme interpretadas pelo repórter: um policial que descreve uma ocorrência, um político que analisa uma ação presidencial e assim por diante. Na verdade, o noticiário mais delicado dos jornais não diz respeito a situações de baixo conteúdo teórico (como jogos de futebol ou incêndios), mas a ocorrências em que a notícia se constitui da apreensão de fatos por parte dos protagonistas. (ABRAMO, 1991, p.46)

Nesse recorte, tende-se a atribuir ao jornalismo uma incapacidade de se referir à experiência. Desde Benjamin e o ensaio “O narrador” (1987), postula-se com frequência uma incapacidade da notícia em “intercambiar experiências”. O pensador alemão acabou por se tornar o fiador de uma espécie de leitura do jornalismo como “cavaleiro do apocalipse” da experiência.

Benjamin dizia que o periodismo é o grande dispositivo moderno para a destruição generalizada da experiência. O periodismo destrói a experiência, sobre isso não há dúvida, e o periodismo não é outra coisa que a aliança perversa entre informação e opinião. O periodismo é a fabricação da informação e a fabricação da opinião. E quando a informação e a opinião se sacralizam, quando ocupam todo o espaço do acontecer, então o sujeito individual não é outra coisa que o suporte informado da

opinião individual, e o sujeito coletivo, esse que teria de fazer a história segundo os velhos marxistas, não é outra coisa que o suporte informado da opinião pública. Quer dizer, um sujeito fabricado e manipulado pelos aparatos da informação e da opinião, um sujeito incapaz de experiência. E o fato de o periodismo destruir a experiência é algo mais profundo e mais geral do que aquilo que derivaria do efeito dos meios de comunicação de massas sobre a conformação de nossas consciências. (BONDÍA, 2002, p.19)

A pretensão de atualidade, e os valores que a dominam, são vistos como avessos a uma experiência rica do mundo. O acontecimento seria da ordem de uma perturbação efetiva do mundo, a notícia apenas um traumatismo superficial. Em algumas perspectivas, trata-se mesmo de ver o jornalismo como um correlato da experiência degradada (ROMANO, 1999). O jornalismo seria uma das modalidades do empirismo que oculta o sentido original da experiência³⁸, percebida como “travessia e perigo”.³⁹

Ora, parte do jornalismo realmente existente ampara-se sem dúvida em uma ideologia da comunicabilidade plena, como critica Bragança de Miranda (1997). Se olharmos do ponto de vista da Análise do Discurso, Charaudeau (1997; 2006) lembra acertadamente que a informação é produto da linguagem, que não é transparente em relação ao mundo e implica necessariamente a construção de um ponto de vista particular. E que esse ponto de vista está muitas vezes alicerçado em uma ideologia da transparência, da simplificação (a “hipótese baixa”), da produção de imagens estereotipadas. Se não é possível “absolver” o jornalismo contemporâneo dessas características, será possível reduzi-lo a tal? Sem dúvida tem-se a impressão que a notícia parece distinguida por uma forma de abordagem em que, por exemplo, a periodicidade, de instrumento de marcação do ritmo social, acaba por sobredeterminar o acontecimento e “rotinizar” a novidade. Romano vai dizer inclusive que o acontecimento se põe, na notícia, em um “quadro temporal predefinido de uma cronologia repetitiva e sem surpresa” (1999, p.277). Daí que a novidade no jornalismo é uma novidade

³⁸ “Se o sentido *evenemencial* da experiência é o seu sentido originário para a aventura humana, resta compreender porque tem estado constantemente recoberto e obscurecido por esta tradição filosófica que, de Aristóteles aos nossos dias, pode receber a denominação ampla de empirismo” (ROMANO, 1999, p.255).

³⁹ Romano grafa «ex-pér-iencie» para ressaltar como tais sentidos estão na própria etimologia da palavra: provar, do latim *experiri*, lembrando o radical *periri*, que remete a perigo; o antepositivo *per*, que remete a travessia. Trata-se, segundo o próprio autor, de um esforço de construir um conceito verdadeiramente fenomenológico da experiência.

“emprestada”, artificial, pois desde sempre prevista, esconjurada de sua capacidade perturbadora e crítica. A atualidade no jornalismo se apresentaria como realizada e definitiva, como efetiva, e, para Romano, o acontecimento não é redutível a fatos, ele é essencialmente inatual (ROMANO, 1999, p.279).

O relato jornalístico do acontecimento se marca, nessa perspectiva, essencialmente, por uma abordagem que produz a saliência do padrão, do que se assemelha nos acontecimentos, na não caracterização de uma unicidade. As conexões que se estabelecem entre os fatos estão no domínio da ordem e das causalidades simples, na identificação de “leis” que dirigem os acontecimentos e tramam contra a possibilidade de manifestação do imprevisto e do diferente.

Tal percepção, todavia, se ancora em alguns pressupostos discutíveis. Como mostra Quéré (2005), à experiência degradada deve corresponder uma experiência autêntica sempre vista como individual em confronto com o acontecimento. É a idéia de que a mídia não fala para alguém em particular, “o acontecimento que veicula é sem destinatário, (...) uma massa amorfa e indistinta” (ROMANO, 1999, p.276). Além disso, é um público de espectadores desengajados que não podem incorporar o acontecimento a uma experiência própria. Assim, esse esforço para construir um conceito “verdadeiramente fenomenológico da experiência” acaba por sugerir que tal experiência não possa (ou não deva) passar pela instância midiática.

Tal concepção não resiste às múltiplas investigações feitas, nas últimas décadas, sobre a recepção, mostrando que esta tem sempre um colectivo no horizonte: projecta um contexto social de apropriação e de discussão, e traduz-se pelo sentimento de pertença a um público; é retida num feixe de interações que comandam as modalidades da atenção acordada às publicações e às emissões e passa por ajustamentos recíprocos segundo formas de sociabilidade directa; tem, como ambiente, uma circulação das interpretações nos quadros de interacção da vida quotidiana, no decurso da qual experiências singulares transformam-se em empenhamentos colectivos. Trata-se, claro, de contextos sociais: suscitam certas formas de empenhamento e recusam outras.

A idéia de que as explicações e os comentários que «impregnam» os acontecimentos apresentados pelos media são um factor da degradação do acontecimento autêntico também não resiste ao exame. Esses comentários constituem uma das formas de desenvolvimento do inquérito que explora o potencial de esclarecimento e discriminação dos acontecimentos, já que problematizam as situações discordantes por estes criadas ou reveladas com vista a uma resolução. Não se pode fazer completamente justiça a este fenómeno sem se reinscrever o trabalho de informação

feito pelos media num processo mais geral de configuração da acção colectiva num espaço público democrático, através da exploração das causas e das consequências dos acontecimentos em diferentes campos problemáticos, e a projecção das acções que o seu aparecimento incita a empreender. Essa exploração pode fazer-se recorrendo a controvérsias públicas – que são prova de verdade, rigor e justiça -, apresentadas ou organizadas nos e pelos media, com a participação da maior diversidade de actores. É preciso, portanto, ter cuidado para não isolar os media das outras agências ou instituições que exploram campos problemáticos à luz dos acontecimentos. (QUÉRÉ, 2005, p.74)

A crítica de Quéré mostra que, de alguma maneira, a idéia de que o jornalismo promove experiência degradada baseia-se em uma perspectiva que toma o acontecimento jornalístico como algo que antecede a mediação e nela provoca impacto. Ora, a própria mediação é um evento que acomete os sujeitos na instância dos contextos receptivos onde estes se confrontam com os textos noticiosos.

À constatação de que o discurso da informação jornalística é o “algoz” da experiência, talvez devêssemos então perguntar como o relato do acontecimento jornalístico pode valer-se também de imprevisibilidade, contingência e não estar necessariamente regido por leis que predeterminam sua significação. Se, como diz Agamben lembrando Montaigne, “a experiência é incompatível com a certeza, e uma experiência que se torna calculável e certa perde imediatamente a sua autoridade” (AGAMBEN, 2005, p.26), como operaria a introdução de um princípio de “incerteza” na notícia? Possivelmente se esta estiver despojada, ao mesmo tempo, de uma pretensão de trabalhar a partir de um método monolítico entendido como “o” caminho para se construir o relato – o que torna padrões rígidos de construção do acontecimento de fato em empecilhos, no que retornamos ao eterno debate do lide jornalístico apenas como “conjuntinho de regras” – mas também que não se perca na irrelevância do meramente curioso que abdica de qualquer princípio ou valor para produção do acontecimento. Uma pretensão intermediária seria mais adequada para se pensar a articulação experiência e jornalismo. Quem sabe à maneira de uma figura da articulação entre experiência e conhecimento como aparecia na cultura medieval que Agamben lê a partir da novela de cavalaria “A demanda do Santo Graal”.

Enquanto a experiência científica é de fato a construção de uma via certa (de um *métodos*, ou seja, de um caminho) para o conhecimento, a *quête* é, em vez disso, o reconhecimento de que a ausência de via (a aporia) é a única experiência possível para o homem. Mas, pelo mesmo motivo, a *quête* é também o contrário da aventura, que, na idade moderna, apresenta-se como o último refúgio da experiência. Pois a aventura pressupõe que haja um caminho para a experiência e que este caminho passe pelo extraordinário e pelo exótico (contraposto ao familiar e ao comum); enquanto que, no universo da *quête*, o exótico e o extraordinário são somente a marca da aporia essencial de toda experiência. (AGAMBEN, 2005, p.39)

Nem via certa, nem aventura. Assim, o relato jornalístico, ao invés de apenas oscilar entre formas de lidar com o acontecimento marcadas pela certeza ou o signo da aventura, pode se mostrar efetivamente como um confronto com ocorrências que mudam uma dada compreensão do mundo (do leitor, do jornalista, dos envolvidos na relação de comunicação jornalística), desencadeiam atos interpretativos não só de familiaridade com o mundo mas também originais, possibilidades de interpretação não enclausuradas no fato evidenciado como um já isto ou aquilo.⁴⁰

Vimos até aqui que a relação do acontecimento com a temporalidade pode ser percebida então de pelos menos duas maneiras distintas, baseada em uma duplicidade da enunciação que tem a ver com aquilo que Quéré (2005), na esteira de G. H. Mead, chama de dualidade do acontecimento quando referido à experiência. O acontecimento, por um lado, pode ser visto como um culminar de um processo, enredado numa certa trama seqüencial de eventos, dotado de nexos causais, compreensível em seu significado a partir de um contexto prévio.

Desse ponto de vista, o acontecimento é apreendido como um fim, como o ponto de chegada de um encadeamento serial. É relativamente transparente à luz das possibilidades de explicação e de interpretação oferecidas pelo contexto. Além disso, aparece fechado quando concluído. É inteiramente contido no presente da sua ocorrência. Não o transborda. Inscreve-se bem no tempo: tem um início, um fim e uma certa duração. Pode ser situado e datado com precisão, através de utensílios convencionais de medida do tempo e de localização no espaço. Podem medir-se, também, as distâncias entre os acontecimentos; verificar se são contemporâneos ou não; construir séries ordenadas em função do antes e do depois (Quéré, 2005, p.66).

⁴⁰ Imagino aqui se os jornais poderiam finalmente parar de responder às cartas dos leitores, que questionam um dado relato publicado, em geral apelando para um engano de compreensão do leitor, de que ele não “compreendeu tudo” que foi dito, sempre baseados no suposto de que haveria uma certeza para compreensão do relato jornalístico.

Todavia, o acontecimento também pode possuir uma função inaugural, em que a perspectiva causal e linear não serão determinantes para sua compreensão. Se não apreendidos por nexos causais e a partir de um contexto pré-definido, o acontecimento, segundo Quéré, “é, ele próprio, portador ou criador do sentido” (p.13) não podendo ser fixado apenas pelas circunstâncias e momento da sua ocorrência.

Espacialmente, porque os seus efeitos podem estender-se a lugares muito distantes daquele em que ocorreu. Temporalmente, porque se alonga para o futuro e para o passado. Para o futuro, porque é só posteriormente, com um certo atraso, via os efeitos produzidos, as conseqüências, as situações criadas e reveladas, as respostas suscitadas que ele pode ser verdadeiramente compreendido. Para o passado, porque, para além de que só emerge graças ao acontecimento, este permite descobri-lo sob um novo dia, devido ao ponto de vista inédito que fornece e aos recursos interpretativos que transporta. Por isso, o acontecimento não se produz somente no tempo: ele dá também «o tempo a ver-se» (Quéré, 2005, p.67).

Vimos também que a narrativa jornalística, mesmo em sua modalidade mais típica, a notícia, não corresponde à total recomposição no âmbito da linguagem da realidade fenomênica de um evento ou fato. Distintas modalizações no discurso é que irão permitir ao texto jornalístico, ao construir uma retórica voltada para apreender o cotidiano na sua dimensão singular e factual, apresentar o tempo do discurso como se fosse o tempo do próprio acontecimento. E aqui cabe destacar que o acontecimento jornalístico não pode ser visto apenas como processo de referenciação de objetos extradiscursivos. Fausto Neto (2005), ao investigar mudanças nas estratégias enunciativas do discurso da informação, mostra como é improvável que hoje possamos estabelecer de princípio uma perspectiva de análise que tome acontecimento e enunciação como confundidas no interior do discurso. A partir de estratégias centradas na produção de uma auto-referencialidade de suas operações, o discurso jornalístico estaria transformando-se, ele mesmo, no próprio acontecimento central do relato noticioso, “na medida em que o discurso da atualidade não está mais num referente, mas nas disposições que dão a uma determinada realidade” (FAUSTO NETO, 2005, p.16). Essa primazia do “relato sobre o relato” afeta, segundo Fausto Neto, o lugar de fala do discurso, suas diferentes modalidades de articulação e a maneira como visa a recepção.

Ainda assim, o relato jornalístico, sempre nucleado por um “tempo presente”, estimula uma sensação de simultaneidade entre os fatos e o momento de sua apropriação pelo leitor. É nesse sentido que podemos falar do relato jornalístico como um discurso que se volta não propriamente para o acontecimento ou para o acontecido, e sim para o acontecer.

A notícia inscreve-se na fenomenologia de nossa vivência do presente, de nossa duração, que é o tempo enquanto dado imediato da consciência. (...) A duração é um dado básico, elementar. Ela nos revela que esse tempo do mundo que experimentamos é um tempo do homem: a coisa é percebida na duração, assim como o sujeito se percebe também; toda construção coerente do mundo faz-se no tempo, num tempo (SODRÉ, 1996, p.136).

O modo de construção do discurso do jornal impresso sobre o acontecimento é realizado de forma a lembrar o que os gregos chamavam “*Epheméros*”, o que dura um dia. Na abordagem jornalística, o acontecimento não está apenas no tempo, num desenrolar histórico que lhe é exterior, mas o tempo é visado no acontecimento, na sua “duração”. É nesse sentido que Sodré (1996, p.138) aponta que no caso do jornalismo “não há exatamente ruptura e sim ponto rítmico na temporalidade cotidiana. Esta é a natureza do acontecimento noticioso”. A temporalidade é uma espécie de “harmonia”, no sentido musical, do acontecimento; uma das suas formas de arranjo, de se constituir como estrutura ordenada, de ritmar o acontecimento. Sem tal “harmonia” não há como a enunciação jornalística dar visibilidade a diferentes eventos ou acontecimentos da vida social, arrancando-lhes de uma prática cotidiana e ordinária para luzir sob uma forma do extra-ordinário da notícia. Pela articulação com a temporalidade social é que talvez nos distingamos da conclusão a que Charaudeau chega, ao dizer que a “máquina midiática não dispõe de meios para tratar dessas contradições [a distância do acontecimento cotidiano e do acontecimento histórico], porque a informação procura exhibir o esperado e o inesperado, colhida entre o *infra* e o *supra-significante* (CHARAUDEAU, 2006, p.142).

A nosso ver, tal paradoxo é mesmo o que funda o discurso jornalístico, é sua condição de existência. Vivemos a vida cotidiana, como diz Parret, como uma forma de relato e as temporalidades do cotidiano como o tempo de um relato.

Aquele que “vive” o cotidiano em atos de produção ou de recepção de práticas é um interpretante que projeta ou “inventa” a estruturação em um tecido vivido. As táticas da vida cotidiana organizam as relações de força, ritualizando o *ballet* do fraco e do forte. Esta ritualização do cotidiano exige memória e a projeção de uma expectativa. (PARRET, 1995, p. 132)

Há sempre um observador não externo mas interno à vida cotidiana. O jornalista é sempre um interpretante. A vida-relato que ele constrói não é meramente um relato sobre algo. É ao mesmo tempo um enunciado narrativo e uma enunciação narrativa, o tempo contado e o tempo de contar se confundem. O jornal vive então como personagem e narrador. “Como personagem de seu próprio relato, ‘vive’ uma temporalidade enonciva, uma temporalidade projetada fora da enunciação como estando intrinsecamente ligada à substância vital e opaca” (PARRET, 1995, p.132). Mas inscrito nesse processo social que pretende relatar, como uma espécie de narrador de sua vida-relato, “ele ‘constrói’ uma temporalidade enunciativa, um tempo de contar, deitivamente determinado pelo Aqui e Agora do ato de contar”. É uma tensão da vida relato. “O tempo é enunciado ao mesmo tempo que enunciativo” (p.132). Certamente, a partir daí, as questões se multiplicam. Como reconstruir frente aos textos e objetos o instante, o imediato, o aqui e agora? Como captar sem reducionismo a imprevisibilidade do futuro e a sobrevivência do passado na memória? Como falar adequadamente das gerações e de outros tempos de repertórios e unidades temporais: jovem, adulto, velho? Recente contra antigo? Novo contra velho, como muitas vezes faz o discurso da notícia? Não perduraria ainda nas abordagens discursivas do relato jornalístico uma mentalidade a-diacrônica ou mesmo a-crônica, ainda marcadamente estruturalista?

Se a notícia não equivale ao conhecimento histórico não há porque estabelecer um corte entre informação jornalística e história. Assim como o “historiador do imediato”, que faz do desconhecimento da conclusão do período que estuda sua força e virtude

(LACOUTURE, 1998, p. 225), a “ignorância” do jornalismo quanto ao desenlace dos acontecimentos que cobre pode ser uma forma de restituir “abertura” ao acontecimento jornalístico. Lacouture diz que, em oposição ao historiador clássico da longa duração, o historiador imediatista “coloca seu estudo como uma escada ao longo de um muro, o muro do acontecimento”, para de lá fazer sua sondagem. Podemos dizer que o jornalista faz um buraco no muro, é por onde olha o mundo.

8. Para pensar o jornal diário impresso

Cada meio irá constituir o discurso de informação jornalística da atualidade segundo modalidades específicas que regem sua economia enunciativa. O jornal diário impresso não reúne condições para fazer coincidir o tempo do acontecimento, o tempo da produção da informação e o tempo da leitura, o que leva a um trabalho de compensação através de um espaço estratégico da informação que é diferente de outras mídias. Quais as maneiras típicas do discurso jornalístico nos jornais impressos diários produzir relatos e comentários sobre o mundo e engendrar esse tipo de sentido convencionado como “informação da atualidade”? Para isso é preciso identificar e analisar as diferentes estruturas do discurso jornalístico do jornal impresso diário.

As distintas teorizações sobre o jornalismo que convergem para o campo da análise do discurso apontam hoje como fundamental a percepção dos produtos de informação midiática na sua composição articuladora de diversas matérias significantes. Composto de distintos materiais que organizam o discurso – layout, textos, fotografias, títulos etc. – a dimensão temporal não deve então ser buscada no jornal unicamente pela configuração lingüística do texto. O escrito nesse caso é tão somente um dos lugares de construção e manifestação das expressões de experiência de tempo no discurso do jornal. A dimensão temporal é vislumbrada por nós como uma maneira de trânsito (e de transação) entre essas diferentes instâncias e nossa tentativa é buscar perceber o movimento que o discurso da informação jornalística – no caso particular, o jornal diário – realiza para dar conta dessa questão temporal.

Essa tentativa de pensar a temporalidade no jornal muitas vezes é vista com desconfiança sob o argumento de que lidamos com um dispositivo fadado ao desaparecimento. Formulado tanto por profissionais quanto por pesquisadores, o diagnóstico tem sido taxativo: o jornalismo impresso diário caiu numa armadilha. Acossado pelo

espetacular desenvolvimento do aparato tecnológico dos meios de comunicação, o jornal impresso tem sido rebaixado a objeto menor, de “segunda categoria”, no concerto midiático que ajuda a conformar a “experiência contemporânea”.

Um dos fundamentos dessa perspectiva pode ser identificado na idéia de que há mudanças na chamada “epistemologia da mídia”. Aquilo que se entenderia por verdade se modifica de acordo com a natureza dos meios de comunicação que processam as informações. “Desse modo, na era televisiva, o axioma epistemológico fundamental será ‘ver para crer’, enquanto noutras fases históricas, sob hegemonia de outros meios, se valorizavam outros regimes: ‘dizer para crer’, ‘ler para crer’, ‘contar para crer’, ‘deduzir para crer’ e ‘sentir para crer’ (MESQUITA, 2000, p.64). O jornal não é o meio dominante na chamada mídiasfera contemporânea, já que não se apresenta, do ponto de vista econômico, tecnológico e cultural, como o dispositivo mais eficiente em termos de relação custo/eficácia, entendida como a capacidade de alcançar uma difusão ampla e rápida implicando menores despesas para o emissor e menor esforço para o receptor. O processo formal de aprendizado da leitura alfabética e o contexto cultural de apropriação dos processos da escrita e da leitura são claramente questões centrais para se pensar o jornal nessa ecologia dos meios de comunicação. Neste quadro, o jornal teria inevitavelmente que ser batido pelo rádio, TV e, mais recentemente, a Internet. As conclusões derivadas de tal lógica caminham genericamente num mesmo sentido: “a TV vai mais depressa e mais longe, mas, é claro, de maneira menos profunda do que uma obra impressa” (DEBRAY, 1993, p.396).

Não há como não perceber aqui um ar de nostalgia por outra época do jornal. Seu mundo é, comparado ao de outros meios, o da lentidão, do aprofundamento, da reflexão. Ora, tal “condição” do impresso só pode aparecer numa análise contrastiva com outros meios. Com facilidade esquece-se que nos primórdios da invenção dos sistemas de impressão já se temia

que os homens se tornassem menos atentos com o advento da abundância de livros... (ONG, 1999, p.95)

Por outro lado, ocorreria também agora certa inversão: se noutros momentos e contextos os veículos eletrônicos (rádio e TV fundamentalmente) foram avaliados por uma cultura letrada, agora parece ser o jornal que é submetido, por um lado, ao viés de uma cultura do áudio-visual, e por outro lado, à “montanha-russa” das inovações tecnológicas que chegam juntamente com o crescimento de um “mundo digital”. Contra a palavra “cristalizada” na página do antigo jornalismo impresso, é preciso construir formas mais elásticas para o meio. “Maneirismos” de toda ordem se farão agora presentes: a primeira página colorida e “chamativa” como a televisão; a pulverização dos elementos discursivos para facilitar a “navegação” e o “zapping” do leitor pelas páginas do jornal; a pretensão do jornal, no encalço de outros meios, de simular um ambiente de proximidade, não sugerir distanciamento.

Mas esse parece ser exatamente o momento propício para tal tipo de pesquisa de um meio dito “moribundo”. Debray, ao propor a constituição da disciplina midialógica, lembrava que há um efeito crítico em toda retrospectiva: “descobre-se melhor a função do manuscrito a partir do impresso, do escrito a partir da imagem”. Esse pode ser um bom pressuposto para avaliar com parcimônia os ganhos e perdas da passagem de um “estado a outro” e, com isso, superar um tipo de fala “messiânica”, que impõe um falso confronto entre fim e começo, estabelecendo polaridades entre as culturas impressa e digital que se valem de antinomias inexistentes” (BEIGUELMAN, 2003). E a robustez do argumento, a nosso ver, deve repousar em uma noção mais adequada de mídia, que permita conformar e perceber o jornal diário de informação para além desse seu “leito de morte”.

8.1 O dispositivo jornal: uma “outra” noção de mídia⁴¹

Um ponto de vista corrente de abordagem do jornal impresso é a chamada perspectiva “midia-cêntrica” da comunicação. Em tal linha de análise, o quadro de estudo da comunicação tende a priorizar ou a se restringir ao estudo dos meios, afunilando a sua abordagem em torno do exame da respectiva mídia. Partindo da importância crescente e do papel de determinação exercido pela mídia no cenário contemporâneo, estudar a comunicação é estudar o funcionamento da mídia. Se a mídia for priorizada enquanto aparato sócio-técnico (instância de determinação), isso nos leva a minimizar a intervenção dos interlocutores, abandonando o processo comunicativo. Desta forma, seria reduzida a apreensão da dinâmica de produção de sentidos, restringindo a compreensão da extensa “prosa” do mundo que acontece paralelamente à intervenção dos meios de comunicação, marcada por eles ou à sua revelia.

O postulado de que as práticas discursivas constituídas em torno da mídia estão no coração da cultura ocidental contemporânea e que a sociedade se conduz por uma intensa mediação dos processos sociais não pode, todavia, levar a um entendimento de que a mídia engolfa totalmente a experiência social. A mídia não diz sozinha da comunicação e tampouco da vida social. A força propulsora dos meios de comunicação enquanto instância de produção de mensagens não deve obnubilar a globalidade do processo comunicativo e sua natureza de intermediação⁴². A comunicação não se resume aos meios de comunicação ou a uma função transmissiva, mas compreende a constituição dos discursos e o espaço da interlocução. Ao tratarmos, assim, de meios ou mídias específicos como o jornal, nosso empenho analítico não se dá apenas pelos meios em si, por um suposto lugar da mídia, mas por sua inserção no

⁴¹ Parte da reflexão desenvolvida nessa seção veio a público no texto “Mídia: um aro, um halo e um elo”, publicado no livro “Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano” (FRANÇA e GUIMARÃES, 2006).

⁴² Como nos adverte L. Quéré, o pensamento ocidental esteve por muito tempo marcado pelo paradigma epistemológico (por uma concepção representacionista e cognitivista do homem e do mundo), atribuindo à comunicação uma função de produção e transmissão de conhecimentos sobre o mundo e as pessoas. É preciso substituí-lo pelo paradigma praxiológico, fundado na concepção da “construção social da realidade”; “articulado à problemática da construção intersubjetiva da objetividade, da subjetividade e da socialidade, e a uma concepção constitutivista da linguagem, da expressão e da cognição.” (QUÉRÉ, 1991, p. 72).

âmbito da vida social mais ampla – a relação entre a comunicação midiática e outras formas comunicativas. É dessa forma que tomamos a mídia, nos termos de Charaudeau, como uma situação específica de comunicação que se constitui no domínio de uma prática social mais abrangente, a da mediatização.

Postulamos, pois, não o recorte estrito de determinadas práticas comunicativas, mas a dimensão comunicativa que permeia práticas sociais mais amplas. Tal compreensão pretende substituir uma abordagem causal, dos meios de comunicação como “externos” ao social — e, portanto, as perspectivas de estudos dos impactos, dos efeitos etc. —, pela busca de compreender uma interseção:

“a mídia não está fora da sociedade (ela faz parte da vida e da dinâmica social), e os produtos midiáticos tanto refletem quanto orientam uma dada realidade. As práticas comunicativas são constituidoras da vida social e, ao mesmo tempo, constituídas por ela — o que altera completamente (mas também dificulta) a forma de abordá-las” (FRANÇA e GUIMARÃES, 2004).

No entanto, se mídia não pode ser tomada pela integralidade do processo de comunicação, tampouco um “próprio” da mídia pode ser ignorado. Qual é, então, o escopo adequado para se tratar da questão da mídia? Se os meios de comunicação não são fenômenos à parte da realidade social, que dimensão ocupam quando se trata da análise das práticas sociais enquanto práticas comunicativas?

De saída, mídia pede uma definição para além de um aparato técnico (da qual ela se compõe) e de uma forma discursiva (que ela permite produzir). A mídia é, então, algo capaz de transmissão que permite uma modalidade de experiência assentada no transporte e deslocamento incessante de signos. Tal processo de mediatização, muito mais do que meio, afigura-se também para além de um estado. A melhor tradução de seu processo é a de um fluxo no qual se dão as operações em que se mesclam e entrecruzam mundos simbólicos e materiais que tem os meios à montante e à jusante, e que em seu curso carrega grande parte das narrativas na contemporaneidade: cotidianas e institucionais, corriqueiras e especializadas, midiáticas e não midiáticas. Os produtos midiáticos carregam consigo uma

remissão a uma multiplicidade de sujeitos sociais, técnicas, lugares e dispositivos encaixados em momentos diferentes e simultâneos de produção, transmissão e apropriação. A mídia vive em permanente estado de transação entre essa pluralidade de elementos em composições constantemente renovadas e reconfiguradas em diferentes graus. Ao procurar definir os traços estruturantes desse processo, passíveis de constituírem um estatuto analítico, nota-se, por um lado, que a mídia pode ser apresentada como um lugar de apontamento de sentido, de estabelecimento de formas interativas, de criação e partilhamentos de representações, de (re)interpretação de experiências, de vinculação, de junção, de formação de elos, de instrumentação; por outro lado, a mídia também se afigura como uma forma que carrega em si mesma uma série de características tais como o caráter de transmissividade e de reprodutibilidade, um modo de estabelecimento de temporalidades, um tipo de solicitação de disponibilidade aos sujeitos para o compartilhamento de experiências, uma maneira de estabelecimento de contratos e de estruturação de sentidos. Diferentes tradições teóricas caracterizarão tal espaço ora como um campo⁴³, um domínio ou um sistema, com ênfases analíticas distintas a partir de tais escolhas. Sem nenhuma pretensão de “ecumenismo teórico”, mas evitando o uso muito alargado de conceitos que acabam por enfatizar a confusão entre “campo midiático e campo da comunicação”, temos optado por utilizar uma noção de dispositivo midiático que, ao articular aspectos dessas teorias, compreende as dimensões da comunicação como certo arranjo espacial, uma forma de ambiência (um meio em que), e um tipo de enquadramento que institui um mundo próprio de discurso.

O sentido de dispositivo aqui utilizado procura avançar para além de uma acepção fortemente técnica e compreendê-lo como agenciamento de vários elementos para uma

⁴³ A noção de campo enfatiza uma dimensão “espacial” que caracteriza posições, agentes, a distribuição do poder e as relações de força simbólicas. A noção de sistema investe na compreensão da comunicação como fluxos de regulação dos processos sociais no âmbito de uma relação sistema-meio. A noção de domínio de práticas sociais mostra-se como uma espécie de território que tende a regular as trocas comunicativas e instaurar regularidades discursivas. Em tais concepções o campo midiático e o sistema midiático se ampliam em demasia.

representação/construção do real⁴⁴. Ou seja, não se trata de perceber a mídia a partir de uma noção de que ela é composta por uma disposição particular e combinada de diferentes partes como em um aparelho ou máquina mas, sobretudo, caracterizar o dispositivo midiático naquilo que ele revela de uma forma estratégica de operar. O cuidado é o de construir uma noção que seja metodologicamente útil já que ao tentar estabelecer uma definição para além do sentido maquínico mais corrente, diferentes abordagens acabam por tomar o conceito de forma por demais abrangente e alargada. Em tais proposições o dispositivo comunicacional é visto com atributos que dizem respeito desde o contexto das práticas de produção, o canal ou meio técnico no qual a mensagem é codificada, a materialidade dos suportes de armazenamento e transmissão, os mecanismos que operam no lugar da recepção das mensagens, as modalidades de interação entre os interlocutores, até os sistemas semióticos que o organizam (PERAYA, 1999a e 1999b). Dessa forma,

o conceito de dispositivo abrange as mediações situacional e tecnológica (termos utilizados na teoria da recepção) e também os aspectos discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço, propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos (FERREIRA, 2004).

É uma noção extremamente abrangente, em alguma medida dá conta de diferentes processos que atravessam a comunicação, mas aquilo que parece em algum lugar produzir certo ganho analítico, em outro nos deixa em dúvida: então, como abordar o dispositivo se ele é tudo isso? Uma reconstrução teórico-analítica do dispositivo na área da comunicação é a de Mouillaud (1997), que vai concebê-lo como uma espécie de matriz. Na análise que faz do jornal impresso diário, o dispositivo matriza a construção dos textos, ele precede e é precedido pelos textos, é um dispositivo de enunciação. Em Mouillaud os dispositivos jornalísticos são lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (linguagens icônicas, sonoras, gestuais etc.). O dispositivo tem uma forma que é sua

⁴⁴ Para uma noção de dispositivo como forma de agenciamento ver sobretudo Deleuze (1990) e Verón (2004).

especificidade, em particular um modo de estruturação do espaço e do tempo. Os variados dispositivos atuam interconectados e com o lugar institucional onde existem e,

considerados do ponto de vista genético, o dispositivo e o texto se precedem e determinam-se de maneira alternada (o dispositivo pode aparecer como uma sedimentação do texto, e o texto, como uma variante do dispositivo, por exemplo, um número do jornal diário e sua coleção) (MOUILLAUD, 1997, p.29).

A partir de tal formulação a noção de dispositivo não fica marcada por uma característica meramente funcional, que faz com que o associemos a uma situação de intermediação, mas, como uma forma de agenciamento que junta, articula e põe em contato interlocutores, linguagens e práticas discursivas em um movimento automodelador.

Em perspectiva semelhante, também Barnhurst e Nerone (2002; 2003) pensam o jornal como um ambiente que constrói uma rede de relacionamentos e constitui um mundo moldado no qual os leitores são convidados a se apresentar. A idéia da forma jornal como um ambiente não ignora as funções de transmissão de mensagens e mesmo a natureza ritualística do hábito de ler jornal, mas implica tomá-la como um microsistema que, a semelhança da experiência cotidiana com seus arredores físicos e sociais imediatos, permite que o leitor se apresente para compor diferentes situações e intercambiar papéis diversos. Mobilizado por diferentes agentes que habitam tal ambiente (jornalistas, cronistas, fontes, colunistas, anunciantes⁴⁵ etc.) o jornal se apresenta como uma modalidade de experiência para o leitor que o articula com o que Barnhurst e Nerone chamam de mesosistema, campo das interações entre os microsistemas: dá a ver as convocações para que o leitor se apresente como apreciador de um dado esporte, crítico da vida política, observador das tragédias cotidianas, cliente dos serviços disponíveis etc.

⁴⁵ Ainda que não seja o foco desse trabalho, lembramos aqui a necessidade de rever a idéia de um contrato de leitura entre jornal e leitores estabelecendo acordos sobre domínios temáticos, finalidades e lugares enunciativos que destaca tão somente o discurso jornalístico e despreza o papel do discurso publicitário como parte da constituição da interlocução jornalística. Nesse sentido, concordamos com Patrín (2000), para quem “evidentemente que isso (o jogo do contrato) não deve ser considerado igualmente: a redação assume um papel primordial, uma vez que ela é responsável pela publicação. Mas há que se considerar que a publicidade também assume um papel no jogo de construção de um lugar com o leitor. Quando digo ‘publicidade’, me refiro à publicidade em seu conjunto, não anúncios isolados, um a um” (p.12).

Tal perspectiva aponta para além da dicotomia forma e conteúdo na abordagem do jornal ao pensarmos os efeitos de sentido que este produz. Em geral, tende-se a deduzir tais efeitos diretamente do “conteúdo” das histórias reportadas pelo jornal. A premissa aí presente é de que os leitores lêem isoladamente as matérias quando, na verdade, destacam Barnhurst e Nerone, eles o fazem somente após incorporarem o ambiente da notícia e interagirem com suas texturas e formas. Isso permite relativizar tanto a idéia de que os significados das notícias têm como fonte apenas o jornal, mas também o sentido de tomar o leitor como produtor soberano dos significados ignorando que tal se dá sob circunstâncias que ele não definiu.

“Os leitores podem fazer o significado, mas não sob circunstâncias que eles próprios escolheram. No exemplo dos jornais, a forma constringe a construção do significado. Uma vez que os leitores entram no jornal, eles continuam a fazer escolhas, mas a forma impõe as regras tácitas que permitem determinadas práticas da leitura e trabalham contra outras”. (BARNHURST e NERONE, 2002, p.11)

Isto posto, podemos então afirmar nossa pretensão de abordar o discurso do jornal, numa perspectiva de Charaudeau, considerando a interrelação entre a ancoragem social do discurso, sua natureza comunicacional, as atividades languageiras construídas e as características formais dos textos produzidos. No que se refere à ancoragem social, é importante caracterizar um domínio específico de prática languageira identificando os atores que se encontram ali, os papéis que devem representar. No caso aqui se trata do domínio midiático. Charaudeau (2004) diz que um domínio de prática social, ao regular as trocas, instaura regularidades discursivas que se apresentam como marcas do respectivo domínio.

Nesse sentido, um primeiro gesto implica em abordar a mídia numa perspectiva que não a reduza a uma de suas dimensões, mas examiná-la

sob todas as suas facetas, em seus aspectos semiológicos (que tipo de signos utiliza tal mídia, limita-se ela a transmitir o texto, ou enriquece-o com imagens ou índices, e para que desempenhos?), pragmáticos (como os usuários se apropriam das mensagens para modificar-lhes o sentido, que grau de interatividade se observa entre a emissão e recepção destas?), imaginários (como o sonho individual ou social não se contenta em utilizar a ferramenta, mas irrealiza-a, estetiza-a, envolve-a com identificações ou projeções?), sistêmicos (como nós possuímos meios de comunicação que nos possuem – lógica astuciosa! -, como essas próteses técnicas nos preparam um meio ou um tecido conjuntivo que tomamos eventualmente por prolongamentos de nós mesmos...?) (BOUGNOUX, 1999, p.15).

Busca-se compreender, pois, como a mídia ou os meios de comunicação se dão a ver como dispositivos midiáticos que articulam 1) uma forma específica de manifestação material dos discursos, de formatação de textos; 2) um processo de produção de significação, de estruturação de sentido; 3) uma maneira de modelar e ordenar os processos de interação; e 4) um procedimento de transmissão e difusão de materiais significantes. Em termos metodológicos, tais aspectos podem ser tomados em diferentes facetas, dependendo do recorte proposto, mas a nosso ver implicam três dimensões distintas de análise: a relacional, a interlocutiva e a contratual.

Pensadas sob a forma figurativa de “círculos concêntricos”, tais dimensões se encontram mutuamente imbricadas e podem ser vistas como entradas para diferentes perspectivas de análise dos processos midiáticos. O relacional, anel mais abrangente, diz das interações que se dão por meio do dispositivo midiático, vistas como o “processo de influências mútuas que os participantes exercem uns sobre os outros na troca comunicativa” e também como “o lugar em que se exerce esse jogo de ações e reações” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.281). Nesse lugar do relacional, o dispositivo opera como algo, como diz Bounoux (1999), que “engloba, precede e transborda” os parceiros da comunicação mostrando que não há um “marco zero” da constituição do sentido. A interlocução, por sua vez, é retomada aqui para evidenciar como os parceiros se acham, sempre, mutuamente implicados nos discursos da mídia. É um círculo contido no relacional. A dimensão de contrato é o aro mais específico, onde vemos uma linguagem funcionando sob um modo específico. Conforme formula Charaudeau, diz de um domínio de comunicação que sempre indica aos interlocutores certo número de condições que definem a expectativa da troca comunicativa. Quando se procede ao recorte analítico, dependendo do foco, faz-se valer um aspecto ou outro do objeto. Mas, mesmo assim, o círculo concêntrico mais amplo não se torna preponderante em relação ao específico, um “anel” não se sobrepõe ao outro. Há sempre

um e outro, cada círculo, em relação aos demais, funciona ao mesmo tempo como um aro, um halo e um elo.

A combinatória dessas dimensões, as “fricções” que cada dimensão estabelece com as demais, a nosso ver, realçam aquilo que chamamos de atributos e nos parecem ser não só específicos, mas constituintes do dispositivo midiático, podendo nos permitir ir além de uma perspectiva sociologizante ou abusivamente “lingüística” de análise da significação discursiva.

8.2 O jornal como materialidade e forma

Na história do jornalismo impresso, progressivamente a paginação tem ajudado a instituir a identidade ao jornal (MOUILLAUD e TÉTU, 1989; BARNHURST e NERONE, 1991), operando uma junção de conteúdo e forma, permitindo a emergência de um dispositivo típico do jornal. A página é uma unidade significativa fundamental para compreensão dos diários, é o “lugar” onde se encontram e viabilizam relações entre o leitor e o jornal: além do acordo quanto aos “conteúdos” (o que, como e porque se fala de determinados acontecimentos), a página produz e antecipa sensibilidades estéticas e é o elemento que articula a atualização dos rituais de leitura.

Para construir e analisar uma página, ela deve se constituir em uma espécie de relevo, uma superfície com eixo vertical e horizontal na qual se dispõem as unidades significantes como variáveis visuais (títulos, colunas, fotografias etc.). Segundo Mouillaud (1997), “a página do jornal constitui assim uma figura (uma forma perceptível pela vista) que é ao mesmo tempo uma figuração (retórica) da informação”. As informações adquirem relevo na medida em que estão simultaneamente dispostas com outras informações na página.

O fato de a página constituir-se em unidade básica de significação para compreensão da materialidade discursiva do jornal faz com que a dimensão espacial apareça destacada no

trabalho de análise. A própria “história” da paginação do jornal realça tal enfoque ao caracterizar precipuamente o movimento de passagem da forma diagramática de uma ordem externa (cronológica) do discurso para uma ordem interna (espacial) da página. A paginação nos primórdios dos diários acompanhava a ordem temporal do discurso, tipicamente cronológica. A preponderância era do eixo das colunas numa seqüência linear de alto a baixo na página. As mudanças começam a aparecer com a colocação dos títulos de duas ou mais colunas que passam a constituir um segundo eixo, ressaltando a dimensão horizontal da página (MOUILLAUD e TÉTU, 1989; FERREIRA JUNIOR, 2003; LESSA, 1995; CHARTIER, 1994; POPKIN, 1996; BARNHURST e NERONE, 1991). Em sua evolução, no jogo entre disposição vertical e horizontal, a composição da página abandona a mera linearidade temporal impondo-se a partir daí uma lógica espacializante. É quando se pode efetivamente dizer que a paginação, com sua retórica espacial, ganha status de unidade significativa que, desestruturando a ordem do discurso e sua lógica cronológica, funda um discurso novo, o discurso do jornal. Ao invés de apresentar-se como um discurso contínuo e com pretensão de durar para além do momento de sua enunciação, o jornal passa a se montar no interior mesmo de uma ordem descontínua que deve a partir de então ressaltar exatamente a sua obsolescência. As representações temporais do discurso do jornal (presente, imediaticidade, periodicidade etc.) passam a atuar como que elementos “climáticos” dessa paisagem do discurso da informação. Daí que a recorrente metáfora da página como um mapa seja altamente esclarecedora para capturar a dimensão espacial dessa retórica do jornal. Entretanto sua dominância não pode nos levar a ignorar que nessa página vista como uma espécie de “relevo” incidem, por assim dizer, ventos e tempestades (o “tempo”). Eles não “aparecem” no mapa, mas modificam profundamente o relevo⁴⁶.

⁴⁶ Michel Serres (1989), a propósito, faz uma instigante reflexão em um ensaio que lembra que o termo tempo é usado para dizer do clima e das temporalidades.

Para insistir na metáfora, caracterizemos os elementos centrais desse relevo que permitem que o jornal coloque o discurso em uma forma. A primeira página é, sem dúvida, elemento central da retórica dos diários. “Membrana” altamente sensível, como diz Mouillaud, é a interface central do jornal com o mundo exterior. Se por um lado apresenta-se como a face mais visível da série virtual em que se constitui a seqüência de edições de um jornal – portanto é um elemento, sobretudo, de marcação da coincidência entre o momento da enunciação do discurso do jornal com o momento dos acontecimentos reportados, de um presente visto como o “hoje” do noticiário – sua construção é dependente da interpretação do momento, de uma caracterização da conjuntura presente, um *kairós*, no sentido de um tempo específico utilizado por Hartog (2001). A composição dos acontecimentos na primeira página, se tem o aspecto evidente de caracterizar um hoje pela sua justaposição sob o marcador da data de publicação, tem o impulso fundamental desse sentido no processo mesmo de recolhimento e de seleção de acontecimentos em função de uma dada ocasião. Minutos mais tarde, a 2ª edição da publicação pode colher em sua primeira página outras escolhas, outras decisões, outros acontecimentos, dar a ver outro relevo jornalístico. Nesse sentido, a primeira página não só produz (e não se trata apenas do “conteúdo” dos fatos relatados) uma temporalidade como revela outras. O jornal (e a primeira página como forma típica desse movimento) inclui o leitor em um mundo de fatos e abre uma cunha nos regimes de temporalidade que esse leitor experimenta, aciona outra temporalidade no presente do leitor, recompondo interpretações do passado e expectativas do futuro. A primeira página renova a presença desse sujeito diante do mundo dos acontecimentos. Dessa forma, os regimes temporais do jornal têm a ver não somente com a informação que se transmite, mas com a maneira como posiciona o leitor na experiência da comunicação jornalística. Posicionado face a este mundo, a primeira página instaura para o leitor “o tempo anterior à leitura do jornal e o que a sucede” (OLIVEIRA, 2006, p.193).

Tomar a página como unidade fundamental de significado implica assumir teoricamente a idéia de que as diferentes matérias significantes no discurso do jornal impresso fazem parte de um texto multimodal, aquele cujo sentido é construído a partir da articulação entre verbal, layout e elementos gráficos. A descrição dessas articulações implica vários níveis diferentes de análise. Baseado nos trabalhos de Kress & van Leeuwen (2001) e de Waller (1987), Bateman et al. (2007) e Delin et al.(2003) propõe cinco dimensões para investigação dos textos multimodais: estrutura de conteúdo, estrutura retórica, estrutura do layout, estrutura de navegação e estrutura lingüística. A estrutura de conteúdo trata do conteúdo proposicional ou o domínio do discurso; a estrutura retórica abarca a relação entre os elementos de conteúdo; o layout caracteriza a posição dos elementos comunicativos na página; a navegação trata de uma disposição particular que orienta a apropriação e leitura do material; por fim o lingüístico versa sobre os elementos verbais que compõem os elementos da página.

Tais camadas dos textos devem ser compreendidas a partir dos constrangimentos do formato, da produção e do consumo. Os textos, nessa perspectiva, são uma composição dessas camadas e dessas restrições. As restrições ou constrangimentos para construção dos textos são análogos à caracterização que Charaudeau (1997; 2006) faz dos três lugares enunciativos da máquina midiática: o lugar das condições de produção, o lugar de construção do discurso e o lugar de interpretação. As “camadas” para análise do texto multimodal se inscrevem no espaço da organização estrutural semio-discursiva, lugar onde o discurso se configura agenciando formas verbais, gráficas, icônicas etc. que serão reconhecidas pelos leitores.

Um ganho analítico central de tais abordagens é a possibilidade de se relacionar os textos multimodais num quadro mais amplo das práticas sociais em que fatores tecnológicos e usos sociais culturalmente convencionados atuam de maneira articulada. Para a análise do jornal diário tal perspectiva é seminal já que permite que nos desvencilhemos de abordagens

deterministas que vêem o quadro atual e a evolução dos modernos diários de informação com base em relações causais estreitas: tão apenas no desenvolvimento tecnológico ou na conservação de práticas culturais normalmente associadas ao suporte. Na primeira vertente, as tecnologias disponíveis “explicam” a obsolescência dos jornais impressos; na outra abordagem, a idéia de que a escrita no domínio da mídia impressa volta-se para a análise em “profundidade”, para um tipo de conhecimento especificamente relacionado ao “meio”: “embora a base tecnológica de um artefato possa mudar, o uso feito desse artefato é fortemente determinado pela prática social e assim pode ser completamente resistente a mudanças de tecnologia” (BATEMAN et al., 2007, p.158). A história do layout e dos formatos dos jornais, por exemplo, é indicativa desse processo.

Tendências atuais no formato dos jornais impressos apontam para uma “tabloidização dos diários”. Jornais tradicionais em diversos países vêm lidando com tal perspectiva há várias décadas. Algumas publicações tradicionais em formato *standard* como os britânicos “The Independent”, “The Times”, “The Scotsman” passaram recentemente a publicar suas edições dominicais em formato tablóide, mesmo com toda a conotação de sensacionalismo historicamente associada a tais formatos na imprensa inglesa. Esse é um movimento que encontra soluções similares em todos os continentes⁴⁷. Em geral, alega-se como motivos a necessidade de inovação do produto, maior conforto para o leitor e redução de custos com o papel. Tais mudanças também aparecem referidas ao universo cultural de um público jovem, que indica tal formato como preferido (o que não se sabe é se isso os transforma em novos leitores...); às mudanças tecnológicas que ao permitir variadas modalidades de publicação

⁴⁷ A forma moderna do jornal, cristalizada a partir da dinâmica das grandes cidades no século XX (lembramos o Brasil dos anos 50 com a reforma gráfica do JB, por exemplo), opera sob uma racionalidade centrada na idéia de funcionalidade da leitura obtida com uma economia de elementos gráficos e uma ordenação sensível da informação (LESSA, 1995). Planejamento prévio do volume de texto a ser distribuído nas páginas, limpeza do desenho da página e sua verticalização, uso do espaço em branco. O texto passa a ser subordinado a um repertório de layouts. Outra referência histórica pode ser vista também no final do século XIX, em Nova York, na disputa entre os editores Joseph Pulitzer e William Hearts, que ampliaram maciçamente a tiragem de seus jornais usando novas técnicas jornalísticas, em particular o uso de títulos horizontais, hierarquização de espaços e títulos e a utilização intensiva de imagens.

(diferentes meios e multiplataformas como no papel e na tela) demandam a adaptação das formas tradicionais; e a própria mudança na forma do relato jornalístico, anunciado como menos fragmentado/recortado e com notícias mais “redondas”.⁴⁸ A verticalização implica em ajustes de escalas – tipográficas e de diagramação – para assegurar a legibilidade da publicação, bem como redução da quantidade de conteúdo informativo. As conseqüências de tal empreitada, entretanto, têm sido desiguais, com alguns diários ampliando sua tiragem e outros perdendo ainda mais leitores.

Com isso, a especificidade da linha editorial de cada publicação não oblitera as inúmeras similaridades existentes no formato jornalístico dos periódicos⁴⁹. A tabela a seguir, por exemplo, permite identificar os quatro jornais em análise nesse trabalho segundo formatos correntes na imprensa mundial:

TABELA 1
Formato de jornais segundo o tamanho da página

COMPARATIVO DO FORMATO DOS JORNAIS EM MILÍMETROS		
Standard europeu tradicional	Die Zeit (Alemanha)	575x400
	The Times (Reino Unido)	595x370
	Politiken (Dinamarca)	563x397
	The New York Times (EUA)	562x345
Standard Americano	Usa Today (EUA)	558x316
	National Post (Canadá)	580x316
	Estado de Minas	545x316
	Agora	545x316
	Folha de S.Paulo	545x316

⁴⁸ Como explica Sodré (1996), “impõe-se cada vez mais aquilo que alguns chamam de *notícia redonda*, ou seja, a notícia em que o fato básico faz-se acompanhar de outros complementares, capazes de ampliar o seu raio informativo (quadro mais amplo e explicativo do acontecimento)”.

⁴⁹ Obviamente, seria muito importante um recorte que distinguisse nas páginas dos jornais elementos outros que não o discurso jornalístico. Nas atuais publica es, onde se avizinham matérias jornalísticas e publicitárias em situa o de confronto, complementaridade ou de ignorância mútua, certamente as intera es entre o discurso jornalístico (inclusive suas modula es, como encartes diversos, revistas etc.) e outros discursos   essencial para caracteriza o do meio do jornal.

	O Globo (Brasil)	545x316
Tablóide europeu	El País (Espanha)	410x290
	Daily Mail (Reino Unido)	422x290
Tablóide Americano	News Day (EUA)	360x280
	Clarín (Argentina)	380x277
Berlinês europeu	Le Monde (França)	470x323
	La Reppublica (Itália)	470x314



Ilustração 1: Comparativo do formato e tamanho de jornais

Da mesma maneira, diferentes aspectos do layout contemporâneo dos jornais diários de informação podem ser utilizados para evidenciar essa complexa articulação de fatores que explicam a forma das publicações. Na década de 80 do século passado, acentuou-se um processo de modificação da morfologia do jornal impresso em que a linguagem verbal escrita,

a linguagem fotográfica, a linguagem gráfica e a linguagem diagramática passam a ser fortemente ancoradas por uma ênfase no domínio estético, de uma maior plasticidade gráfica dos diários. Desenvolve-se sobremaneira as combinações entre recursos fotográficos, formas ilustrativas, cromatismo e um design “topográfico” da página. Capitaneado por uma introdução maciça de recursos tecnológicos informatizados, o jornalismo impresso é levado, como no passado, a transformar seus textos, inclusive a forma básica notícia, que passa a comportar diagramas pouco usuais, recapitulações, quadros e toda sorte de infografias. O investimento no desenvolvimento de uma nova legibilidade aprofunda-se com uma espécie de nova “renascença” no âmbito da tipografia e a velocidade de desenho que favorece o abandono de páginas com modelos mais rígidos para *templates* mais flexíveis. Se há quase três décadas uma idéia da linguagem da televisão serviu de referência para essas mudanças (ganhou peso a diagramação recortada/fragmentada, a organização do jornal como uma “refeição *à la carte*” em que primeira página operava como menu, e um intenso processo de cadernização do jornal em que os assuntos de uma edição deveriam repartir-se entre diferentes leitores), contemporaneamente, a reconfiguração da “ecologia midiática” obriga o jornal a novo movimento de reordenação do layout: começam a aparecer áreas, zonas temáticas menos delimitadas e mais cruzadas no interior das publicações em uma reorganização dos conteúdos; refaz-se a apresentação das hierarquias dos assuntos de forma a tornar mais nítidos os conjuntos temáticos agrupados e diferentes procedimentos de leitura; a página passa a incorporar elementos fortemente nucleadores que favorecem uma apresentação agrupada dos acontecimentos (visualmente as páginas passam a se parecer com verdadeiros pôsteres).

Dessa maneira, a análise da forma jornal tem, pois, que considerar os condicionantes produzidos a partir das relações entre as novas tecnologias da informação e a atividade jornalística, das mudanças no sistema midiático que levam um texto hegemônico de um *medium* a provocar mudanças nos outros, e das pressões do mercado consumidor cuja

percepção é hegemonizada por idéias de um “texto leve e agradável”, por toda a atmosfera sedutora do consumo.

8.3 A articulação das matérias significantes na visualidade do dispositivo

A abordagem da materialidade do jornal a partir da identificação das diferentes unidades visuais que o compõem, da maneira como são dispostas ao longo das páginas e da análise da sua estrutura retórica e de navegação que se distribuem articuladamente pelo conjunto da publicação, permitem definir a especificidade de operação do dispositivo jornal.

O impresso está necessariamente articulado ao tema da escrita, o que faz com que muitas das suas questões apareçam como derivações dessa problemática. Uma das mais recorrentes é a idéia de que a escrita, por um lado, é uma extensão da fala, sua otimização, e por outro que representa a fala (PARRET, 1995; OLSON, 1997). Esse paradigma fonocentrista esquece a dimensão da escrita como técnica gráfica e que quando dizemos “o impresso”, tratamos na verdade de uma sinestesia que faz fusionar diferentes técnicas em um sentido comum. A linguagem do jornal impresso pertence ao sistema visual e combina linguagem verbal escrita, linguagem gráfica, linguagem fotográfica

Esse sentido comum se dá, dentre outras dimensões, pelo arranjo plástico dos elementos verbo-visuais em estratégias que visam assegurar a constituição de uma identidade da publicação. Distribuídas em domínios temáticos ou pela natureza da informação publicada, o material jornalístico no jornal impresso encontra-se enfeixado em grandes unidades, os cadernos e editorias. São invariantes que organizam o jornal na sua aparição diária e na sua projeção semanal. Sua articulação tem como base um projeto gráfico que organiza a distribuição das informações e oferece uma unidade visual ao conjunto. O formato da publicação e a maneira como constrói a estrutura de base da página por meio de um diagrama organizado em colunas produzem os elementos para assegurar tal unidade, pois determinam

um modo de leitura e permitem a percepção simultânea e não sucessiva das unidades de informação.

A composição das matérias com o recurso da tipografia, de formas geométricas básicas e de elementos cromáticos, estrutura a linguagem do jornal e arremata a visibilidade das informações na página, o seu plano de expressão (OLIVEIRA, 2006). Por meio de um jogo combinatório desses elementos, a distribuição do material jornalístico se dá nessa superfície construindo zonas mais ou menos estáveis de significação: a primeira página, o sistema de títulos, os lides das matérias, a disposição das fotografias, as modalidades de relação entre texto verbal e fotografia. Nessa perspectiva, assumimos, por exemplo, os títulos em um jornal como parte de um texto jornalístico articulado sob a forma de um sistema complexo composto por uma topografia, uma tipografia, um paratexto e um texto. Verón (2004b) evidencia tal abordagem ao tomar os títulos como unidade de análise – “um fragmento discursivo qualquer que tenha sido proposto como unidade por obra da organização material dos discursos sociais (página, uma capa, um artigo, um livro um título etc.)” (2004b, 137). Verón chama de “*encuadre discursivo*” a tudo que rodeia o texto propriamente dito: título, subtítulo, imagens etc. O conjunto de relações que compõe o agrupamento dos títulos resulta em uma verdadeira rede argumentativa. Tais agrupamentos realizam operações de inferências, que convidam o leitor a recorrer a elementos que o conduzem inevitavelmente a uma conclusão. É um movimento e a “segregação espacial das unidades-títulos tem o objetivo de criar a distância que fará possível esse movimento” (2004b, 153).

Essa moldura pode ser também chamada, segundo outras perspectivas de abordagem no âmbito da Análise do Discurso ou mesmo das teorias da literatura, de a perigrafia do texto, algo da ordem daquilo que não está nem dentro nem fora, que compreende uma série de elementos que o envolve, como a moldura fecha o quadro com um título, uma assinatura ou

uma dedicatória. São “entradas” no texto (artigo), que permitem julgá-lo, avaliá-lo sem se ter propriamente “entrado” nele.

A perigrafia é uma zona intermediária entre o fora do texto e o texto. É preciso passar por ela para se chegar ao texto. Ela escapa, ainda que pouco, à imanência do texto, não que lhe seja transcendente (não é uma perigrafia suplementar), não segue-o, situa-o no intertexto (COMPAGNON, 1996, p.70).

Para Compagnon, a perigrafia atua como uma cenografia para o texto, em alguma medida imobiliza-o, constitui-lhe uma silhueta. Tal perspectiva, esposada por Mouillaud, é bem desenvolvida por Genette (1989) para quem essa perigrafia é parte de um paratexto e atua como um lugar de transição e de transação do sentido, “‘zona indecisa’ entre o de dentro e o de fora, sem limites rigorosos, nem em direção ao interior (texto) nem ao exterior (o discurso do mundo sobre o texto)” (1989, p.8). O paratexto é, assim, um lugar, uma “zona”, uma categoria espacializante. Genette distingue duas dimensões no conceito de paratexto: o epitexto, que reúne os elementos que envolvem a obra e lhe são exteriores (entrevistas, lançamentos etc.) e o peritexto, conjunto das produções que circundam o texto (capa, formato da página, prefácios, dedicatórias, assinaturas, títulos etc.). Funcionalmente, um elemento do peritexto está sempre subordinado ao seu texto e tem não só significados econômicos, mas significações culturais. Segundo Genette, o título é, sobretudo, um objeto de circulação e de apelo aos destinatários que possui três funções: designação, indicação do conteúdo, sedução do público. O título pode visar tanto o conteúdo temático do texto ou mesmo sua forma (artigo, etc.). A identificação é sua característica mais importante, porém não se deve desconsiderar que o título é, também e necessariamente, uma maneira de “embrulhar” as idéias. A noção de peritexto tem aqui um forte apelo à função de intermediário.

O texto e seu peritexto, esse sistema e suas relações, têm diferentes níveis e deve ser visto como uma totalidade (ADAM, 1999), um sistema em que cada unidade lingüística deve ser investigada em relação de interdependência com outras. Isso permite reconhecer a complexidade pragmática da circulação material e das condições de produção de um texto.

Resta a questão muito delicada da delimitação exata do início e do fim de um texto. (...) É necessário considerar os elementos peritextuais como partes da unidade complexa texto. (...) Um grande número de enunciados são determinados pela operação de segmentação textual (global) que constitui um texto em unidade linguageira (ADAM, 1999, p.80).

Essa perspectiva analítica nos oferece, pois, uma compreensão do texto jornalístico na imprensa escrita como uma totalidade de significação que transcende o corpo da matéria. O texto jornalístico é um todo constituído por meio de uma diagramação, uma forma tipográfica, uma série de elementos peritextuais e o texto propriamente (LUGRIN, 2001). O texto no jornal é, ao mesmo tempo, uma disposição (sua caracterização como um elemento gráfico na página), uma composição (sua construção através de linguagens específicas) e uma justaposição (a combinatória dos diferentes elementos e o estabelecimento de relações entre eles).

Na sua composição na página serão tais elementos (peritextuais, co-textuais e propriamente materiais) que permitirão a construção de uma interseção entre aquilo que se reporta e os elementos propriamente textuais, articulando as intenções expressivas da publicação, os constrangimentos materiais do dispositivo e as modalidades de acesso do leitor. Por meio da economia específica de enunciação que tais elementos também viabilizam, interessa-nos a representação das temporalidades que o dispositivo jornal irá constituir em suas redes de relacionamento.

Em geral as mudanças na forma visual das notícias mantêm uma relação complexa no quadro dos diferentes suportes midiáticos. Contemporaneamente, tende-se a atribuir à televisão e à internet pesos significativos na configuração gráfica dos jornais impressos. As diferentes abordagens teóricas apontam uma articulação de elementos da cultura, da tecnologia e sociais para compreender as diferentes mudanças que tais meios enfrentam (DEBRAY, 1993). Apontam inclusive para tendências no desenvolvimento de elementos de

linguagem que não são mais exclusivos de um ou outro meio mas muitas vezes ligados a discursos específicos, como o discurso da informação jornalística. Títulos, por exemplo, saltaram das páginas dos jornais para barras dinâmicas que “rolam” horizontalmente na tela da televisão. Ícones que povoam websites organizam a leitura no jornal impresso. Algumas dessas tendências se impõem com maior vigor na reformulação das páginas do jornal: o incremento das relações entre as novas tecnologias da informação e a atividade jornalística, as mudanças no sistema midiático que levam um texto hegemônico de um *medium* a provocar mudanças no outro, e as pressões do mercado consumidor. Tais condições têm feito com que o jornal, do ponto de vista de sua morfologia, passe a realizar uma articulação entre a linguagem verbal escrita, a linguagem fotográfica, a linguagem gráfica e a linguagem diagramática com ênfase em uma plasticidade gráfica. Se com Debray (1994) compartilhamos a idéia de que forma é significado, esses arranjos formais – a escolha de um caractere, o formato, a paginação etc.– são constitutivos da própria mensagem e antecipam o estatuto social do que se apresenta à leitura. Os próprios jornais anunciam seu novo quadro: a “Folha de S. Paulo” diz que “o jornalismo terá de fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior à do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar. É recomendável que a gama de assuntos a serem cobertos até mesmo se reduza em alguma medida, desde que em contrapartida sua seleção seja mais pertinente, e o tratamento que receberem, mais compreensivo” (MANUAL, 2001, p.15). O Globo, por sua vez, assevera que “transformamos radicalmente a forma gráfica do jornal, até então mais ‘noticiarista’, com a publicação de grande quantidade de notícias, numa tentativa de divulgar maior número de fatos possível. A nova feição do jornal contempla reportagens ocupando maior espaço, com textos longos e de bom estilo, com uma hierarquização de notícias mais bem delineada, como

requer um jornalismo que se pretende profundo e analítico”⁵⁰. Em um mundo dotado de meios que vão cada vez mais depressa, os jornais fazem certo “elogio da lentidão”⁵¹.

As intervenções anteriormente mencionadas indicam que o jornal impresso reconhece a necessidade de uma gestão mediática do tempo de acordo com uma lógica de fluxos que se acelera cada vez mais. Entretanto, como destaca Marc Lits (2000), não se deve esquecer que outros ritmos organizam também os meios de comunicação e sua combinação define as peculiaridades de cada dispositivo. No que se refere à forma do jornal, ela é, por meio da visualidade, uma escala ou dimensão específica de um modo de organização do discurso que possui diferentes maneiras de expressar temporalidades.

⁵⁰ Conferência do editor do jornal “O Globo”, Ali Khammel, no III Congresso Internacional de Jornalistas de Língua Portuguesa em abril de 1997. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/pretextos/khammel.html>

⁵¹ A expressão foi utilizada pelo jornalista José Castello nos final dos anos de 1980 para falar do novo lugar dos jornais frente ao desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação.

9. Como analisar o sistema temporal do jornal diário?

Indicamos nessa seção alguns elementos metodológicos utilizados no trabalho de investigação, os instrumentos de produção dos dados, a empiria selecionada, bem como as categorias de análise.

Como discutimos anteriormente em nosso quadro de referência analítico, o dispositivo e as narrativas constituem o discurso jornalístico que opera com duas dimensões articuladas, o espaço das limitações e o terreno das estratégias, conforme Charaudeau (1997). A primeira é normativa e de natureza externa, referindo-se às limitações da realidade psicossocial e lingüística e indica o pertencimento do sujeito e do discurso a um espaço externo pré-determinado, a um dado campo de constrangimentos situacionais. A outra é estratégica, interna, marcada por constrangimentos discursivos, lugar de intervenção de um sujeito que deixa marcas na construção do enunciado. A significação discursiva é determinada pela dinâmica de interdependência dessas duas instâncias. Os sentidos estão na relação visada e não no texto em si. A enunciação diz desse modo particular de articulação do discurso que, no caso do nosso objeto de pesquisa, tem na dimensão temporal uma das maneiras de se constituir.

Nossa questão pretende articular o estudo do discurso jornalístico, de produtos jornalísticos específicos e um meio/dispositivo particular. Para isso identificamos e analisamos os diferentes posicionamentos do discurso jornalístico do jornal impresso diário, percebendo o jornal como um conjunto, uma totalidade de significação coerente que articula diferentes matérias significantes (layout, textos, fotografias etc.) para caracterizar o sentido que emerge desse discurso.

Dessa maneira, estamos entendendo o jornal como uma forma: os leitores não se defrontam jamais com textos abstratos, ideais, desprendidos de toda a materialidade: manejam ou percebem objetos e formas cujas disposições e modalidades governam a leitura

procedendo à possível compreensão do texto lido. Não existe compreensão de um texto que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor. O dispositivo prepara a leitura abrindo um “horizonte de expectativas”. (MOUILLAUD, 1997, p.29-36).

A perspectiva metodológica procura então dar conta de um recorte empírico e de um trabalho analítico cujo movimento de apreensão incide sobre a materialidade simbólica da comunicação e no que ela traz marcadas as instâncias de produção e recepção. Na concepção de Charaudeau (1997, p.76), pretendemos “analisar a forma pela qual se coloca em circulação os discursos sociais (descrevendo) os constrangimentos situacionais e discursivos dos contratos de comunicação nos quais se inserem e tomam sentido e os tipos de estratégias que aparecem de forma recorrente no interior do campo contratual”. Mas não se trata de todo e qualquer constrangimento e estratégia discursivos. Partimos da compreensão da temporalidade como um elemento chave na compreensão do discurso do jornal e para tal indagamos de maneira mais específica se: 1) o problema do tempo pode ser admitido como uma restrição à atuação dos interlocutores na construção do discurso do jornal diário? e; 2) o tempo pode fundamentar o espaço de estratégias desses sujeitos discursivos inscritos no discurso do jornal?

A relação de temporalidade não se dá no jornal unicamente pela configuração narrativa do texto verbal. Para além do mundo do escrito, outros circuitos de natureza temporal estão como que aí enganchados. Há, pois, diferentes sentidos de tempo no dispositivo jornal agenciados sob diferentes maneiras (a narrativa do “presente”, a periodicidade, o tempo sugerido à leitura, a moldura do jornal na experiência cotidiana do leitor). O jornal pode ser configurado então como uma situação de comunicação específica em que importa analisar como a atualidade aparece caracterizada em sua dimensão situacional, em suas restrições discursivas e em suas restrições formais.

Assumimos então a perspectiva de Tétu (2000, p.92) que pretende analisar a forma mediática de encenação desses acontecimentos os quais chamamos atualidade para examinar a referência ao tempo que essa atualidade induz ou constrói. Em particular, almejamos verificar como tal processo se dá nos modos do discurso jornalístico em jornais diários impressos, como aí a forma notícia se vale de fatores temporais para sistematizar o mundo e produzir o tipo de sentido culturalmente relacionado à informação de atualidade.

Mas como caracterizar as referências ao tempo na informação de atualidade? Informação de atualidade é entendida aqui como uma modalidade de representação factual de saberes sobre o estado atual do mundo, tematicamente ordenados e destinados à circulação junto a certo público por meio de um relato. Em certo sentido, nos aproximamos da noção de notícia de Charaudeau: “conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e pode ser diversamente tratado” (2006, p.132). Interessa-nos verificar como os elementos temporais tomam parte das estratégias de encenação da informação de maneira a construir essa informação de atualidade, a construir o acontecimento significado. Ou seja, esses discursos narrativos de natureza factual se valem de diferentes operações semiolinguísticas para alcançar o objetivo de fazer um relato da atualidade que seja tomado pelos leitores como uma representação da realidade.

Nesse sentido, seguimos com Charaudeau considerando a atualidade como um critério de construção do acontecimento jornalístico compreendendo de forma mais abrangente a noção de que a atualidade dá conta daquilo “que ocorre numa temporalidade co-extensiva à do sujeito-informador-informado” (2006, p.150). A discussão teórica feita no início do trabalho deve agora buscar indicar categorias que permitam tratar o problema da temporalidade na notícia articulando as dimensões dos valores-notícia, do enquadramento e da narrativa jornalística no próprio modo de organização do discurso da notícia. Os elementos

temporais da informação de atualidade serão relacionados transversalmente ao domínio de atividades, à caracterização de um acontecimento como implicado na modificação de um estado do mundo, e à maneira como as informações são reportadas, o seu relato. Nesse sentido, adaptamos as questões postas por Charaudeau como maneira de indicar um quadro para a análise do nosso problema: Como a temporalidade toma parte nos princípios de seleção dos fatos? Quais são os modos dos elementos temporais tomarem parte do recorte midiático do espaço social? Como a temporalidade interfere na caracterização das informações prestadas pelas fontes? Como a temporalidade incide no modo de organização do discurso da informação, da notícia?

Trabalhamos com a hipótese de que a representação do tempo no acontecimento jornalístico produz uma temporalidade da notícia nos jornais impressos diários expressa por uma informação de atualidade marcada pela idéia de “presentismo”, uma forma de pensar a notícia a partir de uma equivalência entre a experiência do tempo presente e a atualidade. Algumas noções teóricas são chaves para explicitar o quadro operacional da pesquisa:

- Acontecimento jornalístico, entendido como o conjunto de informações referido a um universo temático que se apresenta com um caráter de novidade e que pode receber diferentes modalidades de tratamento.
- Temporalidade da notícia, que diz dos fatores discursivos que definem a atualidade como quadro temporal de produção/reconhecimento da informação jornalística.
- Informação de atualidade, por sua vez, refere-se à representação factual de saberes sobre o estado atual do mundo, tematicamente ordenados e destinados a circulação junto a certo público por meio de um relato.

A partir dessas definições buscamos caracterizar o “sistema temporal” no conjunto da amostra de jornais impressos em dois níveis básicos de análise: a identificação da forma

jornal e a análise da narrativa da notícia. No primeiro caso, assumindo que um “enunciado mediático é o produto heterogêneo e complexo da interrelação entre diferentes planos de estruturação” (ADAM, 1997, p.16), realizamos uma análise temática (“famílias de acontecimentos”) das publicações e da estrutura de composição dos elementos textuais e peritextuais dos jornais. Na análise discursiva da narrativa enfocamos as matérias verificando como no seu modo específico de composição atuam os elementos temporais.

9.1 Os dados produzidos

No estudo empírico, analisamos quatro jornais diários generalistas de acordo com sua proposta de abrangência em termos de público/área de circulação: os dois de maior circulação no país, representativos da grande imprensa nacional (Folha de São Paulo e O Globo) e de praças diferentes (Rio de Janeiro e São Paulo)⁵², o principal jornal de Minas Gerais, em termos de prestígio e tiragem⁵³ (Estado de Minas) e o de maior circulação em uma micro-região (Agora, de Divinópolis, região centro-oeste de Minas Gerais)⁵⁴. Foram coletadas no ano de 2005 sete edições, não sequenciais mas de cada diferente dia da semana, dos quatro jornais, totalizando 27⁵⁵ edições (ver quadro 2)⁵⁶. Isto nos permitiria verificar diferenciações

⁵² Os diários Folha de S. Paulo e O Globo são dois dos mais tradicionais jornais brasileiros da atualidade. Sediados em cidades diferentes, se apresentam, sobretudo, como periódicos de circulação e abrangência nacional, com linhas editoriais voltadas para o noticiário do país e internacional, além do tratamento secundário de temas locais. O ângulo de abordagem das duas publicações as coloca como típicos “jornais de referência”, cujo público leitor é integrante de classes e segmentos sociais de maior poder aquisitivo e vinculados a estratos da elite econômica e cultural. Em 2004, segundo dados do Instituto Verificados de Circulação (IVC), Folha de S. Paulo e O Globo eram os dois jornais brasileiros de maior circulação.

⁵³ Até 2005 o jornal Estado de Minas ocupava tal posição, verificando-se no ano seguinte a supremacia em termos de tiragem do jornal Super Notícias, publicação de corte mais popular e de uma empresa local que também publica o jornal O Tempo, de perfil editorial similar ao Estado de Minas.

⁵⁴ Fundado em 1º de junho de 1971.

⁵⁵ Nessa ocasião o jornal Agora não circulava às segundas-feiras.

⁵⁶ Esse tipo de seleção de material para análise é comumente chamado de “semana construída” e, apesar de derivado de uma metodologia própria à análise de conteúdo, acreditamos satisfatório para caracterizar editorialmente uma publicação em várias de suas dimensões. Uma referência importante desse tipo de abordagem é o trabalho de Jacques kayser (1982), voltado para uma análise comparativa dos diferentes elementos de composição e do conteúdo de jornais impressos, e ainda hoje inspiradora de inúmeras estratégias metodológicas para análise do discurso midiático.

que possam ocorrer em virtude dos dias específicos (a edição dominical é particularmente exemplar das mudanças que vem ocorrendo nos jornais diários)⁵⁷.

Nome do jornal	Data de publicação	Dia da publicação
Folha de S.Paulo	8/5/2005	Domingo
O Globo	8/5/2005	Domingo
Estado de Minas	8/5/2005	Domingo
Agora	8/5/2005	Domingo
Folha de S.Paulo	16/5/2005	Segunda
O Globo	16/5/2005	Segunda
Estado de Minas	16/5/2005	Segunda
Folha de S.Paulo	24/5/2005	Terça
O Globo	24/5/2005	Terça
Estado de Minas	24/5/2005	Terça
Agora	24/5/2005	Terça
Folha de S.Paulo	1/6/2005	Quarta
O Globo	1/6/2005	Quarta
Estado de Minas	1/6/2005	Quarta
Agora	1/6/2005	Quarta
Folha de S.Paulo	9/6/2005	Quinta
O Globo	9/6/2005	Quinta
Estado de Minas	9/6/2005	Quinta
Agora	9/6/2005	Quinta
Folha de S.Paulo	17/6/2005	Sexta
O Globo	17/6/2005	Sexta
Estado de Minas	17/6/2005	Sexta
Agora	17/6/2005	Sexta
Folha de S.Paulo	25/6/2005	Sábado
O Globo	25/6/2005	Sábado
Estado de Minas	25/6/2005	Sábado
Agora	25/6/2005	Sábado

Quadro 2: Jornais pesquisados e dia da publicação

Em seguida, procedemos a uma observação dos jornais em sua totalidade; à identificação do horizonte de referência temático dos jornais e dos operadores temporais

⁵⁷ Aqui cabe uma observação importante em relação ao material recolhido. Estudamos efetivamente a versão impressa dos jornais ainda que, em alguns momentos, tenhamos recorrido ao material disponibilizado na versão on-line para recuperar algumas informações ou mesmo “capturar” imagens que poderiam ser utilizadas na análise. Dependendo da natureza do estudo, é importante verificar se a versão on-line corresponde àquela que foi impressa. No nosso caso, várias matérias do corpus escolhido apresentam elementos diferentes na versão impressa e online, muitas vezes com mudanças significativas em relação principalmente ao texto publicado. O que pareceria uma obviedade, a nosso ver deve ser enfatizado: manipular efetivamente o material da forma como foi impresso é essencial para a pesquisa com esse suporte.

presentes no discurso, tanto aquele de natureza verbal quanto aquele proposto em outras matérias significantes (fotografias, diagramação etc.); à análise da articulação sintática presente nos diferentes materiais lingüísticos caracterizando o uso dos tempos verbais; forma do discurso; presença dos advérbios, preposições e conjunções temporais; à caracterização das formas discursivas presentes nos materiais não lingüísticos e sua maneira de constituir uma dimensão temporal ao fazer o relato do acontecimento; à análise da organização semiótica do diferentes elementos da linguagem do jornal e a relação entre eles como estratégia para evidenciar uma dimensão temporal do discurso jornalístico⁵⁸.

Dentre as razões para definição desse grupo de jornais diários impressos está uma similitude quanto às características discursivas das publicações (referentes a um mesmo domínio, o da informação midiática; a uma mesma situação de comunicação jornalística; definidos por restrições discursivas similares) no âmbito do seu contrato de comunicação, o que permite uma aproximação contrastiva entre eles, verificando em que medida contextos específicos podem induzir a construção de formas discursivas diferenciadas no aspecto da dimensão temporal - ou seja, de que maneira 1) a finalidade, o fim específico que o contrato visa assegurar; 2) a identidade dos parceiros; e 3) o meio utilizado, que atuam como parâmetros recursivamente determinantes em que a escolha de um dos elementos conforma as possibilidades de relação com os demais, nos permitem entender as referências ao tempo no âmbito de cada publicação.

Escolhidos os jornais, o passo seguinte consistiu em propor uma leitura das publicações que pudesse permitir a caracterização de um sistema temporal que articula o (e se

⁵⁸ Ainda que tenhamos categorizado o material fotográfico, percebemos que sua análise demandaria um esforço interpretativo para muito além da construção teórica que se realizou nesse trabalho. Não só Barthes e Verón, mas também toda uma literatura em torno da semiótica, das teorias da imagem, da fotografia e do fotojornalismo precisaria ser mobilizada para dar conta de um trabalho consistente de análise que incidisse sobre as diferentes questões relativas à temporalidade que o discurso fotográfico sugere. Sem isso não seria possível “reposicionar a imagem no conjunto de outras matérias significantes e analisá-las a partir de uma rede interdiscursiva da produção desentido que é social, infinita e histórica” como postula Ferreira (2004).

articula no) seu discurso jornalístico. É preciso reconhecer que muitas vezes o trabalho com o discurso jornalístico no suporte impresso apresenta-se como uma primeira escolha feita pelo pesquisador menos por razões teóricas do que por uma percepção de que se torna mais fácil metodologicamente administrar o trabalho de análise no universo do discurso escrito. Em geral, a nosso ver, incorre-se aí em uma perspectiva bastante reducionista de compreensão do discurso escrito, visada sobretudo por um tipo de análise de conteúdo. Vertentes da Análise do Discurso procuram ir além desse método, de analisar a notícia em torno da padronização dos textos com base em conteúdos, para uma abordagem que se vale dos materiais como textos complexos cujos suportes são inseparáveis dos sentidos que constroem. Uma perspectiva teórico-metodológica que aponta nessa direção é a de Kress e van Leeuwen (2001). Com uma formulação de matriz semiótica esses autores mostram que a análise do discurso do jornal deve levar em conta um objeto que é constituído por textos multimodais.

Em tal perspectiva teórica, é preciso que se analise não apenas a língua mas os diferentes modos de expressão (gestualidade, fala, imagens, a escrita, cores, música) que compõem os textos. Os discursos aparecem integrados em um ato comunicativo por meio de um desenho particular.

“O desenho se encontra a meio caminho entre o conteúdo e a expressão. É o lado conceitual da expressão e o lado expressivo da concepção. Os desenhos são (usos de) recursos semióticos, em todos os modos semióticos e combinações de modos semióticos. Os desenhos são meios de realizar discursos no contexto de uma dada situação de comunicação”. (KRESS & van LEEUWEN, 2001, p.5)

Essa configuração – uma forma particular assumida pelo conjunto dos textos, cada um em sua especificidade e na sua relação com os demais – apresenta-se como o aspecto central da análise. Os diferentes elementos presentes no jornal, que vão daqueles propriamente lingüísticos até os paratextuais, assumem uma significação peculiar já que não se deixam apreender isoladamente, mas sempre em relação uns aos outros. Fotografia, chamadas, títulos,

por exemplo, compõem sentidos numa relação de tensão dinâmica (complementaridade, contraste, contradição etc.).

Para os objetivos desse trabalho, relacionados à caracterização do sistema temporal do jornal, um recorte que permitisse, ao mesmo tempo, reconhecer a sua complexidade discursiva e produzir um trabalho metodológico satisfatório, foi o de buscar a primeira página do jornal em sua relação com o restante da publicação. A primeira página do jornal, sua “membrana mais sensível” como caracteriza Maurice Mouillaud, tem recorrentemente sido utilizada como unidade de análise para a investigação do discurso jornalístico. As analogias nesse caso são variadas: vitrine, mapa, embalagem etc., cada uma delas apela a uma ação expressiva como sedução do leitor, guia de orientação da leitura, sumarização do conteúdo. Se a primeira página pode ser tomada isoladamente como unidade de análise, para os objetivos desse trabalho tal procedimento se mostraria insuficiente. A primeira página é a culminância, do ponto de vista do sistema temporal, de marcação do discurso do jornal como um presente da enunciação: reúne na espacialidade da sua página uma diversidade de referências a acontecimentos marcados por uma unidade temporal superior que é a do hoje da publicação. Aí devem sempre coincidir o momento da enunciação, o momento da referência e o momento do acontecimento. Trata-se, porém, de um primeiro gesto. À medida que se escava esse “sítio”, vão se abrindo outras peças temporais não só âmbito da própria primeira página mas, sobretudo, nas pontes que lança para o restante da edição, suas páginas internas.

Nesse sentido, para os objetivos desse trabalho, elegemos nossa unidade de análise a partir de certa relação entre a primeira página e as matérias do jornal que ali foram referidas por chamadas específicas, passando a contrastar e analisar os elementos lingüísticos e não-lingüísticos para descrever as relações temporais que o jornal constrói em suas diferentes edições. As matérias, tomadas a partir de seu sistema de títulos e a narrativa composta no artigo, são os elementos enfocados na análise.

A opção por não construir uma série contínua de edições deveu-se ao objetivo de buscar analisar os diários naquilo que têm de cobertura cotidiana e ordinária, uma lógica não “estremecida” por um “acontecimento monstro” que subverte a produção rotineira das notícias podendo transformar uma edição do jornal em praticamente uma edição especial voltada para a cobertura de um determinado tema. Entretanto, a temporalidade do jornal é inseparável de sua periodicidade, o que buscamos garantir mantendo no corpus a referência a cada dia da semana em particular, que a nosso ver diz muito da lógica discursiva de uma dada publicação. Assim, buscamos caracterizar elementos do sistema temporal a partir de um nível do texto da matéria e no nível múltiplo do texto inteiro do jornal.

Então, definido o universo dos jornais, o trabalho seguinte foi o de identificar o conjunto das matérias que seriam objeto de análise. Nesse particular, excluímos do material eventuais textos caracterizados como do gênero opinativo (editoriais e colunas assinadas), a não ser que merecessem chamada na primeira página caracterizando-os como se fossem uma notícia. No primeiro caso são textos fixos da publicação, ainda que se refiram a algum material publicado no dia. Ou seja, artigos de opinião foram considerados desde que produzidos especificamente em função do acontecimento ou notícia publicada e com a respectiva chamada na primeira página.

Em função dessa estratégia chegamos a um total de 27 primeiras páginas que remeteram para 285 matérias, muitas vezes compostas por várias unidades redacionais distintas (retrancas, box, infográfico etc.). Identificamos também aquelas chamadas que diziam respeito a cadernos não publicados diariamente pelos jornais e que indicam uma maneira particular de conceber o fluxo temporal da publicação.

Nome do jornal	Data de publicação	Dia da publicação	nº de chamadas	nº cadernos
Folha de S.Paulo	8/5/2005	Domingo	12	3
O Globo	8/5/2005	Domingo	11	3
Estado de Minas	8/5/2005	Domingo	13	4
Agora	8/5/2005	Domingo	7	0
Folha de S.Paulo	16/5/2005	Segunda	13	2
O Globo	16/5/2005	Segunda	11	1
Estado de Minas	16/5/2005	Segunda	12	1
Folha de S.Paulo	24/5/2005	Terça	11	0
O Globo	24/5/2005	Terça	13	1
Estado de Minas	24/5/2005	Terça	14	2
Agora	24/5/2005	Terça	5	0
Folha de S.Paulo	1/6/2005	Quarta	10	1
O Globo	1/6/2005	Quarta	11	3
Estado de Minas	1/6/2005	Quarta	11	1
Agora	1/6/2005	Quarta	6	0
Folha de S.Paulo	9/6/2005	Quinta	11	2
O Globo	9/6/2005	Quinta	11	1
Estado de Minas	9/6/2005	Quinta	13	1
Agora	9/6/2005	Quinta	9	0
Folha de S.Paulo	17/6/2005	Sexta	10	0
O Globo	17/6/2005	Sexta	8	1
Estado de Minas	17/6/2005	Sexta	10	1
Agora	17/6/2005	Sexta	7	0
Folha de S.Paulo	25/6/2005	Sábado	11	1
O Globo	25/6/2005	Sábado	14	4
Estado de Minas	25/6/2005	Sábado	12	2
Agora	25/6/2005	Sábado	7	0
Total			283	35

Quadro 3: Número de matérias apuradas na amostra e número de matérias com chamadas de cadernos não diários

Em seguida apuramos a maneira de organização das matérias com chamada na primeira página considerando o número de unidades redacionais da matéria, todos os elementos significantes mais relevantes para construção do significado da notícia e que poderiam se constituir em elementos individualizáveis (chaves de leitura). Os elementos caracterizados foram: 1) título principal da matéria; 2) antetítulo⁵⁹; bigode ou subtítulo; 3) versal; 4) fotografias; 5) infográficos; 6) olho; e 7) ilustrações, que totalizaram 3030 unidades

⁵⁹ Em algumas regiões do país eles podem ter o nome de chapéu ou cartola.

significantes distintas. Depois da leitura do conjunto, para efeito de análise foram considerados os elementos referidos à unidade textual principal, aquela que organiza e hierarquiza o conjunto dos textos.

TABELA 2
Quantidade de matérias significantes relacionadas ao texto principal da matéria

Jornal	Antetítulo/subtítulos	Versal
Folha de S. Paulo	74	64
O Globo	84	29
Estado de Minas	74	64
Agora	13	8
Total	235	165

O conjunto dos elementos, considerados três grandes agrupamentos como fotografias, infografias e o material verbal, alcançou as seguintes quantidades:

TABELA 3
Quantidade de matérias significantes nos jornais pesquisados

Jornal	Fotografias	Infográficos	Material verbal
Folha de S. Paulo	135	73	618
O Globo	358	19	890
Estado de Minas	185	13	606
Agora	36	0	97
Total	714	105	2211

Procedemos também a uma caracterização das editoriais/cadernos específicos e a uma listagem de assuntos que poderiam identificar os temas das matérias. Foram identificados 34

universos temáticos (assuntos) no conjunto das matérias. O número de cadernos/editorias nos jornais variou da seguinte maneira

TABELA 4
Número de cadernos por jornais

Jornal	Editorias/cadernos	Cadernos não diários
Folha de S. Paulo	17	9
O Globo	19	11
Estado de Minas	21	12
Agora	7	0

9.2 Caracterizando a análise

Identificado o conjunto do material a ser avaliado, passamos a desenvolver instrumentos para a análise do material que envolviam as seguintes categorias:

- Identificação das matérias significantes: informações básicas sobre a origem e natureza do material (data da publicação; jornal em que foi publicado; tamanho do material; localização no jornal)
- Natureza da representação factual de saberes sobre o estado atual do mundo tematicamente organizados: são aspectos que configuram o domínio dos fenômenos a que se refere a notícia publicada vistos conforme sua forma da atualidade, cronologia e duração. Tratam: 1) da relação entre o tipo de notícia/editorias para analisar a adequação e a previsibilidade daquela notícia para aquela editoria (assunto predominante na notícia⁶⁰;

⁶⁰ Os assuntos foram assim caracterizados: política; microeconomia; administração pública; produção cultural; televisão; educação saúde; meio ambiente; ciência e tecnologia; segurança pública; acidentes; fait-divers; turismo; esportes; celebridades; cotidiano; moda; cinema; serviços; futebol; macroeconomia; história; política internacional; crimes; comemorações; comportamento; acidentes; personagens; estrangeiro; problemas urbanos; clima; lutas trabalhistas; patrimônio cultural; falecimento.

editoria da notícia⁶¹); 2) do tipo e época de publicação de cadernos para verificar uma lógica de distribuição dos conteúdos ao longo da semana (identificação dos cadernos ; dia de publicação dos cadernos); 3) da relação entre a periodicidade do veículo e o prazo de “validade” das matérias – “o que põe na agenda” (referência de horizonte cronológico para interpretação do acontecimento principal); 4) das formas de sugestão de sincronia, de relação de coincidência temporal cronológica dos itens na edição do jornal; 5) do intervalo entre tempo dos eventos e tempo da circulação da notícia (instantaneidade) verificada pelo marco cronológico de ocorrência do acontecimento em relação à data de publicação e referência em relação ao tempo enunciativo (momento de ocorrência do acontecimento).

- Enquadramento da matéria no sentido de Van Gorp (2005): “uma mensagem meta-communicativa persistente que especifica o relacionamento entre os elementos conectados em uma notícia particular e desse modo dá às notícias coerência e sentido” (p.503). A temporalidade aqui é uma forma de esquematização (agrupa objetos ou relações de classes diferentes) que na sua combinação com outras esquematizações temporais produziria um *frame* temporal, focando objeto e relações diferentes de um mesmo setor da realidade: é uma espécie de princípio interpretativo que organiza um conjunto de temas traduzidos por meio de: valores-notícia de seleção substantivos ou contextuais; produção de cronologias; idéia de duração, caracterização de ciclo de produção da notícia e recursos retóricos como exemplos, palavras-chave, metáforas,

⁶¹ As editorias e cadernos identificados foram os seguintes: Agropecuário (EM); Bem Viver (EM); Boa Viagem (OG); Brasil (FSP); carros etc.; Ciência (EM); Ciência (FSP); Ciência (OG); Classificados (AG); Classificados (EM); Construção (FSP); Cotidiano (FSP); D+ (EM); Dinheiro (FSP); Divirta-se (EM); Economia (EM); Economia (OG); ela (OG); EM Cultura (EM); Entretenimento (AG); Especial (OG); Esportes (AG); Esportes (EM); Esportes (FSP); Esportes (OG); Feminino e Masculino (EM); Folha Invest (FSP); Folhaequilíbrio (FSP); Folhateen (FSP); Folhinha (FSP); Gerais (EM); Geral (AG); Globinho (OG); Gurilância (EM); Ilustrada (FSP); Informática (EM); Informática (FSP); Informática etc (OG); Internacional (EM); Megazine (OG); Morar Bem (OG); Mundo (FSP); Nacional (EM); Negócios (EM); Negócios (FSP); O Mundo (OG); O País (OG); Opinião (AG); Opinião (EM); Opinião (FSP); Opinião (OG); Policial (AG); Política (EM); Prosa e Verso (OG); Revista (OG); Revista da TV (OG); Rio (OG); Rio Show (OG); Segundo Caderno(OG); Social (AG); Turismo (EM); Turismo (FSP); TV (EM); Veículos (EM); Veículos (FSP).

conceitos, estabelecimento de relações causais, frases feitas, símbolos e imagens. Dessa maneira, observamos: 1) o foco de abordagem dos fatos: uma notícia pode ter dois ou três focos diferentes: orientação dominante das notícias (para eventos, para temas/problemáticas) – escala que vai de evento-centrada a temática); foco do evento (evento, declaração ou decisão, problema, pessoa, organização, aniversário, fato interessante e instituição, datas específicas); referência utilizada (metáforas; exemplos; causas (raízes); conseqüências (um particular tipo de efeito);. 2) a forma de enquadramento prevalente com relação a um regime temporal referido pelo “conteúdo” da notícia. Passado, se referido a ocorrências históricas ou terminadas; presente se referido a acontecimentos correntes ou em desenvolvimento; e futuro se referido a evoluções possíveis em estágios posteriores (dias, semanas, meses ou anos). 3) a função do enquadramento temporal: definir um contexto para o acontecimento; caracterizar um ponto de vista; propor uma cronologia; indicar situação nova. 4) o tempo de ocorrência do fato relatado no conteúdo da notícia: passado; presente; futuro. Onde a narrativa buscou a origem da história? Qual o ponto cronológico de referência?

- Relato: transformação discursiva do acontecimento em notícia de maneira a caracterizar a existência de novidade, da apresentação de um elemento trazido ao público dado como ainda não conhecido, e da forma de identificação de estados de desequilíbrio de maneira a provocar a percepção de uma saliência. Observamos como isso se deu: 1) na forma de composição do relato. 2) no tempo do evento reportado na abertura da narrativa da notícia – lide ou os dois primeiros parágrafos (de acordo com a relação entre momento do acontecimento, momento de referência e momento da enunciação): tempos enunciativos; tempos enuncivos; advérbios. 3) na descrição do fato – forma de seqüência e recapitulação dos acontecimentos narrados: descrição do fato com base em acompanhamento da cronologia de acontecimentos; descrição do fato com base em uma

temporalidade presente (reconstituindo e simulando o acontecimento); explicação do fato caracterizando suas causas, antecedentes do acontecimento (força retrospectiva); explicação do fato caracterizando suas conseqüências, dos motivos do acontecimento (força prospectiva). 4) na orientação temporal dominante da narrativa da matéria: descrição do que já passou (retrospectiva); simulação de simultaneidade; referência para o futuro (projetiva). 5) na natureza das razões da mudança de estado: relações causais; relações não-causais. 6) na sugestão de serialização: indicadores de continuidade da matéria de uma edição para outra. E 7) nos recursos retóricos baseados em elementos temporais: indicadores de tempo como recurso de contextualização (gancho, identificadores temporais etc.); palavras que fazem uso de uma referência temporal explícita – menção a datas, horas em que a marcação temporal seja evidente; aspectos temporais relativos à construção gramatical – são elementos relacionados à análise lingüística do texto, e levam em conta aspectos como o ritmo, efeitos de pontuação, tempo do verbo. O uso de pontuação pode sinalizar distinções entre antes e depois e vírgulas marcarem pausa no fluxo. Palavras que trazem uma manifestação temporal implícita – expressões como “pré”, “pós” dizem de situações históricas específicas. Palavras chave que sugerem temporalidade mas não tratam especificamente de dinâmica do tempo – “inovação”, “mudança”, “transformação” falam de alterações em estados que podem indicar mudanças de fluxos. Expressões paradigmáticas de representação do tempo na notícia – relações de linearidade, de causa e efeito. Evolução, processo; tempo transcorrido na história; figuras retóricas da duração; sumário - abrevia acontecimento num tempo menor que o de sua suposta duração na história; cena; alongamento - discurso dura mais que a história; pausa; eclipse; retardação, na qual ocorre a evocação de momentos anteriores ou antecipação de momentos posteriores, projeções do mundo interior das personagens, digressões, desvios da seqüência da narrativa (diálogos,

reflexões, comentários etc.) e inserção de micronarrativas; aceleração, bastante caracterizada pelo uso de diálogos, do discurso direto ou da seqüência linear da narrativa; e a própria duração da narrativa, que tem no lide um elemento de sumarização, mas que pode ainda fazer uso de recursos para se alongar, pausar alternando histórias, ou mesmo realizar viradas bruscas como em uma elipse.

- **Materialidade da página:** forma composicional da unidade de significado página na disposição dos diferentes materiais discursivos. Verificamos: 1) a função do elemento fotografia (ilustração, evento orientada etc.). 2) os temas temporais nos títulos: (menção explícita de tempo ou datas; reconhecimento implícito de tempo; palavras-chave temporais (denotam mudança, evolução, processo, causalidade); não indicação de temporalidade. 3) a relação temporal título – artigo (complementação; contradição etc.). 4) a função temporal dos outros elementos expressivos usados na composição da matéria (infográficos, box etc.).

Das categorias anteriormente listadas, aquelas que não se referem à dimensão narrativa do artigo principal da matéria foram organizadas numa base de dados (figura 6) de maneira a permitir algumas quantificações, sem pretensão amostral, mas para pôr em relevo alguns aspectos que demandem uma interpretação mais refinada do material a partir de sua análise discursiva. As variáveis foram checadas em rápidos exames de algumas edições de jornal escolhidas aleatoriamente para que se verificasse a necessidade de mudanças e redefinições.

Matérias

Versal			
Campeonato brasileiro			
Título da matéria			
Nos pés de Fábio Jr. Nas mãos de Fábio			
Bigode			
GALO CONTA COM OS GOLS DO ARTILHEIRO PARA DERROTAR O BRASILIENSE. CRUZEIRO PEGA O FLU SEGURO NO GOL, MAS PREOCUPADO COM FRED			
Título 1ª página			
Levir e Tite com dúvidas na escalação			
tamanho da matéria	Caderno		
4720	Esportes (EM) ▼		
Dia da publicação	Jornal		
8/5/2005 ▼	Estado de Minas ▼		
Cronologia secundária	Cronologia do acontecimento		
um dia ▼	um dia ▼		
Orientação da narrativa	ocorrência	Orientação da matéria	
Presente pontual ▼	8/5/2005	Eventos ▼	
função da fotografia	Enquadramento	Assunto	
evento-relacionada ▼	futuro ▼	futebol ▼	
temas temporais sistema títulos	nº unidades textuais	Infográficos	Fotografias
Menção explícita de tempo ou datas ▼	32	0	8

Registro: 8 de 288 Não Filtrado Pesquisar

Figura 6: Tela do formulário para construção da base dados

10. O enquadramento temporal das matérias

Nessa seção buscamos fazer uma primeira caracterização dos sentidos de tempo que podem ser associados ao dispositivo jornal diário de informação. Tentaremos identificar referências à temporalidade em um nível discursivo do jornal, sua forma de estruturação, que encenaria a idéia de que ele é, por definição, um veículo portador de informação de atualidade.

Considerando a temporalidade como forma de enquadramento das matérias, analisamos a forma prevalente de reportar o fato em questão de acordo com as figuras temporais do passado, presente e futuro. Trata-se de passado se o “conteúdo” relatado aparece referido a ocorrências dadas e terminadas em um momento anterior à enunciação jornalística; o presente configura os acontecimentos como correntes ou em desenvolvimento ao momento da enunciação; e o futuro se referido a acontecimentos tomados a partir de evoluções possíveis ou desdobrando-se em estágios posteriores à enunciação editorial.

Como se poderia esperar, verifica-se uma similaridade grande no peso do “presente” como princípio interpretativo dos três maiores jornais – Folha, O Globo e Estado de Minas – estudados nesse trabalho. Nas matérias analisadas, os três veículos mantiveram índices praticamente equivalentes para o enquadramento chave pelo presente. Nesses casos, os acontecimentos reportados se referiam a ocorrências apresentadas como correntes ou em desenvolvimento. O jornal Agora, por se tratar de um diário local/regional, de circulação restrita e com condições de produção – recursos tecnológicos, financeiros e humanos – em evidente desvantagem em relação aos outros veículos, apresenta uma configuração do enquadramento distinta. Ainda que o enquadramento das notícias pelo presente seja efetivamente preponderante, apresenta-se um expressivo número de matérias nas quais a abordagem se refere a um enquadramento futuro. Vê-se a importância do contexto sócio-

econômico e cultural no qual o veículo opera. Tal contexto se torna condição para que os jornais possam estabelecer o que se constitui ou deve se constituir em objeto de atenção da imprensa. Aspectos como desenvolvimento urbano e todas as suas variáveis caracterizam um campo de atuação para os veículos de informação: população e público potencial; diversidade cultural; organização sócio-política, diversificação das atividades produtivas e a possibilidade de incremento no mercado publicitário, forma do debate político. Não há como perceber o desenvolvimento dos veículos de produção do discurso de informação ignorando aspectos como concentração demográfica, evolução tecnológica, tipo de organização social.

Daí que o Agora apresente um número expressivo de matérias com esse enquadramento referido ao futuro. São notícias que acompanham certa agenda da vida social objeto da atenção do periódico. A percepção do que é notícia produz-se fortemente na confluência entre reportar ocorrências e programar futuros eventos. O gráfico 1 mostra como o periódico de cobertura mais local se diferencia dos demais jornais nos seus enquadramentos. Nesse sentido, destaque-se que o jornal Estado de Minas, também de forte vocação regional, apresenta um índice de matérias com enquadramento voltado para o futuro do mesmo modo bastante destacado dos jornais de vocação nacional, como Folha de S. Paulo e O Globo. O jornal paulista, por sua vez, mantém um índice superior ao jornal O Globo. Ambos com projeção nacional, o diário paulista, entretanto, apresenta-se editorialmente como um jornal muito voltado para antecipar tendências nos mais diferentes aspectos da vida social, o que ajuda a compreender em parte que ocorrência de eventos futuros ou uma perspectiva especulativa sobre os diferentes assuntos conferiam uma primazia dos enquadramentos futuros sobre o diário carioca. Este, por sua vez, diante do jornal paulista, apresenta um perfil editorial mais voltado para a apresentação de situações e acontecimentos de certa forma mais sedimentados na vida social. Daí o relevo que adquire o enquadramento das matérias com referência a eventos passados.

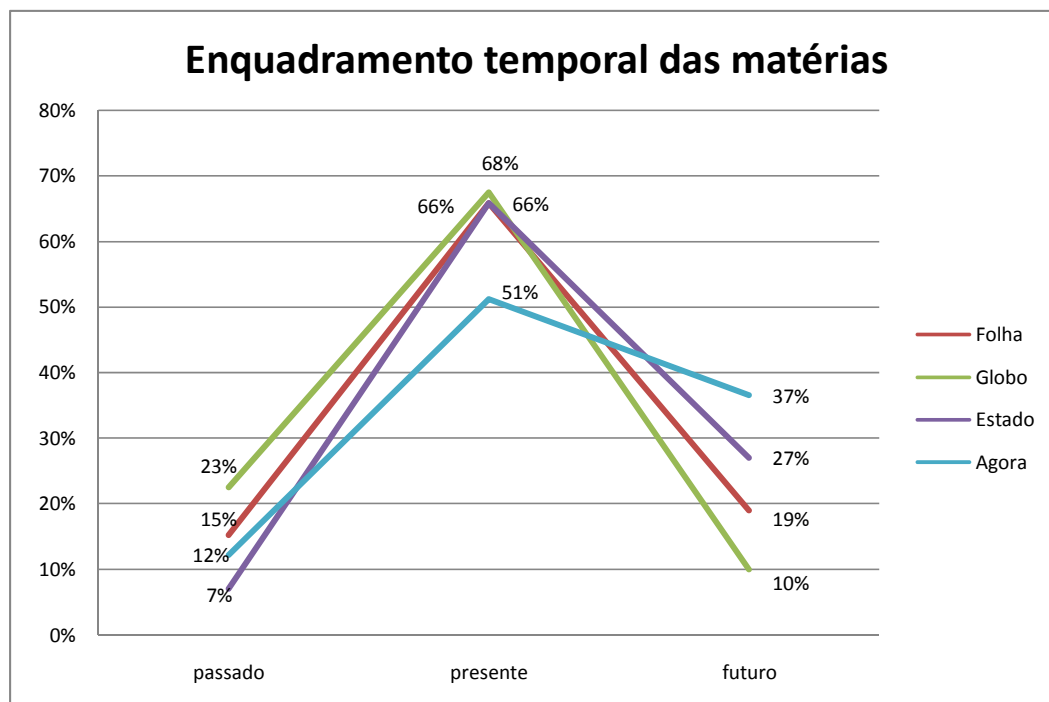


Gráfico 1: Enquadramento das matérias conforme a perspectiva temporal

O natural peso do presente como princípio organizador para o enquadramento dos acontecimentos abordados nas matérias ganha, contudo, algumas particularidades se as figuras de temporalidade são vistas à luz dos assuntos que categorizam as notícias. Antes de tudo, destaque-se a organização temática dos jornais em sua primeira página. É evidente a primazia conferida aos temas relacionados à política⁶², vindo a seguir economia, futebol e crimes nos chamados grandes jornais de referência, os dois nacionais e o diário regional (tabela 5 e gráficos 2, 3, 4 e 5). Entretanto, a distribuição de assuntos no periódico local tem contornos completamente distintos, com assuntos referentes à administração pública local, crimes e comemorações diversas obtendo a preferência (gráfico 6). Espelhados nos cadernos/editorias fixas, as chamadas indicam uma habitualidade de representação do mundo feita pelo jornal, raramente modificada pela força dos acontecimentos extra-periódico.

⁶² O peso da conjuntura política certamente é relevante para a caracterização do volume de notícias. Parte das edições dos jornais estudados abarca o período em que fatos relativos ao mundo da política estavam em grande evidência, como o estouro do chamado “escândalo do mensalão”. Entretanto, nos estudos preliminares que fizemos para caracterização do período a ser escolhido para análise, a proporção de matérias de acordo com os assuntos não se alterou significativamente.

TABELA 5
Assuntos com chamada na primeira página

Assunto	Chamadas na 1ª página
política	19,6%
macroeconomia	8,8%
futebol	8,4%
crimes	8,1%
política internacional	7,0%
produção cultural	6,3%
cotidiano	4,2%
saúde	4,2%
serviços	3,9%
comemorações	3,9%
administração pública	3,2%
problemas urbanos	2,8%
esportes	2,5%
microeconomia	2,5%
educação	2,5%
segurança pública	2,1%
meio ambiente	1,4%
comportamento	1,1%
ciência e tecnologia	1,1%
lutas trabalhistas	0,7%
celebridades	0,7%
turismo	0,7%
acidentes	0,7%
televisão	0,7%
falecimento	0,7%
cinema	0,4%
história	0,4%
personagens	0,4%
estrangeiro	0,4%
clima	0,4%
patrimônio cultural	0,4%
moda	0,4%
Total	100,0%

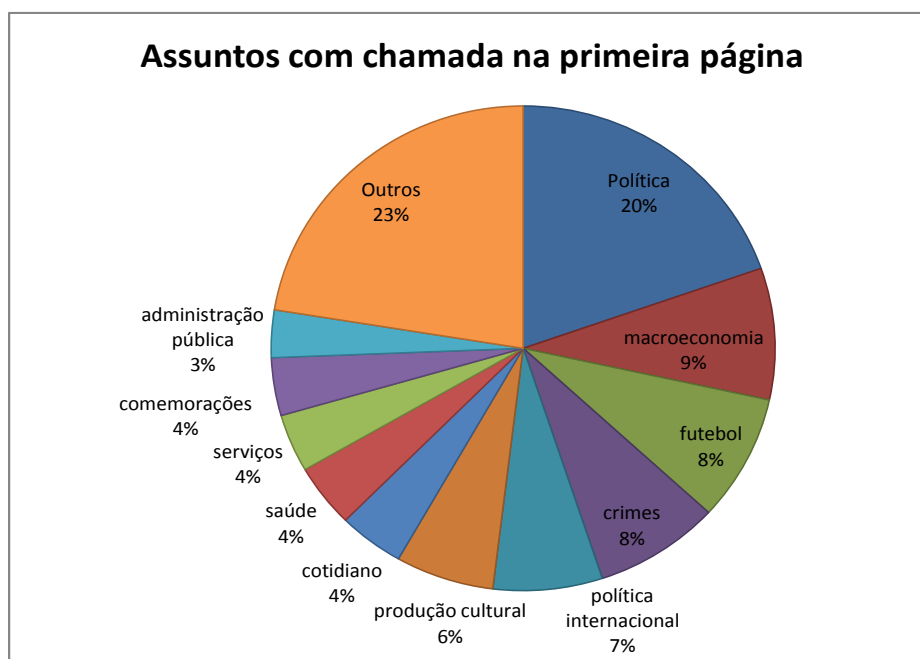


Gráfico 2: distribuição temática das notícias com chamada na primeira página

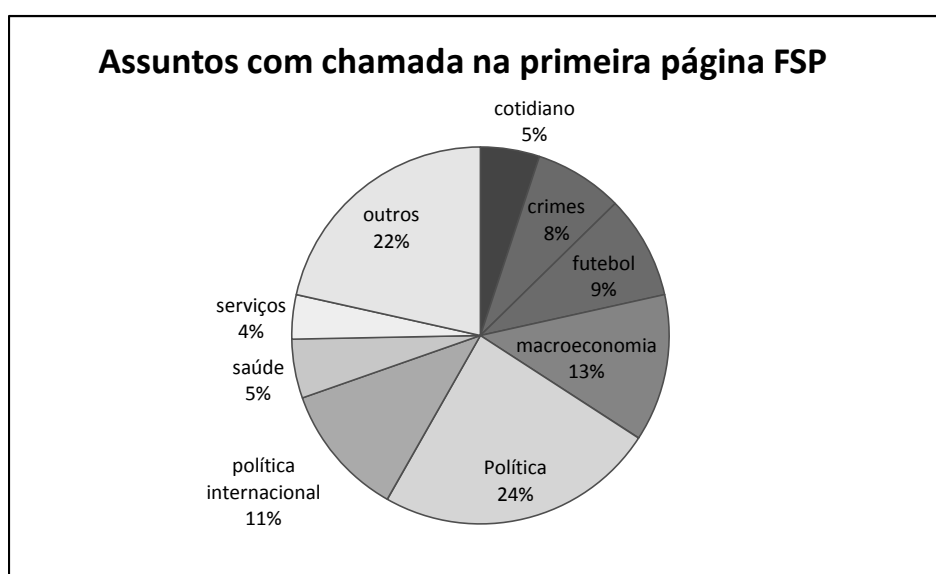


Gráfico 3: distribuição temática das notícias com chamada na primeira do jornal Folha de S. Paulo

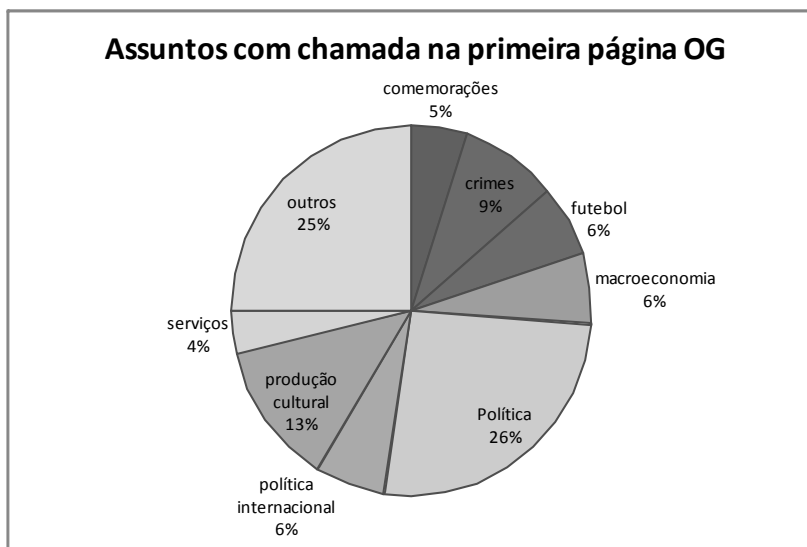


Gráfico 4: distribuição temática das notícias com chamada na primeira do jornal O Globo

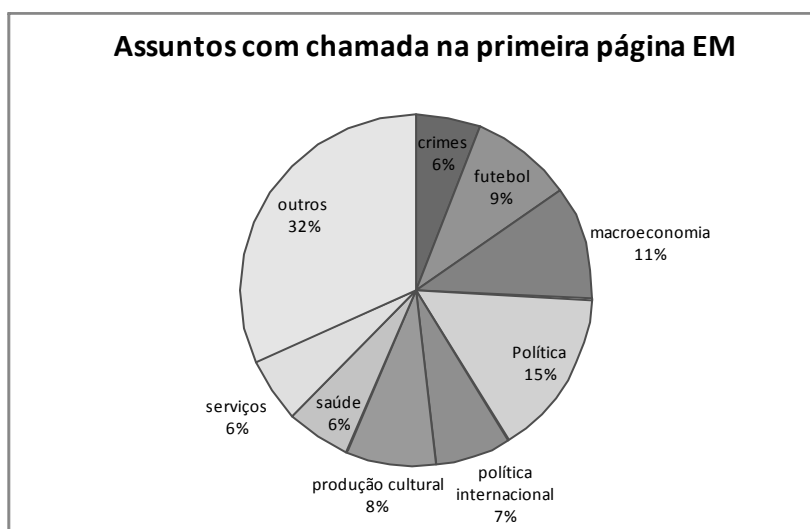


Gráfico 5: distribuição temática das notícias com chamada na primeira do jornal Estado de Minas

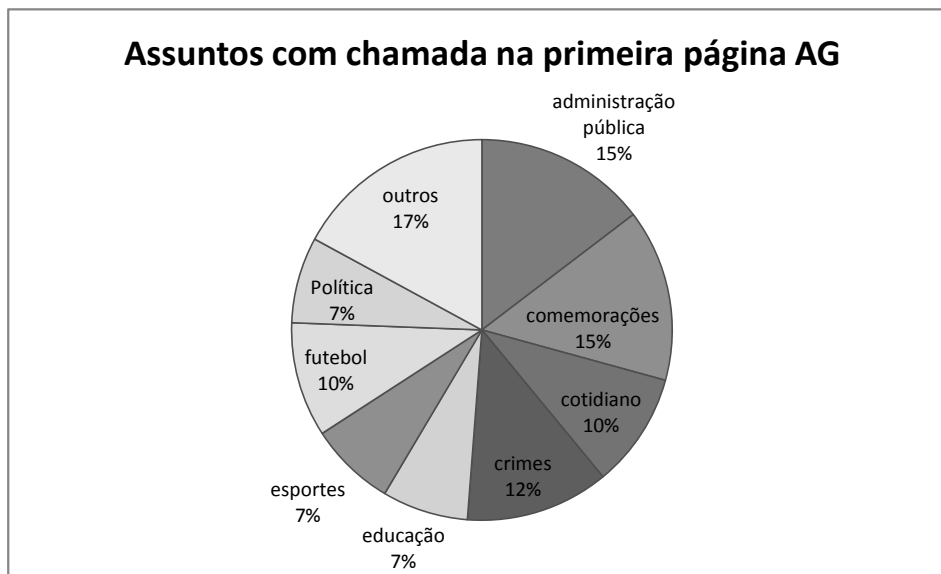
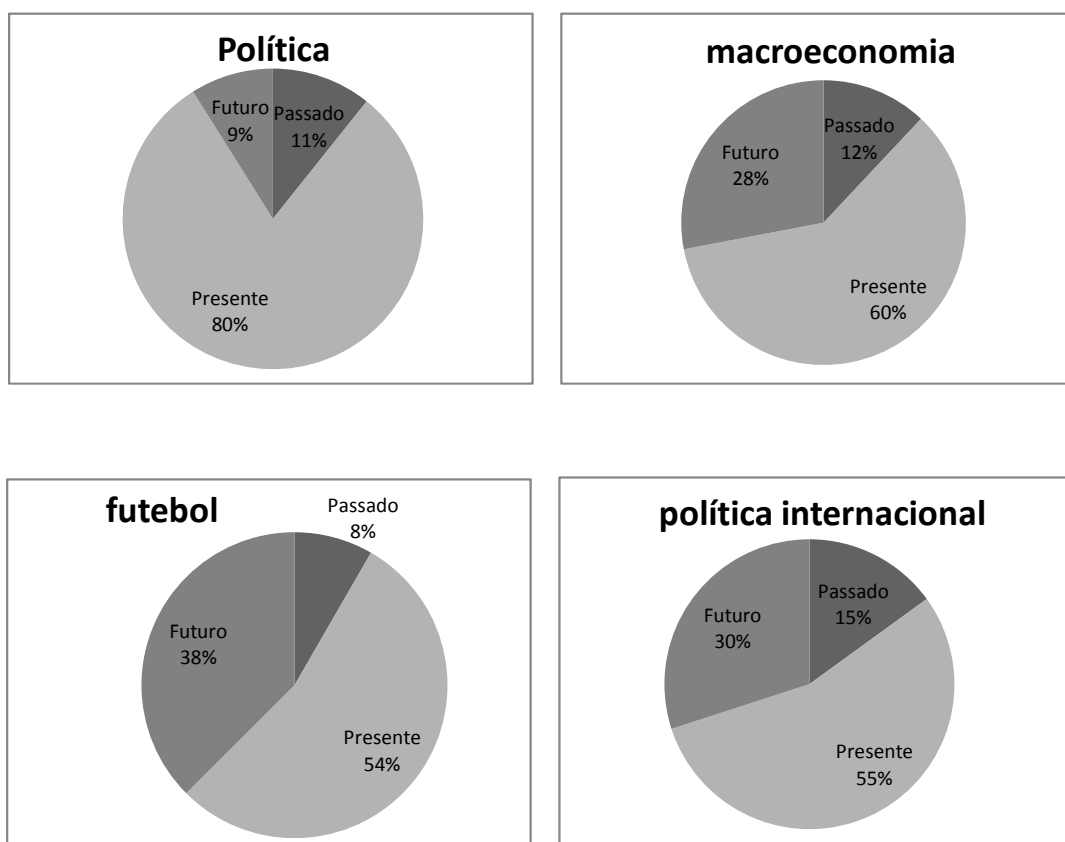


Gráfico 6: distribuição temática das notícias com chamada na primeira página do jornal Agora

O gráfico 7 mostra como as matérias referentes aos assuntos “política”, “cotidiano” e “saúde” são as que em sua grande maioria utilizam-se de um enquadramento temporal em que os fatos são apresentados como se estivessem desenvolvendo-se ainda no momento mesmo em que sua enunciação é produzida. Nos três casos, as notícias reportam acontecimentos cuja origem ou datação extra-jornal é obscurecida em benefício de apresentar-se a situação como corrente. Balizas cronológicas não são oferecidas com efetividade, de maneira a datar os episódios. A datação que conta é a da edição do jornal e em tais matérias prepondera a coincidência entre o acontecimento e o discurso que o enuncia. Tal movimento não se verifica com a mesma nitidez nas notícias rubricadas em “macroeconomia”, “futebol”, “política internacional” e “produção cultural”. Nessas matérias há um peso maior de enquadramentos com a figura do futuro. O noticiário centra-se em falar de acontecimentos previstos, de anunciar fatos que ainda ocorrerão. É curioso perceber que se, em princípio, futebol e economia não tem maiores afinidades em relação ao domínio temático a que se referem, o enquadramento temporal tende a ter algumas similaridades. No âmbito da economia, noticiase com frequência medidas de política econômica que estariam sendo cogitadas, cenários para

os quais evoluiria a conjuntura atual, prováveis tendências em setores específicos. No futebol, relata-se o que ocorrerá na partida do fim de semana ou se o técnico irá ou não barrar determinado jogador. São notícias típicas que fazem de eventos futuros objeto da atenção do noticiário. Já no noticiário de “política internacional” e “produção cultural” o futuro é marcado menos pela idéia de especulação sobre fatos e ganha contornos de agenda, daquilo que está programado para ser realizado: os compromissos a serem cumpridos por um presidente, a realização de um plebiscito, a estréia marcada de um espetáculo, o lançamento de um novo disco. A rubrica de “crimes”, por sua vez, se encarrega de trazer em proeminência enquadramentos em que os acontecimentos estão claramente referidos ao momento em que se deram. O importante, nesse caso, é relatar o ocorrido – um assassinato, um roubo, um briga de vizinhos – carregando o leitor para o momento passado dos fatos.



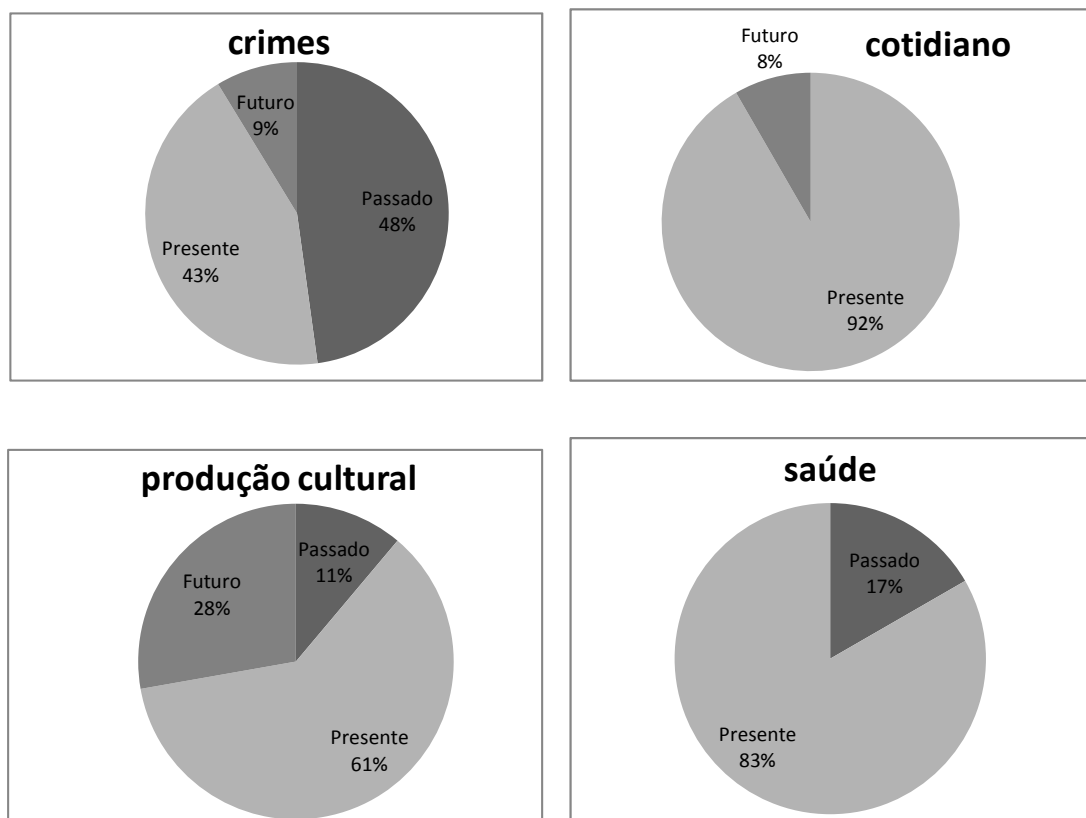


Gráfico 7: Relação nas matérias entre enquadramento temporal e assunto

10.1 Ausência de referência cronológica nas matérias

Traço característico dos jornais pesquisados é o volume de notícias cujo aspecto central da matéria não apresenta referência a uma ocorrência cronologicamente determinada. Do total de matérias analisadas, 63% são construídas elegendo uma ocorrência central cronologicamente referida. As demais 37% não indicam qualquer evento cronologicamente especificado que se apresente como a principal ocorrência relatada na matéria (gráfico 8). Das matérias que indicam uma ocorrência cronologicamente determinada como referência central, 77% situam-se entre eventos ocorridos há 2 dias e o próprio dia da publicação. Desse total, 9% tratam de fatos datados dois dias antes, 53% referem-se a eventos ocorridos no dia anterior e 15% narram eventos que ocorrerão no próprio dia da publicação da matéria e mais 10% de matérias que fazem referência a ocorrências programadas para após o dia da publicação. Nesse sentido, 25% das matérias tratam de fatos programados para ocorrer.

A relação entre o intervalo de tempo dos eventos e tempo da circulação da notícia tem, sem dúvida, um forte lastro em ocorrências do dia imediatamente anterior à data de publicação (61% na Folha e no O Globo, 56% no Estado de Minas). Não deixa de ser significativo, porém, o número de matérias que programam, estabelecem uma espécie de “ordem do dia” de acontecimentos previstos: 18% na Folha, 20% em O Globo, 26% no Estado de Minas e 46% no jornal Agora. Esse último dado reforça a particularidade temporal dos diários de forte perfil local: noticia-se não apenas o ocorrido, mas também agenda-se a vida da localidade.



Gráfico 8: Indicação de referências cronológicas nas matérias

No conjunto dos jornais, o índice de matérias sem referência a uma ocorrência cronologicamente determinada é sempre superior a 10% para qualquer dia da semana (ver gráfico 9). Entretanto, aos domingos sua incidência quase triplica, sugerindo que nesse dia percebe-se o jornal de uma maneira tal para que ocorra veiculação de um número muito maior de matérias em que as referências cronológicas não são utilizadas. São indicadores que confirmam, à primeira vista, a idéia de que contemporaneamente o jornal de domingo apresenta-se sem apoio em acontecimentos cujo momento axial seja referido a um passado ou

futuro imediatos. Muitas vezes, a forma de organização da produção, que faz com que, em função do ritmo industrial, as redações produzam o material publicado no fim de semana com grande antecedência, e certo “esvaziamento” de ocorrências no final de semana são apontados como explicação principal para esse “distanciamento” entre a data de publicação do jornal e os acontecimentos reportados. Todavia, a própria forma que o jornal adquire no fim de semana, na qual se multiplicam os cadernos não diários e se privilegia um tipo de conteúdo mais “frio”, indicam que a edição de domingo dos periódicos é menos resultado de condições adversas para a produção de notícias do que uma ação deliberada para caracterizar o jornal sob uma forma que, acredita-se, alcançará melhor aceitação por parte do leitor. Não seria exatamente “por falta de conteúdo” que a edição dominical é mais “fria”. Tome-se, para ilustrar tal situação, o jornal Folha de S. Paulo do domingo, dia 17 de julho de 2005, que trouxe 146 páginas, excluindo páginas de pequenos anúncios (classificados). O Globo não ficou muito atrás: 130 páginas. Numa sexta-feira, 17 de junho, ambos trouxeram respectivamente 58 e 96 páginas. No domingo, considerado dia nobre (de maiores tiragens) no mercado editorial brasileiro de jornais diários, o tempo de leitura dedicado pelos leitores aos jornais não ultrapassa em média 51 minutos. De segunda a sábado, 10% menos tempo é gasto: 46 minutos⁶³.

⁶³Fonte: Ibope Monitor 2005 – “Tempo dedicado a ler ou folhear um exemplar de jornal”.

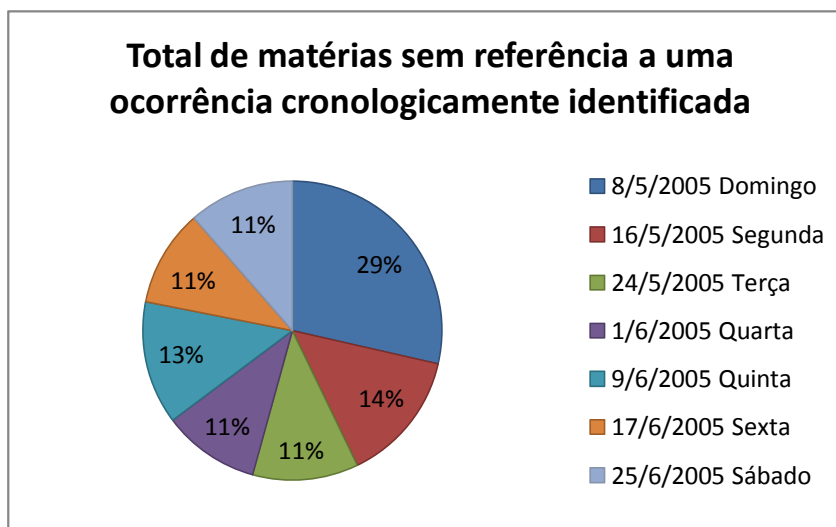


Gráfico 9: Matérias sem referência de ocorrências cronologicamente identificadas, em todos os jornais, por dia da semana.

Na análise desse quesito considerando cada jornal especificamente, alguns dados devem ser destacados. A Folha de S. Paulo e o jornal Estado de Minas, por exemplo, apresentam aos domingos um índice maior que a média de matérias que não indicam em seu núcleo acontecimentos com uma referência cronológica claramente apontada. A Folha, nesse ponto, mostra-se um jornal que em sua edição de domingo publica um volume de 33% das notícias com chamada na primeira página que, a rigor, poderiam ser veiculadas em qualquer outro dia da semana, com um índice também expressivo para as notícias da edição de segunda-feira (gráfico 10). O padrão é similar no jornal O Globo: 25% no domingo e 20% na segunda-feira, dias em que tais matérias têm maior peso na composição das notícias com chamada na primeira página do jornal (gráfico 11). Os jornais Estado de Minas e Agora não apresentam, aparentemente, regularidade quanto a esta distribuição das matérias sem referência a ocorrências cronologicamente determinadas (gráfico 12 e gráfico 13). A observação das edições do jornal Estado de Minas, entretanto, permite notar que às segundas-feiras o periódico dá significativo destaque para fatos ocorridos no fim de semana, em particular notícias sobre criminalidade e esportes, na cobertura mais local, e noticiário internacional.

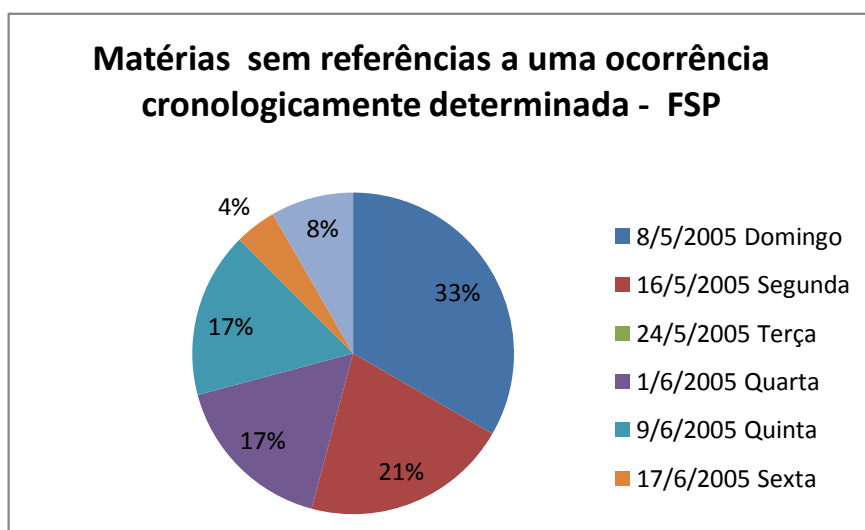


Gráfico 10: Matérias sem referência de ocorrências cronologicamente identificadas, na Folha de S.Paulo, por dia da semana.

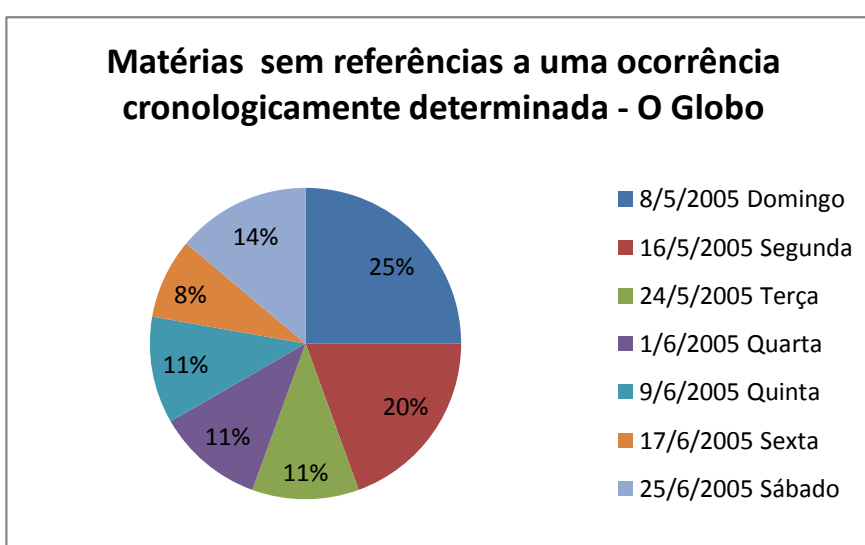


Gráfico 11: Matérias sem referência de ocorrências cronologicamente identificadas, no O Globo, por dia da semana.

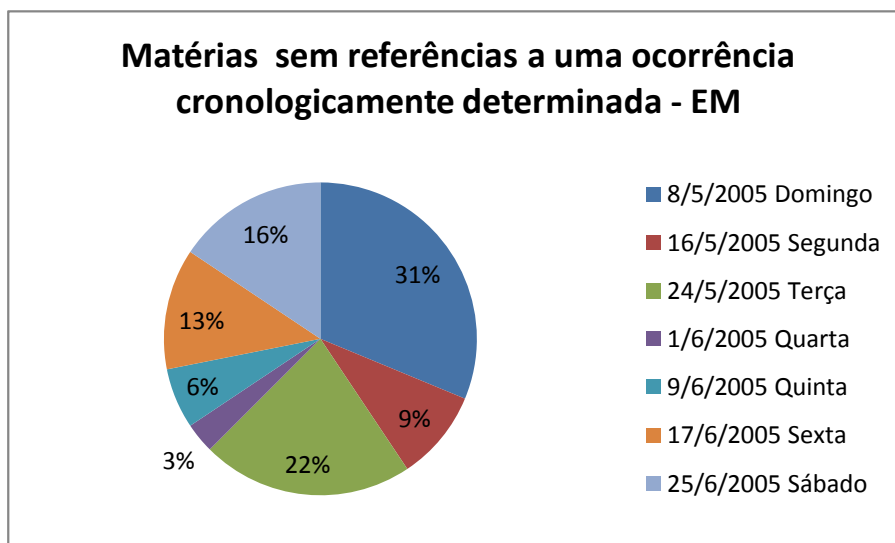


Gráfico 12: Matérias sem referência de ocorrências cronologicamente identificadas, no Estado de Minas, por dia da semana.

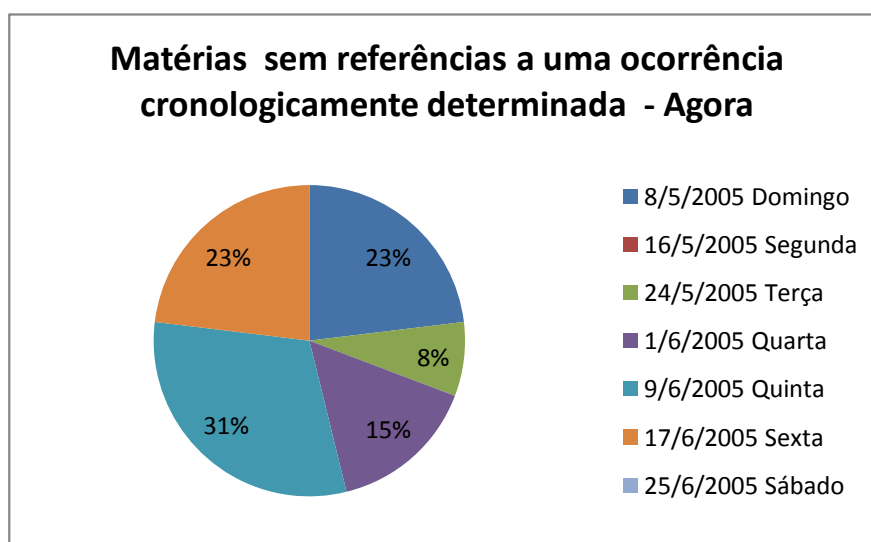


Gráfico 13: Matérias sem referência de ocorrências cronologicamente identificadas, no Agora, por dia da semana.

O fato é que, no seu conjunto, os periódicos sinalizam claramente que a edição dominical tem menor lastro em uma correspondência do noticiário com o fluxo contínuo de acontecimentos da vida cotidiana do leitor. A edição de domingo “suspende” essa temporalidade e constitui um presente da interrupção do fluxo do vivido, fazendo incidir uma temporalidade distendida, do repouso, do descanso, do esvaziamento das referências de um ritmo que posteriormente deverá ser retomado. O diário, nesse dia, quer indicar uma espécie de “abandono” de sua frequência de publicação, como se a edição não fizesse parte do que se

produziu ao longo da semana. Uma senha para o leitor, que pode tão somente ser um habitual leitor de domingo. Normalmente, não se retorna à leitura de um jornal de dias anteriores. Mas o jornal de domingo, mais que isso, apresenta-se como se quisesse dizer: “não é preciso que você saiba o que dissemos em dias anteriores”. A forma de apagamento de referências cronológicas amplia a longevidade da edição, podendo tornar-lhe um jornal diário “semanal”, consultável em outros momentos. Para além das características das matérias, no caso dos três maiores diários analisados, a edição dominical conta com uma grande variedade de cadernos, formatos diferenciados com o uso de várias seções em tablóides. Os jornais tratam com menor ênfase da “atualidade” dos acontecimentos da véspera, evitando tanto que caduquem os conteúdos de edições anteriores quanto que se imagine uma retomada em edições posteriores. Os usos do meio, que estabelece uma correlação com os ritmos da vida diária, reorganizam tais ritmos aos domingos em uma rotina toda própria se comparada aos demais dias da semana, produzindo outras articulações entre os regimes temporais presentes no mundo do jornal e aqueles que articulam o mundo dos leitores.

Nesse sentido, a marcação do ritmo social que o jornal promove aos domingos distingue-se das edições dos demais dias. Percebendo-o no interior desse fluxo temporal, a edição dominical, num primeiro momento, dele se destaca. As matérias colocam o periódico em um estado de “suspensão” da seqüência diária ordinária. Mas o domingo não sinaliza apenas um corte numa série diária do jornal. Vicejam também várias reportagens que se converterão em “origem”, ponto inaugural para uma série de acontecimentos que serão continuamente referidos ao longo da semana. Elas produzem um começo, um acontecimento fundador. O Globo, por exemplo, publica “Vida Severina”, abrindo uma série de reportagens sobre migrantes que vão para o Rio de Janeiro e que ganha destaque durante toda a semana, na primeira página do jornal.

É de se notar como também a edição de segunda-feira, para os dois maiores jornais, caracteriza-se como a segunda com maior incidência de matérias sem referências a uma ocorrência cronologicamente determinada. Mas essa aproximação com a edição dominical não significa sempre o mesmo movimento editorial. Dessa feita, pela natureza das matérias publicadas pelos dois periódicos, as edições são qualitativamente distintas. Se o Domingo sinaliza um corte na série diária e recomeça uma nova série destacando inclusive matérias já produzidas e que serão continuamente publicadas ao longo da semana, na segunda-feira apresentam-se matérias que “inauguram” a semana, e se constituem na *origem* de coberturas que se desdobrarão nos dias subseqüentes.

Em sua primeira página na segunda-feira, dia 16 de maio de 2005, a Folha de S. Paulo traz como principal manchete “No poder, arrecadação do PT cresce”. Nas páginas internas o título “Campanhas do PT receberam R\$ 13 mi em doações ocultas” com o bigode “Contribuições ao diretório nacional foram repassadas a candidatos” dão início a uma reportagem que trata de alguns mecanismos utilizados por empresas para fazer doação aos partidos políticos “nos últimos anos”. O sistema de títulos não indica nenhuma referência cronológica e a matéria também não apresenta claramente ocorrência recente ou iminente que contribuísse para produção da reportagem naquele momento específico. Apenas na última linha da matéria informa-se que “os partidos entregaram suas contas ao TSE, para análise, no último dia 30”. Se o leitor houver chegado até esse ponto, dificilmente irá desfazer a percepção que o fundamental na reportagem é a “revelação”, naquele momento, desse fato pelo jornal. Ou de um verdadeiro artefato, que exigirá, como se diz no jargão jornalístico, uma repercussão, por si só produtora de novos acontecimentos a serem reportados no restante da semana.

No mesmo dia, O Globo vale-se de estratégia similar com destaque para a reportagem “Multinacionais no banco dos réus”, sobre processos na justiça movidos por famílias de

sindicalistas mortos e torturados no período da Ditadura na Argentina, na década de 1970. O procedimento também aparece no Estado de Minas, com matéria que é destaque principal na primeira página informando que o Brasil seria investigado por comissão internacional por tráfico de diamantes (ver Figura 6).

Assim, ainda que o jornal se apresente em sua periodicidade como um diário, na edição do domingo é que se ordena uma temporalidade estruturante do intervalo cumprido pela seqüência dos demais dias da semana.



Figura 7: Primeira página dos jornais Estado de Minas, O Globo e Folha de S. Paulo, 16/5/2005

10.2 Cronologia construída para o acontecimento

No que se refere à relação entre a periodicidade do veículo e certo prazo de “validade” das matérias – a sua referência de horizonte cronológico para interpretação do acontecimento principal – os periódicos têm no conjunto das notícias que tiveram chamada na primeira página um índice médio de 78% referidas a uma datação específica.



Gráfico 14: Referência cronológica para interpretação do acontecimento, todos os jornais

Tal categorização, entretanto, não é homogênea quando se trata de associá-la aos assuntos a que se referem cada uma das notícias. Quando as matérias fazem alusão a conteúdos diversos, mas todos eles com uma abordagem que se caracteriza pelo gênero serviço, de informações de natureza utilitária, a referência a cronologias específicas para reportar o acontecimento jornalístico é francamente indeterminada (gráfico 15). São matérias que buscam identificar acontecimentos não relacionados diretamente a eventos específicos, todas elas localizadas em cadernos não diários:

“Cuidados com o anjo da guarda: Air bag é um dos equipamentos que mais salva vidas no trânsito. Mas, para tanto, precisa ser usado em conjunto com o cinto de segurança. Porém seu custo é alto” (EM, Caderno Veículos, 8/5/2005)

“Dicas para comer em Nova York: Decifre alguns dos 17 mil restaurantes da Big Apple, onde locais contemporâneos dividem a cena gastronômica com estabelecimentos abertos no século 19” (FSP, Caderno Turismo, 9/6/2005)

“Aluga-se: Conheça endereços que oferecem locações tão curiosas quanto úteis” (OG, Caderno Morar Bem, 17/6/2005)

Mas, exatamente pelo seu caráter prático-utilitário, as datações e referências cronológicas, em princípio, deveriam adquirir razoável relevância em tais matérias. Afinal, se são informações do tipo “saiba como”, “conheça”, etc. a caracterização de situações ao longo do tempo (um quadro anterior; o quadro atual; prováveis evoluções) são dados que permitiriam por parte do leitor um real dimensionamento da situação/objeto/realidade descrita.

No sentido oposto, aparecem as notícias relacionadas a acontecimentos rubricados como política internacional. Do material publicado, 80% referem-se a acontecimentos jornalísticos cuja incidência no universo temporal do leitor é bastante próxima (gráfico 16). A observação das matérias, todavia, indica que essa contemporaneidade entre o momento do acontecimento e o momento da enunciação aponta que tal temática é fortemente ancorada no relato de eventos específicos que ocorreram em um passado imediato, na véspera da publicação. Da mesma maneira afiguram-se as matérias sobre política. Nessa rubrica, mais de 70% das notícias publicadas tratam de acontecimentos jornalísticos que tem como referência central um evento ocorrido na véspera da publicação do jornal. A ênfase no factual, marcada pela divulgação imediata de fatos recentes ao momento da enunciação, também impera nessa área (Gráfico 17). E, nesse quesito, ladeando o assunto política internacional e o assunto política também está o noticiário sobre futebol. Trata-se fundamentalmente de uma cobertura em que o acompanhamento de uma pauta de acontecimentos diários é absolutamente central

(Gráfico 18). Informações do cotidiano dos clubes, relato das partidas ocorridas no dia anterior ou especulações sobre a partida do dia da publicação marcam essa rubrica nos jornais. Dificilmente identificam-se matérias que ultrapassem esse horizonte do presente imediato dos acontecimentos. E, assim como na política, com uma cobertura fortemente setorizada pelos diferentes segmentos do poder político (legislativo, executivo etc.), o jornalismo sobre o futebol se divide nos jornais basicamente no acompanhamento permanente da vida diária dos clubes. Ainda que a textualização jornalística deva lidar com acontecimentos indicando o que neles aparece como um diferenciar-se de um fluxo, nesses casos é evidente certo movimento temporal cíclico, uma repetição de temas e assuntos alicerçados em um quadro não necessariamente de sucessão mas de retorno.

O cruzamento da referência cronológica do acontecimento reportado com o assunto “produção cultural” (gráfico 19), por sua vez, apresenta outras variantes. A distribuição dos índices mostra como essa é uma área do jornal que oscila entre uma cronologia mais marcada – em geral dada por matérias que utilizam como gancho eventos que irão ocorrer (mostras, lançamentos de discos, shows, estréias de espetáculos etc., mas dificilmente a cobertura de alguns desses eventos) – e reportagens cujas referências pouco se assentam em datas específicas, assinalada por pautas mais “criativas” ou pela suposta identificação de tendências.

A rubrica de assunto “comemorações” também apresenta alguns elementos interessantes para análise de como cada jornal constitui seu regime temporal. São matérias que tratam de festas, cerimônias ou datas significativas em geral. No período pesquisado, o jornal Estado de Minas não registra nenhuma matéria acerca de tal domínio com chamada na primeira página. Do total identificado, 9% são de matérias da Folha de S. Paulo, 36% de O Globo e 54% do jornal Agora. Destaque-se que,

considerando todo o período analisado, 14% das matérias publicadas pelo diário do interior de Minas Gerais versavam sobre comemorações. A observação das matérias em tal rubrica na Folha e em O Globo mostra que os jornais publicam matérias sobre assuntos que estejam referidos a datas comemorativas específicas de acontecimentos ocorridos a largos períodos de tempo (década, 50 anos, etc.):

“Feriado de Corpus Christi terá festa no Aterro do Flamengo: Evento lembrará 25 anos da missa de João Paulo II” (OG, 24/5/2005)

“Drama civil no fim do nazismo: Vingança soviética tornou queda de Berlim um dos eventos mais violentos da Segunda Guerra” (OG, 8/5/2005)

Em alguns casos, pode-se aproveitar uma data específica como gancho para reportagens, como foi o caso da Folha de S. Paulo no dia das mães:

“Mãe pra toda obra: Carla Vilhena, Silvia Buarque, Bel Kutner e Joana Limaverde falam sobre a aventura da maternidade” (FSP 8/5/2005)

O jornal Agora, todavia, foge inteiramente a essas perspectivas. Com um número significativo de matérias no período analisado tratando de comemorações e festividades, o diário mostra-se muito mais “dobrado” ao calendário da vida social do que um marcador institucionalizado que opera como um atualizador da memória coletiva. As matérias do Agora tratam de festividades que se realizam na cidade de Divinópolis e região, de celebrações que o jornal registra e, obviamente, dá maior visibilidade. Mas ele não é, como no caso dos demais jornais, o agente que promove tal celebração ao transformar tais datas em acontecimentos jornalísticos. Pela sua própria precariedade em termos de condição de produção e capacidade de textualização jornalística do mundo, o diário acaba por não mostrar as comemorações apenas como um efeito do presente produzido pela própria notícia.

Quando os assuntos das matérias versam sobre educação, em uma primeira visada, a cronologia do acontecimento tende a ser similar com o quadro caracterizado para as matérias de serviço. A indeterminação quanto às referências cronológicas dão o tom do noticiário (gráfico 20). Entretanto, a observação mais detida das matérias indica que não se tratam de notícias veiculadas em cadernos não diários e nem que a ausência de referência cronológica indique informações de natureza mais utilitária. Os assuntos são pinçados não a partir de acontecimentos recentes, mas de temas com maior aderência a situações permanentes (estudar para o vestibular; inadimplência nas escolas particulares; falta de recursos na educação) que são abordadas como se não tivessem uma história, evoluções, mudanças etc. São como retratos em que, pela ausência de vários elementos na composição da imagem, não é caracterizado o contexto de sua produção.

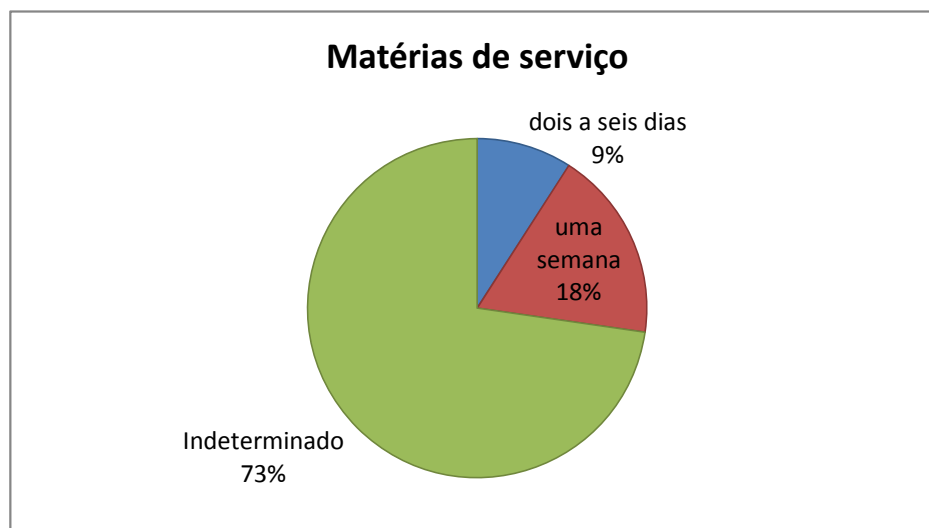


Gráfico 15: referências cronológicas nas matérias caracterizadas como serviço

Matérias sobre política internacional

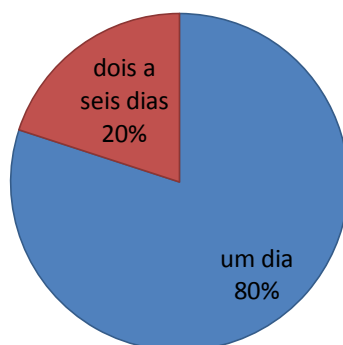


Gráfico 16: referências cronológicas nas matérias caracterizadas como de política internacional

Matérias sobre política

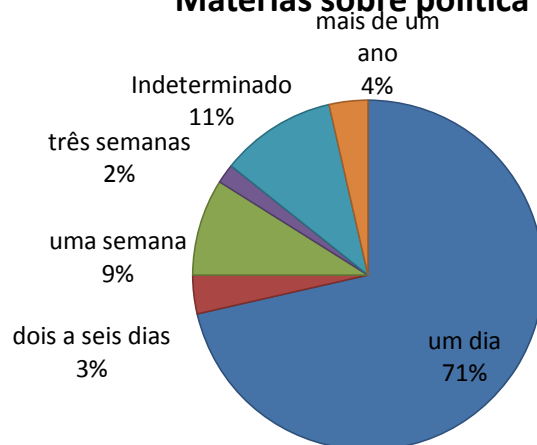


Gráfico 17: referências cronológicas nas matérias caracterizadas como de política

Matérias sobre futebol

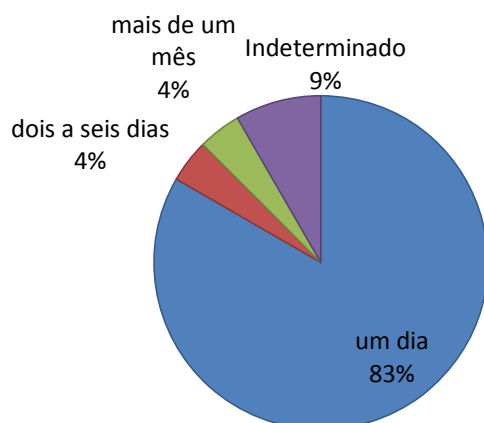


Gráfico 18: referências cronológicas nas matérias caracterizadas como de futebol

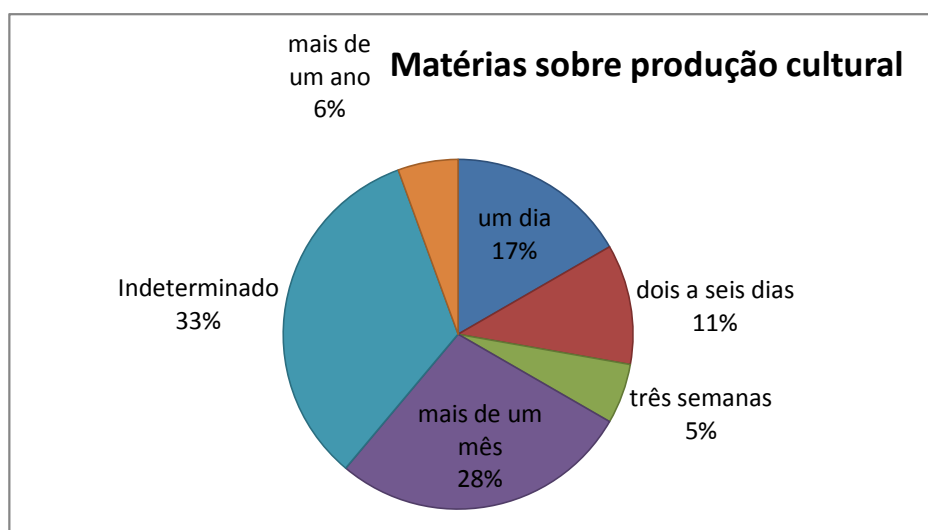


Gráfico 19: referências cronológicas nas matérias caracterizadas como de produção cultural

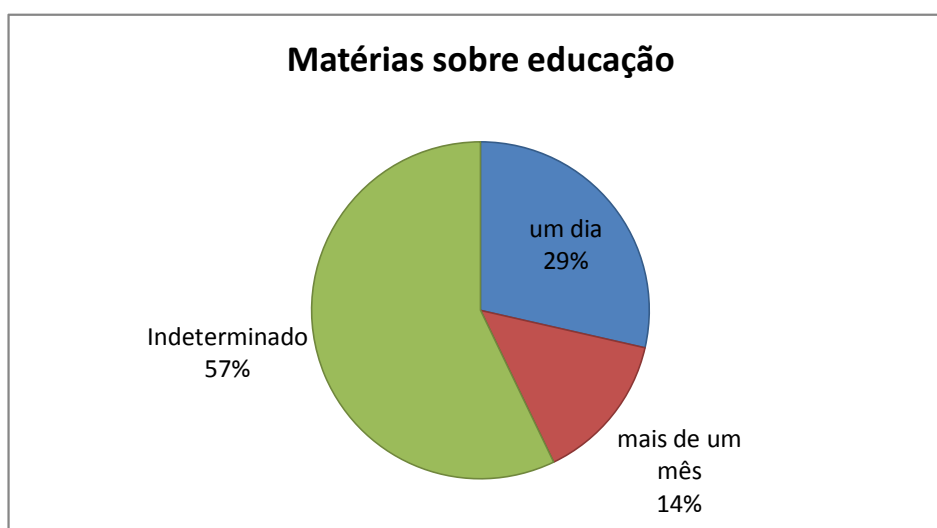


Gráfico 20: referências cronológicas nas matérias caracterizadas como de educação

10.3 Orientação temporal das notícias

O enquadramento temporal das matérias, ou seja, a maneira como um regime de temporalidade ajuda a dar coerência e sentido às notícias, a caracterizar a natureza do acontecimento jornalístico, varia de acordo com a publicação, segundo o assunto em pauta, e conforme o dia da edição. Nesse sentido, mostra-se importante ver na cobertura noticiosa dos diários analisados certo gradiente entre as polaridades que identificam o enquadramento temporal das notícias como relatos de acontecimento orientados para

eventos ou relatos de acontecimentos orientados para temas. A leitura e análise do noticiário selecionado para esse trabalho evidenciam que a orientação das matérias para eventos e para temas são categorizações que funcionam melhor como vetores opostos de um mesmo continuum. Várias são as matérias em que se pode identificar uma predominância, mas não a exclusividade de uma dada orientação. Muitas vezes as matérias empenham-se em efetivamente oferecer uma chave interpretativa baseada em informações contextuais mais abrangentes do que aquelas contidas em uma pequena nota ou mesmo na notícia simplesmente baseada em um evento. Entretanto, tal abordagem, muitas vezes caracterizada como aquela que trata o acontecimento de um ponto de vista de sua problematização, fia-se também em uma forma de relato dos acontecimentos na qual o aprofundamento de uma abordagem não se dá necessariamente à custa do registro simples de um fato.

No seu conjunto, os diários destacam matérias voltadas para reportar eventos, mas sem um predomínio muito acentuado (gráfico 21). Em alguma medida, referendam visões correntes de que a abordagem mais circunstanciada dos fatos tende a indicar a evolução natural da forma da notícia no jornal impresso.

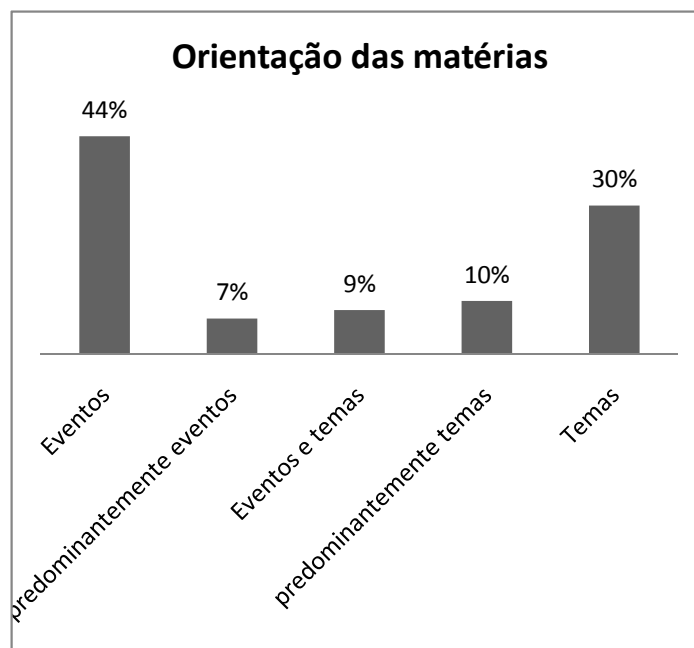


Gráfico 21: Orientação temporal das matérias no conjunto dos jornais

Desagregar os dados relativos à orientação temporal das matérias considerando cada jornal e também a variável assunto fornece, entretanto, algumas características novas que devem ser destacadas. Os jornais Folha de S.Paulo e O Globo apresentam números muito parecidos em relação às matérias orientadas para temas ou para eventos (gráficos 23 e 25), mas com um ligeiro predomínio no periódico paulista para o noticiário orientado para temas. Os jornais de corte mais local, por sua vez, têm uma evidente preponderância de matérias voltadas para eventos, sendo que no jornal Agora quase três quartos dos textos se orientam para eventos (gráficos 22 e 24). Esse nos parece um dado relevante para se discutir a natureza da cobertura atualmente realizada pelos jornais.

Quando a investigação opta por acompanhar a cobertura de um assunto ou tema específico, muitas vezes não se percebe que se em um determinado domínio pode prevalecer uma cobertura evento-orientada, o efeito de sentido gerado pela apreensão global do jornal pode não corresponder à atitude adotada naquela área específica. É bem

provável que a percepção da orientação temporal de uma edição do jornal se dê não por matérias tomadas isoladamente, mas por uma apreensão de uma figura comum que caracteriza a publicação naquele dia específico. Pode-se, por exemplo, imaginar que mesmo notícias curtas, sem maior investimento jornalístico em apuração e pesquisa, da maneira como são apresentadas em uma edição de domingo, adquirem aos olhos do leitor outro status graças a esse entorno. Da mesma maneira, reportagens de maior fôlego, vinculadas a coberturas mais rotineiras em edições normais durante a semana, tendem a aparecer fortemente vinculadas à cobertura dos eventos principais da edição.

No caso dos três grandes diários, o peso da orientação para problemáticas se articula em torno de alguns padrões de noticiário. Um deles é o de eleger um determinado problema ou questão, que é objeto de uma abordagem mais detida do que o simples notificar um acontecimento.

Em geral podem aparecer em páginas temáticas, que são objeto de um esforço de reportagem mais pronunciado (investigação, análise, etc.). As matérias indicam um número maior de fontes de informação, apresentam uma diagramação distinta e que incorpora outros elementos de design não costumeiros e um esforço por originalidade que marca não só um lugar de construção da identidade de cada periódico frente aos demais jornais impressos, como também uma tentativa de distinguir um próprio do impresso no tocante aos outros meios de comunicação. Nesse quesito, do mesmo modo aparecem as reportagens publicadas sob a figura da série, em que a seqüência do assunto por um determinado número de dias caracteriza uma abordagem bastante descolada de episódios de um passado imediato. As matérias com clara abordagem temática se voltam também para trabalhos de retrospectiva ou balanço acerca de acontecimentos que foram acompanhados durante certo tempo pelo jornal ou têm em eventos recentes ou iminentes um “gancho” para uma abordagem mais aprofundada ou

com maior número de variáveis que a cobertura do dia a dia. É, nesse sentido, um noticiário que se vale de um distanciamento em relação a fatos já reportados, observados agora não mais no “calor” dos acontecimentos, e sim em uma identificação de linhas de força e projeção de processos que se configurem em tendências. A orientação para temas, nesse sentido, pretende alargar o presente dos jornais.

Todavia, algumas questões surgem face a esse movimento de “abandono” do noticiário de eventos para um noticiário temático. Um deles é associação, a nosso ver muito ligeira, entre cobertura orientada para eventos e superficialidade da abordagem. Tende-se a ver que a condicionante temporal de imediaticidade, de divulgação da ocorrência mais recente, implique em pouca profundidade na abordagem e não diferenciação na cobertura.

Ora, imaginar que a diferenciação entre os periódicos e deles com outros meios de veiculação de informação dar-se-á apenas pelas matérias “especiais” exclusivas, concebendo que no âmbito da cobertura orientada para eventos a abordagem pouco difere, é assumir um entendimento bastante simplório de jornalismo. Nos relatos orientados para eventos a cobertura se distingue nas terminologias utilizadas, na abordagem do acontecido, no estilo, nas fontes de informação escolhidas etc. A interpretação dos eventos está, entre outras coisas, ligada às maneiras com que um evento será reportado. A suposta superficialidade de uma cobertura orientada para eventos não é imanente ao relato noticioso em que a condicionante temporal destaca eventos. Nesse sentido, os chamados critérios de noticiabilidade, bem como o enquadramento promovido pelos diários, é que dirão da natureza da notícia, menos o fato de que se refere a um evento recente ou iminente – essa espécie de “*frame* episódico” que se caracteriza por certo apagamento da história enunciativa que envolve os acontecimentos e os enunciados utilizados para reportá-los. Mesmo orientado a

eventos, a questão é verificar se a notícia vale-se de um enquadramento que transforma o acontecimento em episódico ou indica várias de suas ligações ou liames, cadeias de causalidade, perspectivas de desdobramento.

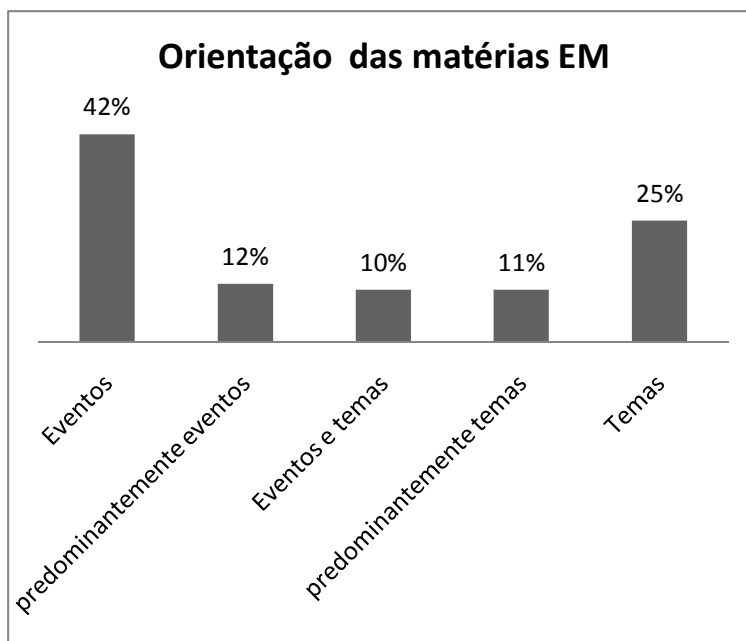


Gráfico 22: orientação temporal das matérias do jornal Estado de Minas

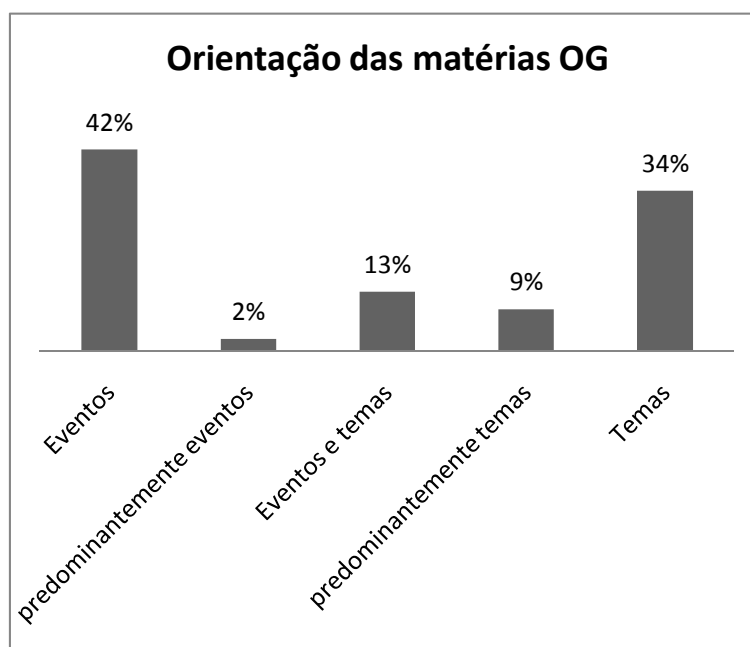


Gráfico 23: orientação temporal das matérias do jornal O Globo

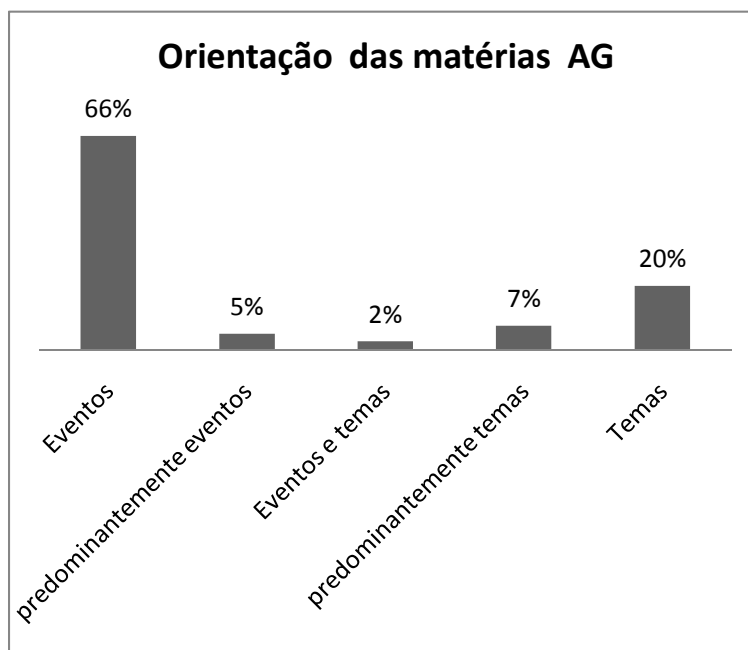


Gráfico 24: orientação temporal das matérias do jornal Agora

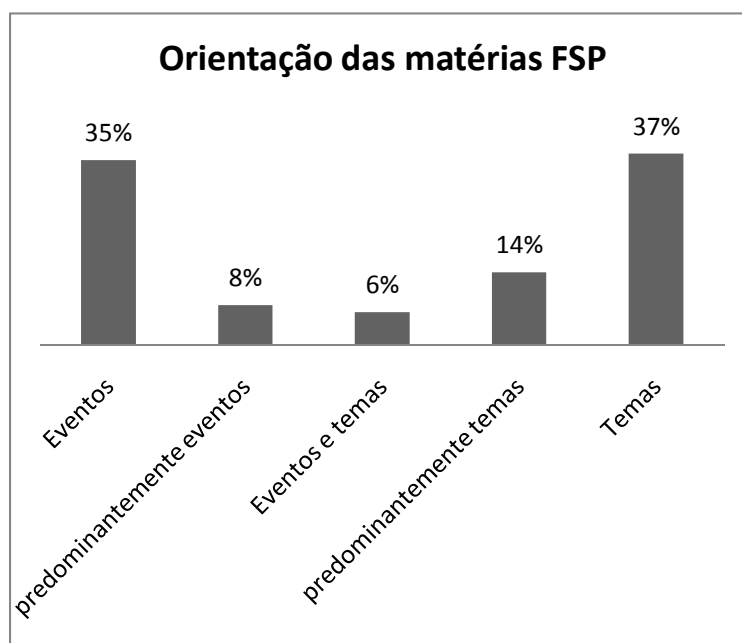


Gráfico 25: orientação temporal das matérias do jornal Folha de S. Paulo

A observação do enquadramento temporal das notícias no cruzamento com os assuntos referidos permite-nos perceber que a orientação para temas ou eventos não é idêntica, mas varia também de acordo com a rubrica que apanha o acontecimento em tela. Nas matérias categorizadas com os assuntos “futebol”, “crimes” “política”,

“política internacional” (gráficos 26, 27, 28 e 29), nessa ordem, a orientação para eventos é amplamente superior, evidenciando o peso que o factual tem para esse tipo de cobertura. Trata-se de reportar eventos recentes ou iminentes em um domínio que combina algum nível de restrição temática e uma rotina de produção bastante rígida. No caso de “futebol” e “política”, são coberturas fortemente rotinizadas em torno de um dado espaço social e um conjunto de práticas que deve, obrigatoriamente, ser escrutinado para a produção de notícias. Nesse sentido, o setor coberto, seja uma casa legislativa ou um clube de futebol, é visado sob a perspectiva da “eventualização”: a fala de um político, a entrevista de um jogador, a reunião de uma comissão, o treino de uma equipe. São elementos da rotina desses espaços sociais que devem ser vistos em sua descontinuidade para que se transformem em fatos da cobertura jornalística do jornal diretamente vinculados à periodicidade da publicação. “Política internacional” e “crimes”, por sua vez, referem-se a coberturas marcadas pelo registro de ocorrências recorrentes que se dão em um dado domínio da realidade: o “mundo” (ou pelo menos uma parte dele) ou o boletim de ocorrência. De certa maneira, nesse jornalismo de eventos, percebe-se que a repetição enseja uma estratégia de produção/captura dos acontecimentos em que a atribuição de valores ou certa hierarquia entre os acontecimentos se esvai no movimento mesmo de repetição incessante. O enquadramento temporal episódico naturaliza os acontecimentos, que tem seu valor como que previamente estabelecido.

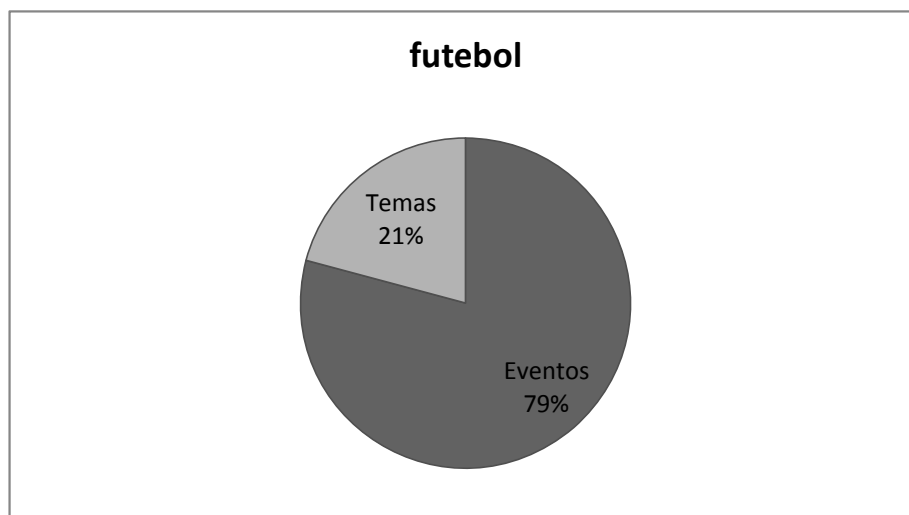


Gráfico 26: orientação temporal das matérias de acordo com o assunto “futebol”

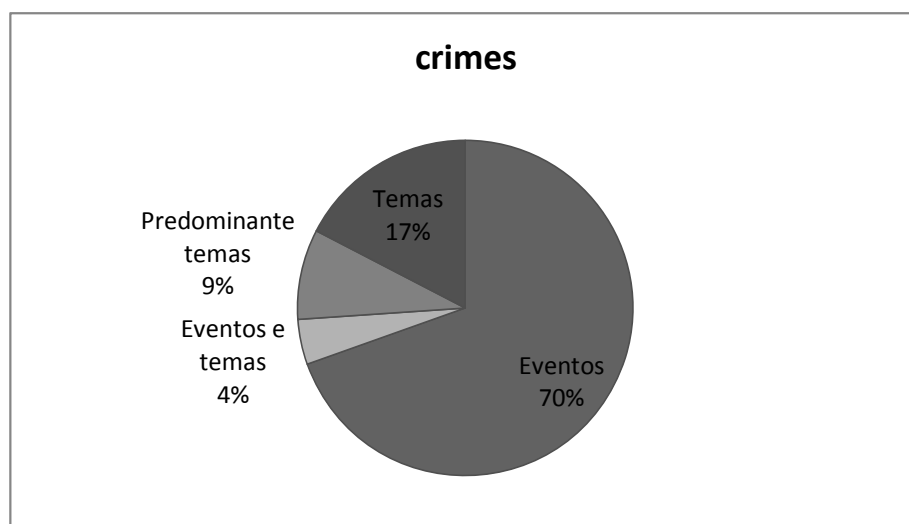


Gráfico 27: orientação temporal das matérias de acordo com o assunto “crimes”

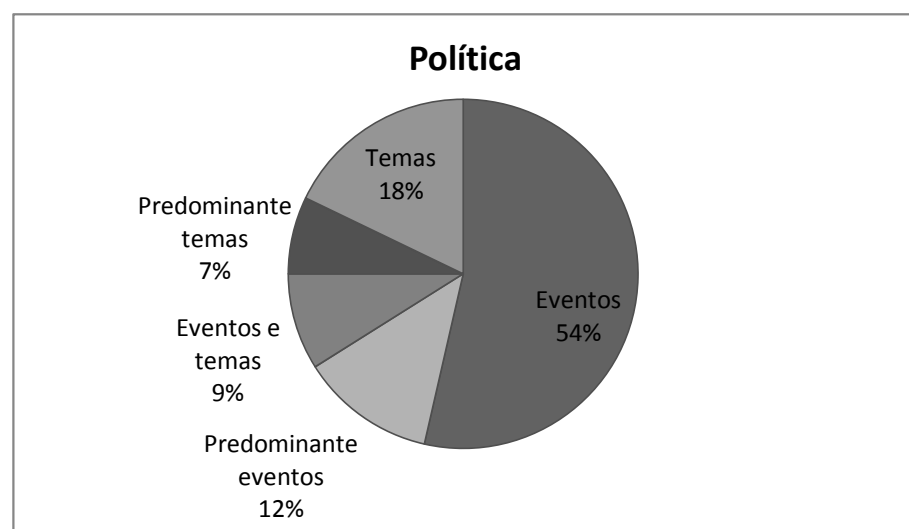


Gráfico 28: orientação temporal das matérias de acordo com o assunto “política”



Gráfico 29: orientação temporal das matérias de acordo com o assunto “política internacional”

A situação é oposta quando as matérias estão identificadas sob os assuntos “macroeconomia”, “produção cultural”, “cotidiano” e “serviços” (gráficos 30, 31, 32 e 33). O predomínio de uma orientação da notícia para temas não implica que ela ofereça uma abordagem que denote maior aprofundamento no tratamento jornalístico, como a primeira vista poderia parecer. Nesse quesito, a supremacia está com as matérias voltadas para “serviço”, claramente não orientadas para o registro de um evento, mas nem por isso dotadas de maior apuro jornalístico. São textos ou de natureza utilitária, de “serviço” como se diz no jargão jornalístico, ou com um tema “genérico”, “atemporal”. Em tais matérias destaca-se a atenção a aspectos que afetem diretamente o interesse pessoal dos leitores com a finalidade de oferecer respostas a determinadas questões ou alguma espécie de orientação sobre procedimentos em diferentes aspectos de sua vida cotidiana. Dificilmente encontram-se nesses casos referências a acontecimentos específicos como mote ou estruturadores da matéria, mas nem por isso pode-se dizer que elas estejam voltadas para um tipo de abordagem onde a apresentação de elementos contextuais, a diversidade de fontes de informação ou a discussão de conseqüências se faz presente de maneira proeminente.

Nas notícias referentes ao universo da economia, por exemplo, poder-se-ia imaginar que elas teriam uma orientação voltada para as problemáticas em virtude desse domínio do real ser marcado por processos continuados e nem tanto por eventos específicos. Ora, a lógica episódica não é derivada do “mundo” da economia, mas da textualização jornalística. A economia pode ser ou não abordada por eventos, o que significa afirmar que não é o “conteúdo” econômico a “causa” de uma abordagem não voltada para eventos, mas a própria disposição editorial do veículo e, em nossa perspectiva de análise, a maneira como concebe o acontecimento jornalístico. Em economia, há uma forte propensão ao trabalho com o estabelecimento de nexos causais para explicação dos fenômenos a partir de diferentes teorias econômicas. Os “eventos” dobram-se a determinadas concepções acerca do funcionamento da economia e elas presidem o enquadramento de tais ocorrências.

Já as matérias rubricadas como de “cotidiano” trazem a cobertura de fatos em geral relacionados à cidade de referência da publicação. São acontecimentos locais que organizam a vida daquele lugar: trânsito, educação, saúde, tudo aquilo que guarda certa proximidade com o ambiente urbano e o lugar de moradia/trabalho/estudo. É o lugar da vida de todo dia. Em geral trata-se de noticiário cuja perspectiva busca captar tendências, variações ou mudanças de estado em que se cristalizam novas situações frente a um quadro anterior que se modificou em um período mais alargado que a periodicidade da publicação. O jornal Estado de Minas, por exemplo, traz matéria sobre “o perigoso hábito de andar na rua”⁶⁴, discutindo em que condições pedestres deixam de fazer uso de passeios para se arrisarem transitando junto aos veículos. Nenhum evento específico articula a construção do acontecimento jornalístico. O jornal Agora, em outro exemplo, destaca uma entidade local que incentiva adoção de crianças, também sem

⁶⁴ Estado de Minas, 9/6/2005.

nenhuma ocorrência recente ou iminente que ajude a organizar o relato jornalístico. Há casos em que a condicionante temporal é um “gancho” para uma matéria que se relaciona a uma data específica, sem que os enunciados da reportagem se vinculem a ela explicitamente. É o caso da Folha de S. Paulo com “Mães colocam marido em primeiro lugar”, por ocasião do “Dia das Mães”⁶⁵. A data comemorativa funciona como um parâmetro de contextualização, uma maneira de sincronizar os eventos reportados nas páginas do jornal com o ritmo social, acionando significados para a leitura ao jogar com a aparente contradição de mostrar em um dia dedicado à maternidade, mulheres que “afirmam amar mais o parceiro do que os filhos”.

Curiosamente, as matérias que tratam dos assuntos relativos à “produção cultural”, sempre objeto de um caderno diário específico, apresentam grande equilíbrio entre as cinco categorias utilizadas para classificar os textos. Nessa rubrica estão basicamente o noticiário relativo às práticas referidas à produção artística e de entretenimento que transitam pela rede midiática, concentrados principalmente nos chamados “cadernos B”. Vale ressaltar que nesse universo, de acordo com o nosso recorte, não se verificou nenhuma matéria do jornal tipicamente local, o Agora. Pode-se imaginar que esse equilíbrio indica um tratamento à produção cultural como um processo estruturante da vida social, para além de eventos. Não é exatamente o que ocorre. As matérias com ênfase em orientação temática tratam do destaque de um dado indivíduo em uma área específica (“*A bela do samba: Juliana Diniz grava disco de sambas com a bênção de Zeca Pagodinho e Marisa Monte*”⁶⁶), de “descobertas” inusitadas por parte do jornal (“*Arte milenar perto de BH*”⁶⁷), com nenhuma distinção relevante do tratamento dispensado por outras áreas do jornal. Não são matérias que se apresentem com uma lógica distinta daquela das reportagens que tratam da cobertura de

⁶⁵ Folha de S.Paulo, 8/5/2005.

⁶⁶ O Globo, 25/6/2005.

⁶⁷ Estado de Minas, 16/5/2005.

eventos culturais. As abordagens nesse domínio permitem identificar que os ritmos dos processos culturais que se apresentam nas páginas dos diários, se não estão marcados apenas pela factualidade, tão pouco consegue caracterizar tais processos em uma dimensão temporal. Artistas que começam a se destacar são apresentados como se sempre estivessem nessa condição. Não há rastros dessa trajetória. “Descobertas” inusitadas carecem de qualquer história enunciativa que não aquela do próprio jornal e sua “revelação”, que passa então a incorporar-se na agenda cultural. Menos os processos, mais os produtos da cultura são o efetivo destaque das matérias. Nessa distribuição “equânime” das reportagens entre orientadas para evento e orientadas para temas não se vê, assim, matérias que possam evidenciar maior complexidade ou tensionamento na abordagem dos fenômenos culturais, condições costumeiramente postulada para o que normalmente nomeia-se como jornalismo cultural.

O fato é que tanto nas matérias mais fortemente orientadas para eventos quanto nas mais explicitamente orientadas para temas, o jornal opera como um sincronizador social para os ritmos que ordenam diferentes dimensões da experiência social.

Nesse sentido, o enquadramento temporal não deve ser visto como uma simples contraposição entre *soft news* e *hard news* (TUCHMAN, 1993), a primeira categoria como um tipo de notícia cuja datação é prioritariamente definida pela comunidade jornalística e a segunda categoria tratando de relatos cuja temporalidade do evento impõe o momento da publicação. Do ponto de vista temporal, ocorre uma complexa articulação entre parâmetros que operam ao nível dos produtores de mensagem, da construção do texto jornalístico, do universo de referência dos receptores e das coordenadas mais amplas estabelecidas no campo da cultura. Nesse sentido, o enquadramento temporal não diz respeito ao momento de ocorrência do acontecimento e sua relação com o espaço da produção da notícia, mas às diferentes durações e ritmos

que ele invoca para construir o relato e produzir no ato mesmo de significação uma referência a um mundo “atual” que ele, ao mesmo tempo, descortina e constrói. Tomadas como tendências de coberturas para domínios de assuntos específicos, a orientação para eventos ou temas acaba por contribuir para a naturalização de determinados acontecimentos e o estabelecimento de uma padronização no seu tratamento, o que faz com a sucessão episódica de ocorrências se torne, por si só, um valor notícia para produção de matérias, ou que marcações no calendário operem como motivação para a produção de determinado noticiário.

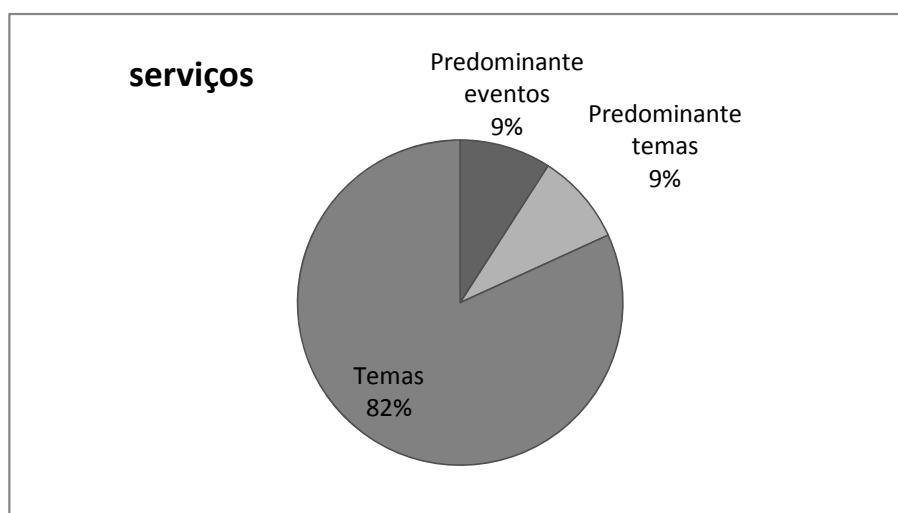


Gráfico 30: orientação temporal das matérias de acordo com o assunto “serviços”

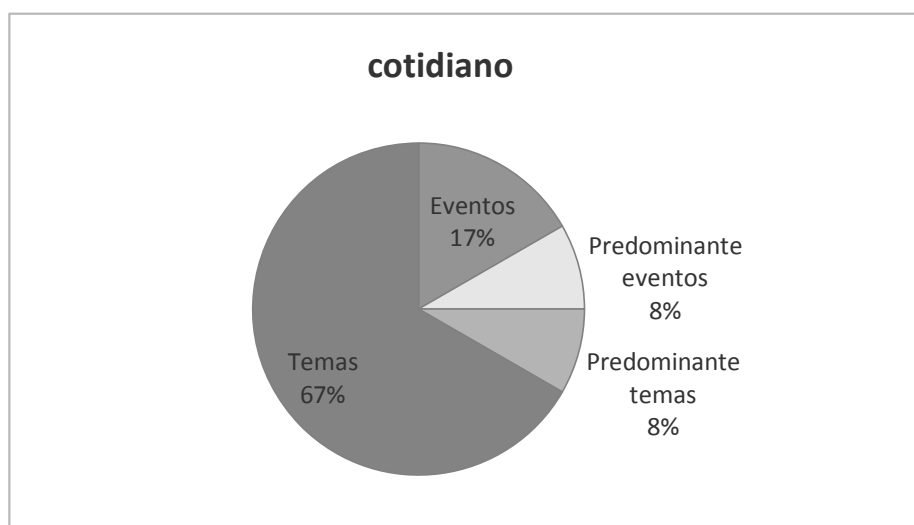


Gráfico 31: orientação temporal das matérias de acordo com o assunto “cotidiano”

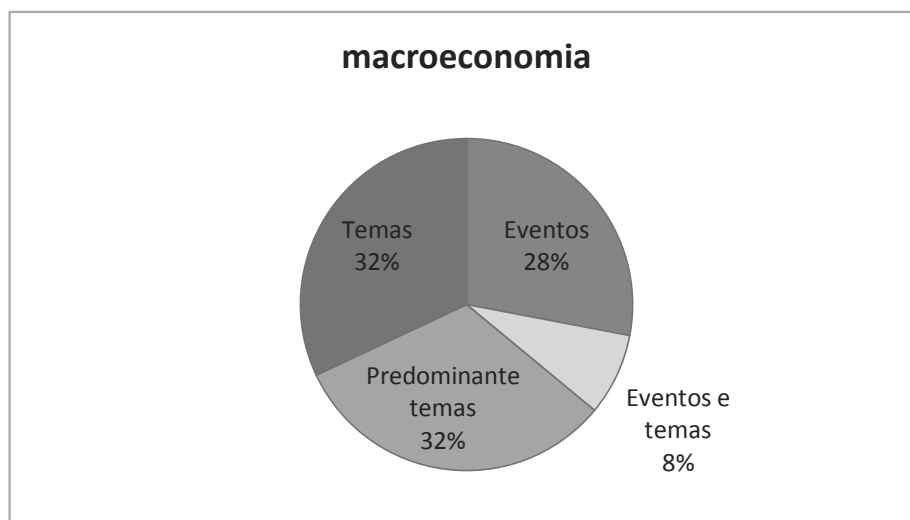


Gráfico 32: orientação temporal das matérias de acordo com o assunto “macroeconomia”

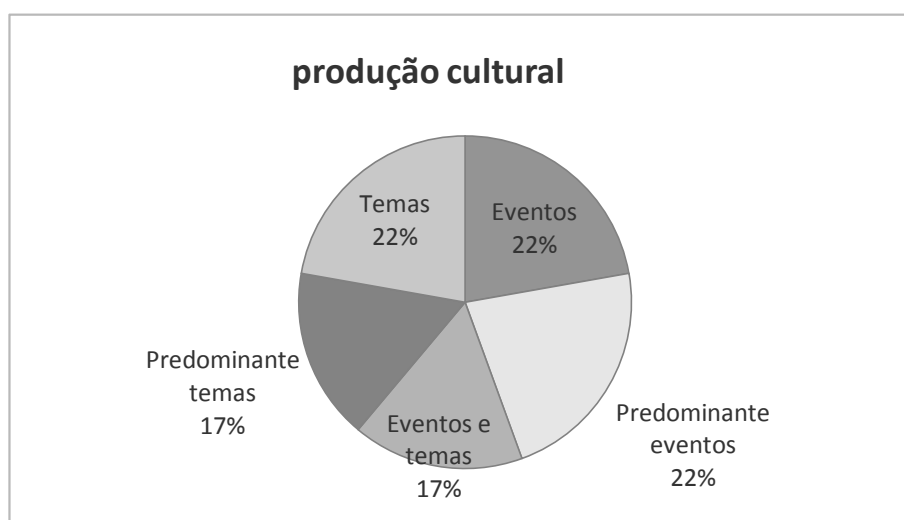


Gráfico 33: orientação temporal das matérias de acordo com o assunto “produção cultural”

Já se fizemos a observação da orientação da matéria considerando-se o dia da semana, algumas impressões são reforçadas. A primeira delas é de que a edição de domingo do jornal apresenta-se como uma edição temporalmente à parte. Cerca de 35% das matérias orientadas para temas nos quatro periódicos são publicadas nesse dia. O noticiário orientado para eventos, por sua vez, só tem preponderância em um dia da semana (gráfico 34). Não se verifica, pois, pelo menos em relação ao enquadramento temporal, a idéia de que a cobertura dos jornais está voltada para aspectos factuais da

cobertura do dia a dia. Na verdade, eles, os fatos, muitas vezes fazem falta na matéria! O quadro apurado aponta, no conjunto das edições, que os diários têm dado mais destaque para o noticiário que não se conecta explicitamente a ocorrências ou episódios vinculados a uma temporalidade recente ou iminente. A verificação do peso específico das orientações das matérias em cada dia também confirma a singularidade da edição dominical. Aos domingos as matérias orientadas para temática alcançam 70% das notícias com chamada na primeira página e a terça-feira apresenta a tendência contrária, com 58% das matérias voltadas para eventos (gráficos 35 e 36). Nos demais dias verifica-se uma distribuição que não acentua o peso da orientação temporal para eventos ou temáticas, no conjunto da edição, ou ganha relevo uma “zona” mista de matérias em que não se pode falar exatamente de um predomínio de temas ou eventos.

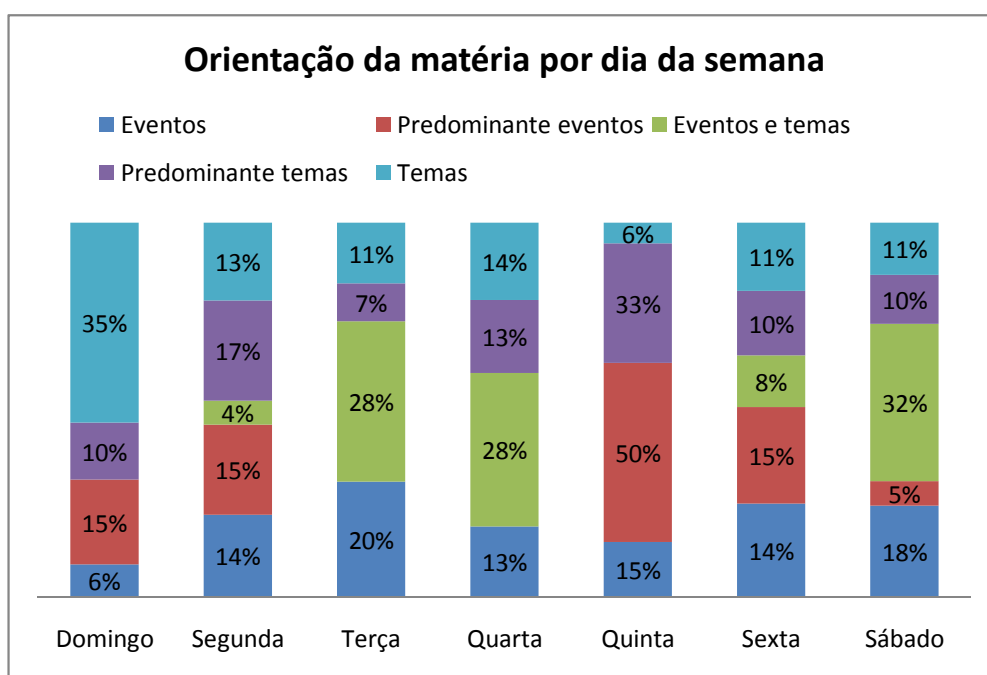


Gráfico 34: orientação temporal das matérias em todos os jornais, por dia da semana

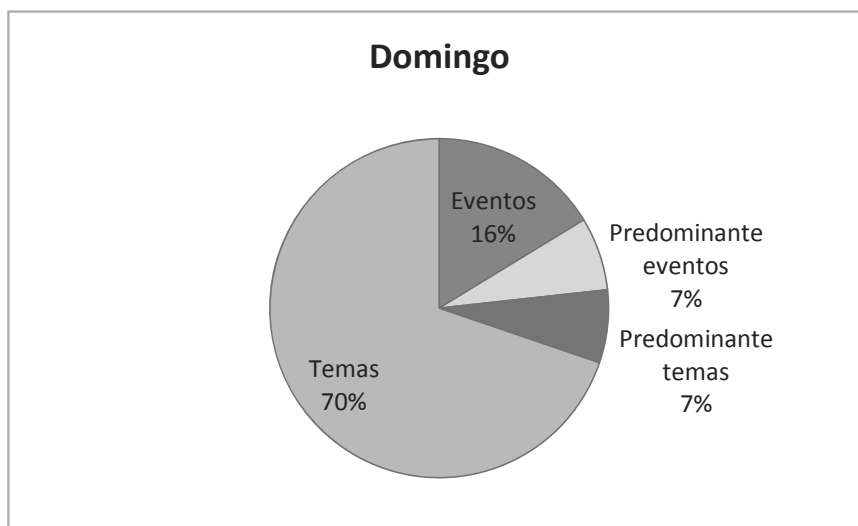


Gráfico 35: orientação temporal das matérias em todos os jornais no domingo

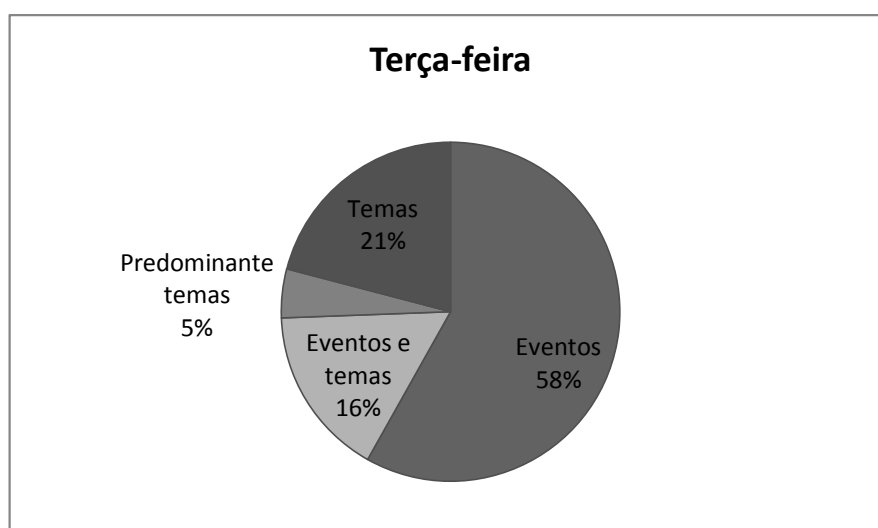


Gráfico 36: orientação temporal das matérias em todos os jornais, na terça-feira

Nesse aspecto da orientação temporal, novamente desagregar os dados por periódicos é importante para uma melhor caracterização da identidade editorial dos veículos em relação a esse quesito. Os jornais Folha de S.Paulo e O Globo, em suas edições dominicais, em sua quase totalidade dão destaque para matérias cuja orientação é temática. Já a terça-feira e a sexta-feira aparecem como as edições mais fortemente marcadas por uma orientação para eventos. Vê-se claramente como a idéia de semana é uma referência temporal importante para os jornais: a terça, pela lógica da produção e pela representação que adquire junto ao leitor, é o dia mais acentuadamente marcado

pela publicação da retomada da “agenda” de eventos da semana, ocorrida na segunda-feira. A sexta-feira, por sua vez, caracteriza-se pela “programação” para o fim de semana. A sucessão das edições, se por um lado hipostasia um presente da enunciação que se abre a cada dia como a temporalidade do jornal, por outro lado não pode perder de vista o ciclo temporal que acompanha a vida social e tem na semana um ordenador central.

Os jornais mais fortemente locais apresentam dinâmica distinta. Mais voltados para a cobertura do seu entorno social imediato, eles se apresentam com um volume maior de noticiário relacionado a eventos. A tendência é mais fraca no jornal de perfil regional e bastante acentuada no diário tipicamente local. Alguns domínios temáticos, como o tipo de cobertura de futebol e ocorrências criminais, acentuam tais características editoriais desses periódicos.

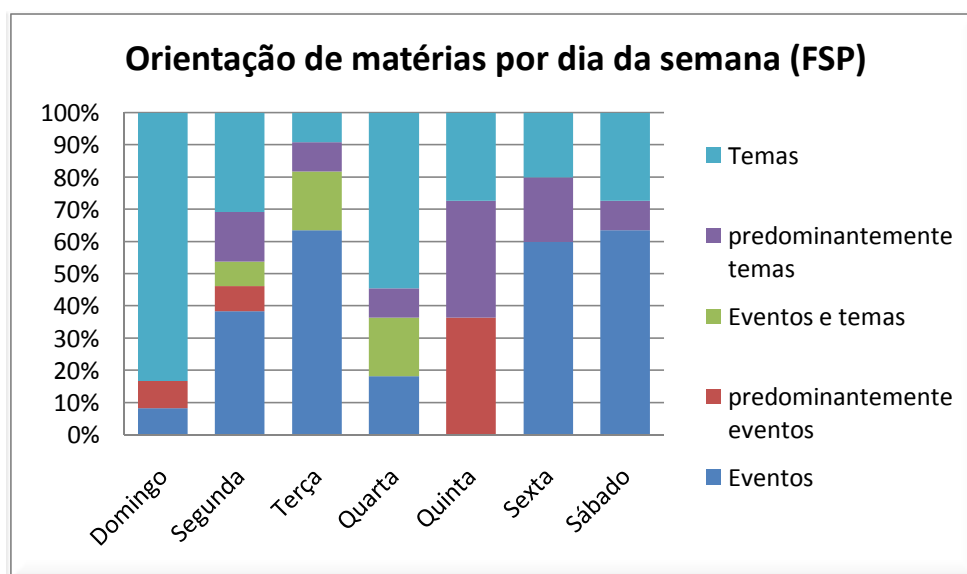


Gráfico 37: orientação temporal das matérias por dia da semana, Folha de S.Paulo

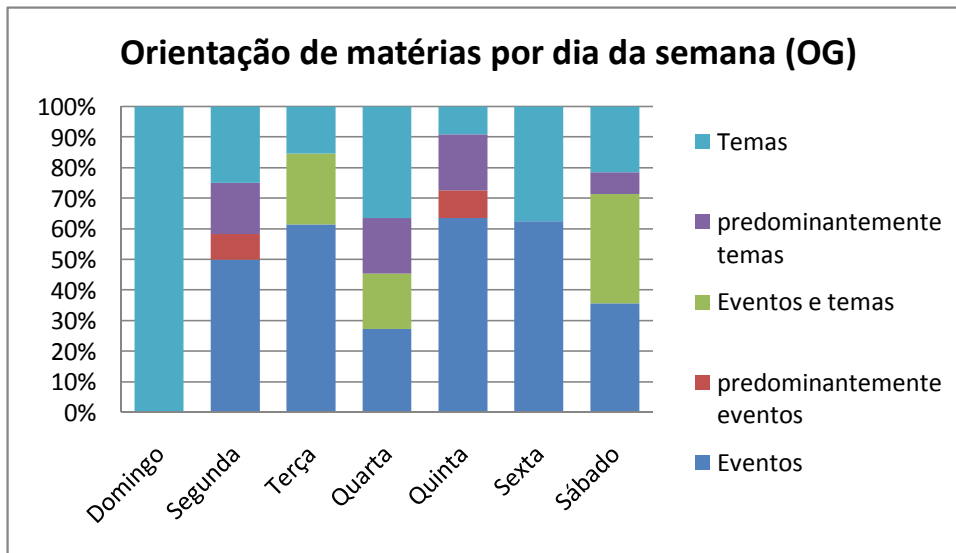


Gráfico 38: orientação temporal das matérias por dia da semana, O Globo

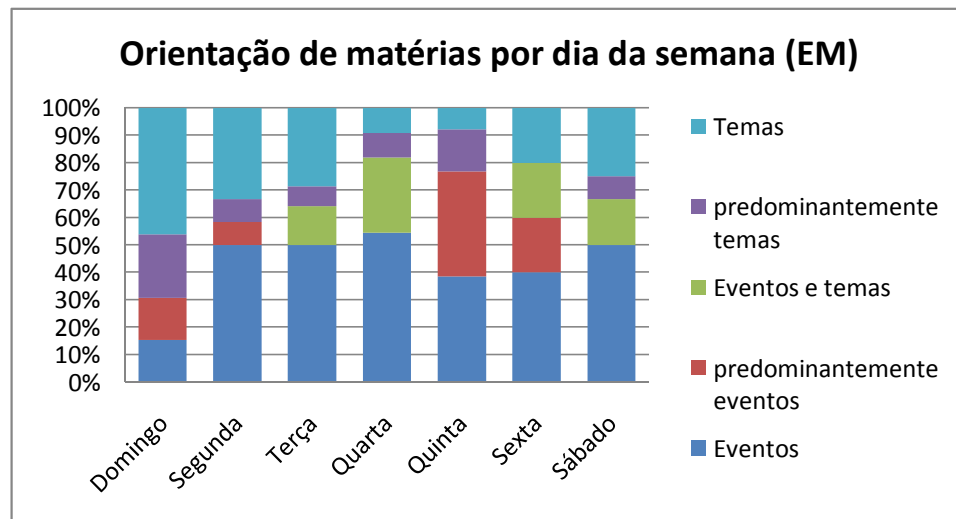


Gráfico 39: orientação temporal das matérias por dia da semana, Estado de Minas

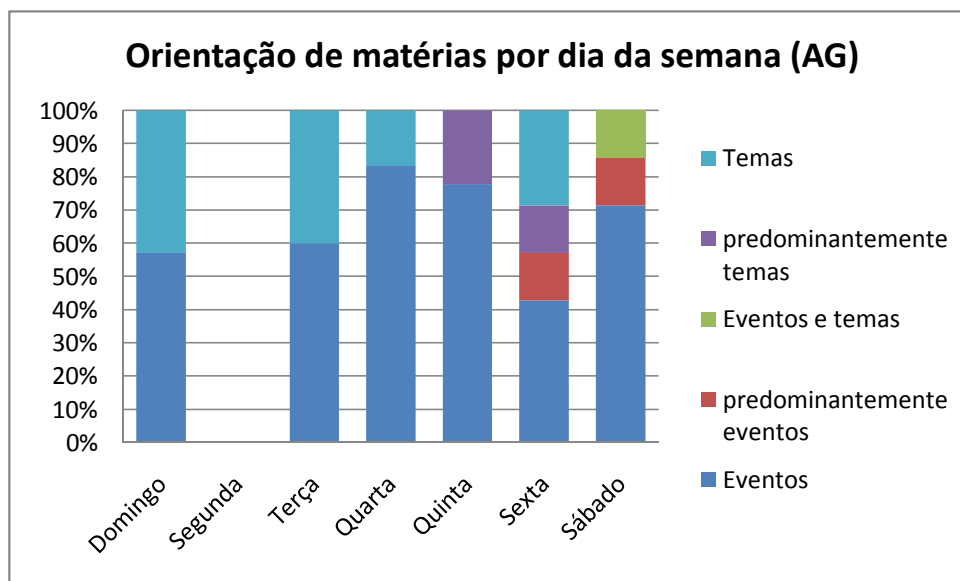


Gráfico 40: orientação temporal das matérias por dia da semana, Agora

10.4 A (im)previsão do tempo

Nesta seção fizemos um mapeamento do regime de temporalidade dos diários segundo quatro aspectos: de acordo com a forma como o enquadramento das matérias aciona as figuras de presente, passado e futuro; conforme o uso, na construção do relato, de uma ocorrência cronologicamente especificada; com o horizonte cronológico que as matérias sugerem para interpretação do acontecimento principal da notícia; e segundo a orientação temporal da matéria considerando o seu foco em eventos ou temáticas.

Essa caracterização para nós evidencia que a compreensão do discurso do jornal deve levar em conta que a temporalidade do periódico, ao mesmo tempo, sincroniza a temporalidade social e se sincroniza com ela para produzir significação. O presente que o jornal instala, enquanto uma instância discursiva que se produz como marcador de origem para a datação dos acontecimentos reportados, se relaciona também com temporalidades específicas do mundo que ele jornal permite presentificar. Os acontecimentos têm diferentes histórias enunciativas, são portadores de diferentes temporalidades que subsistem, com maior ou menor proeminência, na notícia.

Para além de cada edição diária de um periódico, não se pode esquecer também que o jornal se orienta temporalmente conforme a série sucessiva da publicação que, aparentemente linear, é organizada ainda sob um regime cíclico semanal que corre paralelo à edição do dia. A edição de hoje inaugura sempre um novo presente, mas esses “agoras” não se equivalem no intervalo da semana. É preciso que eles se harmonizem com outros ordenamentos temporais que regulam também a vida social – o tempo do noticiário, por exemplo, adquire novas dimensões pragmáticas se pensarmos a situação que envolve a apropriação das mensagens pelo leitor. As diferentes edições dos jornais, nesse particular, auxiliam na constituição de uma marcação rítmica que ordena e estrutura temporalmente a vida dos indivíduos e da comunidade. O caso do domingo é característico: assumindo uma prática individual e um costume social, a edição parece estar fora de tempo. Na verdade, assume outra significação temporal em que a construção do noticiário e toda a idéia de construção da atualidade se combinam com os significados convencionados para o dia: oposição descanso/trabalho, lazer, outras atividades distintas da rotina diária. O jornal opera, nesse caso, como uma espécie de interseção temporal quando o leitor, ao mesmo tempo, está no tempo do jornal e frente a ele.

Nas temporalidades da notícia, percebe-se também que a simples idéia de um relato do presente é insatisfatória para a explicação mais precisa da natureza do trabalho de textualização jornalística. Em alguns domínios temáticos como economia e futebol, por exemplo, há um significativo valor atribuído ao enquadramento temporal que apresenta a notícia voltada para a predição e a especulação de acontecimentos e cenários. “Presentes futuros” são materiais relevantes nessas áreas. Ao mesmo tempo, acontecimentos programados também crescem em importância e reforçam a capacidade do noticiário em ser um mecanismo de ordenamento do mundo, reforçando processos de

programação e coordenação da vida social por meio de eventos e temas. O noticiário sobre crime, por sua vez, tem no “presente passado”, no “como foi”, no “já acontecido”, no “não-mais” um núcleo persistente de construção da temporalidade da notícia. Dessa forma, a atualidade não é propriamente o ponto zero de partida para construção da notícia, como o senso comum jornalístico costuma apresentar, mas o resultado, um efeito de um conjunto de operações discursivas. Se tomada como um fato, como um dado, essa concepção de atualidade se traduz em uma caracterização dos diários de informação a partir de uma uniformidade temporal que faz também com que o jornal incorpore um processo acentuado de instrumentalização do tempo. Ele, ao se desdobrar em um número crescente de cadernos e rubricas, sinaliza para o leitor a representação de um mundo em que é preciso saber “usar” o tempo, que os assuntos e acontecimentos se empilham e o jornal, nesse caso, poupa-lhe tempo.

11. Os títulos, o jornal desde o epílogo

Havíamos mencionado na seção anterior que dois dos principais diários brasileiros, O Globo e Folha de S.Paulo, oscilavam, em uma edição de dia útil e outra dominical, na veiculação de 58 a 146 páginas editoriais para um tempo médio de leitura entre 46 e 51 minutos. Tal situação por si só evidenciaria o papel proeminente que os títulos ocupam em uma publicação impressa, permitindo deixar de lado algumas mitologias que circundam os jornais diários, como a que imagina que os leitores os lêem integralmente... Mas, obviamente, o sistema de títulos de um periódico jornalístico ultrapassa a simples dimensão de conferir funcionalidade à leitura. Do ponto de vista das teorias da análise do discurso, os títulos têm o estatuto de lugar privilegiado de investimento de sentido e, portanto, constituem-se em aspecto central para compreensão do discurso jornalístico. Mouillaud (1989; 1997), estudioso das formas pelas quais o jornal impresso constrói sentidos, mostra como o sistema de títulos de um jornal impresso – que envolve desde o nome do jornal, passando por editoriais até os títulos informativos – opera como um dispositivo, uma matriz de sentido que configura um lugar chave para compreensão do discurso do jornal diário como relato da atualidade. Nessa operação, os títulos irão se constituir em um tipo característico de enunciação e enunciado que ajudarão a conferir ao jornal suas marcas de identidade.

Nesse trabalho vimos discutindo como o jornal impresso se vale da temporalidade como estratégia de montagem de sua forma discursiva. Nessa seção, aproveitamo-nos do arcabouço conceitual já construído em torno dos títulos – que a nosso ver permite sair de certa generalidade de argumentos macroteóricos e também do mero relato de problemáticas particulares marcado por alguma indigência analítica – para realizarmos um exercício de análise que procura indagar como o sistema de títulos

torna-se uma dessas operações enunciativas chave para compreensão da maneira como os periódicos constituem a “atualidade do dia”.

11.1 Um dispositivo em operação

O que são os títulos de jornal? Ao mesmo tempo são signos lingüísticos e signos plásticos. Na perspectiva da Análise do Discurso (AD), os títulos da imprensa constituem um dispositivo pertencente a um tipo situacional ou gênero discursivo específico, a informação, e cumprem o papel de anunciar um conteúdo informativo que lhe é subsequente. Os títulos não são, entretanto, formas equivalentes às do anúncio publicitário ou de obras como os livros.

No âmbito da AD há diferentes perspectivas de abordagem dos títulos. Imbert (1988) faz uma análise dos títulos buscando constituir uma tipologia discursiva. Van Dijk (1990; 1998) constrói uma abordagem dentro de uma matriz psicolingüística de compreensão do discurso. Verón (2004) investiga os títulos identificando o papel que o componente ideológico e o poder jogam na produção de sentido. Já Mouillaud (1989 e 1997) e Dor (2003) procuram estudar os títulos operando no interior de um sistema de títulos.

A pretensão inicial do título na página de um jornal diário é identificar uma dada matéria entre as demais, indicando seu elemento central de interesse. Essa é uma caracterização corriqueira presente nos diferentes estudos, que acentuam a perspectiva dos títulos atuarem como uma forma de “anúncio” que convoca a atenção do leitor, ativando uma dada memória e motivando-o para a leitura das matérias a que se referem. Tal papel é, assim, cumprido segundo uma dupla visada: os títulos informam e, ao mesmo tempo, devem captar a atenção do leitor, caracterizando um duplo contrato presente na situação de comunicação midiática. Eles têm, pois, uma função referencial e

uma função retórica, atuando como marcas de orientação para a leitura e a construção dos significados.

O saber profissional costumeiramente limita o papel do título a uma maneira de condensar a informação da matéria em enunciado curto. Mas, na perspectiva da Análise do Discurso,

ele não saberia fazê-lo e vários dados indicam que não é essa a sua finalidade, mas captar, selecionar, implicar e orientar, inserindo os dados num complexo de experiências enciclopédicas, sociais e ideológicas a fim de produzir uma série de efeitos contextuais. (...) O título atua portanto na captação do leitor enquanto consumidor de informação, por um lado, e como um espaço estratégico de posicionamento do enunciador, por outro. (SOUZA, 1996, p.176).

Em um estudo de 1973, sobre revistas semanais “burguesas e populares”, Verón (2004a) já apontava essas duas dimensões fundamentais dos títulos como fenômenos discursivos:

em primeiro lugar, uma dimensão metalingüística: com efeito, se trata sempre do título de um discurso que se apresenta depois dele; neste sentido um título qualifica a este último, o nomeia. Ademais, todo título tem uma dimensão referencial: como o discurso do qual é o nome, fala também de ‘algo’ (VERÓN, 2004a, p.82).

A maneira particular com que estas duas dimensões se combinam em um título constitui o que Verón chama de a “moldura” do discurso. Mais que um resumo, esses mecanismos de implicação e orientação que estruturam o título permitem sua compreensão, sobretudo, a partir da noção de relevância, segundo a qual o título indicará o tópico mais importante da notícia. Graficamente destacados, muitas vezes no “alto” dos artigos, os títulos precedem o texto informativo (matéria) e funcionam como parte da macroestrutura semântica do texto noticioso que opera, por um lado, como forma de sumarizar informação – seja por apagamento, generalização ou reconstrução dos significados – e também como unidade cognitiva que representa uma maneira de compreensão do texto. O título é, pois, uma macroproposição que em um primeiro nível cumpre a função de resumir, através da supressão de detalhes e a referência a um conhecimento geral pressuposto ou que se possa deduzir desse enunciado geral. Como

destaca van Dijk (1992, p.142) os títulos “são lidos em primeiro lugar, e sua informação formal ou semântica inicia um complexo processo de compreensão”. Comandam, pois, a percepção e o processo de leitura dos demais materiais informativos presentes na página impressa, configuram-se em uma estratégia de leitura. Tal macroestrutura se dá de maneira articulada a um “esquema” formal que tem nas manchetes a categoria de abertura. O título aqui opera como um sumário, uma proposição de nível mais alto do discurso da notícia, submetida a regras particulares de expressão (perfil editorial da publicação, projeto gráfico etc.). Dor (2003), por sua vez, busca fazer uma caracterização dos títulos de jornais não em termos de uma tipologia descritiva, trabalho feito pela maioria dos estudos. A partir da noção de relevância de Sperber e Wilson, Dor avalia que “os títulos de jornal são otimizadores de relevância: são projetados para otimizar a relevância de suas histórias para seus leitores” (2003, p.696). O título funcionaria assim como um “negociador textual” entre a notícia e os leitores do jornal, o que exige que para sua elaboração se compreenda o estado dos conhecimentos do leitor, suas opiniões e expectativas cognitivas, assim como também se compreenda o relato que ele sumariza. As variações de tipos de títulos seriam, dessa forma, “escolhas táticas” para cumprir um mesmo papel. Muitas vezes ele sumariza a matéria, noutras destaca um detalhe nela contido, mas fundamentalmente o título cumpre duas funções que atuam de maneira recursiva: uma função semântica e uma função pragmática, que ao mesmo tempo devem alertar, instar e informar o leitor. As escolhas táticas têm relação com a política editorial e o projeto gráfico da publicação, mas os títulos, enquanto um dispositivo comunicativo, têm por função produzir uma afinidade entre o conteúdo da história e o contexto de interpretação do leitor (DOR, 2003). Como também caracteriza Rodrigues (1990),

“os títulos da imprensa, graças ao próprio processo de figuração, constituem um verdadeiro texto dentro do texto. Fazem ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirigem o olhar do leitor. São uma espécie de véu

transparente”. (...) “Nesta estratégia paradoxal da relação entre as singularidades designadas e os sentidos pressupostos assenta uma verdadeira encenação do texto, pela qual se instaura uma certa forma original de relação à verdade e à vontade de saber, em que são enredados tanto o enunciados como o leitor” (RODRIGUES,1990, p.110).

Os títulos de jornais dirigem o processo de apreensão dos leitores otimizando a construção de um contexto de interpretação das notícias e são vistos por Mouillaud (1997) como um sistema de enunciados organizados em um dado dispositivo que está, por sua vez, subordinado ao dispositivo jornal. Em seus trabalhos, o autor não pretende realizar uma reconstituição da genealogia, histórica ou cotidiana, do título jornalístico, mas observa que o aparecimento do título no jornal impresso está diretamente relacionado à necessidade de relatar fatos do cotidiano. No final do século XIX, ainda prevaleciam nas páginas dos jornais a escrita literária e política, conferindo aos periódicos uma feição graficamente mais pesada, com grandes massas de textos e um aspecto cinzento. A narrativa factual do cotidiano fragmenta a escrita jornalística, tornando os textos mais curtos, produzindo enunciados heterogêneos e subordinando-os a uma lógica “cuja unidade não provém mais da ordem interna do discurso, mas da ordem externa da diagramação” (1997, p.32). Tal maneira fragmentada de organizar a forma textual é o próprio modo do discurso jornalístico apresentar a atualidade, a partir de então critério fundamental de organização e unidade do jornal. Como mostra Gouazé (1999), a forma do jornal apareceria assim como a condição mesma de existência da atualidade; sua escrita particular atua como produtora daquilo que nomeamos atualidade. O título é um dispositivo no interior e, ao mesmo tempo, constituinte do “grande” dispositivo jornal.

11.2 Dispositivo e disposição na página

O sistema de títulos, atuando sob a forma de um dispositivo, é tomado como a principal expressão da estrutura do jornal, constitui uma “região” que é articulada e articula a coluna vertebral da página e seu estrato transversal. A coluna é o elemento de base da unidade informacional e o estrato corresponde às áreas graficamente ocupadas pelos títulos. “O título representa uma região-chave do jornal na medida em que aparece na interseção de duas articulações; constitui uma unidade de corte do estrato e uma unidade de corte de coluna” (MOUILLAUD, 1989, p.100). Ou seja, o entendimento dos títulos deve necessariamente passar pela compreensão dos procedimentos de *mise en page*, de organização e hierarquização das informações no jornal. O título é uma zona “conflagrada”, um lugar de tensão da e na página.

A disposição na página do jornal vai caracterizar funcionalmente o título. Tomados em um *continuum*, quanto mais voltados para os lugares de entrada no jornal (primeira página), os títulos indicam uma proximidade temporal com o acontecimento relatado, sua singularidade eventual. As “manchetes” são aí a sua modalidade típica. À medida que caminham para as páginas internas, os títulos como que se bifurcam: por um lado, vão se articulando com enunciados invariantes no sistema de títulos (chapéu ou versal, que indicam temas recorrentes na abordagem do jornal), não exclusivos de uma única edição da publicação, mas que remetem à série, à coleção; por outro lado, reúnem elementos tais como o “bigode”, que permitem aumentar o raio informativo do título principal e, por vezes, caracterizar a não coincidência entre o discurso da notícia e a anterioridade ou posterioridade do acontecimento relatado a partir de uma relação clara com o tempo cronológico.

O sistema de títulos configura então parte do relevo da página-jornal, soma-se a outras variáveis visuais (colunas, legendas etc.), e permite a compreensão da página

como uma superfície organizada por coordenadas, por um eixo vertical e um eixo horizontal. A página do jornal é, assim, um “código” que indica ao leitor como se movimentar por entre seus textos à maneira da cidade moderna, onde a população urbana faz perambular seu olhar atrás dos índices que conferem concretude ao espaço. Para um planejamento urbano quase sempre operando através do zoneamento monofuncional (áreas de moradia, comércio, indústria etc.), o jornal “responde” de maneira análoga com seções temáticas/editoriais bem caracterizadas. Tal organização orienta a leitura e sugere significações aos acontecimentos relatados.

A primeira página, por exemplo, oferece ao leitor uma dimensão de unidade sobre o conjunto da publicação, algo como olhar a cidade do alto. É um mapa, uma representação topográfica que permite reconstituir um conhecimento de conjunto, perdido pelo cidadão face ao crescente (des)ordenamento social, físico e demográfico da cidade. Ao visitante da cidade incomensurável, o mapa oferece alguma “segurança”; ao leitor da primeira página o jornal oferece um primeiro contato com um mundo do jornal.

Caracterizado como parte integrante de um peritexto, os títulos são enunciados que podem ocupar dois lugares distintos no interior do jornal: o do peritexto do jornal e o do peritexto do artigo. O primeiro remete aos elementos tendencialmente invariantes no interior da publicação (seu nome, a indicação de editoriais, os cadernos). O peritexto do jornal aparece, segundo Mouillaud, como um conjunto de princípios de repartição e classificação do conteúdo informacional transformando o conteúdo da publicação em “realidade”. Já o peritexto do artigo indica os elementos que variam de acordo com uma mesma proposição referencial dada na matéria (são os títulos, sub-títulos, intertítulos, chapéu, olho, legenda, assinaturas, pé com indicação de serviços etc.) e são decisivos para a organização visual da página e a indicação do valor da informação.

O papel cumprido pelo peritexto é de três ordens: atrair o olhar do leitor; orientar a leitura dos diferentes enunciados presentes na página do jornal; e constituir uma imagem de marca da publicação (SOUZA, 2000). O peritexto permite, por exemplo, uma redução do tempo de leitura do jornal: enquanto a leitura integral de hipotéticas 48 páginas de um periódico diário poderia consumir algo superior a cinco horas, o sistema de títulos auxilia a um tipo de leitura que não ultrapasse meia hora de atenção. Da mesma maneira, tal dispositivo ajuda a evidenciar a “qualidade diferencial” de um diário frente a outros jornais – um modo de dizer específico – sendo mais um elemento que organiza e trata as preferências do leitor.

Como diz Mouilaud, os títulos são então essa espécie de dobra na página que representa as macroestruturas do jornal e as microestruturas do texto a que se refere. Na perspectiva da Análise do Discurso, se a diagramação, a tipografia, as fotografias e outros materiais significantes são elementos plásticos importantes para distinção de um jornal de outro, “os títulos estabelecem o primeiro contato semântico e discursivo” do leitor com o jornal (SOUZA, 2000). O sistema de títulos é uma unidade macroestrutural do discurso do jornal que diz, sobretudo, de um processo de transação discursiva (CHARAUDEAU, 1997) que não prescinde de um saber partilhado entre os interlocutores. Integrante do sistema complexo que é o texto jornalístico, o título é um tipo particular de enunciado, entendido em um sentido mais geral utilizado pela AD como uma “marca verbal do acontecimento que é a enunciação” (MAINGUENEAU, 2001, p.56) e, em termos mais específicos, como uma frase considerada em um contexto particular.

11.3 Os títulos dos jornais

Nos jornais analisados o peritexto jornalístico que compõem diretamente o sistema de títulos trata, basicamente, das editorias (um contextualizador generalizante do domínio temático), do chapéu ou sobretítulo (um contextualizador particularizante e factual, que especifica e atualiza a editoria), dos títulos propriamente (macroestrutura principal, cujo aspecto tipográfico é o mais saliente e que apresente aquilo que se diz ser a “informação nova”), e o subtítulo ou bigode (que faz o ajuste do sentido presente no título e amplia seu quadro explicativo) (SOUZA, 2000).

O jornal Folha de S.Paulo⁶⁸ possui no seu sistema de títulos a seguinte organização em suas páginas internas:

“fio-data — É o traço sobre o qual se escrevem dados como data da edição, número da página, nome e seção do jornal. Fica no alto de cada página ou, nas capas de caderno, logo abaixo do logotipo”.

“vinheta — A expressão designa hoje a forma gráfica usada para caracterizar uma seção na página de jornal ou revista”.

“chapéu — Palavra ou expressão curta colocada acima de um título. Usada para indicar o assunto de que trata o texto ou os textos que vêm abaixo dela”.

“sobretítulo — É o nome que se dá à linha-fina quando está diagramada acima do título e não abaixo, como de hábito”

“título — O título deve ser uma síntese precisa da informação mais importante do texto. Sempre deve procurar o aspecto mais específico do assunto, não o mais geral”.

“linha-fina — Frase ou período sem ponto final, que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações. Funciona como subtítulo. Usa letras menores que as do título e maiores que as do texto”.

“olho — Recurso de edição mais usado na Folha para anunciar os melhores trechos de textos longos e arejar sua leitura. Em geral tem apenas três linhas de texto centralizadas, nas quais se destacam frases relevantes e sugestivas do artigo, entrevista ou transcrição”.

“intertítulo — Como o nome diz, pequeno título que aparece no interior de textos muito longos e tem a função de arejar a leitura”(Manual, 2001).

Teríamos assim, a seguinte organização do sistema de títulos em uma página interna do jornal Folha de S.Paulo:

- *DINHEIRO* (fio-data)
- *AGROFOLHA* (vinheta)

⁶⁸ Essa era a disposição do sistema de títulos da Folha antes da última reforma gráfica, em maio de 2006, que modificou alguns aspectos do projeto gráfico.

- *NO CAMPO* (chapéu) – Valorização só acontece em áreas com lavouras de cana-de-açúcar e em regiões voltadas para reflorestamento (linha-fina)
- *Soja em queda desvaloriza preço das terras* (título)

Já no Jornal O Globo, a observação de uma edição permite identificar a seguinte organização: editoria, vinheta, título específico da matéria e bigode (ver figura 7)

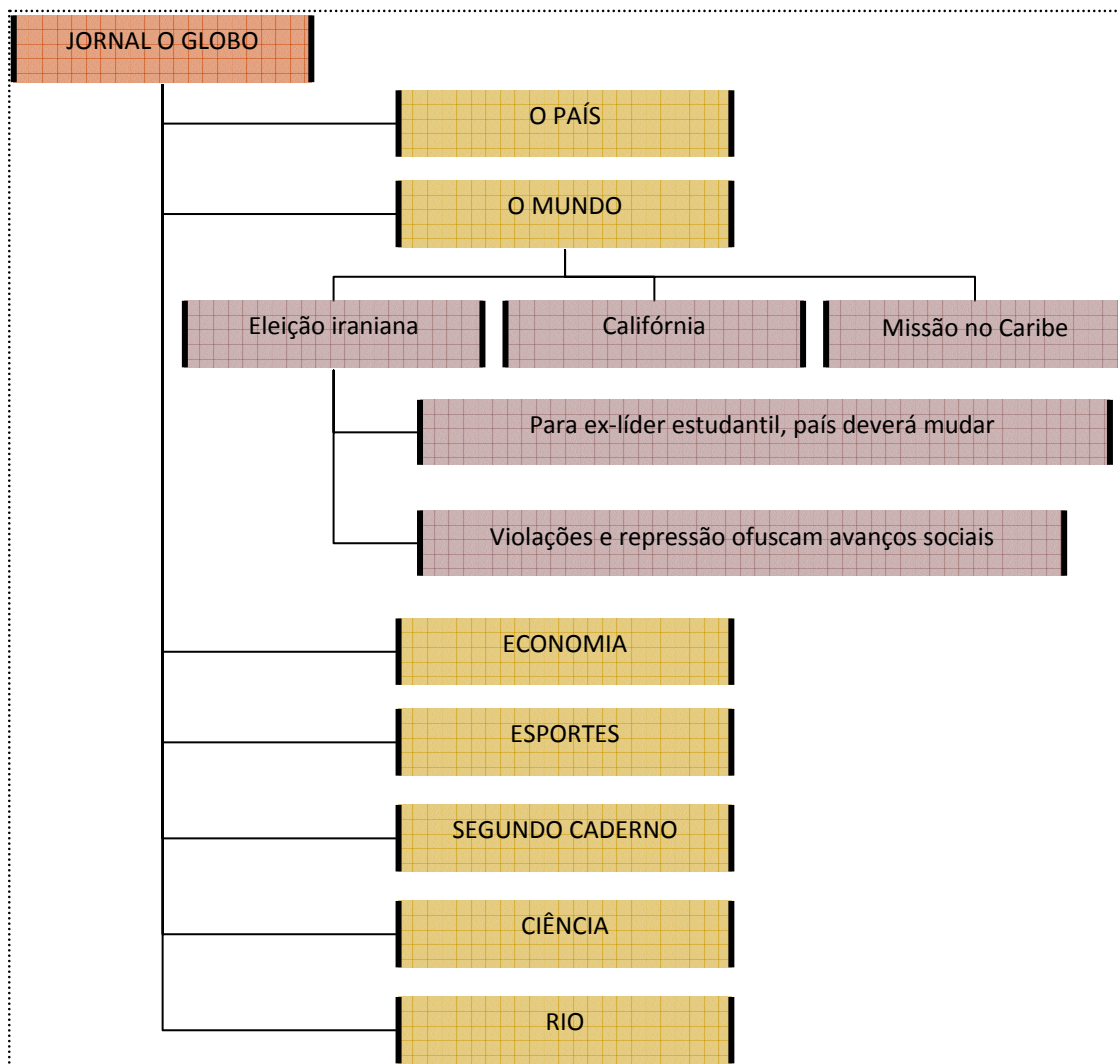


Figura 8: organização do sistema de títulos no jornal O Globo

O jornal Estado de Minas apresenta a mesma disposição do sistema de títulos de O Globo realizando apenas uma inversão espacial na posição do bigode: ele se apresenta antes do título graficamente principal. O diário Agora, por sua vez, mantém

uma disposição bastante simplificada do sistema de títulos. Eventualmente faz uso de uma versal, o título principal sempre de natureza informacional, e também eventualmente o uso de bigode (figura 8).

Vê-se, assim, como o título nos jornais deve ser visto como parte de um sistema. “O peritexto dentro da página do jornal funciona como uma rede de efeitos contextuais enlaçada por contextualizações seqüenciais que forçam a leitura a ajustes constantes” (SOUZA, 2000, p.61). Cada elemento cumpre um papel fundamental e, reunidos, formam um sistema discursivo autônomo onde o essencial da informação é apresentado segundo um domínio da realidade de que se fala e um contexto particular em que se fala. É nesse sentido que os títulos cumprem duas funções pragmáticas essenciais: 1) orientam a interpretação dos acontecimentos; e 2) ajudam a estabelecer o acordo intersubjetivo entre a instância da produção e os destinatários ideais.

11.4 Padrões dos títulos: informacionais e de referência

Como enunciados, os títulos atendem em geral a dois padrões distintos de acordo com o gênero e a “topografia” do jornal: informacionais e de referência. No primeiro caso, para notícias e reportagens os títulos tendem a se constituir em frases organizadas em torno de um verbo de ação, sem determinantes, para que se tome o substantivo pela maior indeterminação, e sem marcas temporais e aspectuais dos verbos, empregando-se o presente para indicar tempo cronológico passado, conforme os exemplos a seguir:

“‘Mensalão’ derruba Dirceu, o ex-superministro de Lula” (FSP)

“PF indicia 13 diretores do Banco Santos” (FSP)

“Protestos param campos de gás na Bolívia”(FSP)

“Justiça suspende a lei que silencia sinaleiras” (OG)

“Procurador-geral pede quebra de sigilo bancário do presidente do BC” (OG)

“Delegado relata erros em prisão de diretor do Ibama” (OG)

“Bush desafia Putin e condena a URSS” (EM)

“CPI avança na marra” (EM)

“Preço do álcool tem nova queda em BH” (EM)

“Polícia impede furto de gusa em Itaúna” (AG)

“Servidores rejeitam proposta de abono salarial” (AG)

“Bandidos assaltam coletivo e atiram contra motorista” (AG)

O Manual de Redação da Folha de S.Paulo indica com nitidez que os títulos “devem ser claros, específicos e preferencialmente descrever uma ação em curso. O título deve destacar o elemento mais importante ou inusitado do texto” (Manual, 2001).

Já os títulos de referência podem assumir duas formas: assuntos e anafóricos. No primeiro caso, no dizer de Moillaud, não constituem mais do que uma etiqueta, um sub-assunto desdobrado de temas maiores de um caderno ou editoria. Ajudam a catalogar, classificar as notícias.

Os títulos anafóricos cumprem outro papel. Quando se tem a cobertura de acontecimentos que possuem um desenrolar ou mesmo o retorno do jornal a acontecimentos/assuntos recorrentes, que se repetem em edições sucessivas, a duração é atestada pelos títulos anafóricos.

“O título anafórico lembra os acontecimentos que começaram antes do número e dos quais a duração excede a duração quotidiana. O título anafórico confere ao jornal uma temporalidade específica (...). Os títulos anafóricos permitem vencer o intervalo entre um número e outro: fazem uma ponte entre o número e a coleção” (MOUILLAUD, 1997, p.105).

Anafóricos ou de assunto, esses títulos de referência só funcionam em combinação com os títulos informacionais, demandam uma complementação, não possuem autonomia. E, enquanto um sistema, irão guardar uma relação variável com a matéria que anunciam: o título de referência engloba a totalidade do texto que menciona, é necessariamente mais amplo que este; o título informativo destaca um dos aspectos da matéria, é mais restrito que ela.

A partir dessa tipologia Mouillaud pode então tratar da temporalidade dos títulos. Na forma de “etiquetas”, os títulos assuntos são intemporais, estão fora do domínio do tempo. Os anafóricos, por sua vez, instituem um “presente do jornal”. Se as referências utilizadas nesse tipo de enunciado tratam de acontecimentos dotados de uma história particular, no âmbito do título tão apenas instituem um tempo que é o do jornal, cuja duração não se relacionaria com o acontecimento, mas com duração/periodicidade do próprio diário. “Os títulos anafóricos instituem um presente atemporal – o presente da informação –, que é independente da temporalidade histórica” (MOUILLAUD, 1997, p.109). São, fundamentalmente, um índice de presença, o presente da atualidade, cuja forma não localiza nem ação ou estado em algum momento particular que não seja o da própria enunciação.

Já como títulos informativos, para além da idéia de resumir, orientam em um sentido de transformar figuras de tempo sempre em presente, fazem desaparecer elementos de datação e apagam condições temporais de enunciação (p.113). Mais a frente tentaremos verificar se esse é um movimento que se processa apenas no sistema de títulos ou uma tendência que se espalha até mesmo para o texto, tido até aqui como a base de narrativa histórica que suporta os títulos. Mas o importante agora é ver que Mouillaud aponta de maneira pertinente a não coincidência entre o tempo do calendário e esse presente instituído pelos títulos. Contudo, esse presente dos títulos é independente da realidade histórica?

Olhando para os títulos e sua função temporal nos jornais analisados nesse trabalho, não há como não corroborar a reflexão de Mouillaud. Ao observarmos recursos retóricos presentes nesses enunciados tais como indicadores de tempo como recurso de contextualização, termos que explicitamente se referem a tempo (datas, horas) ou o fazem implicitamente (palavras que insinuem situações históricas específicas), vê-se claramente a prevalência de uma indicação de temporalidade que, nos termos de Mouillaud, tem o próprio enunciado do título como horizonte (gráfico 41). Um regime temporal distinto só é sugerido com alguma ênfase quando o sistema de títulos faz menção a termos referentes ao tempo do calendário.

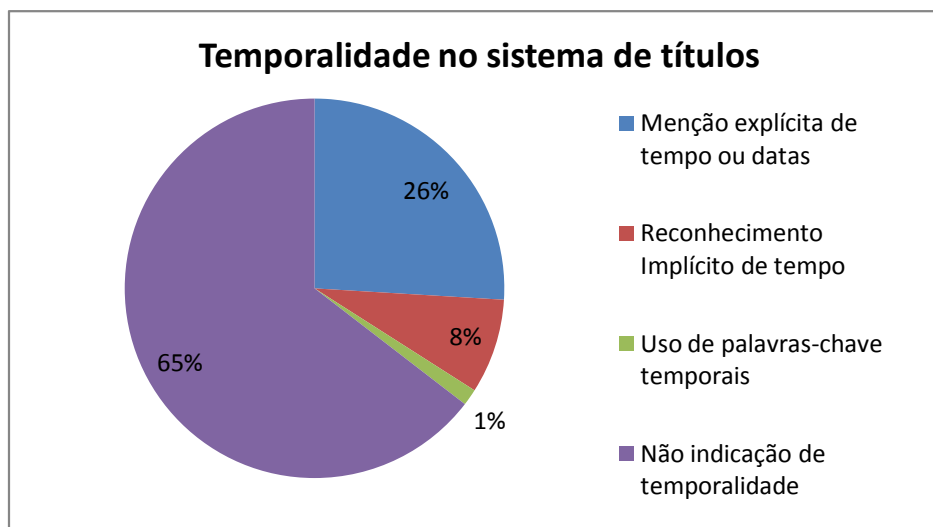


Gráfico 41: referências temporais no sistema de títulos dos jornais Folha de S.Paulo, O Globo, Estado de Minas e Agora

O importante, contudo, é perceber que o dado se refere ao sistema de títulos e não apenas ao título da primeira página ou o título principal na página interna. Crescentemente os jornais fazem uso de elementos que complexificam o sistema de títulos e anunciam novas possibilidades de interpretação dos enunciados. Versais, bigodes, ante-títulos, subtítulos, que permitem uma apreensão inicial do conteúdo da matéria, uma espécie de síntese da síntese que é o lide, generalizaram-se pelos mais diferentes projetos editoriais (ver figura 9). Mas, se concordamos com a análise de Mouillaud de que a relação entre o título e a matéria propriamente se baseia em dois eixos complementares, em que se o primeiro é índice de presença a segunda tende para uma temporalidade histórica, qual o papel assumido por esses elementos que se multiplicam no sistema de títulos?

“Caso se ponha o título em relação com o lead e com o artigo, percebe-se o acontecimento expandir-se em direção a um passado e em direção a um futuro que se desenvolvem em seqüências superpostas uma nas outras. O título está para o artigo como a ponta de uma pirâmide cuja base está cada vez mais expandida no tempo. Contudo, este tempo ainda não é o tempo da História na medida em que o passado do jornal se apóia sobre o presente do leitor. O passado do artigo é um passado composto, não é o passado puro da narrativa histórica. O jornal aparece então sujeito a uma tensão conflituosa: em sua ponta – o título – ele está na ponta da Atualidade; já sua base tende para a História. Esta tensão corresponde a dois eixos: ao nível dos títulos o jornal é uma sucessão de acontecimentos que impõe uma leitura linear; ao nível do artigo, a narrativa segue o eixo da coluna que mergulha na

profundidade da página. As duas dimensões são as figuras de uma dupla escrita que corresponde a uma dupla compatibilidade do tempo“ (MOUILAUD, 1997, p.78)

ESTADO DE MINAS • TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2009

CULTURA

CINEMA

Começam em BH as filmagens de “O balé da utopia”, adaptação de romance de Álvaro Caldas que ultrapassa o contexto político

INVESTIGAÇÃO DE
emoções

JENIFER CUNHA MICO

O balé da utopia está ambientado no final dos anos 60, tem como

Antetítulo e título com a função de especificar um “assunto”

“Bigode” incorporando funções informacionais

Quinta-feira, 16 de junho de 2005 • 2ª edição

© GLOBO

O PAÍS

DEPOIS DO VENDAVAL

Uma CPI sob controle

Mesmo com duas traições, governo garante o comando da comissão de inquérito

Adriana Vaccaro e Ricardo de Paula

TRAIÇÃO

Ainda que com uma margem apertada, já que pelo menos dois representantes da base absoluta votaram no candidato da oposição, senador César Borges (PPS-PA), o governo conseguiu

Reporte: Renato Faria

Bigode com função informacional

Antetítulo e título com a função de especificar um “assunto”

Figura 10: Organização dos diferentes elementos no sistema de títulos, jornais EM e O Globo

A indicação nos parece clara: os novos componentes do sistema de títulos tendem a reforçar a lógica dos títulos de instituir o presente do jornal. Ainda que sejam enunciados que ampliem as referências do título àquilo que é reportado na matéria, não o fazem de maneira a

transformar as temporalidades que gravitam no artigo em elemento relevante para interpretação da notícia.

Os novos componentes dos títulos reforçam e ampliam a lógica “não-temporal” dos títulos. Reforçam porque, apesar da ampliação do lugar enunciativo dos títulos, eles não se abrem para explicitar contextos temporais que por vezes são essenciais à compreensão e interpretação de informações relatadas em uma notícia.

Em uma matéria no jornal O Globo com o título “*Capital dos servidores federais*”, o bigode complementa que “*Rio ainda é o estado que concentra o maior número de funcionários públicos*”. Certamente o jornal faz apelo a um conhecimento histórico de que a capital fluminense também já fora capital da República. Em que momento tal levantamento foi feito? Há um ano? Na última semana? Qual o sentido dessa informação nesse momento? Há uma mudança no número de servidores públicos federais ao longo dos anos?

No dia 17 de junho de 2005, O Globo noticia “*Pinxinguinha ameaçado*” com o bigode “*Governo não deposita verba e Funarte cancela duas caravanas do projeto*”. A matéria, todavia, precisa bem o quadro. O projeto, no qual a Funarte monta caravanas de músicos brasileiros para percorrer um circuito de cidades onde dificilmente tais artistas se apresentariam, poderia parar novamente. “*O sonho está novamente ameaçado: depois de apenas seis meses de retomada, o Projeto Pinxinguinha, que leva música brasileira aos quatro cantos do Brasil e esteve parado de 1997 a 2004, só está garantido até junho*”, relata o lide do jornal. Mais à frente, a matéria informa que de maio de 2004, quando foi retomado, a junho de 2005, as atividades aconteceram como previsto. Os títulos, da forma como foram construídos, sugerem que o governo à época seria responsável pela extinção do projeto, desprezando totalmente o fato de que o Pinxinguinha estivera paralisado por sete anos.

O jornal Estado de Minas traz o título “Em busca da patente perdida” acompanhado do bigode “Oficiais da PM mineira expulsos ou reformados com base na Lei 6.712 brigam na

Justiça para obter de volta posto hierárquico. Em dois casos, Justiça já reconheceu direito a promoção”. Enquanto complemento, o bigode não traz qualquer referência acerca do período em que tal processo tramita no judiciário, há quanto tempo os oficiais foram expulsos da corporação, em que período essa lei ganhou efetividade. Entretanto, logo no lide da matéria diz-se que

“Oficiais expulsos ou reformados da Polícia Militar com base na Lei 6.712, aprovada pela Assembléia Legislativa em dezembro de 1975, querem de volta suas patentes, postos e salários atualizados. A principal alegação é que essa lei, conhecida como AI-5 da Polícia Militar – uma referência ao Ato Institucional promulgado pelo general Costa e Silva, no final de 1968, e que acentuou o caráter ditatorial do governo militar –, não tem validade jurídica”. (ESTADO DE MINAS, 8/5/2005)

A matéria é de página inteira e além do texto principal traz duas outras sub-retrancas ou textos secundários. Títulos: *“Tentativa de rever pena”* e *“Militares sob lei rígida”*. Ambas estão assentadas, desde o seu início, em relatos que incorporam como centrais a cronologia do caso, histórias específicas de determinados personagens, a caracterização da lei com uma época política específica (a Ditadura Militar de 1964) e até mesmo o “tempo” como assunto central quando se destaca a “duração da luta” de um dos oficiais para revogar as punições. São, entretanto, aspectos totalmente ausentes do sistema de títulos.

Já no dia 16 de maio O Globo, com o versal *“Vida Severina”*, titula: *“Os novos migrantes: do pão de queijo ao baião-de-dois”*. Bigode: *“Nordestinos superam mineiros e já representam 52,6% dos retirantes”*. O texto inicia o relato com a história da mudança de uma senhora de 82 anos da periferia de Campina Grande, na Paraíba, para uma favela no Rio de Janeiro e afirma que a história da idosa ilustra a mudança de perfil das pessoas que migram para o Rio de Janeiro. A história só diz que a senhora é paraibana, não se sabe exatamente porque ela ilustraria a tendência revelada por dados do IBGE de que os mineiros eram o maior grupo migrante em 1940 – isoladamente continuavam a sê-lo em 2000 – e os paraibanos o grupo migrante que mais cresceu em 60 anos: mais de 14%. Os dados do IBGE tratam de 2000 e são apresentados em 2005 a partir do título como um quadro recente.

A Folha de S.Paulo do dia 1º de junho traz notícia com o título “*Alta no custo da energia preocupa a Aneel*” mais o bigode “*Para agência, principal motivo do reajuste acima da inflação é a carga tributária, que chega a 34% da conta*”. O lide da matéria informa que “os aumentos de tarifas acima da inflação estão aproximando o preço da energia elétrica da capacidade de pagamento da sociedade, o que é preocupante na avaliação da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Para a agência, um dos motivos desses aumentos é a elevação da carga tributária sobre o setor”. Mais oito parágrafos de texto e não se fica sabendo qual tem sido a evolução no preço das tarifas ao longo de um determinado período ou quando se verifica a “alta” para a qual a manchete alerta. No último parágrafo informa-se a variação da inflação em doze meses, como se fosse detalhe menor. As matérias com “não indicação de temporalidade” reúnem, assim, noticiário em que as referências temporais seriam centrais para compreensão do acontecimento jornalístico.

Quando dizemos que há também uma ampliação da lógica “não-temporal”, isso pode ser percebido na medida em que a incorporação de novos elementos no sistema de títulos faz, nos jornais diários analisados, crescer ainda mais o peso dos títulos que atuam como etiquetas ou uma maneira de catalogação dos acontecimentos.

É muito característico que os jornais brasileiros, diferentemente dos diários franceses analisados por Mouillaud, não tragam os anafóricos como títulos principais das matérias. Para que as publicações reportem assuntos constantes ou de duração mais alargada que o período de 24 horas, os anafóricos aparecem como frases nominais sobre os títulos, nos antetítulos. É o caso do antetítulo “*Escândalo do ‘mensalão’/A queda*” (FSP), que trata dos acontecimentos relacionados a denúncias de compra de parlamentares pelo governo federal. Da mesma forma, “*Operação Cevada*” (FSP), distingue o acompanhamento de caso de fraude de uma grande cervejaria investigada pelo ministério e público e polícia federal.

Mas deve-se destacar que em O Globo 36% dos títulos são explicitamente dessa natureza, 31% no Estado de Minas, apenas 7,5% na Folha e não houve nenhum registro de anafóricos no Jornal Agora. Tal movimento caracteriza o processo de apropriação de várias estratégias da forma revista pelos jornais, numa tentativa de fazer frente a mudanças no campo jornalístico que tem implicado em perda de espaço da mídia impressa diária para outros tipos de veículo, em particular os eletrônicos ou do chamado “tempo real”. Os títulos assunto evidenciam esse movimento claramente: o movimento dos periódicos é o de produzir matérias que tenham um aspecto não muito marcado em relação à temporalidade (um “prazo de validade” bastante estendido) quando não uma própria edição específica, como são as dominicais, ou cadernos semanais ou mensais regulares, que se aproximam, na sua forma e conteúdo, fortemente do formato revista. São títulos como “*O perigoso hábito de andar na rua*”, “*As cartas do tráfico*”, “*Blindagem anticontrabando*”, “*A dinastia*”, “*Caça ao tesouro*”, “*Energia sonhadora*”, “*Rituais de arte*”, em que há uma especificação temática de segunda ordem no mesmo sentido da realizada pela editoria em que a matéria está e pela versal que particulariza o assunto. Eles “etiquetam” as notícias como parte de uma categorização e as limpa de qualquer particularização histórica no seu anúncio.

Assim, mesmo com a ampliação da área dos títulos com a inclusão recorrente de outros enunciados complementares como o bigode, as referências temporais que estariam no artigo, “base de referência histórica da notícia”, não aparecem no sistema de títulos. Ou estão ausentes da própria matéria ou não são relevantes para a perspectiva de abordagem que o jornal apresenta. Os títulos escondem cada vez mais as informações das matérias.

Temporalidade no sistema de títulos Folha SP

- Menção explícita de tempo ou datas
- Reconhecimento Implícito de tempo
- Uso de palavras-chave temporais
- Não indicação de temporalidade

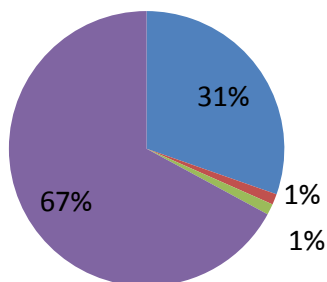


Gráfico 42: Distribuição de títulos conforme elementos temporais Folha de S.Paulo

Temporalidade no sistema de títulos O Globo

- Menção explícita de tempo ou datas
- Reconhecimento Implícito de tempo
- Uso de palavras-chave temporais
- Não indicação de temporalidade

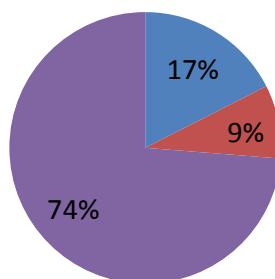


Gráfico 43: Distribuição de títulos conforme elementos temporais O Globo

Temporalidade no sistema de títulos EM

- Menção explícita de tempo ou datas
- Reconhecimento Implícito de tempo
- Uso de palavras-chave temporais
- Não indicação de temporalidade

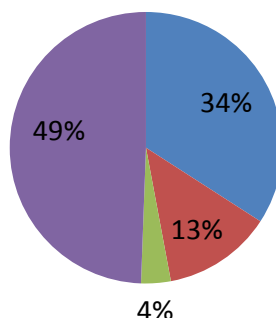


Gráfico 44: Distribuição de títulos conforme elementos temporais Estado de Minas

Temporalidade no sistema de títulos Agora

- Menção explícita de tempo ou datas
- Reconhecimento Implícito de tempo
- Uso de palavras-chave temporais
- Não indicação de temporalidade

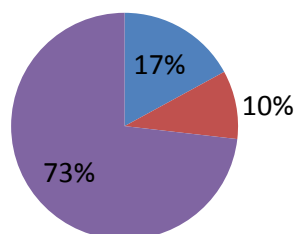


Gráfico 45: Distribuição de títulos conforme elementos temporais Agora

11.5 Assuntos sem tempo

A exemplo da seção anterior na qual a caracterização discursiva da temporalidade dos jornais apresentou variações em área temáticas específicas, também a relação tempo e sistema de títulos registra modulações quando se referem a assuntos particulares. Quando da ocorrência de títulos com menção explícita de referência cronológica, as matérias da editoria de economia têm franco destaque (gráfico 46). O noticiário é largamente marcado por análise de tendências, variações de indicadores ou caracterização de processos econômicos nos quais

a datação e o estabelecimento de períodos de análise são recursos essenciais para caracterização do acontecimento jornalístico.

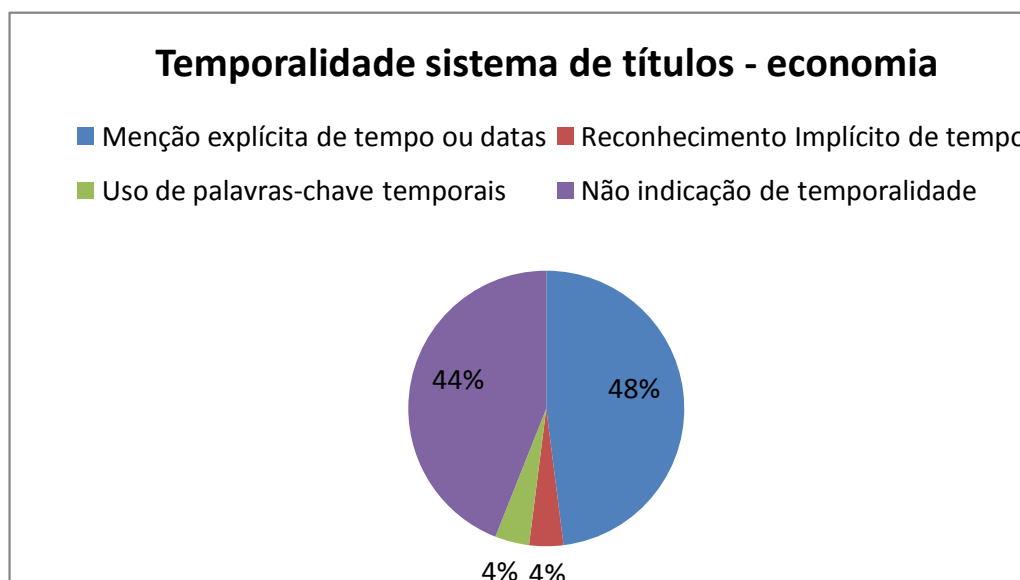


Gráfico 46: Referências temporais no sistema de títulos de matérias de economia

O mesmo não se verifica com o noticiário relacionado à política, política internacional e futebol. Os títulos têm, de maneira reduzida, referências para identificação temporal dos acontecimentos reportados. A se destacar que nas duas últimas áreas há uma presença maior de títulos em que se procede ao reconhecimento implícito de dimensões temporais. São títulos que reportam determinados acontecimentos do ponto de vista da sua duração, que desenham cenários ou especulam sobre possíveis desdobramentos de acontecimentos.

Temporalidade sistema de títulos - Política

- Menção explícita de tempo ou datas
- Reconhecimento Implícito de tempo
- Uso de palavras-chave temporais
- Não indicação de temporalidade

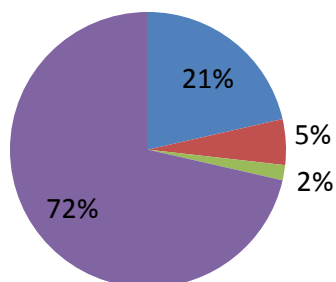


Gráfico 47: Referências temporais no sistema de títulos de matérias de política

Temporalidade sistema de títulos - futebol

- Menção explícita de tempo ou datas
- Reconhecimento Implícito de tempo
- Uso de palavras-chave temporais
- Não indicação de temporalidade

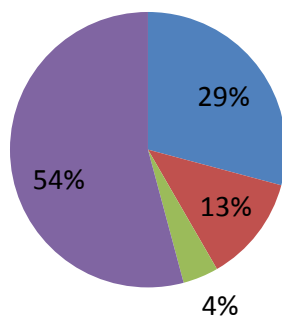


Gráfico 48: Referências temporais no sistema de títulos de matérias sobre futebol

Temporalidade sistema de títulos - política internacional

- Menção explícita de tempo ou datas
- Reconhecimento Implícito de tempo
- Uso de palavras-chave temporais
- Não indicação de temporalidade

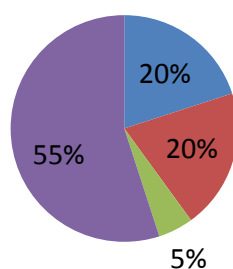


Gráfico 49: Referências temporais no sistema de títulos de matérias de política internacional

Temporalidade sistema de títulos - crimes

- Menção explícita de tempo ou datas
- Reconhecimento Implícito de tempo
- Uso de palavras-chave temporais
- Não indicação de temporalidade

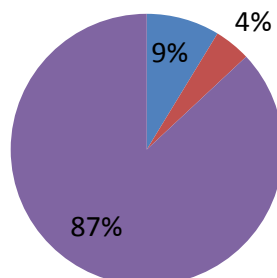


Gráfico 50: Referências temporais no sistema de títulos de matérias sobre crimes

No caso do noticiário sobre crimes é ainda mais acentuada a tendência de não apresentar qualquer referência temporal no sistema de títulos, numa lógica muito própria desse tipo de cobertura em que a redundância é bastante acentuada, com uma repetição de relatos em que variam basicamente os dados das ocorrências. O universo dessas ocorrências policiais, no sistema de títulos, acentua sobremaneira a sensação de que os acontecimentos são coetâneos à experiência dos leitores.

11.6 Apagando os rastros

Para Mouillaud, o sistema de títulos se organizará fundamentalmente sob a forma de princípios em oposição, marcados por três aparentes antinomias: aberto/fechado, interno/externo e invariante/variável. O primeiro par diz da relação dos conjuntos de páginas do jornal com os títulos segundo critérios de atribuição de valor à informação. As páginas abertas (primeira página e página final⁶⁹) recebem um conjunto de informações, expresso principalmente pelos títulos, cujo critério de presença é uma dada importância ou relevância atribuída pelo jornal. Não há, em princípio, restrição a qualquer classe de acontecimentos. Já as páginas fechadas, interiores ao jornal, têm no título um designador que indica o tipo de informação aceita para publicação pelo jornal.

Já o par externo/interno caracteriza as páginas como externas por atuarem como membranas permeáveis aos fatos relatados no jornal, adquirindo assim uma plasticidade derivada da proximidade com os acontecimentos do mundo exterior. As páginas internas, por sua vez, capturam os acontecimentos segundo uma distribuição por assuntos, em um mecanismo de classificação das informações ali presentes.

A terceira oposição, invariante/variável, distingue os enunciados presentes no sistema de títulos segundo uma maior ou menor permanência na relação entre o jornal como coleção e as edições singulares de cada dia. Os enunciados mais próximos dos acontecimentos são marcados por um traço de imprevisibilidade, enquanto os enunciados invariantes constituem as seqüências e continuidades que ligam as edições dia após dia. Vale destacar que essas três dimensões, para Mouillaud, se constituem numa “estrutura em abismo”: elas se atravessam, interpenetram e combinam ao longo do jornal e em cada sistema de relações que os títulos

⁶⁹ Aqui devemos ressaltar que Mouillaud realiza sua análise tendo como referência a imprensa diária francesa, sobretudo os jornais *Liberation* e *Le Monde*, cujo formato (o chamado *tablóide europeu*), tradicionalmente utiliza-se desse expediente de capa e uma “segunda capa”, na página final. No Brasil, a imprensa em formato de *tablóide* produzida no sul do país (*Zero Hora*, *Diário Catarinense*, por exemplo) costuma adotar estratégia de paginação semelhante.

estabelecem com os outros elementos do discurso jornalístico, estando tais dimensões diretamente relacionadas à escala da análise feita para estudar o jornal.

Para o aspecto que nos interessa nesse trabalho, a dimensão de temporalidade presente no sistema de títulos, uma primeira e fundamental consequência analítica dessa abordagem é produzir uma polaridade entre os chamados títulos informacionais e os títulos anafóricos. Os títulos tipicamente noticiosos (notícias e reportagens) se apresentarão como uma fórmula condensada do lide, destacando seu argumento central. No caso dos títulos anafóricos, far-se-á uso de sentença, nome ou locução indicativa de uma categoria que se atribui aos fatos, com o uso de figuras como a antítese, metáfora ou a paráfrase. Tal caracterização estabelece relações diretas entre os títulos anafóricos e a organização temporal da publicação, e entre os títulos informacionais e a organização espacial do jornal. No caso dos jornais brasileiros, na Folha de S.Paulo e no diário Agora os anafóricos são praticamente inexistentes e o uso de locuções nominais como título é admitido apenas em cadernos especiais ou artigos opinativos. Já os jornais O Globo e Estado de Minas fazem um uso mais recorrente dos anafóricos sobretudo em edições dominicais, nas quais o “ar” de revista da publicação é acentuado. Os títulos referenciais, por sua vez, são uma espécie de bacia de captura que tem como contraface necessária os títulos informacionais, que atualizam os primeiros. Os títulos informacionais marcam a diferença cotidiana no jornal, ligam-se ao acontecimento relatado, estabelecem os liames com o real. “O micro-sistema título referencial/título informacional oferece, assim, ao jornal, essa possibilidade espantosa de, de um dia para o dia seguinte, ser outro, continuando, no entanto, a ser o mesmo” (REBELO, 2002, p.47). Por esse sistema de títulos o jornal realiza um duplo movimento: informa sobre um determinado conteúdo e, ao mesmo tempo, diz também do modo como o faz.

A relação dos títulos entre a primeira página e as páginas internas também deve ser caracterizada. Entre um enunciado e outro não há muita diferença, com as mudanças na maior

parte das vezes atendendo a uma adequação gráfica da página. O marcador do tempo do calendário, quando aparece, geralmente estará no bigode. Nesse sentido, ele permitiria ao leitor identificar mais elementos que o levassem a optar ou não pela leitura de uma dada matéria e tenderia a contrabalançar a forte tendência de transformar também os títulos informativos em títulos assunto. Entretanto, conforme constatado na análise, a ampliação do sistema de títulos não apresenta indicação de que ele incorpore elementos de contextualização histórica dos acontecimentos noticiados, muitas vezes destacados no corpo da matéria. Tal aspecto se apresenta com ênfase não só nos cadernos não diários dos jornais, mas, sobretudo, também estão presentes em coberturas rotineiras em áreas tradicionais como política, economia e futebol.

Assim, se postulamos que mesmo o presente do mundo do jornal instituído pelos títulos guarda relação com um fundo, uma memória, um horizonte de significação encarnado na experiência que é acionado como condição de compreensão de tais enunciados, as operações enunciativas marcadas nos títulos apontam para o contínuo apagamento dessa relação.

Os títulos, acontecimentos em estado puro conforme Mouillaud, estão marcados no espaço do jornal, sem dúvida, mas em alguma medida também ficam “marcados no tempo”. Porém,

“como é que um acontecimento poderia imprimir-se numa coisa temporal? Mas o tempo social não é apenas alguma coisa que foge; é também o elo de efeitos duradouros, de configurações persistentes. Uma ação deixa um ‘rasto’ põe sua marca, quando contribui para a emergência de tais configurações que se tornam os documentos da ação humana” (RICOEUR, 1986, p.196)

Se por meio dos títulos os acontecimentos aparecem nos jornais, sobretudo marcados por uma duração que corresponde à periodicidade dos diários, essa modalidade de tradução social do acontecimento em acontecimento da mídia não apaga simplesmente a temporalidade. O problema não é construir o acontecimento segundo a sua própria temporalidade, mas apagar ou negar outras temporalidades nesse movimento.

Mouillaud bem diz que

“pode-se então conceber uma série de temporalidades – e, em seguida, de acontecimentos – encaixadas umas nas outras até o acontecimento que aparece na superfície da informação. Um trabalho que está em curso no seio da vida social e do qual a mídia só representa a fase terminal e emergente” (MOUILLAUD, 1997, p.76)

Como parte desse instrumento de encaixe, os títulos são um ponto de junção de peças temporais. Formam um conjunto, mas as partes não desaparecem.

O sistema de títulos na página é mais um elemento que exacerba a natureza recortada e fragmentária daquela; multiplicam-se os recursos não-verbais e para-verbais, utilizando-se das tecnologias de edição gráfica, para a oferta dos textos tipicamente utilitários (informações de serviço, etc.). Tais movimentações, não poderia ser diferente, têm na forma assumida pelo sistema de títulos uma resultante e um vetor.

A rigidez das editorias cede lugar para uma reorganização dos conteúdos com base em aspectos que digam respeito a uma maior proximidade com o leitor. Não só os conteúdos são ressemantizados (“Economia” vira “Dinheiro”), mas eles passam a enfeixar artigos jornalísticos cuja associação com a editoria nem sempre é “automática”. (A FSP traz no caderno “Dinheiro” matéria sobre movimento grevista na previdência social. É mesmo economia?).

A primeira página, além do que revelar hierarquias de assuntos com agrupamento de conjuntos temáticos e estabelecimento de relevâncias, opera como um *menu à la carte*. Ela própria, juntamente com outras “primeiras” páginas que se multiplicaram nos cadernos temáticos, jornais dentro dos jornais, apelam ao pôster como forma de disputar espaço na paisagem visualmente saturada da cidade, nem tanto pelo espaço nas bancas, já que a venda avulsa não ultrapassa, no caso dos grandes jornais, 15% da tiragem.

Dividir, fragmentar, quanto menores as unidades textuais, maiores as chances de captar o leitor. Quanto maior o número de unidades, maiores as chances de atingir alguns dos

múltiplos interesses do leitor consumidor. Num fim-de-semana, facilmente um jornal diário ultrapassa cem páginas. Da mesma forma, os títulos e o conjunto dos elementos que compõem o peritexto jornalístico se multiplicam.

Daí que a abordagem do sistema de títulos proposta na análise de Mouillaud se mostre rica, mas, a nosso ver, precise reposicionar alguns aspectos da sua perspectiva. Um desses aspectos diz respeito à historicidade das interações e transformações promovidas e patrocinadas pelo discurso jornalístico e o dispositivo jornal. Do ponto de vista do discurso jornalístico, é preciso evidenciar aspectos históricos que ajudam a entender as mudanças na imprensa. Sociedade e épocas distintas não falam da mesma forma jornal. A compreensão das formas concretas demanda a compreensão da evolução da história do jornal considerando mudanças em sua base econômica e tecnológica (novas formas de financiamento e condições de produção com ampliação/redução de tiragem e público), alteração das relações com outros campos sociais e emergência do jornalismo como um novo tipo de negócio. Em alguma medida, é preciso não falar “do” jornal abstratamente, mas averiguar, nos termos de Mouillaud, quais os limites materiais e simbólicos atuais do jornal diário, perguntarmo-nos em que a página impressa se transformou em nossa sociedade. Ao invés de fazer associações ligeiras que, por exemplo, vinculam o suporte e a forma a determinadas “qualidades” da comunicação (visual/instabilidade, impresso/estabilidade etc.), devemos indagar acerca dos tipos de enunciado e as funções enunciativas que hoje dão ao jornal sua identidade. As formas de jornal analisadas por Mouillaud, em alguma medida, se modificaram e já deflagram novos sentidos.

Sob esse prisma, os títulos do jornal devem ser pensados hoje se considerando as tendências de evolução da imprensa das quais se destacam os crescentes desenvolvimentos dos aspectos visuais da página e, articulado a esse movimento, uma divisão das matérias em textos menores juntamente com sua rearticulação em unidades mais abrangentes no interior da

página (páginas duplas, coberturas especiais etc.). O que traz implicações evidentes: ampliação das possibilidades de leitura (mais seletiva, em mosaico) das notícias; readequação dos chamados gêneros jornalísticos; ampliação dos enlaces e das camadas de significação da cobertura jornalística; reforço da dimensão imagética do texto jornalístico.

Por fim, se os títulos são uma dimensão fundamental do jornal para construção do discurso jornalístico da atualidade, talvez pudéssemos imaginar que eles hoje não apenas mostram que “o eixo ordenador do tempo é sempre o momento da enunciação” (FIORIN, 2002, p.143), produzindo algum tipo de vínculo entre o tempo lingüístico e outras formas temporais. Não poderiam ser os títulos, além de um localizador e referenciador espacial, enunciados que organizariam uma “macro-narrativa”, a do jornal? Nesse sentido, como toda narrativa, a ordem temporal se afiguraria como questão chave e a dimensão histórica poderia ser retomada sem que fosse necessária, como diz Mouillaud, a violência de se desfazer o jornal enquanto tal.

Se eles permanecem não só como um ponto de passagem (espacial) entre o topo dos invariantes (os títulos-assunto) e uma base narrativa (a história narrada no artigo), os títulos poderiam ser vistos, por um lado, como parte de uma grande narrativa que articula os diversos enunciados do jornal e lhes dá uma inteligibilidade em função das relações que se estabelecem entre eles – uma narrativa em que os autores não conhecem a intriga que os enreda –, e por outro lado, como o momento do “epílogo” de uma história que ele narra – algo que ao mesmo tempo arremate e coloque um horizonte para o acontecimento. O que os tornaria, os títulos, não apenas intemporais ou atemporais, conforme referidos tão somente a uma presença do jornal ou a um tempo de *chrónos*, de uma cronologia que implica narração de fatos segundo uma ordem progressiva e linear, heterogênea ao próprio acontecimento que se relata, mas de novo a esses fatos profundamente conectados, recuperando, de alguma maneira os liames que o enunciado jornalístico guarda com o acontecimento.

12. Narrativa da notícia – os tempos inconcebíveis

Esta seção explora alguns elementos narrativos presentes nas matérias que constituíram o corpus de nossa pesquisa de maneira a caracterizar a temporalidade como uma dimensão relevante na análise da construção do significado na notícia. Não foi nosso objetivo produzir um exame tipológico que pudesse categorizar as narrativas. Pretendemos contrastar diferentes textos quanto à orientação temporal, identificar algumas formas narrativas recorrentes nesse corpus e em seguida realizar uma análise qualitativa de alguns aspectos que a nosso ver indicassem um caminho interpretativo para se pensar o problema da temporalidade na narrativa jornalística de diários impressos.

12.1 Orientação da narrativa

No conjunto dos jornais, quando se verifica a orientação da narrativa das diferentes matérias em termos temporais, ou seja, de que maneira aparece o tempo do evento reportado na abertura da narrativa da notícia – no lide ou nos parágrafos iniciais – temos um peso significativo para o uso do presente, em suas diferentes variantes (pontual, durativo e omnitemporal), marcado pela coincidência entre o momento de referência e o momento de enunciação, e um peso para o uso do “pretérito perfeito”, caracterizado pela relação de relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento da referência (gráfico51). Esse pretérito perfeito é o tempo típico do jornal impresso, quando o periódico funda um agora baseado em sua datação e reporta os acontecimentos como já ocorridos em função dessa referência. A orientação narrativa para o futuro aparece em parcela bem menor na construção das notícias.

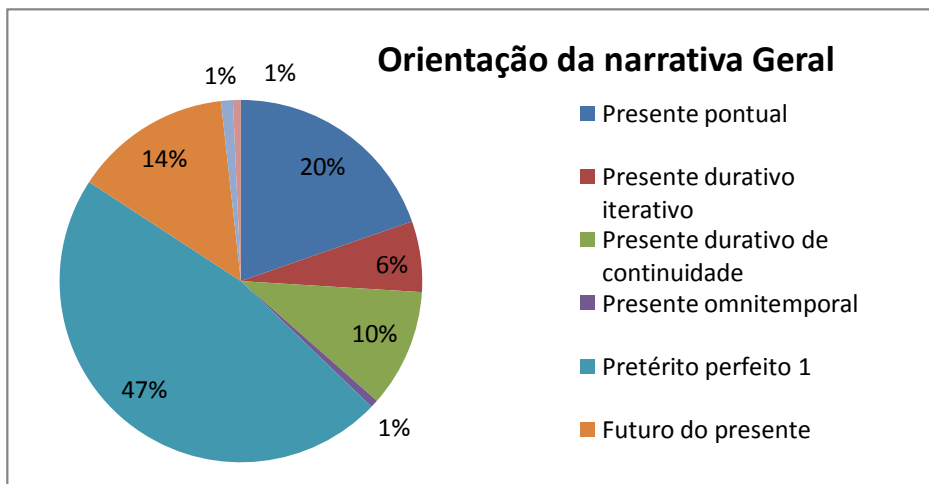


Gráfico 51: Orientação temporal predominante na narrativa das notícias dos jornais

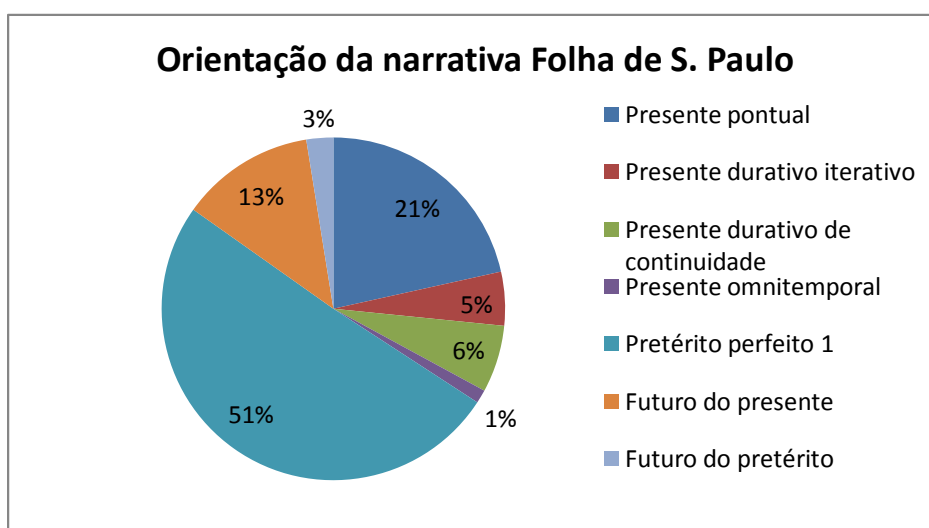


Gráfico 52: Orientação temporal predominante na narrativa do jornal Folha de S. Paulo

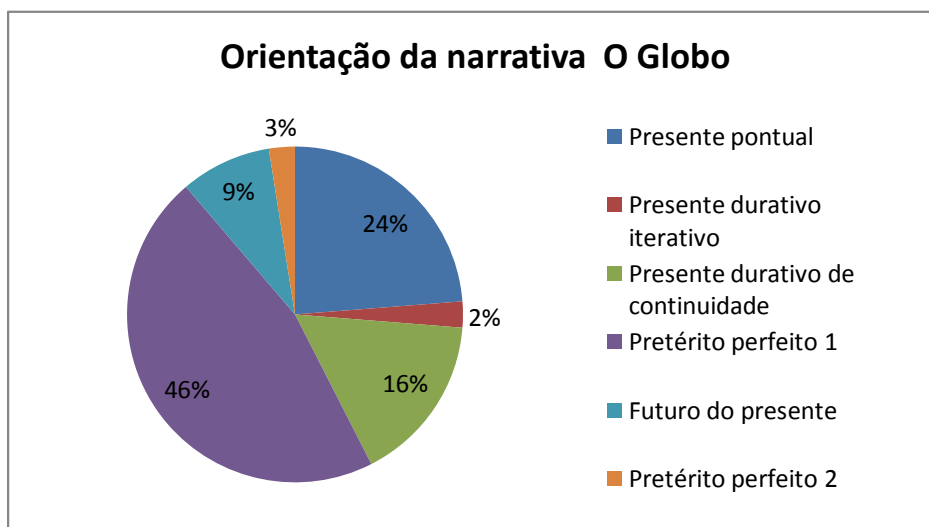


Gráfico 53: Orientação temporal predominante na narrativa do jornal O Globo

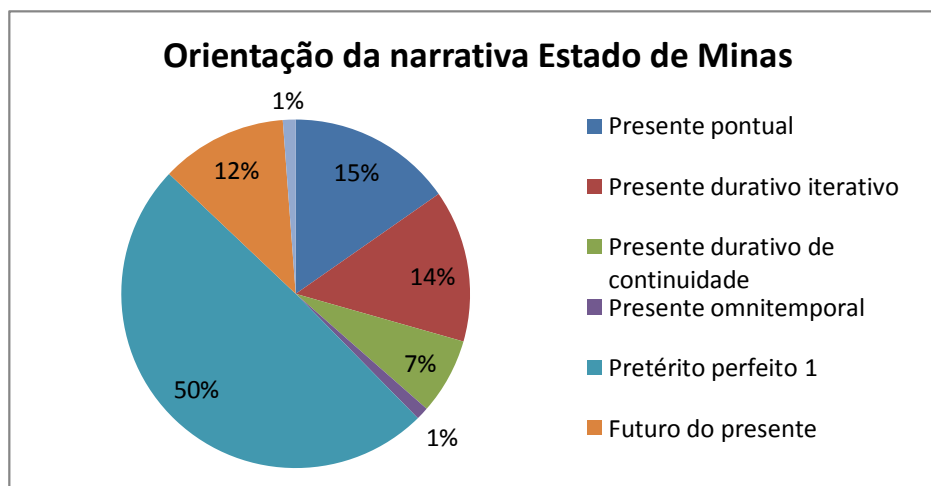


Gráfico 54: Orientação temporal predominante na narrativa do jornal Estado de Minas

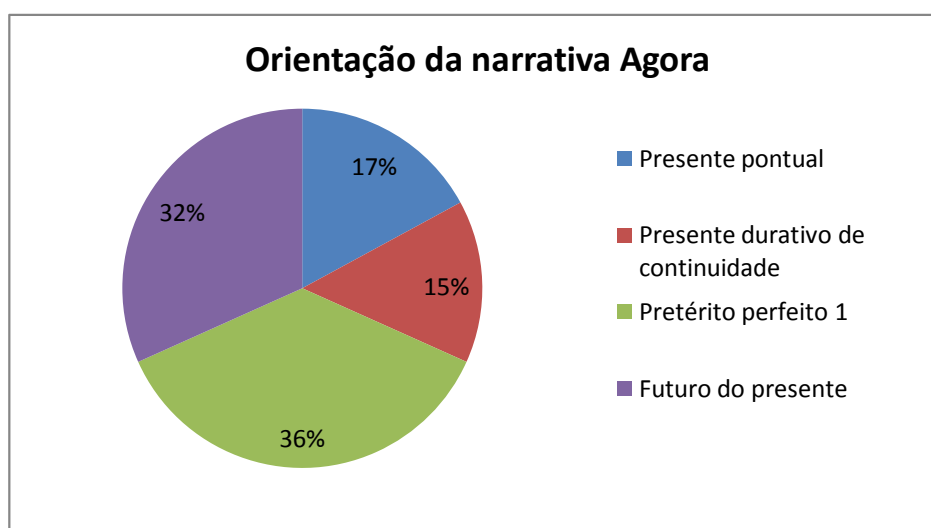


Gráfico 55: Orientação temporal predominante na narrativa do jornal Agora

Desagregar os dados por jornal novamente nos oferece algumas evidências relevantes para discussão do sistema temporal dos diários. Nos três maiores jornais analisados, os dois diários de projeção nacional e o periódico regional, mantém-se a base de cerca de metade das notícias com orientação da narrativa para o passado. O caso do jornal tipicamente local indica novamente um descompasso, uma composição “errante” em relação à orientação temporal das narrativas. O jornal Agora apresenta um virtual equilíbrio entre uma orientação narrativa para o passado, para o presente e para o futuro, evidenciando novamente a particularidade desse tipo de publicação em face ao seu contexto sócio-cultural. Efetivamente, nesse caso, o que se

torna notícia são acontecimentos já “acabados” em relação ao momento do relato do jornal, mas também uma expectativa de acontecimentos (programações, agendas etc.) que constituem centralmente o universo da cobertura jornalística do periódico.

Matérias que relatam crimes ou eventos ocorridos na véspera da publicação têm o mesmo peso na pauta que reportagens sobre festas religiosas que estão programadas ou eventos esportivos que serão realizados na cidade ou municípios vizinhos. Mais uma vez evidencia-se que essa dimensão do “local” implica uma relação particular entre a área em que o periódico atua e os conhecimentos e representações que produz. É sempre essencial, diferentemente dos jornais que operam em uma escala mais abrangente, combinar fortemente as notícias a uma limitação territorial para caracterizar o veículo como de informação local. O que acaba por conferir particularidades à narrativa dessa imprensa como a idéia de promover ou dar visibilidade àquilo que de alguma maneira a comunidade já vê no âmbito de sua vida cotidiana, por mais banal que possa parecer.

A Folha de S.Paulo e o Estado de Minas destacam-se pelo índice de narrativas orientadas para o futuro. Além de eventos programados, são matérias que especulam sobre o cenário político do país e desdobramentos prováveis de ações em curso, matérias sobre futebol que fazem conjecturas sobre formações de times e prováveis desempenhos (e resultados!), e reportagens que informam sobre leis, planos e projetos que poderão mudar algum aspecto da vida cotidiana. Dos grandes jornais O Globo é o que apresenta menor número de matérias cuja orientação da narrativa seja o futuro, ao mesmo tempo em que é o jornal que mais se utiliza das formas do presente: 42%, para 33% na Folha e 35% no Estado de Minas. Essa leve diferença indica alguns contornos editoriais dos veículos, lembrando-nos da hipótese de Tétu (2003) para quem a relação entre determinados conteúdos e as modalidades temporais são um instrumento para caracterizar o perfil de uma publicação, do sistema de representação do mundo que propõe. A Folha é um jornal cujo relato das notícias

prende-se mais à apresentação daquilo que pode ser apurado e atestado, é um jornal em que desvelar e investigar o ocorrido apresenta-se como estratégia editorial altamente relevante. Já o Estado de Minas oscila entre uma postura similar à do periódico paulista e um tipo de relato do ocorrido marcado pela constatação, pela apresentação não problemática dos acontecimentos.

No que se refere ao uso das formas do presente, identificam-se também algumas particularidades nos jornais. A Folha de S. Paulo, em comparação com O Globo e Estado de Minas, vale-se em quantidade menor de matérias em que prevalece o uso do presente durativo (iterativo ou de continuidade). Em geral tal orientação da narrativa aparecerá no noticiário dos jornais voltado para a abordagem de temas, com abrangência temporal alargada, ou da construção de matérias que resumam uma série de acontecimentos, mas não no relato de eventos específicos. Uma hipótese para que a Folha faça um uso em menor escala dessa forma temporal da narrativa é a tendência de, mesmo produzindo um noticiário mais temático, alguns periódicos “esquentarem” as matérias buscando uma narrativa que enfatize uma sensação de contemporaneidade do relato e o momento da leitura.

12.2 Tempo das matérias: a relação título e artigo

Os relatos jornalísticos nos diários impressos se valem de inúmeros recursos narrativos para que eventos difusos e ocorrências dispersas se tornem compreensíveis. Tais histórias são obviamente compostas por começo e fim, pontos principais de articulação, características específicas de desenvolvimento, contextualizações. Como as diferentes modalidades narrativas, o relato jornalístico opera dando forma àquilo que é informe e produzindo a representação de um mundo.

As análises que se seguem visam compreender, na escrita jornalística dos diários impressos em foco nesse trabalho, como a dimensão temporal é mobilizada para compor o

relato e representar o acontecimento. Nesse sentido, a narrativa é visada não como uma estrutura e sim em sua dinâmica.

12.2.1 Solução sem problema

“Governo anuncia pacote de obras que prevê a duplicação da MG-10 e recuperação da avenida Cristiano Machado. Intervenção vai melhorar trânsito da RMBH e criar via rápida até Confins” é o bigode da matéria que ocupa uma página e meia do caderno “Gerais”, do Estado de Minas em uma terça-feira. A ação reportada é o anúncio do governo estadual de um conjunto de intervenções para melhorar o trânsito que liga a capital mineira até o aeroporto internacional, localizado em outra cidade da região metropolitana. Mas, para além do anúncio do governo, o que a reportagem quer marcar é a perspectiva, o quadro futuro que se espera obter a partir de tais ações. Veja-se o lide da matéria.

O governador Aécio Neves anuncia hoje um pacote de obras para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, às 10h, no Palácio da Liberdade. Apesar de não terem sido divulgados detalhes dos projetos, os maiores dos últimos tempos na Grande BH, serão anunciadas, entre outras obras, a duplicação da MG-010 e a recuperação da avenida Cristiano Machado, região Nordeste – orçadas em R\$ 200 milhões –, para eliminar gargalos do trânsito. Tudo para transformar a rota BH - Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, em uma via expressa rápida e de desenvolvimento econômico. (ESTADO DE MINAS, 24/05/2005)

Não há maiores informações sobre o que se pretende fazer, no entanto, o jornal assegura que as obras trarão não apenas melhoria no tráfego, mas desenvolvimento econômico. O segundo parágrafo da matéria prossegue no “anúncio” do futuro.

Ontem, Aécio classificou o trabalho na MG-10 e na Cristiano Machado como o “maior conjunto de obras viárias” já feitas pelo Estado. Segundo o governador, os recursos sairão exclusivamente dos cofres estaduais e vão beneficiar grande parcela da população da RMBH. Além disso, adiantou que o objetivo é transformar a capital em um centro de eventos e turismo de negócios. As obras terminam em abril de 2006, quando BH promove a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (ESTADO DE MINAS, 24/05/2005)

O texto segue desfiando outros efeitos previstos com as obras:

O projeto da duplicação da MG-010 está a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG), e, tudo indica, Aécio Neves deve anunciar que a obra fica pronta até meados de 2006. Orçada em R\$ 60 milhões, a duplicação prevê a construção de seis novas passarelas, cinco passagens de nível (trincheiras e

viadutos), uma ponte, 48 abrigos de ônibus cobertos, vias marginais com pontos de ônibus, passeio para pedestres e uma ciclovia com 1,5 metro de largura. Serão duplicados 22,1 quilômetros. As melhorias pretendem colocar fim ao conflito que atualmente existe entre pedestres e veículos. A maioria das pessoas não atravessa nas passarelas e os atropelamentos engrossam as estatísticas de violência na MG-010, salvo nos dois pontos em que há redutores de velocidade, nos bairros Santa Clara e Morro Alto, em Vespasiano. O projeto de duplicação prevê, ainda, aumento na velocidade para veículos de passeio de 110km/h para 100, na maioria do percurso, e câmeras de segurança em parceria com a Polícia Militar, para monitorar passarelas e viadutos. Os trabalhos devem começar pela avenida Cristiano Machado, que dá acesso à MG-10. Há previsão, também, de obras nas avenidas do Contorno e Andradas. (ESTADO DE MINAS, 24/05/2005)

No segundo parágrafo diz-se que as obras terminam em abril de 2006. No parágrafo seguinte, repete-se a informação, dizendo-se que o governador deverá naquele dia anunciar esse prazo. Até mesmo quando o relato parece ser um comentário do jornal é para asseverar os prazos previstos pelo governo do estado! Os planos da administração estadual são o futuro transformado em notícia. O futuro se realiza pelo simples fato de ser anunciado.

Note-se que aparentes contradições são ignoradas pela nova situação idílica. A matéria informa que serão construídas passarelas e assegura que serão resolvidos problemas de “conflito entre pedestres e veículos”. Sem discutir o entendimento problemático do jornal do que seja exatamente “conflito entre pedestres e veículos”, constata-se que as pessoas não atravessam a via pelas passarelas e que são crescentes os atropelamentos. Entretanto, o futuro anuncia novas passarelas! Ora, temporalidades de acontecimentos referidos pelo texto confundem-se (o passado e o presente dos atropelamentos) e desaparecem no futuro próximo das obras. E a matéria segue desafiando a linha oficial de informações (a fonte fundamental “eleita” para a matéria) e desenhando o futuro prometido, sem maiores preocupações com eventuais conflitos ou contradições naquilo que era anunciado. Inexistem na matéria perguntas sobre eventuais interesses discordantes em relação às ações prometidas, sobre outros cenários possíveis (futuros possíveis) que um conjunto de obras como aquele pode provocar na cidade. O futuro não é objeto de problematização mas decorrência natural de ações propostas no presente. A notícia ocupa uma página e meia e apenas na continuação da

matéria na página interna do jornal faz-se ligeira menção a outra perspectiva de se olhar para as propostas do governo do estado.

Já o barbeiro Geraldo Gomes Valetin, de 43 anos, diz que via rápida é boa para os carros, mas ele tem dúvidas sobre os efeitos no comércio. “Trabalhava na avenida do Contorno, no Gutierrez, onde fizeram uma trincheira. O pessoal passa tão rápido que não dá para ver o que tem em volta. Por isso, muitos restaurantes e estabelecimentos fecharam.” (ESTADO DE MINAS, 24/05/2005)

É apenas um “outro lado” para constar. Efetivamente não pesa ou orienta qualquer discussão, problematização ou mesmo descrições que possam elucidar aquilo que é apresentado como o acontecimento central da notícia. Efetivamente, tal matéria não reporta situações passadas ou caracteriza um quadro tomado como dado. Não há antecedentes que possam elucidar o acontecimento. Qual a evolução do número de atropelamentos na área em que irá haver intervenção? Como os especialistas avaliam as causas de tais acidentes? Qual a relação com a evolução da frota de veículos que passa pelo local? As intervenções podem assegurar fluidez do tráfego sem uma avaliação do crescimento dessa frota? Como e em que momento definiu-se que a opção pela expansão das vias para o transporte rodoviário é a alternativa mais adequada para o suposto problema identificado? O peso do transporte público e particular sempre foi idêntico à situação que agora merecerá uma intervenção do poder público?

Mas, ao noticiar pretensos motivos para a ação do poder público, a notícia a primeira vista parecia abordar os motivos para tal intervenção, apontaria assim para uma explicação orientada para o futuro. Mas que conseqüências podem ser estimadas com a reorganização urbana da região? Aumento de poluição atmosférica, descaracterização de áreas residenciais? Mera transposição de situações crônicas de congestionamento?

Passado e futuro na verdade desapareceram como condição de inteligibilidade da notícia. As três fotografias principais que ilustram a matéria mostram o suposto “quadro atual”, o presente da situação: ruas lotadas de veículos parados. A legenda enquadra a fotografia como o momento atual, que será objeto da intervenção proposta pelo poder público,

e o título principal que pontifica acima das imagens não deixa dúvidas quanto ao que precisa ser feito: “trincheiras e via expressa”. Assim como o texto, o título e as fotografias narram o trânsito parado, a notícia revela também uma temporalidade congelada. Pela enunciação do jornal revela-se um presente enclausurado no atual.

Não há um “antes”, fatos anteriores, apenas um agora expropriado no texto de toda historicidade e que, ao mesmo tempo, na maneira de dizer da matéria, de textos e de imagens, tenta interceptar temporalidades extra textuais que poderiam ser invocadas para mobilizar outros contextos interpretativos para o acontecimento: não há o tempo da vida dos bairros atravessados pela “falta de tempo” dos automóveis, da memória invocada pelas construções antigas que serão demolidas para a nova vaga de progresso, dos pedestres, que se deslocam com outra lógica e ritmo que não a dos veículos, do já dito do poder público para situações semelhantes, os efeitos possíveis não previstos. “Trincheiras e vias expressas”: há apenas a voz (de comando) para o que deve ser visto e deve circular como acontecimento, a necessária solução para um presente que não se apresenta como problemático.



Governo anuncia pacote de obras que prevê a duplicação da MG-10 e recuperação da avenida Cristiano Machado. Intervenção vai melhorar trânsito da RMBH e criar via rápida até Confins

Trincheiras e via expressa

CRISTIANA ANDRADE

O governador Aécio Neves anuncia hoje um pacote de obras para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, às 10h, no Palácio da Liberdade. Apesar de não terem sido divulgados detalhes dos projetos, os maiores dos últimos tempos na Grande BH, serão anunciadas, entre outras obras, a duplicação da MG-010 e a recuperação da avenida Cristiano Machado, região Nordeste - orçadas em R\$ 200 milhões -, para eliminar gargalos do trânsito. Tudo para transformar a reta BH-Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, em uma via expressa rápida e de desenvolvimento econômico.

Ontem, Aécio classificou o trabalho na MG-10 e na Cristiano Machado como o "maior conjunto de obras viárias" já feitas pelo Estado. Segundo o governador, os recursos sairão exclusivamente dos cofres estaduais e vão beneficiar grande parcela da população da RMBH. Além disso, adiantou que o objetivo é transformar a capital em um centro de eventos e turismo de negócios. As obras terminam em abril de 2006, quando BH promove a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O projeto da duplicação da MG-010 está a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG), e tudo indica, Aécio Neves deve anunciar que

a obra fica pronta até meados de 2006. Orçada em R\$ 60 milhões, a duplicação prevê a construção de seis novas passarelas, cinco passagens de nível (trincheiras e viadutos), uma ponte, 48 abrigos de ônibus cobertos, vias marginais com pontos de ônibus, passeio para pedestres e uma ciclovia com 1,5 metro de largura. Serão duplicados 22,1 quilômetros.

As melhorias pretendem colocar fim ao conflito que atualmente existe entre pedestres e veículos. A maioria das pessoas não atravessa nas passarelas e os atropelamentos engrossam as estatísticas de violência na MG-010, salvo nos dois pontos em que há redutores de velocidade, nos bairros Santa Clara e Morro Alto, em Vespasiano. O projeto de duplicação prevê ainda aumento na velocidade para veículos de passeio de 110km/h para 100, na maioria do percurso, e câmeras de segurança em parceria com a Polícia Militar, para monitorar passarelas e viadutos.

Os trabalhos devem começar pela avenida Cristiano Machado, que dá acesso à MG-10. Há previsão, também, de obras nas avenidas do Contorno e Andaraes.

PROJETOS Em fevereiro, o governador Aécio Neves e o prefeito Fernando Pimentel anunciaram os investimentos para a Cristiano Machado e avenida Pedro I.

As intervenções nas duas avenidas, orçadas em R\$ 140 milhões, contemplam a eliminação de oito gargalos de retenção do tráfego, entre eles os cruzamentos da Cristiano Machado com avenida Silviano Brandão e da D. Pedro I com avenida Vilarinho, nos quais serão implantadas trincheiras e alças de acesso às vias. Os longos congestionamentos e o gargalo na José Cândido da Silveira são o que há de pior na avenida, afirma o comerciante Ricardo José dos Santos, de 58 anos. "Com os viadutos e trincheiras, vai melhorar demais", disse.

Devem ser eliminados, ainda, os cruzamentos da avenida Cristiano Machado com rua Jacuí, avenida José Cândido da Silveira, ruas de acesso ao Minas Shopping e Anel Rodoviário. Na D. Pedro I o projeto inicial previa a retirada de semáforos nas interseções com rua Montese, avenida Genieral Olímpio Mourão Filho, rua das Pedrinhas e entroncamento com a avenida Vilarinho. À época do anúncio, o prefeito Fernando Pimentel disse que a proposta era intervir simultaneamente nos dois corredores, já que eles "beneficiam áreas diferentes da cidade e é de interesse comum promover o desenvolvimento dos bairros da região, que formam o eixo Norte de BH".



66

Com viadutos e trincheiras, a Cristiano Machado vai melhorar demais

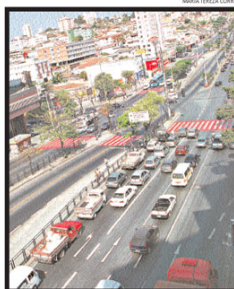
99

Ricardo José dos Santos, comerciante

LEIA MAIS SOBRE OBRAS NA GRANDE BH
PÁGINA 22



Um dos mais importantes corredores de tráfego da capital, a Cristiano Machado terá obras para reduzir os congestionamentos



Pontos de estrangulamento, cruzamentos da avenida com Jacuí e Silviano Brandão deverão ser eliminados para o trânsito fluir

12.2.2 O futuro do dinheiro

Em 9 de junho de 2005 a Folha de S. Paulo publicou matéria informando que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) reduziu a previsão de crescimento econômico de 3,5% para 2,8% naquele ano. O instituto é vinculado ao Ministério do Planejamento e produz “análises sobre a realidade socioeconômica do país e sobre a evolução das políticas públicas”. Boa parte desse trabalho vem a público sob a forma de “boletins de acompanhamento de políticas e da conjuntura econômica e social”, como o próprio órgão informa.

Toda a matéria foi construída tendo como fonte básica uma publicação trimestral do Instituto (Boletim de Conjuntura) divulgado provavelmente no dia anterior à matéria publicada.

A matéria é basicamente descritiva em relação aos dados divulgados pelo Ipea. Apresenta as estimativas feitas e a base para tal – sempre a comparação do trimestre analisado com o trimestre anterior. Para o órgão, que torna disponíveis uma série de outras informações econômicas, o boletim tem como foco o de estabelecer a comparação do desempenho da economia brasileira nos últimos dois trimestres. O problema é o jornal também permanecer nessa medida, estabelecendo-a como o acontecimento econômico a ser noticiado.

Em sua abertura a matéria informa que

O fraco desempenho da economia no primeiro trimestre levou o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado ao Ministério do Planejamento) a reduzir sua projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano de 3,5% para 2,8%. Segundo o instituto, acentuaram-se os sinais de arrefecimento do processo de expansão. No primeiro trimestre, o PIB cresceu 0,3% em relação ao quarto trimestre de 2004, que já trazia sinais de desaceleração. (FOLHA DE S.PAULO, 9/6/2005)

A matéria segue apresentando outras correções de estimativa do Ipea, que dominam mais de $\frac{3}{4}$ do texto. Um parágrafo que esboça alguma explicação para o fato é introduzido no corpo da matéria.

O diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea, Paulo Levy, ressaltou que a queda nos investimentos foi puxada pelo setor agrícola e pela construção civil. Os efeitos da estiagem no Sul do país agiram como um desestímulo à aquisição de máquinas e

equipamentos. A construção civil foi influenciada pela acumulação dos estoques de aço no ano passado. Segundo Levy, a perspectiva para o ano é de recuperação dos investimentos, mesmo que a níveis mais modestos do que se previa. A construção civil deverá ser beneficiado pelas facilidades para o crédito habitacional, aposta Levy. O Ipea projeta um aumento da taxa de investimentos para 21,4% do PIB, o que representa o maior nível desde 1990. No ano passado, chegou a 19,6% do PIB. (FOLHA DE S.PAULO, 9/6/2005)

Em tal explicação, o especialista indica aspectos de um passado recente que mostram possíveis causas para a revisão das previsões. E indica que o futuro próximo sinaliza melhores condições para a economia e o indicador de que a taxa de investimentos pode alcançar seu maior patamar nos últimos 15 anos. Como então o destaque da notícia se mantém na revisão de uma previsão para o curto prazo?

Ao rever previsões o Ipea acentua que tais dados sinalizam para cenários futuros, operando com um certo grau de incerteza. A correção de previsões não seria exatamente uma novidade. O porquê da revisão – “o fraco desempenho da economia” – seria na verdade o aspecto a ser investigado pelo jornal. Mas não o será porque o importante parece ser apenas evidenciar o descompasso entre a “situação econômica” e o seu futuro que já aparece como dado, definido, e não como uma realidade em transformação que não pode ser completamente prevista. Em sua forma descritiva, a matéria apresenta-se mesmo como um relato normativo informando que o presente econômico não corresponde ao “futuro anterior”, que do ponto de vista do jornal já havia sido escolhido, não era um cenário possível, um futuro, mas “o” futuro. Daí que a matéria não considere qualquer questão acerca de cenários alternativos, que em alguma medida são objeto dos números publicados pelo Ipea, uma análise de conjuntura que permite ajustes nas ações econômicas exatamente por pensá-las em um quadro não totalmente previsível. No seu desfiar de indicadores, a notícia relembra o plano, o esperado, mas não admite a surpresa da sua não concretização. Talvez porque o crescimento econômico é tratado em termos estritamente econômicos. O planejamento que gerara o “futuro anterior” não é visto como um planejamento público que implique dimensões outras que fogem ao campo econômico. O crescimento do PIB, tema da matéria, é uma questão que não está

isolada, mantém relação sincrônica e diacrônica com outros problemas que, no entanto, são apenas sugeridos pela forma trivial como a notícia é relatada. A narrativa não consegue se apresentar como um relato que anuncie a complexidade do acontecimento.

A notícia está presa à periodicidade trimestral do boletim de conjuntura do Ipea, quando os próprios indicadores e comentários dos analistas sugerem a oportunidade de se dar atenção ao ritmo de outros processos em que a informação naquele contexto particular talvez fosse mais relevante. A temporalidade do jornal tornou disponível informação atualizada, mas pouco inteligível porque apartada de um contexto temporal mais significativo. A evolução em um quadro de três meses talvez não fosse o panorama mais consistente. Ao lidar com os índices o jornal sugere irrefletidamente um marco inicial que é o da antiga previsão, há três meses passados, quando esse “ponto zero” demanda outra periodização para que dê conta da situação incluindo outros fatores significativos para interpretação do acontecimento. Dessa maneira, as previsões agora revistas não pareceriam apenas correção de palpites e sim prospecções calçadas em critérios claros e algum rigor analítico.

A matéria, por mais simples que possa parecer, é característica dos noticiários que podemos verificar em áreas como a economia. Sua força está em suposições sobre o futuro que em boa medida orientam as ações contemporâneas na área – não apenas no mundo dos negócios, mas na complexa dinâmica que tal mundo guarda com as demais esferas sociais. Mas o faz à custa de reduzir o mundo jornalístico econômico à produção da informação como insumo para ação competitiva dos agentes econômicos e sua tomada de decisão no mundo dos negócios. Ainda que as fontes exclusivas da matéria sejam autoridades ou figuras ligadas ao Estado, a narrativa se orienta claramente para satisfazer a demanda de informações de agentes que operam no mundo dos negócios e que têm nos índices informações estratégicas para suas ações.

Nessa perspectiva, vimos com certa reserva teses correntes de que a informação jornalística nos cadernos de economia prima pela relação estreita com a lógica dos mercados financeiros de avaliação de riscos e cálculo do futuro. Esse é mesmo um dos traços da cobertura e o ponto problemático não está posto no fato de que a narrativa aponte para o futuro em sua abordagem. O ponto chave é qual a idéia de futuro que aí se produz. A nosso ver, as matérias produzem uma equivalência entre o futuro desse mundo econômico e o “futuro do dinheiro”. Importam ganhos, perdas, cenários de riscos, sem dúvida. Mas o que se negocia é, sobretudo, o próprio futuro, na medida em que ele pode ser instrumentalizado para orientar a ação presente e, para tal, esse vir a ser deve já ser apresentado como definido e definitivo. A notícia acaba por produzir do fato futuro um instrumento para uma espécie de necropsia da atualidade, não a sua biópsia⁷⁰.

12.2.3 A prevenção sem previdência

Caderno semanal da Folha de S.Paulo, o “Folha Equilíbrio” trouxe em 9 de junho de 2005 matéria relacionando hábitos alimentares e prevenção de doenças. Como é característico em tais reportagens, o foco dirige-se para temas cujo tratamento não está relacionado à urgência de noticiar um dado evento. Nesse sentido, o recurso da abertura do texto a referências de tempo presente omnitemporal ou a datações relativas a um passado remotíssimo, destacando proposições que funcionam como “verdades universais e atemporais”, é uma estratégia narrativa adequada.

Já se sabe há muito tempo que alguns alimentos têm funções terapêuticas. É comprovado, por exemplo, que o tomate ajuda a prevenir o câncer de próstata, que a soja alivia os sintomas da menopausa e que o peixe ajuda a reduzir o colesterol. A descoberta dos alimentos funcionais (aqueles que diminuem o risco de doenças) trouxe comprovação científica para o que o filósofo Hipócrates já dizia há cerca de 2.500 anos: uma alimentação adequada ajuda a manter o organismo saudável. (FOLHA DE S.PAULO, 9/6/2005)

⁷⁰ Uma analogia da cobertura do jornal com as idéias de biópsia e autópsia foi feita por Mário Sérgio Cortella em palestra proferida no 1º Seminário “O professor e a leitura do jornal”, em julho de 2002, disponível em <http://www.alb.com.br/anaisjornal/ezequiel/Palestras/MarioSergioCortella.htm>

Em seguida o texto vale-se do “gancho” de um congresso que se realizaria em breve no país, três meses depois, e indica a criação dois anos antes de um curso na área de alimentos funcionais para atualizar a novidade em termos temporais, estabelecendo alguns marcos cronológicos mais próximos ao “agora” que a notícia produz. Produz-se um momento “T₀” em 2003 e um momento “T₁” em setembro de 2005, permitindo estabelecer uma relação entre o momento de enunciação e o momento de referência mais estendido. O curioso, entretanto, é que tais marcos cronológicos estabelecem de fato fronteiras temporais para a produção do acontecimento a ser relatado, mas praticamente não incidem no tratamento da notícia. São limites que produzem uma espécie de “agora” com a conotação de vácuo entre uma história e um futuro, já que esses marcos não formam liames significativos com aquilo que está fora dos contornos que sucedem ou antecedem os marcos cronológicos do acontecimento e tampouco com o campo onde se delinea o acontecimento jornalísticos reportado. São limites fundamentalmente arbitrários, não relativos aos problemas colocados.

A realização do evento de especialistas indicaria o crescimento do interesse por essa especialidade da área de nutrição.

O primeiro congresso de nutrição clínica funcional no Brasil será realizado em setembro, em São Paulo. A nutricionista Valéria Paschoal, presidente do evento, diz que cada vez mais pessoas procuram esse profissional para prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida. (FOLHA DE S.PAULO, 9/6/2005)

A criação de cursos de especialização, por sua vez, é o fato anterior que indica o aumento da demanda.

O mais comum nos consultórios, no entanto, é que cheguem clientes com problemas de saúde - principalmente obesidade, a campeã de procura. De acordo com Paschoal, cada vez mais pacientes com osteoporose, doenças cardiovasculares, hiperatividade, câncer, depressão e mal de Alzheimer, entre outras doenças, procuram a especialidade.

Desde 2003, quando foi criado o primeiro curso de pós-graduação em nutrição clínica funcional, na Universidade Ibirapuera, em São Paulo, a área vem crescendo. Atualmente, o curso existe em sete capitais e foi realizado por 500 dos 42.000 nutricionistas do país. (FOLHA DE S.PAULO, 9/6/2005)

Não deixa de ser curiosa a relação que se propõe: criação de curso e eventos são, sem dúvida, índices do aumento da procura por tais profissionais. Mas tais iniciativas traduzem

não apenas o movimento profissional da área e sim podem representar uma certa conjugação de forças de determinados processos que se dão não apenas no campo profissional dos médicos, nutricionistas ou nutrólogos, como aponta a matéria do jornal. Se o curso desencadeia uma tendência, também é resultante de vários processos. Quais? Uma percepção de oportunidade em virtude da extensão da cobertura da própria mídia de questões que relacionam saúde e alimentação? Ou poderíamos também imaginar uma relação entre uma dada concepção de alimento e condições sociais específicas como perfil da população, expectativa de vida etc.? Ou seria possível identificar o momento da realização de ensaios clínicos ou estudos epidemiológicos que evidenciaram a relação entre determinados alimentos e condições de saúde? A eficácia da utilização de dietas baseadas em elementos funcionais varia em alguma medida segundo grupos geracionais específicos? Há estudos em andamento que procuram verificar a relação causal entre os alimentos e a redução do risco de desenvolvimento de certas doenças? Há indicações de que proximamente alguma doença poderá ser não apenas prevenida mas tratada com o uso de algum alimento? Isso sem falar em questões como aquelas atinentes aos próprios alimentos (cuja composição certamente varia em função de inúmeros fatores – preparação, clima, variedade etc.) e ao nível em que a tal “especialidade” deva aparecer nos processo de atenção a saúde (especialidade clínica, níveis mais primários de atenção etc.).

A matéria, ao final, indica certo quadro de conflito ao lembrar que o exercício da especialidade é reivindicado por diferentes profissionais. Mas a nosso ver é insuficiente para retirar o acontecimento “nova área da nutrição que se especializa” da condição congelada de um quadro estável e bem definido, de uma atualidade “estática”. Enfim, no caso específico dessa matéria seria importante elucidar o “passado” e o “futuro” dos alimentos funcionais. Identificar tendências e especular sobre o porvir, o que não é exclusividade das matérias do mundo dos negócios.

12.2.4 O resultado antes do jogo

Os jornais são do mesmo dia e reportam um mesmo assunto. A Folha de S.Paulo após um versal com a palavra “Vôlei”, apresenta uma linha fina informando que “*Roberto Minuzzi, 23, tem dilatação da aorta e será operado na sexta-feira*” para apor o título “*Aliviado, aposta da seleção anuncia cirurgia cardíaca*”. O Estado de Minas, que se utiliza do mesmo versal da Folha, escreve o bigode “*Minuzzi, atacante do Minas e da Seleção Brasileira, será operado da aorta ascendente, sexta-feira, em São Paulo. Cirurgia é delicada, mas os médicos apostam na recuperação*” para em seguida titular “*Esperança de voltar à quadra*”. Por fim o jornal O Globo cunha o título “*Esperança para Minuzzi*” seguido pelo bigode “*Atacante da seleção de vôlei será operado sexta-feira e deverá voltar a jogar*”.

Os diários fazem, entretanto, uma construção narrativa em que a maneira como a temporalidade é construída induz significações distintas do acontecimento jornalístico. A palavra esperança marca os títulos do diário carioca e do diário belo-horizontino: na manifestação de um sentimento expressam não apenas confiança na realização de algo como também a expectativa que tal se realize. Apontam para o futuro. Já a Folha volta-se para o fato do próprio anúncio da operação do jogador sem, ao menos de início, chamar a atenção para qualquer ato de espera, qualquer ação vindoura. Interessa o presente. A organização narrativa da matéria, entretanto, aponta algumas particularidades que ajudam a compreender a maneira de cada jornal trata sua economia enunciativa em relação ao problema da temporalidade.

A abertura da matéria de O Globo segue a perspectiva do título e coloca em evidência que o atleta tem chances de retornar à prática esportiva no ano seguinte após a operação.

Roberto Minuzzi, atacante da seleção brasileira de vôlei, poderá voltar a jogar no ano que vem, depois de ser operado para a correção de um aneurisma na aorta (dilatação na maior artéria do corpo humano, que sai do coração, passa pelo tórax, pelo abdômen e desce para as pernas). A análise é do cardiologista João Olyntho, o Zela, da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), que deu entrevista ontem, na sede da entidade. O jogador falou com coragem da cirurgia e da recuperação.

– Todos esperavam me ver cabisbaixo, triste, deprimido. Ou eu via o problema como tragédia, pondo um risco para a minha carreira e para a minha vida, ou como um achado, que salvou minha vida. Se não tivesse feito este exame, talvez o presidente (da CBV, Ary Graça) e o médico estivessem aqui dando outras explicações - declarou ele, que renovou com o Minas em abril. (O GLOBO, 1/6/2005)

A seqüência do texto relata a entrevista coletiva ocorrida no dia anterior anunciando o problema do atleta e desenvolve uma recapitulação de fatos falando da descoberta do problema cardíaco, do ambiente da equipe brasileira de vôlei, dos procedimentos adotados depois da descoberta do problema, da sua provável origem, do que deverá ocorrer após a cirurgia e das perspectivas de retorno do atleta ao esporte.

A Folha de S.Paulo, por sua vez, preferiu focar na própria realização da entrevista coletiva e no estado emocional demonstrado pelo jogador.

"Quem esperava ver um jogador triste e abatido quebrou a cara. Foi uma semana tranqüila."

Foi assim que o jogador Roberto Minuzzi, 23, começou ontem a entrevista em que falou sobre seu grave problema de saúde.

Uma das apostas do técnico Bernardinho, o ponta tem dilatação da aorta -artéria do coração-, herança genética que o obrigará a ser submetido a uma cirurgia depois de amanhã.

Apesar de a enfermidade significar, na previsão mais otimista, pelo menos sete meses de reclusão, o jogador prefere ver seu caso com um olhar otimista.

"Se eu não tivesse feito esse exame, talvez estivessem anunciando hoje uma coisa bem mais desagradável, como a minha morte", declarou o jogador.

"Fiquei feliz porque, com a cirurgia, poderei voltar a ser uma pessoa saudável. Em segundo lugar, fiquei feliz porque há chances reais de eu voltar para a quadra. Serei submetido a uma cirurgia de baixíssimo risco", acrescentou. (FOLHA DE S.PAULO, 1/6/2005)

Em seguida a matéria segue apresentando a avaliação do atleta sobre a sua enfermidade e só aí relata a expectativa do jogador em retornar à prática esportiva. O texto prossegue fazendo um histórico de como se realizou o diagnóstico do problema, uma rápida avaliação médica sobre a evolução do quadro de saúde do atleta e conclui realizando uma análise da situação do jogador na seleção brasileira de vôlei. Retorna ao presente relatando que "*o diagnóstico do problema cardíaco breca a ascensão de Minuzzi na seleção*". Uma sub-retranca relembra casos similares no esporte do país e diz que "*no último ano, o Brasil passou a associar cada vez mais problemas cardíacos à prática esportiva*". A confusão é

evidente: significa que os problemas cardíacos podem ter origem na prática esportiva? Ou que no último ano o número de casos noticiados foi grande? Ou o número de casos – e não necessariamente noticiados – de praticantes de esporte com problemas cardíacos cresceu? “No último ano” é um recorte cronológico que faz apelo a uma memória, a um saber disponível aos agentes implicados no relato, em particular ao leitor, um “conhecimento à mão” que do ponto de vista temporal ordenaria e daria coerência à narrativa. Mas da maneira como o faz, a conexão significativa que produz destes eventos é o de reduzir a singularidade do evento principal e remetê-lo a um museu de acontecimentos do mesmo tipo.

O jornal Estado de Minas segue em linha aparentemente similar a de O Globo: o foco da matéria estrutura-se em torno da probabilidade do jogador voltar a atuar segundo avaliação de especialista, mas enfatizando também a expectativa do próprio atleta.

O ponta Roberto Minuzzi, de 23 anos, bicampeão da Liga Mundial, com a Seleção Brasileira (2002 e 2004), e vice-campeão da Superliga Nacional de 2004/2005, pelo Telemig Celular/Minas, que teve diagnosticada uma dilatação na aorta ascendente, não terá de abandonar a carreira. Foi o que assegurou ontem o cardiologista da Seleção Brasileira, João Olyntho (o Zela), em entrevista coletiva convocada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), no Rio de Janeiro.

A anomalia foi detectada sábado, após a análise do resultado do ecocardiograma feito na semana passada, em Saquarema-RJ, onde a Seleção treina para a Liga Mundial. Minuzzi será operado sexta-feira, em São Paulo. Ele manifestou a esperança de voltar a jogar. Mas ficará afastado das quadras por algum tempo. “Serão cerca de dez, 15 dias no hospital. O período de recuperação é difícil de dizer. Vai depender da recuperação dele. Pode ser em um ano, ou menos”, informou o médico. (ESTADO DE MINAS, 1/6/2005)

Em seguida a matéria apresenta detalhes da história, mas sem uma recapitulação como a feita pelos dois outros jornais. Informa primeiro sobre a realização da cirurgia, especula sobre o regresso do atleta às atividades esportivas, fala da origem do problema, narra como o jogador se comportou e o que disse na entrevista realizada no dia anterior, informa sobre seus próximos passos e, por fim, faz conjecturas sobre o que fará a equipe de vôlei na qual atua. O tom da matéria é claramente dirigido para os desdobramentos, pouco se atendo a históricos, evoluções e eventos passados. A notícia se orienta para a predição, para o relato de eventos que ainda não aconteceram. Não há, todavia, incertezas. O futuro anunciado é questão de

tempo: tempo para recuperação, tempo para voltar a jogar, tempo para que a nova condição chegue.

Mas a nosso ver é possível ver mais nessa composição da narrativa nos três jornais no que tange ao trabalho da temporalidade. A narrativa ganha novo fôlego quando a fala do jogador é destacada, no texto verbal ou em sua figura representada fotograficamente.

O Globo destacou logo no segundo parágrafo da matéria a seguinte fala do jogador Roberto Minuzzi:

— Todos esperavam me ver cabisbaixo, triste, deprimido. Ou eu via o problema como tragédia, pondo um risco para a minha carreira e para a minha vida, ou como um achado, que salvou minha vida. Se não tivesse feito este exame, talvez o presidente (da CBV, Ary Graça) e o médico estivessem aqui dando outras explicações”. (O GLOBO, 1/6/2005)

Na Folha também no início da matéria mencionou-se a afirmativa de que *"se eu não tivesse feito esse exame, talvez estivessem anunciando hoje uma coisa bem mais desagradável, como a minha morte"*. O Estado de Minas por sua vez só mencionou tal fala do atleta já na parte final do texto.

“Todo mundo poderia achar que encontraria aqui um cara deprimido, triste, cabisbaixo. Mas eu tinha duas maneiras de encarar essa situação: ficaria arrasado, achando que era o fim da linha, ou como um achado que salvou a minha vida. Não fossem os exames, o médico e o presidente poderiam estar aqui, agora, anunciando uma tragédia”. (ESTADO DE MINAS, 1/6/2005)

Para além das diferenças ao reportar o relato do jogador – nesse momento não só é impossível verificar qual a mais fidedigna às declarações dadas, como esse não é o objeto da nossa discussão –, percebe-se que tal fala indica uma chave interpretativa interessante para se desenvolver na notícia. O próprio atleta intui o fato da identificação da anomalia ser um cruzamento entre algo, ao mesmo tempo, inaugural, retrospectivo e prospectivo, que reorganiza a sua experiência. Alguma coisa que o relato da notícia tal como construído não foi capaz de rerepresentar.

Em O Globo o título invoca uma “esperança para Minuzzi” de um fato que parece ser exterior à experiência vivida pelo jogador: uma futura cirurgia oferece alento. A foto que

acompanha o título (figura 11), entretanto, não celebra essa sorte. Sua temporalidade é de um presente problemático em que o atleta parece estar diante de uma encruzilhada. A legenda descreve a imagem e diz que o jogador está pensativo, em um gesto que exprime uma dúvida que manifesta outros futuros distintos do presentificado pela manchete. A foto remete aos tempos da fala de Minuzzi, a manchete os apaga.

No Estado de Minas o título manifesta um ponto de vista do atleta, “esperança de voltar”, mas, assim como em O Globo, relacionado à fotografia que o segue, o enunciado não dá conta de outras possibilidades que certamente afligem o jogador. A Folha é a publicação que, nesse caso, faz brigarem discursos que se cruzam na matéria. O foco da matéria aponta para o momento da entrevista do jogador, o título indica um estado emocional do atleta (“aliviado, aposta da seleção...), mas a fotografia é uma imagem de arquivo de Minuzzi em quadra! A temporalidade de um fato extra textual invade a matéria: é o jogador antes da descoberta da anomalia? É o jogador em sua situação atual? É a expectativa do jogador em sua situação futura?

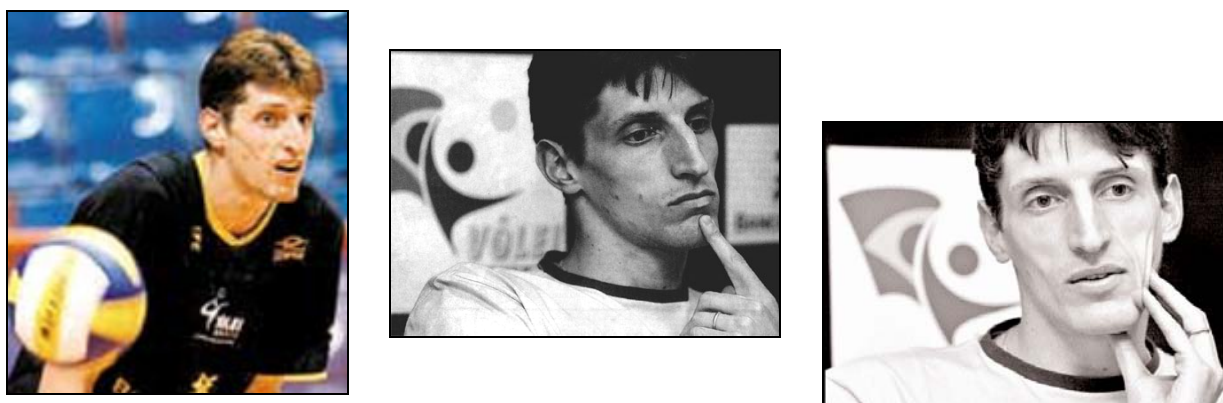


Figura 12: fotos publicadas respectivamente pela Folha de S.Paulo, O Globo e Estado de Minas sobre problemas de saúde do jogador Roberto Minuzzi, em 1/6/2005

Nessas distintas maneiras de construir a narrativa desse acontecimento, os jornais, com diferentes abordagens, na verdade engendram uma história amparada por uma ordem

seqüencial, por um sentido que exorciza indeterminações e subtende uma “vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que é também lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que é também seu objetivo” (BOURDIEU, 2005, p.184)

Nesse sistema de referência utilizado pelos jornais não há maior possibilidade de que o acontecimento se manifeste também por sua face de imprevisível, de emergência de um processo que inova e não simplesmente que se mostra.

Na fala do jogador de vôlei e em duas de suas imagens de fato insinua-se um discurso do acontecimento que a notícia recalcou: um dis-curso, uma bifurcação temporal que ultrapassa a linearidade possível para uma história. Na notícia, tanto aquilo que é da ordem da retrospectiva quanto da antecipação estão fortemente pré-determinados, sem chances de, por serem intempestivos, alterarem a ordem temporal estabelecida.

12.3 Outro presente

Nessas quatro matérias buscamos apenas destacar operações enunciativas que fazem das narrativas jornalísticas, no caso dos jornais analisados, um instrumento de simplificação da dimensão temporal implicada na construção da notícia.

Várias outras análises centradas na narrativa jornalística poderiam ainda ser sugeridas e desenvolvidas a partir do material levantado:

- Identificamos um conjunto significativo de matérias referentes a acontecimentos que são objeto de uma cobertura que perdura ao longo de um largo período cronológico. Em função dessa extensão, a cobertura vai se tornando uma espécie de onda que arrasta um conjunto de micro-acontecimentos de temporalidades distintas (momento de ocorrência, cronologia etc.). Elege-se uma “palavra de ordem”, traduzida em geral em um “versal”,

que abarca um conjunto de episódios a que o jornal se refere de maneira conjunta e que, no pormenor da leitura, são facilmente perceptíveis como eventos distintos mas cujo efeito de sentido global é de que estão “articulados” pelo macro-acontecimento. O jornal parece ser uma grande e única “onda” narrativa.

- Várias são as reportagens que, baseadas em eventos, não apresentam no relato qualquer referência temporal que permita ao menos o localizar em um quadro cronológico. O que não impede que eventos sejam rotineiramente gancho temporal para que se produza determinada notícia.
- As chamadas matérias “frias” cujo ponto de partida são o uso na narrativa de “verdades eternas” que depois se tornam recursos para mobilizar dados estatísticos recentes que confirmam as proposições iniciais.
- As notícias de futebol freqüentemente constroem os textos sem se referirem sequer à data em que a partida foi realizada, tal a força da suposição de que, em relatos jornalísticos relativos a eventos esportivos, a caracterização da ocorrência (o dia anterior) será imediata pelo leitor.
- É grande o número de matérias com o sentido de denúncia baseadas em documentos em que não se menciona quando o jornal/jornalista a eles teve acesso ou quando tais peças foram produzidas – informações relevantes para compreensão do acontecimento jornalístico relatado.
- As notícias que apagam a natureza programada dos eventos, impedindo que se perceba que em algum ponto do passado aquela ocorrência já fora planejada.
- O fenômeno do “efemeridismo”, em que tudo se comemora. Ciclos e mais ciclos se estabelecem e produzem um infindável arsenal de matérias de datas comemorativas.
- O uso intenso de fontes documentais ou dados estatísticos sem que seja mencionada qualquer datação desses materiais.

- A profusão de quadros cronológicos que produzem uma linha do tempo destituída de qualquer contextualização, de elucidação para a escolha daquele “início” e daquele “fim” na linha do tempo construída.

O essencial, a nosso ver, foi perceber no âmbito da narrativa dos jornais como é marcante a remissão da temporalidade da notícia sem maior problematização para a data de publicação do jornal, o seu presente da enunciação. A datação é, sem dúvida, um elemento importante na enunciação do jornal e lembra o peso que o ato da leitura joga na construção da temporalidade da notícia. Mas parece muitas vezes operar como uma âncora que retém, amarra e paralisa as representações temporais que se insinuam no relato jornalístico, quando se esperaria que ela pudesse operar mais como uma bóia a assinalar e indicar figuras da temporalidade importantes – mas não exclusivas – da notícia. Tal presente da enunciação, de condição para articulação do discurso, corre o risco de se tornar instrumento para apagamento das temporalidades que se intrometem na escrita jornalística.

Veja-se o caso das matérias mais rotineiras do mundo da política. Há sempre uma superposição confusa – ou uma confusão superposta – entre durações de governos e efeitos de políticas e ações do poder público. A duração de um mandato parlamentar ou de algum executivo se esbate com decisões que ultrapassam largamente o seu período de duração. Confundem-se escalas, ação que opera no curto prazo com efeitos que se processam no longo prazo. Dessa forma, as matérias pouco dão conta de que iniciativas empreendidas no tempo jurisdicional de um mandato transcendem suas fronteiras e alcançam outras épocas, outras gerações, outros governos. No tempo, o efeito de tais ações nunca é devidamente dimensionado.

Tome-se também para análise as notícias que explicitamente se alicerçam no estabelecimento de cronologias. Estão amparadas numa “visão da história” não só linear mas,

principalmente, produzem-se ou encadeando eventos em uma sucessão lastreada em um tempo contínuo e ou então sempre identificando rupturas que irrompem em uma duração heterogênea. Como pergunta Landowski, “o que ‘acontece’ nos intervalos de tempo que os separam”? – essas unidades eleitas para figurarem o acontecimento jornalístico. Falta um operador de junção para “figurar tanto a distância entre os termos opostos como os laços que os unem” (LANDOWSKI, 1992, p.52).

Ou olhe-se ainda para as matérias que, independentemente da temática, abordam fatos “futuros”. Em geral a narrativa se compõem de maneira a apresentar tal futuro como uma decorrência do já ocorrido ou como uma orientação, um fim para os processos. Conforme caracterizado em Schutz (1974), seria importante distinguir nas notícias se elas abordam o acontecimento a partir da categoria de “motivo para” ou de “motivo porque”, se voltadas para o futuro ou prospectando os antecedentes. Uma causa liga eventos em relações significativas, criando uma coerência. Para saber de um dado evento, perguntamos pela causa, por eventos precedentes, mas não como se fosse um “progresso voltado para o passado” como aparece nos relatos. Da mesma maneira, numa perspectiva teleológica, interessa menos à matéria como algo ocorreu, mas porque tal ocorrido se deu de uma dada maneira. O jargão jornalístico costuma hoje referir-se a tais textos como as matérias que perguntam (ou deveriam perguntar) o “porque”. Mas mesmo isso ainda nos parece insuficiente para pensar a narrativa, pois revela apenas uma modalidade de consciência do tempo. Como fazer com que a narrativa reconheça também como distintas e relevantes a relação temporal de alternância, do agora e do não-agora, a temporalidade cíclica que reconhece um “antes” e um “depois”, e mesmo as implicações significativas da própria concepção linear do tempo?

Tais distinções simplesmente desaparecem e, na verdade, as matérias, ao não explicitarem em vários momentos essas referências temporais acabam por provocar não uma “perda do contexto”, como é comum se criticar a escrita jornalística, mas por construir um

novo contexto algo simplificador. Nesse relato comprimido no presente, nessa maneira como a narrativa fala do tempo presente, os efeitos de atualidade são apagados exatamente porque perdem qualquer referência às temporalidades. Em que medida tais modos reiteram uma idéia de “presentismo”, de sobrevalorização de um entendimento de presente como desvalorização de outros regimes de representação da experiência temporal? A experiência narrativa da notícia, dentre outros aspectos por essa maneira de lidar com a temporalidade, torna-se algo de previsível, imperturbável pelo acontecimento que quer relatar. Na busca de sua “captura” o congela, o neutraliza. A ânsia da escrita jornalística tem sido, então, por narrativas que produzam uma versão abreviada do mundo. O presentismo se presta a tal. Se pensarmos, porém, nas narrativas como um adensamento desses mundos, é preciso outras maneiras de pensar a temporalidade na notícia.

13. Considerações finais

Intentamos nesse trabalho realizar uma reflexão sobre a dimensão da temporalidade no discurso do jornal impresso de informação buscando identificar algumas operações enunciativas necessárias para dar conta de tal questão. O objetivo básico era reavaliar a noção de temporalidade que tem sustentado as reflexões acerca da notícia. A problemática tomou como eixo conceitual a noção de enunciação jornalística tratada no âmbito de uma concepção semiodiscursiva do jornal.

A notícia é um dos sinais temporais utilizados pela sociedade para sua orientação. “A imagem mnêmica e a representação do tempo num dado indivíduo dependem do nível de desenvolvimento das instituições sociais que representam o tempo e difundem seu conhecimento, assim como das experiências que o indivíduo tem delas desde a mais tenra idade”. (ELIAS, 1998, p.15) O jornal diário é, a nosso ver, uma dessas instituições sociais que atua como quadro de referência para constituir aquilo que se entende por tempo. Mas, funcionando como um quadro de referência, talvez não seja mais tão adequada a idéia de tempo jornalístico corriqueira e banal atribuída ao jornal impresso. O valor temporal de uma notícia valia na razão direta entre o tempo de ocorrência do acontecimento e sua apropriação pelo leitor. Ora, os dois termos da equação tornaram-se altamente instáveis.

Por um lado, o acontecimento não aparece, do ponto de vista temporal, como tão facilmente delimitável. Na representação contemporânea do que seja uma notícia, o acontecimento jornalístico se esparrama sobre diferentes temporalidades e tem seu início e fim como pontos de flutuação de operações sujeitas ao contexto sócio-cultural, à própria dinâmica editorial e às modalidades narrativas que irão representá-lo. E, ainda que o circuito coleta, produção, difusão tenha se tornado potencialmente mais reduzido em termos de tempo gasto, por outro lado, quando da apropriação pelo leitor, o acontecimento jornalístico faz sua aparição crivado de outras visadas do ambiente midiático. No caso do jornal, se o intervalo

entre edições é um padrão de medida socialmente reconhecido para marcar as transformações no fluxo contínuo do mundo, tal intervalo se dá atravessado por múltiplos outros intervalos e em níveis também bastantes distintos, patrocinados por outros meios de escrita jornalística. O jornal não é um índice isolado onde as notícias têm uma duração e acontecem.

O percurso realizado nos levou a reiterar algumas constatações que de alguma forma estavam à saída desse trabalho: 1) pressionado em relação ao período de intervalo entre as sucessivas edições e o relato de acontecimentos, os jornais impressos tendem a explicitar a menção a outros dispositivos de informação jornalística que operam com relações temporais distintas; 2) há uma progressiva perda da sincronia da temporalidade da notícia no jornal com o tempo social organizado pela unidade de tempo “dia de 24 horas”. As notícias em uma mesma edição combinam remissões eventos não restritos a esse intervalo; 3) a multiplicação de seções e cadernos evidencia a simultaneidade de programações temporais do jornal que correm paralelas à edição de todo dia; 4) nesse novo quadro, a periodicidade diária faz com que o jornal opere com uma regularidade mecânica que contribui para um noticiário fortemente rotinizado em que se produz o paradoxo dos “acontecimentos singulares que se repetem”; 5) essa regularidade engendra um processo acentuado de instrumentalização do tempo fazendo com que a forma do jornal exprima a condição de que é um instrumento que permite ao leitor “poupar” tempo; 6) cada edição do jornal, em particular no domingo, auxilia na constituição de uma marcação rítmica que ordena e estrutura temporalmente a vida de indivíduos e da comunidade.

Todavia, algumas indagações puderam receber alguma sorte de resposta.

De um ponto de vista teórico mais abrangente, lembrando a matriz analítica que identifica “sete portas” de entrada na abordagem das relações entre temporalidade e meios de comunicação apresentadas no início desse trabalho, o percurso realizado nos permite algumas inferências importantes. Ao pretendermos estudar o jornal diário de informação geral, o

fazemos em um domínio particular, o da midiatização e, portanto, não se pode esquecer que a mídia permite a produção de uma confluência de tempos. Mas os tempos que vivemos na atualidade não são, necessariamente, contemporâneos entre si. A mídia conforma uma temporalidade – o presente – mas é atravessada por outros tempos (passado/futuro), em um processo concomitante de sedimentação e estilhaçamento dos tempos. A mídia curto-circuita os tempos: ao mesmo tempo em que ela é padronizadora do tempo atual – ritma e ordena cronologicamente o cotidiano –, ela põe também em circulação representações de relações temporais diversas, fazendo emergir outros tempos de outros estratos. São, no mesmo movimento, camadas superpostas e atravessadas. Para tornar os tempos contemporâneos à experiência, a mídia dá visibilidade a tempos não contemporâneos. Daí que a mídia não apenas transporte o tempo; ela engendra relações temporais.

Da mesma maneira, o tempo não é abstrato, as escalas de temporalidade estão vinculadas à produção de sentido e, nessa perspectiva, as representações de tempo (linear, evolutivo, contínuo ou descontínuo, por exemplo) não podem ser desprezadas. As figuras da temporalidade são mecanismos essenciais de proposição de sentido. E ao estudar como o fazem, é preciso ter em conta que essa “temporalidade midiática” é ao mesmo tempo múltipla – pois diz de diferentes dispositivos de comunicação (imprensa, audiovisual etc.) profundamente relacionados em suas enunciações particulares – e específica – já que se dá no terreno de tecnologias, processos sociais e culturais particulares.

O jornal não é, assim, visto por nós em uma espécie de “apresentação solo” – pode ser observado como um solista em determinados momentos – e o tempo apresenta-se como indicador da sua relação com os demais “instrumentos” e da construção de sua própria melodia.

Por fim, naquilo que será estruturante para a articulação temporalidade e jornal – a construção do acontecimento – afigura-se a importância de reconhecer neste uma poliformia

cuja compreensão pode dizer muito ainda sobre a natureza do discurso jornalístico. Como o culminar de um processo ou assumindo uma condição inaugural, o acontecimento modula temporalmente a notícia. Compreender de que modo esta responde ao acontecimento é um elemento poderoso para o entendimento dos mecanismos de produção da experiência social contemporaneamente. Argüir a notícia pela temporalidade, indagar a relação entre acontecimento e experiência temporal afigura-se como uma forma de crítica e de olhar “externamente de dentro” a escrita jornalística, de reabri-la para desconhecer o conhecido. Assim procedendo, se pode avaliar a forma de construção da atualidade que os jornais hoje realizam.

Foi assim procedendo que pudemos tratar, a partir da utilização como instrumento analítico da noção mais geral de regimes de historicidade, de Hartog, de diferentes temporalidades e da articulação que se opera entre elas sem ficarmos presos a concepções objetivistas e relativistas do tempo. Mas tal noção abriu-nos, sobretudo, a perspectiva de analisar a maneira como a escrita jornalística dos diários impressos tem aparecido como uma espécie de “vidente do presente”, um discurso em que ver o passado e prever o futuro aparecem enclausurados em uma inteligibilidade orientada para a primazia ao presente equiparado à atualidade, para o “presentismo”. O “presentismo” obviamente não se restringe ao discurso jornalístico, operando em um contexto social e histórico alargado que, ao mesmo tempo, incide sobre a forma da notícia e é por ela alimentado, ambos guardando entre si uma relação sistemática.

Obviamente não se quer com isto negar que a notícia é uma espécie de “relógio” do tempo urgente e, portanto, vital para lidar com a atualidade. Se a urgência é uma relação enriquecedora da experiência do presente, a pressa ou afobação podem se mostrar um reforço jornalístico ao presentismo. São, no âmbito da escrita da informação do jornal, diferentes

formatos de representação que irão tornar visíveis propriedades diferentes do mundo. Essa nos parece uma questão chave para pensar a condição contemporânea do jornal diário.

O jornal impresso atravessa uma tormenta que não sabe como e onde termina. Por isso, para além da discussão do fim do jornal sempre alicerçada no suporte papel, percebemos que o “impresso” deve merecer considerações que levem em conta a natureza sincrética dos textos midiáticos, que combinam vários tipos de expressão. A dimensão da temporalidade nos parece ser uma perspectiva crítica para uma investigação das técnicas gráficas que organizam o discurso do jornal, pois toma como ponto de partida relações em cruzamento, o fusionar de diferentes expressividades para a constituição de um sentido comum. As relações temporais compõem e se compõem nessa sinestesia do jornal. Daí que a experiência temporal que se articula em torno do jornal nos ajude a compreender que, no mar revolto da concorrência com outros dispositivos midiáticos, o jornal possa ser ainda “um instrumento excepcionalmente poderoso de *integração* dos múltiplos universos de referência que ele toma como objeto”. (LANDOWSKI, 1992, p.117). A atualidade que ele expõe pode ser mais alargada na medida em que possibilitaria confrontar o leitor com algo que em princípio não seria do seu interesse manifesto.

Como procuramos mostrar, um dos sentidos de temporalidade representado pelos jornais é a forma como lidam com a organização dos conteúdos. Por um lado, os cadernos e temas que se multiplicam com ritmos ou intervalos variados na verdade vão ajudando a “desintegrar” os leitores. Se as reformas gráficas sustentam um discurso de integração de conteúdos, as narrativas indicam uma pulverização formal e temática. A maneira como até então invoca-se no jornal as figuras de presente, passado e futuro e o modo como cronologicamente se situa uma ocorrência objeto do relato noticioso e se sugere um quadro temporal para sua interpretação, acabam por desprezar as diferentes histórias enunciativas que habitam os acontecimentos. E sabemos que tais temporalidades não podem ser

desprezadas porque elas criam interferências nas diferentes redes de relações de uma sociedade.

Da mesma forma, a abordagem acelerada dos assuntos para garantir que parte da profusão de acontecimentos que também assalta os jornais tenha lugar em suas páginas faz com que se desarticule uma noção forte de valor-notícia. A disposição das matérias na página e na edição indicam pouco da estrutura de relevâncias do jornal no sentido de que sua escrita revele um senso de oportunidade, um tempo em que se decidiu por tal ou qual ocorrência. E essa percepção que o leitor constrói é essencial na forma assumida pelos diários. Não se “zapeia” jornal, no sentido do comportamento que é atribuído ao hábito de se assistir televisão. Nesta, não há organização prévia do tempo para se realizar o ato de assistir a uma programação, que se estende ou encolhe na dupla injunção do telespectador e da programação. Já a apreciação do jornal, para o leitor, é vista em um processo que intelectualmente ele acredita comandar. Sem essa percepção clara de que escolhas foram feitas, a frequência da publicação, sua periodicidade, torna-se um dilema. A fruição do noticiário nos jornais tem uma flutuação de horários de acordo com uma série de hábitos sociais e, na medida em que se multiplicam conteúdos, estimula-se uma sensação de que o intervalo entre as edições é insuficiente para que se dê conta da informação veiculada. A notícia prescreve antes que o leitor possa dela ter dado conta. Ao verificarmos a particularidade das edições dominicais dos jornais, vimos como os jornais intuem a importância de que a sua forma não imponha uma gestão única do tempo de leitura.

A leitura do jornal diário é fragmentada e, se pode ocorrer em momentos específicos, tem a natureza de permitir uma apreciação ocasional ao longo do dia, de ser retomada várias vezes e se imiscuir ao outros ritmos da vida cotidiana.

Na medida em que se percebe a escrita jornalística no diário como uma poderosa maneira de exprimir as experiências temporais, é possível pensá-lo como um mundo distinto e

articulado aos outros meios e ambientes midiáticos da informação, em particular a informação jornalística. É possível ir além da nostalgia simples pelo jornal e sua forma da notícia. Aliás, é preciso, pois,

“de qualquer modo, este presente, que venho descrevendo como aparentemente onipresente aparece também no todo inseguro e comporta dificuldades em tomá-lo como sua própria avaliação. Como se fosse incapaz de preencher a lacuna, que ele mesmo abrisse, entre a experiência e o horizonte de expectativa. O passado está a bater à porta, o futuro à janela e o presente descobre que não dispõe de piso para ficar de pé” (HARTOG, 2003, p.30).

Nesse sentido, a busca realizada nesse trabalho, de conectar a discussão sobre temporalidade e as escolhas feitas pelo jornalismo dos diários, pode ser uma outra maneira de participar em um debate acerca do futuro dos jornais que tem muitas vezes um viés reducionista. De alguma maneira nos juntamos a um esforço intelectual, ainda difuso, de fazer um trabalho analítico (e prospectivo) acerca de segmentos da mídia em que a compreensão das transformações não esteja sobredeterminada por “avassaladoras” mudanças tecnológicas, mas que leve em conta várias outras dimensões que atuam de maneira combinada para a invenção e institucionalização dos meios de comunicação e das formas discursivas que eles patrocinam.

Certamente há que se fazer a revisão de algumas tradições teóricas e conceitos que marcam profundamente o campo de estudos do jornalismo. Por isso acreditamos que esse trabalho é uma contribuição para repensar as pesquisas centradas nas estratégias discursivas da informação jornalística ajudando a alicerçar o desenvolvimento de procedimentos metodológicos renovados no campo dos estudos do jornalismo. Procedimentos que dêem conta dos produtos midiáticos de maneira menos simplificadora, reconhecendo a complexidade da questão das diferentes matérias significantes que concorrem para a formatação do discurso da informação jornalística. Esse permanece sendo um desafio de natureza reflexiva e metodológica que a problemática da articulação temporalidade/discurso jornalístico pode ajudar a enfrentar.

Bibliografia

ABRAMO, Cláudio Weber. Império dos sentidos: critérios e resultados na Folha de São Paulo. **Novos Estudos**, n.31, out. 1991,

ADAM, Bárbara. Reflexive Modernization Temporalized. **Theory, Culture & Society**. v.20, n.2, p.59–78, 2003.

ADAM, Jean-Michel. **Linguistique Textuelle: Des genres de discours aux textes**. Paris: Nathan, 1999.

AGAMBEN, Giorgio. Tempo e história – crítica do instante e do contínuo. In: ____ .

Infância e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A narrativa jornalística para além dos faits-divers. **Lumina**, revista da Faculdade de Comunicação da UFJF, Juiz de Fora, v.3, n.2, p.69-91, jul./dez. 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origin y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

ANTUNES, E. ; VAZ, P. B. . Mídia: um aro, um halo e um elo. In: FRANÇA, V.R.V.;

GUIMARÃES, C.. (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 1, p. 43-60.

ARCQUEMBOURG, Jocelyne. L'événement en direct et en continu. L'exemple de la guerre du Golfe. **Réseaux**, Paris, n.76, p. 31-45, abr. 1996.

ARCQUEMBOURG, Jocelyne. **Le temps de événements médiatiques**. Bruxelles: De Boeck, 2003.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo? **Contracampo**: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Niterói, v.12, p.51-61, 2005.

BARNHURST, Kevin G, e NERONE, John C. Design Changes in U.S. Front Pages, 1885-1985. **Journalism Quarterly**, n.68, p. 796-804, 1991.

BARNHURST, Kevin G, e NERONE, John C. News form and the media environment: A Network of Represented Relationships. **Media, Culture & Society**, v.25, n.1, p.111-124, 2003.

BARNHURST, Kevin G, e NERONE, John C. The Form of News: Thoughts on the Newspaper as Environment. **Proceedings of the Media Ecology Association**, v3. Third Annual Convention, Marymount Manhattan College.p. 21-23, Jun. 2002. Disponível em <<http://www.media-ecology.org/publications/proceedings/v3/Barnhurst-Nerone03.pdf>> Acesso em 17 mai. 2004.

BARNHURST, Kevin G; MUTZ, Diana. American journalism and the decline in event-centered reporting. **Journal of Communication**, New York, v.47, n.4, p.27-47, 1997.

BARTHELEMY, Michel. Temporal Perspectives in the Practical-Textual Handling of a European Public Problem. **Social Science Information**. V.42, n.3, p.403-430, 2003.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. A retórica da imagem. In: **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BASH, Harry H. A Sense of Time: temporality and historicity in sociological inquiry. **Time & Society**, v.9, n.2-3, p.187-204, 2000.

BATEMAN, John A.; DELIN, Judy L.; HENSCHER, Renate. **Mapping the multimodal genres of traditional and electronic newspapers**. 2006. Disponível em <<http://www.fb10.uni-bremen.de/anglistik/ling/ws06/gem-materials/mapping-multimodal-genres-neat.PDF>> Acesso em 10 jun.2006.

BECK, Ulrich; BONSS, Wolfgang; LAU, Christoph. The Theory of Reflexive Modernization: Problematic, Hypotheses and Research Programme. **Theory, Culture & Society**, v. 20. n.2, p.1-33, 2003.

BEIGUELMAN, Giselle. **O livro depois do livro**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskoi. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, p.20-29, Jan. 2002.

BONINI, Adair. Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. **DELTA**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2003.

BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da comunicação**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da informação e da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1994

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: M. FERREIRA e J. AMADO (eds.), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CARVALHO, Anabela. Discourse Analysis and Media Texts: a Critical Reading of Analytical Tools. In: 'International Conference on Logic and Methodology'. **Anais...** Colônia: International Sociology Association, 2000, Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3137>> Acesso em 17 de maio de 2004.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Coimbra: Minerva/Coimbra, 2001.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo – Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

CHARADEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I.L. e MELO, R. (orgs) **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p.13-41.

CHARAUDEAU, Patrick. A communicative conception of discourse. **Discourse Studies**, Londres, v. 4, n. 3, p.301-318, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **El discurso de la información**. Barcelona: Gedisa, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours: éléments de sémiolinguistique**. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours d'information médiatique**. Paris: Nathan, 1997.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Brasília: UNB, 1994.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHAUVEAU, A; TÉTARD, P. (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto na reportagem impressa**. São Paulo: Ática, 1993.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

COOKE, Lynne. A visual convergence of print, television, and the internet: charting 40 years of design change in news presentation. **New Media Society**, v.7, n.1, p.22-46, 2005.

CORREIA, Fernando. **Os jornalistas e a notícia**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

D'AMARAL, Marcio Tavares. Sobre o tempo: considerações intempestivas. In: DOCTORS, Márcio (org.). **Tempo dos tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.15-32.

D'ANGELO, Paul. News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Entman. **Journal of Communication**, v.52, n.4, p.870-888, Dec. 2002.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. **A história em directo – os acontecimentos mediáticos na televisão**. Coimbra: Minerva, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE VREESE, Claes H. News framing: Theory and typology. **Information Design Journal**, v.13, n.1, p.51-62, 2005.

DE WAAL, Ester; SCHÖNBACH, Klaus; LAUF, Edmund. Online Newspapers: A Substitute or Complement for Print Newspapers and Other Information Channels? **Communications**, v.30, n.1, p.55-72, 2005.

DEBRAY, Régis. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DEBRAY, Régis. **Manifestos Midiológicos**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DELEUZE, Gilles. “¿Que és un dispositivo?”. In.: BALBIER, Etienne. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Editora Gedisa, 1990. p. 155-161.

DELIN, Judy, BATEMAN, John A. e ALLEN, Patrick. A model of genre in document layout . **Information Design Journal**, v.11, n.1, p.54-66, 2002.

DOMENGET, Jean-Claude. **Les temporalités médiatiques au quotidien**. In: JOURNÉES doctorants GDR TIC & Société, Paris, 2002. p.870-888. Disponível em: <<http://www.jm.u-psud.fr/~adis/rubriques/p/jdoctic/domenget.pdf>> Acesso em 01 ago.2005.

DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama - reflexões sobre o tempo e a história**. São Paulo/Belo Horizonte: Iluminuras/Editora da UFMG, 1996.

DOR, Daniel. On newspaper headlines as relevance optimizers. **Journal of Pragmatics**, n.35, p.695–721, 2003.

DUBIED, Annik. Emprunts, adaptations, négociations et réflexions. Travaux interdisciplinaires autour de la mise au point d'une narratologie médiatique. In : Emergences et continuité dans les recherches en information et communication. **Actes du XIIIe Congrès national des sciences de l'information et de la communication**, UNESCO, 10-13 janvier 2001, Paris, Société Française des Sciences de l'information et de la Communication, 2001, p.149-156. Disponível em <<http://www.sfsic.org/sicnet/publications/actes-01/dubi-01.pdf>> Acesso em 16 jan.2005.

EILDERS, Christiane. News factors and news decisions. Theoretical and methodological advances in Germany. **Communications**, v.31, n.1, p.5-24, abr. 2006.

EKECRANTZ, Jan. Journalism's `discursive events' and sociopolitical change in Sweden 1925-87. **Media, Culture & Society**, v.19, n.3, p.393-412, 1997.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENTMAN, R. B. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, p.51-58, Dez.1993.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media discourse**. London: Arnold, 1995.

FAUSTO NETO, Antonio. Enunciação jornalística entre dispositivo e disposições. In: LEMOS, A. (org). **Narrativas midiáticas Contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina/Compós, 2006.

FAUSTO NETO, Antônio. Enunciando realidades ou os modos de fabricação da realidade midiática? **Comunicação, Mídia e consumo**. São Paulo, v.2, n.4, p.29-48, Jul.2005.

FERREIRA JUNIOR, José. **Capas de jornal**. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

FERREIRA, G. M. O posicionamento discursivo da imprensa: em busca de uma proposta metodológica. In: VIII Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, 2004, La Plata. **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**, 2004.

FERREIRA, G. M. Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mutações na problemática da análise do discurso. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. v.8, n.1, abr. 2006. Disponível em <<http://www.eptic.com.br>> Acesso em 10 mai. 2006.

FERREIRA, G.M. Da imagem à fotografia no suporte de imprensa: um percurso em busca da discursividade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2004.

FERREIRA, Jairo. Dispositivos discursivos e o campo jornalístico. **Ciberlegenda**, n.9, 2002. Disponível em <<http://www.uff.br/mestcii/jairo4.htm>> Acesso em 12 jun. 2004.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1999.

FLAHERTY, Michael; FINE, Gary A. Present, Past, and Future: Conjugating George Herbert Mead's perspective on time. **Time & Society**, v.10, n.2-3, p.147-161, 2001.

FOLHA de São Paulo. **Manual de Redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995.

FRANCA, V. R. V. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FRANÇA, V. R.V.; GUIMARÃES, C. Narrativas midiáticas e experiência estética. **Ícone**, Recife, n.7, jul. 2004.

FRANCISCATO, Carlos E. A atualidade no Jornalismo. In: HOHLFELDT, Antonio et al. **Práticas Midiáticas e Espaço Público**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2001.p.261-290.

FRANCISCATO, Carlos E. **Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade**. Disponível em

<http://www.facom.ufba.br/Pos/compos_gtjornalismo/home_2002.htm> Acesso em 07 mar.2004.

FRANSCISCATO, Carlos E. **A fabricação do presente**. Aracaju: Editora UFS, 2005.

GADE, Reinhard. **Diseno de periódicos**. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva: Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

GALTUNG, J. E RUGE, M.H. A estrutura do noticiário estrangeiro. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

GARCIA, Luiz. **Manual de redação e estilo**. Rio de Janeiro: Globo, 1992.

GARCIA, Mario R. **Diseño y remodelacion de periodicos**. Navarra: Editora Universidade de Navarra, 1984.

GARCIN-MARROU, Isabelle. L'événement dan l'information sur l'Irlande du Nord.

Réseaux, Paris, n.76, p. 47-60. abr. 1996.

GENETTE, Gérard. Discurso del relato. In : _____. **Figuras III**. Barcelona : Lumen, 1989.

GENETTE, Gérard. **Seuils**. Paris: Seuil, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**.

Cambridge: Harvard University, 1974.

GOMES, Wilson. Jornalismo e Esfera Civil – O Interesse Público como Princípio Moral do Jornalismo. In: PERUZZO, Cicília (org.). **Comunicação para a cidadania**. Salvador/São Paulo: UNEB/NTERCOM, 2003, p. 28-51.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Verdade e Perspectiva. A Questão da Verdade e O Fato Jornalístico. **Textos de Cultura e Comunicação**, Salvador, v.29, p.63-83, 1993.

GOMIS, Lorenzo. Do importante ao interessante – ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. **Pauta Geral**, n. 4, p.225-242, 2002.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo; cómo se forma el presente**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.

GOUAZE, Jean, L'énonciation des titres. In : MOUILLAUD, M. e alli. **Stratégies de la presse et du droit**. Lyon: PUL, 1979. p.119-181.

GUIMARÃES, C. G. O que ainda podemos esperar da experiência estética?. In: César Guimarães; Bruno Souza Leal; Carlos Camargos Mendonça. (Org.). **Comunicação e Experiência Estética**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. p. 13-26.

GUIMARÃES, Luciano. **As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2003.

HARTOG, F. Tempo, História e Escrita da História: a Ordem do Tempo. **Revista de História**, n.148, 2003, p.9-34.

HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2001.

HARTOG, François. Time and Heritage. **Museum International**, v. 57, n.3, p.7-18, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERMES. Cognition, communication, politique. **Le dispositifs**. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, n.25,1999.

HOEK, Leo H. **La marque du titre – dispositifs sémiotiques d'une pratique textuelle**. Paris: Mouton Éditeur, 1981.

HOLLIS, Richard. **Design gráfico: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HØYER, Svennik. Constructing Epochs in the History of the Press. **Nordicom Review**, v.19, n. 2, 1998.

IMBERT, Gerard. **Le discours du jornal El Pais**. Paris: Editions du CNRS, 1988.

JAËCKLÉ, Luc. Le temps comme objet de recherche pour les Sciences de l'Information et de la Communication. **ACTES du Congrès 2001 de la SFSIC: Emergences et continuité dans les recherches en information et communication**. Paris: SFSIC, 2001. p.241-250. Disponível em: < <http://www.sfsic.org/sicnet/publications/actes-01/jaec-01.pdf> > Acesso em 01 ago.2005.

JAMESON, Frederic. O pós-modernismo e a sociedade de consumo. In: KAPLAN, E. Ann (org.). **O mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p.25-44.

JAWORKI, Adam, FITZGERALD, Richard, MORRIS, Deborah. Certainty and speculation in news reporting of the future: the execution of Timothy McVeigh. **Discourse Studies**, v.5, n.1, p.33-49, 2003.

JAWORKI, Adam, FITZGERALD, Richard, MORRIS, Deborah. Radio Leaks: Presenting and Contesting Leaks in Radio News Broadcasts. **Journalism**, v.5, n.2, p.183-202, 2004.

KAYSER, Jacques. **El Diario Francés**. Barcelona, A.T.E., 1982. 189 p.

KEPPLINGER, Hans Mathias; EHMIG, Simone Christine. Predicting news decisions. An empirical test of the two-component theory of news selection. **Communications**, v. 31, n.1, p.25-43, abr. 2006.

KITCH, C. Anniversary Journalism, Collective Memory, and the Cultural Authority to Tell the Story of the American Past. **Journal of Popular Culture**, v.36, n.1, p. 44-67, ago. 2002.

KITZINGER, Jenny. Media templates: patterns of association and the (re)construction of meaning over time. **Media, Culture & Society**, v.22, n.1, p.61-84, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado: para una semantica de los tiempos historicos**. Barcelona: Ed. Paidos, 1993.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Multimodal discourse. The modes and media of contemporary communication**. Londres: Arnold, 2001.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.216-241

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

LEAL, B. S. **Do testemunho à leitura: reflexões sobre o narrador jornalístico, hoje**.

Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/leal-bruno-narrador-jornalismo.html>> Acesso em 14 jun. 2004

LESSA, Washington Dias. Amílcar de Castro e a reforma do Jornal do Brasil. In: _____. **Dois estudos de comunicação visual**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York: MacMillan, 1922 (reimp. 1950).

LITS, Marc. Temps et récit médiatique. **Temporalistes**, Montpellier, n. 42, dec.2000.

Disponível em <http://www.sociologics.org/temporalistes/indarch.php?page2=lits_n00_01> Acesso em 30 out.2004.

LUGRIN, G. **Les ensembles rédactionnels: multitexte et hyperstructure**. Jan. 2001.

Disponível em <<http://www.comanalysis.ch/ComAnalysis/Publication11.htm>> Acesso em 15 mai. 2005.

LUHMANN, Niklas. **A realidade nos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MACHADO, Arlindo. As imagens técnicas: da fotografia à síntese numérica. In: _____. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. ¿"Situación de enunciación" o "situación de comunicación"? **Revista Eletrônica Discurso**, v.3, n.5, 2004. Disponível em:
<<http://www.revista.discurso.org/articulos.htm>>. Acesso em 09 ago. 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. L'analyse du discours. Etat de l'art et perspectives. **Marges Linguistiques**, Paris, n.9, p.64-75, mai.2005. Disponível em:
<http://marg.lng6.free.fr/documents/doc0227_maingueneau_d/0227_maingueneau_d.pdf >
Acesso em 01 ago.2005.

MARTINI, Stella. **Periodismo, noticia y noticiabilidad**. Bogotá: Editorial Grupo Norma, 2000.

MESQUITA, Mário. As profissões dos media na era da comunicação transnacional. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n.27, p.63-74, fev. 2000.

MIRANDA, J. A. B. **Traços. Ensaios de Crítica da Cultura**. Lisboa: Vega, 1997.

MONTAG, Warren. O que estão em jogo no debate sobre o pós-modernismo. In: KAPLAN, E. Ann (org.). **O mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. P.117-135.

MOTTA, L. G. Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente. **Comunicação & política**, v.24, n.3, p.46-70, 2006.

MOTTA, L.G. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, 2005. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

MOTTA, L.G. O jogo entre intencionalidades e reconhecimentos: pragmática jornalística e construção de sentidos. **Comunicação e Espaço Público**, Ano VI, n.1 e 2, p. 07-36, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga; COSTA, Gustavo Borges; LIMA Jorge Augusto. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.27, n.2, p. 31-51, julho/dezembro de 2004.

MOUILLAUD, Maurice et TETU, Jean-François. **Le journal quotidien**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MUZZETTO, Luigi. Time and Meaning in Alfred Schutz. **Time & Society**, v.15, n. 1, p.5-31, 2006.

NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena. Tempo, indivíduo e vida social. **Ciência e Cultura**, v.54, n.2, Oct./Dec. 2002. p.30-33.

OLIVEIRA, A. C. M. A. A dupla expressão da identidade do jornal. **Caderno de textos do GT Produção de sentido nas mídias**, Curitiba, v. 1, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, A. C. M. A. A leitura do jornal como experiência sensível. **Revista da ANPOLL**, Campinas, n.21, p.165-200, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. Imagens do tempo. In: DOCTORS, Márcio (org.). **Tempo dos tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.33-68

OLSON, David R. **O mundo no papel. As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita**. São Paulo: Ática, 1997.

ONG, WALTER. **Oralidade e cultura escrita**. Campinas: Papirus, 1998.

PALMER, Michael. News: Ephemera, Data, Artefacts and... Quality Control - Iraq now and then. **Journalism**, v.4, p.459-476, 2003.

PARRET, Herman. **De la semiótica a la estética**. Buenos Aires: Edicial, 1995.

PATRIN, Valérie. **La publicité dans la presse: une visibilité à risque**. Travaux du Groupe de Recherche Interdisciplinaire sur les Processus d'Information et de Communication. Paris, 2000. Disponível em <<http://www.celsa.fr/recherche/Fichiers%20PDF/patrin.pdf>> Acesso em 01 ago.2005.

PATTERSON, Thomas E. Time and News: The Media's Limitations as an Instrument of Democracy. **International Political Science Review**, v.19, n.1, p. 55-67, 1998.

PERAYA, D. Le cyberspace: un dispositif de communication et de formation Médiatisées. In: ALAVA S. (ed.) **Cyberspace et autoformation**. Bruxelles: De Boeck, 1999.

PERAYA, D. Médiation et méditisation: le campus virtuel. Vers les campus virtuels. Le dispositif. Entre usage et concept . **Hermès**, Paris, n.25, p.153-167, 1999.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Florianópolis: Insular, 2005.

POPKIN, Jeremy D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. **Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino (Org.). **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004, p. 73-104.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n.6, p. 59-76, 2005.

QUÉRÉ, Louis. Interpretação em Sociologia. **Margem**, São Paulo, n.1, p.47-62, mar. 1992.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. Tradução de Vera Westin e Lúcia Lamounier. Original: D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. **Réseaux**, Paris, CNET, n. 46/47, p. 69-90, mar-abril 1991.

REBELO, José. **O discurso do jornal**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

REIS, J. C. **História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REIS, J. C. **Tempo, História e Evasão**. Campinas: Papirus, 1994.

REITH, Gerda. Uncertain Times. The notion of 'risk' and the development of modernity. **Time & Society**. v. 13, n. 2/3, p. 383-402, 2004.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação**. Porto: Rés Editora, 1989

RICOEUR, Paul. Narrative Time. **Critical Inquiry**, v.7, n.1, 1980. p.169-190.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus: 1994/1997. 3v.

RICOEUR, R. (Org.). **As culturas e o tempo: estudos reunidos pela UNESCO**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

RODRIGUES, Adriano D. **Comunicação e Cultura: A experiência cultural na era da informação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

RODRIGUES, Adriano D. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

ROMANO, Claude. **L'Événement et le monde**. Paris : PUF, 1998.

ROMANO, Claude. **L'Événement et le temps**. Paris: PUF, 1999.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1984. p.38-52.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003.

SCHEUFELE, Bertram. Frames, schemata, and news reporting. **Communications**, v.31, n.1, p.65-83, abr.2006.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, New York, v.49, n.1. p103-120, 1999.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

SCHOENBACH, Klaus; DE WAAL, Ester; LAUF, Edmund. Research Note: Online and Print Newspapers: Their Impact on the Extent of the Perceived Public Agenda European. **Journal of Communication**, v.20, n.2, p.245-258, 2005.

SCHOKKENBROEK, Christina. News Stories: Structure, time and evaluation. **Time & Society**, v.8, n.1, p.59-98, 1999.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

SEIXAS, Lia. Os atos verbais jornalísticos – Um estudo dos “fazer” jornalísticos por editorias de política. **Pauta Geral**, Salvador, n.4, p.197-224, 2002.

SERRES, M. La philosophie et le climat. In: **Colloque de Lassay: Pollution,atmosphere, ozone, effet de serre, deforestation...** Paris: Larousse, 1989. p. 50-61. Disponível em <<http://www.inra.fr/dpenv/serrec09.htm>> Acesso em 8 ago. 2005.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SODRÉ, Muniz. O que é mesmo uma notícia? In: **ANAIS do XIV Encontro Anual da COMPÓS**. Niterói: Compós, 2005.

SODRÉ, Muniz. “A forma da notícia”. In: _____. **Reinventando a cultura**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Muniz; SOARES, Raquel Paiva de Araujo. Sobre o Facto e o acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, v. 1, p. 95-101, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas/ Argos, 2002.

SOUZA, Wander Emediato de. **Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français et brésiliens**. Université Paris XIII, Villetaneuse. 2000. Thèse de doctorat/Sciences du langage.

SOUZA, Wander Emediato. **Análise contrastiva da configuração lingüístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros**. UFMG, 1996. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras.

TÉTU, Jean-François. La temporalité des récits d'information. In : VITALIS et al. (dir.), **Médias, temporalités et démocratie**. Rennes : Editions Apogée, 2000. p.91-108.

TÉTU, Jean-François. L'actualité ou l'impasse du temps. In: **Sciences de l'information et de la communication. Textes essentiels**. Paris: Larousse, 1993. p.713-722.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1990.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo – a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular. 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo – por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular. 2004.

TUCHMAN, Gaye. The production of News. In: JENSEN, K.B. (Org.) **A Handbook of Media and Communication Research**. Londres e Nova Iorque: 2002. p.78-90.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

URRY, John. Times. In: URRY, John. **Sociology Beyond Societies: Mobilities for the twenty-first century**. London and New York: Routledge, 2000.

VAN DIJK, Teun A (org). **El Discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000.

VAN DIJK, Teun A (org). **El Discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2000.

VAN DIJK, Teun A. Estrutura da notícia na imprensa. In: VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1998.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.

VAN GORP, Baldwin . Where is the Frame? Victims and Intruders in the Belgian Press Coverage of the Asylum Issue. **European Journal of Communication**, v.20, n.4, p.484-507, 2005.

VERÓN, Eliséo, De l'image sémiologique aux discursivités. **Hèrmes**, N° 13-14, Paris, CNRS Editions, 1994, p. 45-64.

VERÓN, Eliseo. **Construire l'événement - Les médias et l'accident de three mile island**. Paris: Les Editions de Minuit, 1981.

VERÓN, Eliseo. Cuando leer es hacer : la enunciación em el discurso de la prensa gráfica. In: _____. **Fragmentos de um tejido**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

VERÓN, Eliseo. El espacio de la sospecha. In: _____. **Fragmentos de um tejido**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

VERÓN, Eliseo. Ideología y comunicación de masas: sobre la constitución del discurso burgués en la prensa semanal. In: _____. **Fragmentos de um tejido**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

VERÓN, Eliseo. Prensa gráfica y teoria de los discursos sociales: produccion, recepcion, regulacion. In: _____. **Fragmentos de um tejido**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

VITALIS, A.; DOMENGET, J.-C.; TURCIN, K. **Temporalités médiatiques et vies quotidiennes**. Université de Bordeaux 3, Centre d'Etude des Médias, de l'Information et de la Communication, 2004. Disponível em <<http://www.msha.fr/cemic/grem/temporalites.pdf>> Acesso em 20 mar. 2005.

VOGEL, D. I. Tempo e ficção do relato jornalístico. In: II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2005, Florianópolis. **Anais do III Encontro da SBPJor**, 2005.

WALLER, Robert. **The typographic contribution to language: Towards a model of typographic genres and their underlying structures**. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy, University of Reading: Department of Typography & Graphic Communication, August 1987. Disponível em < <http://www.fb10.uni-bremen.de/anglistik/langpro/projects/gem/robwaller.html> > Acesso em 16 abr.2004.

WEAVER, Paul H. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

WERINCH, Harald. **Le temps**. Paris: Seuil, 1973.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2004.